



Mídia, sociedade e ativismo

Maria Cristina Gobbi e Rosa Maria Araújo Simões (Orgs.)

Mídia, sociedade e ativismo

Maria Cristina Gobbi e Rosa Maria Araújo Simões (Orgs.)

Ria Editorial - Comité Científico

Abel Suing (UTPL, Equador)
Alfredo Caminos (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)
Andrea Versuti (UnB, Brasil)
Angelo Sottovia Aranha (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)
Carlos Arcila (Universidad de Salamanca, Espanha)
Catalina Mier (UTPL, Equador)
Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Diana Rivera (UTPL, Equador)
Fatima Martínez (Universidad do Rosário, Colômbia)
Fernando Ramos (Universidade de Aveiro, Portugal)
Fernando Gutierrez (ITESM, México)
Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Gabriela Coronel (UTPL, Equador)
Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Brasil)
Hernán Yaguana (UTPL, Equador)
Jenny Yaguache (UTPL, Equador)
Jerónimo Rivera (Universidad La Sabana, Colombia)
Jesús Flores Vivar (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)
John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)
Joseph Straubhaar (Universidade do Texas – Austin, Estados Unidos)
Juliana Colussi (Universidad do Rosario, Colombia)
Koldo Meso (Universidad del País Vasco, Espanha)
Lorenzo Vilches (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Lionel Brossi (Universidad de Chile, Chile)
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Maria Eugenia Porém (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)
Mauro Ventura (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Octavio Islas (Pontificia Universidad Católica, Equador)
Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)
Osvando José de Moraes (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)
Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil)
Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil)
Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo – USP, Brasil)
Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Brasil)
Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)
Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Copyright 2021 ©Ria Editorial. Todos os direitos reservados

Foto de capa e design: ©*Denis Renó*

Diagramação: *Luciana Renó*

1.^a edição, Aveiro, dezembro, 2021

ISBN 978-989-8971-58-6

Título: Mídia, sociedade e ativismo

Organizadores: Maria Cristina Gobbi e Rosa Maria Araújo Simões



Esta obra tem licença Creative Commons *Attribution-NonCommercial-NoDerivatives*. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial



Aveiro, Portugal
riaeditora@gmail.com

<http://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E
EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e seleccionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correcções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pela avaliadora externa Dra. Andrea Versuti, que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

O conjunto de capítulos que compõem o livro: *Mídia, Sociedade e Ativismo* apresenta uma discussão densa, atual e relevante sobre o papel das mídias nos movimentos sociais contemporâneos, bem como do ecossistema midiático atravessado pelo contexto pandêmico (2020-2021). Trata-se de um material de excelente contribuição para estudiosos e pesquisadores não apenas da área da Comunicação, mas interessados nas Ciências Sociais aplicadas em geral. Sendo assim, sou de parecer favorável à sua publicação.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autores

Alana Nogueira Volpato

Ana Cristina Consalter Amôr

Bernadete Coelho de Sousa

Caroline Kraus Luvizotto

Cintia Barudi Lopes

Claudia Cecilia Flores Pérez

Cosette Castro

Deborah Luísa Vieira dos Santos

Deomário Lauriano Machado

Gustavo Teixeira Pereira

Jhayne Geovana Santos Lima

José Tarcísio da S. Oliveira Filho

Laerte José Cerqueira da Silva

Larissa Angélica de Santana Madruga Ponce de Leon Aguiar

Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos

Maria Cristina Gobbi

Mariane Motta de Campos

Marina Alvarenga Botelho

Mateus Bezerra Araújo

Mayra Regina Coimbra

Maysa Leal de Oliveira

Rosa Maria Araújo Simões

Sérgio Luiz Gadini

Simone Gibran Nogueira

Simone Teixeira Martins

Thiago Luiz dos Santos

Vanessa Silva Oliveira

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso

Sumário

Apresentação.....	12
-------------------	----

REFLEXÕES

Mulheres, gênero e comunicação no ecossistema midiático. Desafios trazidos no 2º Congresso Ibero-Americano.....	15
<i>Maria Cristina Gobbi</i>	

Diálogo entre Arendt e Bauman sobre os principais riscos à democracia na modernidade líquida pós-pandemia: o cidadão transformado em consumidor e a verdade factual ameaçada.....	43
<i>Cintia Barudi Lopes</i>	
<i>Thiago Luiz dos Santos</i>	

A construção social da diferença entre os sexos: gênero, democracia e justiça social no Brasil.....	69
<i>Maysa Leal de Oliveira</i>	

La responsabilidad social de los medios de comunicación como promotores de los discursos de odio.....	86
<i>Claudia Cecilia Flores Pérez</i>	

Cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas e o papel das redes sociais digitais.....	109
<i>Cosette Castro</i>	

Alerta nacional: a violação de direitos humanos pelo telejornalismo policial.....	133
<i>Laerte José Cerqueira da Silva</i>	
<i>Larissa Angélica de Santana Madruga Ponce de Leon Aguiar</i>	

Artivismo, meio ambiente e bicicleta como forma de interação e sensibilização para a preservação do Cerrado Paulista.....	163
<i>Rosa Maria Araújo Simões</i>	

ANÁLISES

Psicologia & Africanidades - de blog de informações à formações terapêuticas.....	184
<i>Simone Gibran Nogueira</i>	

As 500 mil mortes pela Covid-19 em dois telejornais brasileiros: uma análise a partir da dramaturgia do telejornalismo no Jornal Nacional e no Repórter Brasil.....	198
<i>José Tarcísio da S. Oliveira Filho</i>	
<i>Simone Teixeira Martins</i>	
<i>Gustavo Teixeira Pereira</i>	

Nomeações de candidaturas como estratégia midiática eleitoral: uma leitura folkcomunicação das eleições municipais ao legislativo de Ponta Grossa (PR) em 2020.....	219
<i>Sérgio Luiz Gadini</i>	

As narrativas de gênero na Câmara Federal: uma análise do <i>Twitter</i> da Dep. Professora Dorinha, Presidente da Bancada Feminina de 2019/2021.....	238
<i>Deborah Luísa Vieira dos Santos</i>	
<i>Marina Alvarenga Botelho</i>	
<i>Mayra Regina Coimbra</i>	
<i>Mariane Motta de Campos</i>	

A campanha de solidariedade da Frente Popular pelos direitos de Barbacena - MG: comunicação popular e solidariedade da pandemia.....	267
<i>Viviane Amélia Ribeiro Cardoso</i>	
<i>Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos</i>	
<i>Deomário Lauriano Machado</i>	
#Bolsonaro incorruptível e a narrativa anticorrupção no Twitter como reação aos desdobramentos da CPI da Covid-19.....	281
<i>Marina Alvarenga Botelho</i>	
<i>Mariane Motta de Campos</i>	
<i>Mayra Regina Coimbra</i>	
<i>Deborah Luísa Vieira dos Santos</i>	
Os enquadramentos jornalísticos das manifestações de 2013 nas revistas <i>Carta Capital</i> e <i>Época</i>	310
<i>Ana Cristina Consalter Amôr</i>	
<i>Alana Nogueira Volpato</i>	
<i>Caroline Kraus Luvizotto</i>	
Brasil fede Covid: o uso do Instagram como ferramenta de combate à desinformação e instrumento de denúncia durante a pandemia da Covid-19.....	334
<i>Jhayne Geovana Santos Lima</i>	
<i>Bernadete Coelho de Sousa</i>	
Os ataques aos jornalistas na cobertura da pandemia da Covid-19: o caso da TV Cabo Branco - afiliada da Rede Globo em João Pessoa-PB.....	353
<i>Laerte José Cerqueira da Silva</i>	
<i>Mateus Bezerra Araújo</i>	
<i>Vanessa Silva Oliveira</i>	
<i>Índice Remissivo</i>	373

Mídias, sociedade e ativismo

APRESENTAÇÃO

*Denis Renó
Andrea Versuti
Vicente Gosciola
Diretores Acadêmicos
MEISTUDIES*

A pandemia do Coronavírus, que assolou o planeta no ano de 2020, foi transformadora. Nosso cotidiano não é mais o mesmo, e nem voltará a ser. As características de rotinas profissionais, educacionais e culturais certamente deixarão alguns traços, mesmo quando a humanidade estiver imunizada e a circulação de pessoas voltar a ser uma realidade. Nesse cenário de mudanças, o ecossistema midiático acaba por testemunhar novas combinações, onde atores sociais aprendem a conviver de outras formas com os meios e as tecnologias.

É importante perceber, também, que as mudanças sofridas pela humanidade fizeram com que testemunhássemos processos importantes de ressignificação. Nesse ambiente transformador, enfrentamos forças contrárias (a da informação e a da alienação), onde interesses econômicos,

em diversos casos, colocaram em risco a própria vida humana. Debater sobre essa temática tornou-se ainda mais importante.

Preocupados com essa reviravolta, popularmente conhecida como novo normal, realizamos o 4º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies – MEISTUDIES, que teve como tema “Desafios e reflexões sobre o ecossistema midiático pós pandemia”. O evento também foi marcado pela realização paralela do V Seminário Internacional Red ITC, que traz o tema “Formación de competencias y virtualización en la docencia e investigación en comunicación“. Em sua quarta edição, novamente realizada totalmente virtual, o MEISTUDIES reuniu participantes de 11 países. A partir do evento, organizou-se uma série de obras acadêmicas com textos apresentados e reavaliados para compor os livros, dentre eles esta obra, intitulada Mídia, Sociedade e Ativismo e organizada por Maria Cristina Gobbi e Rosa Maria Araújo Simões. O livro é composto por 16 textos, divididos em duas partes: reflexões e análises.

A série acadêmica é publicada pela Ria Editorial em conjunto com o Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Técnica Particular de Loja - UTPL (Equador). Todos os livros foram avaliados previamente à publicação por pareceristas internacionais, que recomendaram a publicação e/ou mudanças em seu conteúdo. Dessa forma, foi possível manter o compromisso do MEISTUDIES, que desde 2018 se propôs a movimentar o mundo acadêmico em prol da construção e disseminação democrática do conhecimento científico em torno da Ecologia dos Meios e Estudos sobre Imagem. Essas características foram assumidas por nós como missão, que cumprimos parcialmente com a publicação desse livro. Boa leitura, e que venha o novo.

REFLEXÕES

MULHERES, GÊNERO E COMUNICAÇÃO NO ECOSSISTEMA MIDIÁTICO. DESAFIOS TRAZIDOS NO 2º CONGRESSO IBERO-AMERICANO

Maria Cristina Gobbi¹

Conhecer e sistematizar a presença da produção comunicacional feminina no 2º Congresso Ibero-americano sobre Ecologia dos Meios, realizado (online) em 2020 e organizado pelo Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios (GENEM). Essa é a proposta do presente artigo, que integra um projeto mais amplo que vem sendo desenvolvido e que pretende (re)conhecer as mulheres pesquisadoras como participantes ativas dos processos de construção da história do Pensamento Comunicacional Latino-Americano (PCLA).

-
1. Bolsista de Produtividade do CNPq, Livre-docente em História da Comunicação e da Cultura na América Latina, professora da FAAC-Unesp e Bolsista da Fapesp (Processo 2019 / 26715-2).
cristina.gobbi@unesp.br

As várias etapas já percorridas têm possibilitado uma reflexão crítica sobre a questão de “gênero” nos estudos comunicacionais, “que tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça”, como sugere Scott (1995, p. 29), fazendo emergir, assim, a historiografia social, capaz de compor os elementos para a valorização da percepção, das formas de representação para o desenvolvimento de outros olhares teórico-comunicativos, traduzidos a partir das experiências sociais diversificadas e dos processos de institucionalização que têm se desenvolvido na região.

Como afiança Corner (2019, p. 1) o “exame de como os programas de ensino e a atividade de pesquisa contribuíram para institucionalizar a área com uma identidade acadêmica discreta, embora muito debatida”, também reforça o argumento. Esses estudos têm instigado a comunidade acadêmica para continuidade das investigações, buscando romper com a ‘persistência da teoria negada’, denunciada por Jesús Martin-Barbero, na década de 1982 (Fuentes Navarro, 2019).

Assim, as investigações que tratam sobre a legitimação do campo da comunicação no continente, notadamente na perspectiva histórica, têm seu reconhecimento na própria região, em especial a partir da década de 1960, quando da criação de instituições de ensino e de centros de pesquisa internacionais, como o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), no Equador, em 1959; a Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic), criada em 1978 e reconstruída em 1989 e, mais recentemente, Media, Ecology Association (1999), entre muitas outras.

No mesmo período houve o surgimento de publicações acadêmico-científicas de ‘vocação explicitamente latino-americana’, como a Chasqui, no Equador (editada pelo Ciespal desde 1972); a Revista da Alaic, que teve início nos anos de 1980 e Diálogos de la Comunicación, publicada pela Felafacs a partir de 1987, entre outras que balizam e divulgam essa produção. Considerando o momento que o mundo atravessa diante da Pandemia da Covid-19, que nos ‘obrigou’ a novas formas de realização dos eventos, podemos observar que se, por um lado, os resultados da pandemia têm sido danosos para todas e todos, por outro ampliou as possibilidades de divulgação de trabalhos e de pesquisas, através dos eventos online. Sem dúvida que é preciso considerar que no contexto da América Latina existe um *gap* de acesso a rede da Internet, isso sem contar uma série de outras dificuldades ocasionadas pela suspensão das atividades acadêmicas em diversos países da região.

O que já é possível afiançar com as primeiras sistematizações é que o número de trabalhos vem sendo ampliados, bem como a representatividade, quer de temáticas, vozes, regiões etc. Por ser esse evento focalizado no tema “mulheres”, as evidências empíricas resultantes das análises corroboram os resultados pretendidos em duas frentes: na institucionalização dos estudos na região, que tem trazidos temáticas femininas e femininas e no crescimento dessa produção, em especial pela marcante presença feminina. Se, por um lado, os estudos comunicativos na América Latina podem ser caracterizados pela ampliação dos espaços de formação, que favoreceu o ingresso da mulher na educação superior, especialmente a partir do século XIX², por outro não tem focalizado sua atenção na produção realizada por elas.

2. Embora o exercício profissional ainda ocorra, em muitos casos, em uma posição de menor prestígio se comparada com os colegas do sexo masculino.

Assim, respeitando os limites de um artigo definidos pela organização, o trabalho pretendeu demonstrar a contribuição para os estudos sobre o protagonismo feminino em comunicação oferecido pelo 2º Congresso Ibero-americano sobre Ecologia dos Meios, que teve como tema central “Mulher e gênero no ecossistema midiático”.

Utilizando a pesquisa bibliográfica e documental, amparadas pela transmetodologia (Maldonado, 2010) os resultados demonstraram a participação feminina no desenvolvimento das pesquisas apresentadas.

Para esse texto, o cenário que se apresenta traz um breve histórico do evento, onde foram sistematizadas todas as produções apresentadas e que foram disponibilizadas em quatro publicações, além do material disponível no site da entidade (<http://www.meistudies.org/>).

Torna-se importante reforçar o compromisso do Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios (Genem) em difundir e motivar pesquisadoras/es no fortalecimento e no resgate da produção comunicacional, na perspectiva da Nova Ecologia dos Meios. Criando oportunidades para a disseminação das teorias e da trajetória acadêmica de pesquisadoras, pesquisadores e de instituições, reconhecidas e legitimadas pela comunidade científica nacional e internacional.

2º Congresso Ibero-Americano sobre Ecologia dos Meios: escolhas metodológicas

O evento teve como tema central “Mulher e gênero no ecossistema midiático” e foi realizado no mês de abril de 2020. É uma atividade online, justificada pela possibilidade de permitir e ampliar e diversificar a participação.

Organizado em 11 videoconferências e 12 mesas de trabalho sobre diversos temas relacionados aos estudos sobre ecologia dos meios, os resultados estão registrados em três livros “Transformações”, “Registros” e “Cidadania”, além da publicação “Memórias”, que reúne os textos aprovados em todas as mesas de trabalho.

O evento é organizado pelo Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios (GENEM), conta com diversos apoios: Ria Editorial (Portugal), Media Ecology Association (Estados Unidos), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil), Cátedra Latino-americana de Narrativas Transmedia (Argentina), Red INAV – Rede Ibero-americana de Narrativas Audiovisuais e Programa de Pós-graduação em Jornalismo (Universidade Estadual de Ponta Grossa) - PPG Jornalismo UEPG.

Do mesmo modo é preciso assinalar que estamos diante de cenários diversificados e amplos, onde as “condições de produção, circulação e recepção de mensagens” se alteraram de maneira radical. A revolução digital tem permitido que “no campo da comunicação, pessoas comuns (...) descubram possibilidades e talentos de expressão que nos modelos tradicionais dificilmente poderiam exercer”. Tornaram-se produtores, “nos mais variados formatos (fotografia, música, audiovisual, textos, hipertextos, conhecimento, cultura, educação, entretenimento etc.)”, como foi observado em vários textos apresentados no evento (Maldonado, 2010, pp. 1-2).

Grandes e variados sistemas comunicativos, nas múltiplas etapas do processo, estão sendo criados e amoldados, não mais e somente sob a ótica de um único e tradicional produtor, mas do cidadão, que com “singular inteligência, renovação artesanal e industrial, opera, ascende e flui nas culturas midiáticas” (Maldonado, 2010, pp. 1-2). Quando são

utilizados “recursos e técnicas digitais pode-se mostrar concretamente as convergências hipertextuais, as formas de confluência, as misturas (...) e sua transposição para as dimensões comunicativas”. Para Maldonado (2010, p. 7) há uma “transformação tecnocultural profunda que combina condições de produção digital com multiculturalidade intensa, renovadora e conflitiva”, onde há novos modos de interpretar o receptor multimidiático, situando-o a uma multidimensionalidade comunicacional, socializando as possibilidades de intercâmbio de inteligências múltiplas no processo de produção do conhecimento.

Este novo cenário exige a construção de outras formas de dimensionar, estudar e analisar o processo comunicativo, definindo metodologias (métodos e técnicas) capazes acolher, sistematizar e responder a ‘problemas concretos’, perpassando os métodos já conhecidos. É a perspectiva “transmetodológica onde se mesclam e configuram lógicas, categorias, teorias e desenhos metodológicos”, que se alimentam de “conhecimentos dinâmicos que vão sendo produzidos pelos métodos gerais e particulares de cada área pertinente, (...) fortalecendo-se de conhecimentos teóricos formulados na linha comunicacional transdisciplinar” (Maldonado, 2010, p. 10). Desta forma, defende o pesquisador, “se estabelece uma inter-relação dialética entre transmetodologia/transdisciplinaridade, sendo a primeira o correspondente metódico das exigências teóricas da segunda” (p. 10).

Como toda investigação, essa também é fruto de escolhas, combinações, ajustes, exclusão, aceitação, conflitos, assentimentos e rejeições, mas está permeada por regras que consubstanciam e evidenciam panoramas amplos e específicos sob a ótica de seus produtores, sem perder as características das especificidades e particularidades das escolhas

feitas por esses atores comunicacionais. O que se busca nos desígnios da metodologia e das técnicas são a minimização dos erros e a amplitude das opções utilizadas de forma a possibilitar mapear, significativamente, aquilo que se está propondo. Esta investigação não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas de contribuir com dados que possam dar pistas sobre a presença feminina como foco central nas análises que foram realizadas. O ponto de partida escolhido foram os 68 textos apresentados, em 12 mesas de trabalho, além de 11 conferências magistrais, proferidas por mulheres durante a atividade. Os dados gerais coletados e as análises estão disponibilizados nas próximas etapas.

É preciso ressaltar que o presente texto integra uma pesquisa mais ampla, que tem como título: “Do silenciamento à palavra: a presença da mulher nos estudos em comunicação na América Latina e a Agenda 2030”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo n.º 2019/26715. O recorte que objetivamos nessa reflexão que estamos apresentando é a de observar o protagonismo das mulheres (como sujeito da pesquisa) nos estudos apresentados no 2º Congresso Ibero-americano sobre Ecologia dos Meios, de maneira que seja possível avançar na produção do conhecimento, (re)conhecendo e compreendendo a natureza do espaço comunicativo-produtivo ocupado pelas mulheres e de conhecer o âmbito de suas pautas de investigação.

Para o recorte proposto também foi utilizada a pesquisa bibliográfica “como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (Lima & Miotto, 2007, p. 44). Assim, a ideia inicial foi a de sistematizar essa produção, de maneira

que fosse possível observar não somente os aspectos quantitativos do protagonismo e da presença feminina, mas as temáticas, parcerias, entre outros aspectos destacados nas análises realizadas.

Trabalhando os Dados Coletados

As Conferências

É possível observar não somente a diversidade de conferencistas, mas dos temas e das abordagens tratadas. Muitas são professoras, outras são profissionais da área da comunicação, como jornalistas e fotojornalistas e exercem suas atividades em diversas regiões. Quadro 1 traz essa sistematização dos dados coletados.

Quadro 1

Conferências magistrais proferidas durante o evento, 2020

Conferencista	Profissão	País	Tema
Paula Acunzo	Fotojornalista/ correspondente internacional	Argentina	10 dias de quarentena em Buenos Aires
Caroline Luvizotto	Pesquisadora, docente	Brasil	Estudos de gênero e ativismo social: perspectivas contemporâneas dos ativismos feministas
Maria João Antunes	Pesquisadora, docente	Portugal	Presença feminina na produção de podcasts
Maria Cristina Gobbi	Pesquisadora, docente	Brasil	A presença da mulher nos estudos comunicacionais latino-americanos: do silenciamento à palavra
Fatima Martínez	Pesquisadora, docente	Colômbia	La fotografía discreta: experiencias urbanas con la mobigrafía
Liliane de Lucena Ito	Pesquisadora, docente, jornalista	Brasil	O jornalismo digital em ambientes hiper
Veronica Altamirano	Pesquisadora, docente	Equador	Comunicación turística

Tamara Guaraldo	Pesquisadora, docente, jornalista	Brasil	A gestão da informação no Brasil: horizontes de mediação
Yasmin Sayán	Pesquisadora, docente	Peru	El rol de los medios de comunicación frente al COVID-19 en Perú
Cosette Castro	Pesquisadora, docente, jornalista	Brasil	Gênero, mídia, saúde mental e violência
María Jesús Ruiz	Pesquisadora, docente	Espanha	La escritura del guion audiovisual en femenino plural

Nota. Meistudies, 2020 adaptado pela autora, 2021.

Em todas as apresentações a presença feminina permeou as falas das pesquisadoras. Trabalhando temas que podem ser definidos com inter e multidisciplinares, grande parte das contribuições está ligada a ‘pesquisas práticas’ resultantes das atividades profissionais desenvolvidas pelas pesquisadoras. Temas atuais, como: Covid-19, violência, quarentena, saúde mental, violência, ativismo etc., foram tratados. São trabalhos que englobam áreas como o turismo, jornalismo, saúde, fotografia, gestão da informação, comunicação, gênero, entre outras.

As conferencistas representam países como: Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Espanha, Peru e Portugal, evidenciando que a temática sobre a presença e a produção feminina está presente em diversas localidades na Europa e na América Latina. Isto permitiu um sentimento de aproximação com as nações, sem perder de perspectiva a valorização das especificidades de cada cultura.

O reconhecimento do espaço cultural constitui um dado preponderante nas apresentações, em especial no sentido de compreender a atuação da mulher na história da comunicação e que a invisibilidade feminina está no centro das estruturas sociais.

As abordagens, ancoradas na geografia social, sejam elas físicas, biológicas, psicológicas, profissionais ou humanas, externam um conjunto de sensibilidades em contextos diversificados de interrelações e de proximidades que extrapolam as fronteiras físicas e se encontram nas intervenções sociais das culturas, das produções comunicativas e suas diversidades de nuances, tons, formas, formatos, sabores, cores etc. O conjunto resultante contribui significativamente mostrar identidades (femininas e/ou latino-americanas). São os ambientes onde os usos e os costumes estão delineados culturalmente e nos aproximam, realçando vivências e experiências plurais, mas não exclusivas, definindo procedimentos, técnicas e formatos de produção, recheados de distinções e de afinidades.

A diversidade dos temas abordados pelas pesquisadoras nas conferências trouxe múltiplos olhares para a comunicação produzida, evidenciando os cenários de cada região e caracterizando de que maneira a produção feminina tem permeado outras formas de participação e do fazer comunicativo, quer através de produtos (podcast, audiovisual, tecnologias, jornalismo digital, fotografia) ou em reflexões sobre saúde, segurança, participação, memória, história, ativismos, combate a violência de gênero, invisibilidade feminina etc.

Com os resultados foi possível observar que os desafios para ‘marcar’ a presença e o protagonismo feminino estão presentes nas diversas regiões através de uma mirada diferenciada dessa produção, distinguida pelo sensível e pelo afetivo que aproxima, insere e define os traços produtivos que caracteriza e identifica esse fazer comunicativo plural feminino³.

3. Todo o material está disponível para consulta no site do evento.

As Publicações

O evento ofertou 3 volumes, disponibilizados em publicações ebooks e igualmente o caderno memórias. São eles:

Imagem 1

Ebooks e caderno de memória do evento, 2020



Meistudies, 2020.

As publicações, editadas pela Ria Editorial (Portugal), trazem Comitê Científico, ISSN, licença Creative Commons e foram avaliadas

internamente. Nos volumes estão disponibilizados os textos apresentados no evento, na íntegra.

De acordo com os organizadores dos volumes, a ideia central do material disponibilizado é a de mostrar as mudanças que estão ocorrendo no ecossistema midiático. Para os editores, atualmente,

os estudos sobre ecologia dos meios tornam-se ainda mais relevantes. As estruturas comunicacionais são construídas a partir de novas tramas de atores midiáticos. A potencialização dos processos comunicacionais cresceu exponencialmente. O poder midiático, por sua vez, ganhou outro status. Com isso tudo, novas linguagens comunicacionais passaram a ser adotadas pela sociedade (Ria Editorial, 2021).

É importante assinalar que todos os materiais são de acesso gratuito e estão disponíveis no site do evento e da editora. E para a análise empreendida neste texto optou-se pelo caderno “Memórias” que reúne todos os textos apresentados, material esse que está disponibilizado em separado nos outros três volumes.

A sistematização e a análise do conteúdo do Caderno Memórias estão disponibilizadas nas reflexões a seguir.

As Propostas das Mesas de Trabalho

Chamadas de Conferências, divididas em 12 mesas (quadro 2), coordenadas por pesquisadoras/es de diversas regiões, evidenciam a diversidade de temáticas e de representações de vários países e instituições. São elas:

Quadro 2

Conferências do evento, 2020

Conferência	Sinopse proposta da mesa	Coordenação
Mesa 1 Fotografia	A mesa de trabalho reunirá propostas relacionados ao estudo de imagem, que contempla audiovisual, fotografia e infografia, nas diversas modalidades em que essas linguagens podem surgir. Estarão presentes estudos sobre os diversos gêneros audiovisuais, assim como as tendências da fotografia, mas também serão encontrados textos relacionados às tradições do campo da imagem.	Jefferson Barcellos, Centro Universitário Barão de Mauá Denise Guimarães, Universidade Estadual Paulista - UNESP
Mesa 2 Educação no Ecosistema Midiático	A mesa de trabalho espera receber propostas de estudos relacionados à educação, não somente na contemporaneidade, mas também através de uma reflexão com o passado e propostas de futuro. A proposta é justificada pela relevância de se compreender e potencializar a educação no entorno midiático.	Luis Pedro, Universidade de Aveiro Andrea Versuti, Universidade de Brasília - UnB
Mesa 3 Cinema e Audiovisual	A imagem em movimento possui diversas formas, essências e gêneros. Com essa ideia, a coordenação da mesa de trabalho espera receber propostas relacionadas ao estudo sobre imagens em movimento, contemplando a ficção e a realidade, independentemente da tecnologia adotada. Para tanto, esperam-se estudos empíricos, científicos, críticos, reflexivos, históricos e/ou que proponham processos de inovação.	Glaucia Davino, Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM Laura Piaggio, Universidade Nacional de Tierra del Fuego - UNTDF
Mesa 4 Rádio e Transformação Midiática	O ecossistema midiático é permeado de novos processos, mas também presencia reinvenções de processos tradicionais, como ocorreu com o podcast. A mesa de trabalho propõe discussões sobre o rádio e suas transformações midiáticas, desde questões tecnológicas a temas relacionados com a narrativa. Espera-se o envio de artigos que apresentem estudos empíricos, científicos, críticos, reflexivos, históricos e/ou que proponham processos de inovação.	Maria João Antunes, Universidade de Aveiro - UA Juliana Gobbi Betti, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Mesa 5 Ecologia dos Meios e Jornalismo	O jornalismo tem vivido profundas alterações em sua participação na sociedade contemporânea. Essa mesa de trabalho aguarda propostas de estudos relacionados com o jornalismo no ecossistema midiático contemporâneo, envolvendo desde linguagens e narrativas a estudos sobre a sua relevância na construção da opinião pública.	Maria C. Esperidião, GENEM -Grupo de Nova Ecologia dos Meios Katarini Miguel, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS Sandra Ruiz, Universidade Santo Tomás - UST

Mesa 6 Publicidade e Estratégias de Mercado	A mesa de trabalho reunirá estudos relacionados à publicidade e às estratégias de mercado frente a um target em transformação e a um cenário de meios decadentes e emergentes. Espera-se o envio de textos empíricos, científicos, reflexivos e/ou propositivos que envolvam o mercado como preocupação.	Xabier Martínez-Rolán, Universidade de Vigo
Mesa 7 Arte, Gamificação e Narrativas Complexas	A complexidade de narrativas, em especial com um cenário onde artes e gamificação compartilham aplicabilidades, é algo que se potencializa na nova ecologia dos meios. A partir disso, a mesa de trabalho espera receber propostas relacionadas ao estudo sobre arte, gamificação e narrativas complexas em suas diversas vertentes. Não estão limitados estudos relacionados a ambientes digitais, mas também nos cenários analógicos decorrentes dessa transformação midiática-ambiental-social.	Laís Margadona, Universidade Estadual Paulista - UNESP Natalia Martin Viola, Universidade Estadual Paulista – UNESP
Mesa 8 Inovação e Tecnologia	Com a preocupação de desenvolver um panorama sobre o ecossistema midiático contemporâneo, propomos um debate sobre o papel da inovação e da tecnologia neste contexto. Para tanto, esperamos contribuições em formato de artigo que ofereçam estudos empíricos, teóricos e experimentações aplicadas.	Jorge Hidalgo Toledo, Universidad Anáhuac México Diana Rivera, Universidad Técnica Particular de Loja
Mesa 9 Produção de Sentido na Nova Ecologia dos Meios	A mesa de trabalho espera receber estudos relacionados à construção de sentidos narrativos nos ambientes midiáticos contemporâneos, envolvendo investigações relacionadas não somente à semiótica e à análise do discurso, mas também às estratégias contemporâneas de concepção narrativa, envolvendo estudos sobre séries e projetos audiovisuais que contemplem estratégias diversificadas.	Osvando de Moraes, Universidade Estadual Paulista – UNESP Rosa Julián Gonzales, Universidad de San Martín de Porres - Lima, Perú.
Mesa 10 Narrativas Transmídia	A mesa de trabalho tem como expectativa a recepção de estudos relacionados às diversas possibilidades narrativas contemporâneas, não somente limitados a estudos de casos já existentes, mas também com o envio de textos reflexivos e propositivos no sentido de oferecer novos olhares às narrativas contemporâneas.	Alan Angeluci, Universidade de São Caetano do Sul – USCS Teresa Piñeiro Otero, Universidade da Coruña
Mesa 11 Inclusão, Transformação Social e Tecnologia	No ecossistema midiático contemporâneo, destaca-se como um tema de fundamental importância o estudo de gênero, especialmente através da potencialização a partir da tecnologia digital. A mesa de trabalho propõe o envio de artigos que contemplem relatos, estudos de caso, reflexões, investigações qualitativas e quantitativas, assim como análises de discurso e conteúdo relacionados aos estudos de gênero. Também são bem vindos textos que apresentem projetos relacionados à temática.	André Sens, Universidade Federal de Santa Catarina Juarez Xavier, Universidade Estadual Paulista - UNESP

<p>Mesa 12 Ativismo midiático, democracia e Justiça social</p>	<p>Em pleno momento de turbulência política e democrática de diversos países ibero-americanos, os meios voltam a ocupar um importante papel. Frente a isso, e tendo em vista o ecossistema midiático contemporâneo, torna-se necessária a promoção do debate em torno do papel da sociedade, dos meios e, especificamente, do jornalismo nessa manutenção da paz e da justiça social. Esse é o tema da mesa, que espera receber artigos resultantes de pesquisas científicas, empíricas e experimentações relacionadas com o tema.</p>	<p>Cláudia Assis, Universidade Federal do Amapá Sergio Gadini, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEP</p>
--	--	--

Meistudies, 2020.

As mesas de trabalho receberam 68 textos que foram apresentados por pesquisadoras/es de diversas regiões, englobando países da América Latina e da Europa. Ao realizar uma análise preliminar de cada texto apresentado, observamos singularidades, focos de interesse e as contribuições de cada mesa para a temática central do evento. Os resultados estão disponibilizados no quadro 3.

Quadro 3

Análise preliminar das Conferências do evento, 2020

<p>Mesa 1 – Tema Fotografia: Cinco trabalhos, sendo quatro do Brasil e um da Espanha. O foco central das investigações traz a mulher não como sujeito da pesquisa, mas como exemplo para possibilitar o entendimento da fotografia enquanto uma possibilidade importante e discutir a inovação frente às redes sociais digitais. Também é possível observar nos textos reflexões que remetem a técnicas fotográficas utilizadas, campanhas eleitorais com a participação feminina, difusão de imagens, emprego de elementos gráficos, recursos visuais, novos papéis desempenhados pela fotografia, sua proliferação nas redes de computadores, memórias e histórias da fotografia, tradições têxteis, artes visuais contemporâneas e a presença feminina, nova ecologia dos meios e a fotografia, construção e produção imagética, meios digitais e o uso da fotografia etc.</p>
<p>Mesa 2 – Tema: Educação no Ecossistema Midiático: A mesa temática recebeu oito pesquisas, tendo como países a Argentina (1), Espanha (1), sem identificação (2) e quatro do Brasil. As pesquisas focalizam a educação e suas várias possibilidades. Em alguns trabalhos a mulher aparece como objeto da pesquisa, cujo foco está direcionado para a formação, educomunicação, narrativas imersivas, realidade virtual, <i>bullying</i>, formas de narrativa, versatilidade das técnicas, aprendizagem, linguagem das artes visuais, construção de conhecimento, educação a distância, tutorias, redes sociais e compartilhamento, práticas de resistir, educação, política neoliberal, violência online, aborto, professoras feministas, mídia educação, estilo funk, adaptações teatrais, literatura anglófona, ensino crítico, conectividade, m-learning, artes visuais, poder, apropriação simbólica, ciborgues etc.</p>

<p>Mesa 3 – Cinema e Audiovisual: A mesa temática recebeu 10 trabalhos, sendo a sua maioria individual. Entre os focos encontrados estão pesquisas na história da arte latino-americana, videoarte, análises filmicas – em especial com o protagonismo temático feminino, construção imagética, melodrama, corpo feminino na produção dos filmes de ficção, fenômenos televisivos, afetos, corpo feminino, invisibilidade, cinema, karim aionunz; população carcerária feminina e produção cinematográfica.</p>
<p>Mesa 4 – Rádio e transformação midiática: A mesa teve três trabalhos. Um que traz as características da transmedia, analisando duas rádios. O outro trouxe uma reflexão sobre as audiências e o uso das tecnologias nas rádios do Equador. O último estuda o programa <i>A vivir que son dos días</i>, da rádio <i>Sociedad Española de Radiodifusión</i>. Os pesquisadores são da Argentina, Equador e Brasil.</p>
<p>Mesa 5 – Ecologia dos meios e Jornalismo: Aborda questões sobre transformações no ecossistema midiático e uma possível ressignificação do colunismo. Também traz reflexões sobre entretenimento, valores notícia, celebridades, significados e papéis atribuídos às narrativas às mulheres enquanto sujeitos políticos, cultura do consumo, baseada em imagens estereotipadas do corpo feminino; Ecologia dos Meios, teoria da Midiatização, hermenêutica, violência contra a mulher brasileira etc. Foi possível observar que em alguns textos a presença feminina é trazida para discutir contextos e situações presentes na sociedade, como violência, política, publicidade.</p>
<p>Mesa 6 - Publicidade e Estratégias de Mercado: O grupo recebeu quatro trabalhos. A presença feminina está mais bem representada como objeto da pesquisa e não, necessariamente, como o foco (protagonismo), na maioria dos trabalhos. Entre as diversas análises, estão presentes temas que tratam sobre: publicidade social, Facebook, marcas, inter-relações complexas, territórios, radiografia do setor audiovisual televisivo; protagonistas femininas, ficção televisiva, anunciantes, consumo globalização, <i>target</i>, produção televisiva, modelo de negócio, fake news, Cultura Participativa, fã, conteúdos pagos, influenciadores digitais, propagadores de conteúdo, redes, produtores independentes etc.</p>
<p>Mesa 7 - Arte, Gamificação e Narrativas Complexas: Com três trabalhos apresentados os textos tratam de pesquisas com as perspectivas de narrativas articuladas, produtos culturais, questões sociais, narrativas dos jogos digitais, personagens femininas, atribuição de papéis, personagens femininas; game, fotografia e pintura, vídeo jogos, jogos eletrônicos, potencial educativo, linguagem, entre outras.</p>
<p>Mesa 8 - Inovação e Tecnologia: Recebeu três pesquisas que abordam redes sociais, comunidades on-line, tensões, hashtag, movimento feminista, sentimentos, percepções, caracterização da produção jornalística audiovisual feminina, podcast, videocast, categoria “mulher”, Open Design, makers, mulheres “fazedoras”, discussões acadêmicas feministas.</p>
<p>Mesa 9 - Produção de Sentido na Nova Ecologia dos Meios: Foram recebidos quatro textos que abordam questões: Televisão, TV Educativa, web, redes sociais, brecha tecnológica, economia, política, entretenimento, educação, produção educativa, quilombolas, indígenas, audiovisual, decolonialidade, opressão das mulheres, crítica emancipatória, minorias, escrevivências audiovisuais, documentário, discurso, saúde, HIV, homens gays, poder, esquecimento, fake news, jornais, eleições presidenciais, reportagens etc.</p>
<p>Mesa 10 - Narrativas Transmídia: Nesta mesa foram recebidos dois textos. Um do Brasil e outro da Espanha. Os materiais tratam basicamente de: transmidialidade e as estratégias de mercado, audiência, sustentabilidade, construção cognitiva.</p>
<p>Mesa 11 - Inclusão, Transformação Social e Tecnologia: Uma das mais amplas em números de trabalhos, recebendo 10 pesquisas, sendo duas da Espanha e o oito do Brasil. Há uma diversidade de temas, abordagens, metodologias que foram utilizadas, dentre as quais podemos citar: movimento feminista, comunicação, organizações, empresas, leituras críticas, comunicação centralizadoras, homogeneizantes e hierárquicas das empresas, olhar organizacional; direitos à liberdade, à educação, à participação política, à segurança, às escolhas sexuais, à expressão de pensamentos, processos sociais e históricos, análise indutiva e interpretativa, mensagens publicitárias, conteúdos sexistas, divisão sexual do trabalho, auto-regulamentação, análise de conteúdo, violência machista, indústria publicitária, agências de publicidade, representação, desigualdades, criatividade, anunciantes, sócio-economia, pessoas com deficiência, mundo do trabalho, jornalismo, emprego, estabilidade, desnaturalização do androcentrismo, currículo, meio digital, ativismo online para combater o assédio, violência de gênero contra mulheres, Jogos Eletrônicos, quadrinhos, comics, cyberbulling, ciberfeminismo, fenômeno infocomunicacional, Paradigma Tecnológico, político, educacional e comunicacional, além de internet, Big Brother Brasil etc.</p>

Mesa 12 - Ativismo midiático, democracia e Justiça social: Com um número expressivo de texto se considerado a partir dos outros grupos, os temas trataram de algumas metodologias e as abordagens foram significativamente variadas. Entre elas podemos citar: fontes jornalísticas, deontologia, jornalismo, democracia, público e privado, ecossistemas, argumento, prática midiática, estratégias, movimento político antissistema, análise dos partidos políticos, online, estratégias de comunicação, descontentamento popular, partidos políticos PSL e M5S (Brasil e Itália), violência, contexto social, políticas legislativas, patriarcal. Alguns tratam do conflito político e social, segurança para os jornalistas, atos de violência, manifestações sociais, organismos internacionais, Unesco, liberdade de expressão, liberdade de imprensa. Há também trabalhos que pautam suas reflexões em sobre memórias coletivas, ditadura militar, mobilização social, redes digitais, feminicídio, mulheres negras, discursos com vieses machistas, homofóbico e racistas, estudo comparativo, mídia radical, dia das mulheres, marchas femininas, jornalismo para a paz. Outros temas também foram tratados, como: hermenêutica, ocupação de espaços públicos, veganismo, legislação denominada Cota de Tela, Economia Política da Comunicação e da Cultura, além de Representação Política da Mulher e eleições.

Meistudies, 2020, adaptado pela autora, 2021.

A análise prévia dos 68 textos mostra a diversidade de olhares, de temas, de metodologia e, principalmente, outros e novos conceitos para analisar o cenário comunicativo na perspectiva da Nova Ecologia dos Meios. Os materiais trazem reflexões críticas e resultados, evidenciando algumas singularidades das regiões e de suas/seus pesquisadoras/es. É possível perceber aspectos que nos aproximaram, como por exemplo, as manifestações sociais, formas e formatos da mídia massiva, a luta por justiça e inclusão social e democracia.

Do mesmo modo, foi possível observar que parte significativa do referencial teórico-metodológico está amparada em estudos recentes, em especial textos escritos a partir dos anos 2000, particularmente da segunda década do século XXI.

Há algumas referências dos 1970, 1980, 1990 em clássicos como: Beauvoir, Simone. (1970). *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro e Tuchman, Gaye. (1983). *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili. Também, há muitas referências em textos que estão disponibilizados na web, resultados de outras pesquisas, mostrando

proximidades e a importância da web na divulgação e no acesso da produção científica produzida.

O tema mulher, como sujeito da pesquisa, aparece em alguns trabalhos. Porém, grande parte do material traz a temática mulher como ‘direcionamento das análises ou componentes da pesquisa’, originando suas reflexões a partir do exercício prático da comunicação em suas mídias massivas e nos movimentos comunicativos sociais, quer refletindo sobre novas formas ou formatos, quer através de outros processos produtivos. Contemplam, igualmente, técnicas de uso de equipamentos comunicativos, história e evolução dos meios etc. Também, estão presentes as discussões sobre políticas, liberdade de expressão, desinformação, economia política da comunicação, ficção televisiva, fotografia, redes e tecnologias comunicativas, educação, publicidade, entre outros. Essas miradas evidenciam a comunicação e suas perspectivas como focos centrais dos trabalhos e reforçam a multidisciplinaridade do campo, ao buscar empréstimos em áreas e disciplinas como: Sociologia, História, Geografia, Educação, Tecnologia, Artes, Comunicação, os estudos feministas, a gamificação, entre outros. Marcados pela produção de sentido, em estreita relação com a Nova Ecologia dos Meios, se pautam na transformação social, nas estratégias de mercado, no jornalismo, na publicidade, no cinema e audiovisual, no rádio, na fotografia, na educação, no ativismo midiático, entre outros.

Não foi possível sistematizar a construção do referencial bibliográfico e das citações utilizadas nos textos apresentados. A forma como a norma APA (American Psychology Association) possibilita assinalar o referencial teórico com a abreviação do primeiro nome, não oportuniza a análise para identificar autoras e autores presentes nas referências citadas,

ocorrendo o mesmo nas citações no corpo dos textos. Uma sugestão seria adotar como padrão a utilização do nome completo em todas as referências utilizadas (bibliográficas e textuais), sendo essa uma forma de dar visibilidade para o referencial teórico-metodológico utilizado. Foi possível observar poucas autocitações.

Dando continuidade as análises para observar a presença feminina, o quadro 4 desmembra as palavras-chave utilizadas nos textos. Foram encontradas 298 palavras, com poucas repetições. Para sistematizar, utilizando o critério de ‘similaridade’, optou-se por dividir em quatro grupos: feminino, feminina, feminismo; gênero; mulher, mulheres e diversas, que contempla palavras que tratam ou lembram o universo feminino, mas sem utilizar as palavras anteriores destacadas nos outros grupos. No último (diversas) estão palavras-chave como: feminicídio, patriarcado, violência, corpos, revistas AzMinas e Mujeres, aborto, Bru Rovira, Bell Hooks, Karim Aïounz, Cici Pinheiro, Vibeke Sorensen, Ximena Cuevas, maternidade, C(elas), cineastas negras, protagonismo, fotógrafas, entre outras, que remetem ao universo de estudos sobre mulher e feminismo.

É necessário destacar que em parte significativa do material analisado, embora em alguns casos traga a perspectiva feminina em suas reflexões, as palavras-chave, normalmente em número de quatro em cada texto, não fazem nenhuma referência ao universo feminino. Isso reforça o argumento de que em poucos casos o ‘sujeito’ da investigação era protagonizado pela ‘mulher ou gênero ou feminismo’, sendo muitas vezes encontradas de forma tangencial ou exemplificando algumas análises.

A representatividade das palavras-chave que trazem representatividade ao universo representado alcançou 18% (53) de todo o material analisado. Os dados estão detalhados no quadro 4, a seguir. São elas:

Quadro 4

Palavras-chave utilizadas, 2020

Mesa	Número de palavras-chave	Palavras-chave - tema do evento					Palavras-chave que não remetem ao universo feminino
		Feminino Feminismo Feminina	Gênero	Mulher Mulheres	Diversas (Feminismo/ mulher)	Total de palavras-chave que remetem ao universo feminino	
1 - Fotografia	23	1	0	2	1	4	19
2 - Educação no Ecosistema Midiático	31	2	0	0	0	2	29
3 - Cinema e arte visual	42	4	0	1	9	14	28
4 - Rádio e transformação midiática	11	0	0	0	1	1	10
5 - Ecologia dos Meios e Jornalismo	24	1	1	1	4	7	17
6 - Publicidade e Estratégias de Mercado	20	0	0	1	0	1	19
7 - Arte, Gamificação e Narrativas Complexas	9	1	0	0	0	1	8
8 - Inovação e Tecnologia	13	1	1	0	0	2	11

9 - Produção de sentido na Nova Ecologia dos Meios	18	0	1	0	0	1	17
10 - Narrativas Transmídia	10	0	0	0	0	0	10
11 - Inclusão, transformação social e tecnologia	53	4	5	0	0	9	44
12 - Ativismo midiático, democracia e justiça social	44	4		2	5	11	33
Totais	298	16	8	7	22	53	245

Meistudies, 2020, adaptado pela autora, 2021.

As palavras-chave “feminina, feminino e feminismo” são as mais utilizadas, acompanhadas de gênero e mulheres/mulher. As mesas: Cinema e Audiovisual; Ativismo midiático, democracia e justiça social; Inclusão, transformação social e tecnologia foram as mais representativas na utilização de palavras representando o universo feminino nos trabalhos apresentando no evento.

Em uma análise mais diretiva e detalhada é possível afiançar que as miradas trazidas nas investigações direcionam para escopos e objetivos que despertaram o interesse das autoras/es para a presença feminina no universo do Ecosistema Midiático, quer pela experiência ou por situações vividas em suas regiões ou ainda pela área de conhecimento onde estão inseridas. Assim sendo, em alguns textos observam-se pistas sobre a ‘presença’ feminina em estudos de comunicação. Outro detalhe importante é com relação à variedade de palavras-chave que remetem ao universo feminino, como destacado anteriormente. São amplas,

diversificadas e demonstram a multiplicidade de enfoques trazidos pelos trabalhos apresentado.

A última etapa da análise buscou sistematizar e quantificar a participação de pesquisadoras/es nos trabalhos apresentados, objetivando demonstrar as autorias dos textos. O quadro 5 mostra a divisão das contribuições, por mesa temática e gênero.

É importante assinar que esta pesquisa, por integrar uma investigação mais ampla, mantém as mesmas características das escolhas teórico-metodológicas da investigação base. Portanto, suplanta a crítica essencialista da dualidade (mulher/homem) e se pauta no gênero enquanto categoria para análise histórica, rejeitando o caráter fixo e permanente da oposição binária presente na construção hierárquica da relação entre masculino e feminino. Desta forma, “em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. (...) Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas acontecem para descobrir porque elas acontecem” (Scott, 1995, p. 20). O estudo também se pauta pela formulação de Michelle Rosaldo (1980, p. 362), quando afirma que “temos que procurar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa (...)” do por que, entendendo que o lugar da mulher nos estudos comunicativos não é “diretamente o produto do que ela faz, mas o sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta”, presentes na história da comunicação na América Latina.

Assim, as colaborações das mulheres nas mesas de trabalho estão sistematizadas no quadro 5, a seguir.

Quadro 5

Presença feminina na autoria dos trabalhos apresentados, 2020

Mesa Temática	Tema das mesas	M*	H*	M/H*	H/M*	M/M*	H/H*	Totais
1	Fotografia	2	1	1	0	0	1	5
2	Educação no Ecossistema Midiático	3	2	1	0	2	0	8
3	Cinema e arte visual	4	1	0	1	4	0	10
4	Rádio e transformação midiática	1	1	0	1		0	3
5	Ecologia dos Meios e Jornalismo	0	2	1	0	3	0	6
6	Publicidade e Estratégias de Mercado	0	0	0	0	3	1	4
7	Arte, Gamificação e Narrativas Complexas	0	0	3	0	0	0	3
8	Inovação e Tecnologia	0	0	0	0	1	2	3
9	Produção de sentido na Nova Ecologia dos Meios	2	1	0	1	0	0	4
10	Narrativas Trasmídia	0	2	0	0	0	0	2
11	Inclusão, transformação social e tecnologia	3	1	0	0	4	2	10
12	Ativismo midiático, democracia e justiça social	4	1	2	1	2	0	10
	Totais	19	12	8	4	19	6	68

Nota. São trabalhos produzidos individualmente por M = mulheres; H = homens. Coletivamente, estando na ordem da letra a referência da primeira autoria, assim: M/H = mulher/homem; H/M = homem/mulher. Os trabalhos H/H e M/M externam pesquisas coletivas formadas por um gênero. Meistudies, 2020, adaptado pela autora, 2021.

Grande parte dos trabalhos, 38 textos, 52% do total, são pesquisas produzidas ou integradas somente por mulheres. Se adicionarmos a presença feminina como primeira autoria (com a presença do homem na equipe), o volume final atinge 46 produções, representando 68% de todo o material. Se somarmos os outros trabalhos com a presença feminina em autoria H/M, perfazem 74% das investigações. Isso demonstra

que a temática geral do evento despertou o interesse das mulheres para apresentarem as pesquisas que estão sendo realizadas.

As mesas mais representadas com a presença feminina foram: Cinema e Audiovisual (9); Ativismo midiático, democracia e justiça social (9) e Inclusão, transformação social e tecnologia (7), reforçando a análise das palavras-chave e evidenciando a importância da presença feminina para assinalar essa representatividade. É interessante observar que as perspectivas de “Inovação e Tecnologia” (1) e “Narrativas Transmídia” (0) são poucos explorados pelo e no universo feminino das pesquisadoras.

No quadro dos trabalhos apresentados pelo gênero masculino as reflexões sobre “Inclusão, transformação social e tecnologia, representam as escolhas, com 3 inserções. Um detalhe que chama a atenção é a presença da palavra “transformação”, presente nos diversos textos apresentados nas várias mesas. Em alguns trabalhos esses câmbios apontam para as mídias frente às tecnologias digitais e para a linguagem midiática, mas também evidenciam que as transformações não ocorrem somente pela evolução tecnológica, mas por outras incorporações e formas de analisar o fazer comunicativo, como na produção e na maior presença feminina nesses cenários.

Nos trabalhos em parceria, a maioria é resultado de pesquisa, sendo assinadas em conjunto entre orientador/a e orientandos/as ou mesmo entre docentes da mesma instituição.

Há alguns temas/pautas de estudos mais recentes, como narrativas transmídia, gamificação, Ecologia dos meios. Outros mais recorrentes nos estudos da área, como jornalismo, fotografia e educação. Algumas pautas investigadas assinalam o momento pandêmico que o mundo atravessa

e as dificuldades, em especial, com relação aos espaços de isolamento social exigidos para redução da contaminação pelo SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19 e suas variantes. Em muitos trabalhos a violência é a tônica, em especial nas análises que trazem a mulher como exemplo dos diagnósticos realizados.

Finalmente, é preciso assinalar que a coordenação do evento teve o cuidado de convidar somente mulheres para as conferências magistrais, e nesse caso direta ou indiretamente a presença feminina esteve mais bem representada. Porém, embora os trabalhos e as conferências com a participação feminina tenham sido maioria, os resultados não mostram de forma significativa o protagonismo feminino nas análises que foram empreendidas.

Considerações Finais

O mundo encontra-se em uma “batalha incansável” contra o novo Coronavírus (COVID-19), que assola países, afetando todos os setores da sociedade, inclusive o educacional, fazendo com que povos e nações busquem alternativas de proteção, combate e formas de manterem-se ativos em suas atividades cotidianas, respeitando as determinações das autoridades de saúde para isolamento e o distanciamento social.

Sim, o Brasil amarga quase 600 mil mortes pelo Covid-19. Olhando para o cenário cheio de incertezas quanto à vacinação geral da população em especial no Brasil, nos vemos envolvidos em uma série de outras crises, como a financeira e social, além da sanitária. Os índices de violência aumentam em todas as frentes e a mulher tem sido uma das grandes vítimas. É um quadro perverso que combina altos índices de desemprego, pobreza, fome, falta de atendimento em saúde, altos

níveis de desemprego, aumento da carga de trabalho e das atividades domésticas, entre outras.

Os resultados expostos por diversos indicadores sociais mostram que aliado a crise sanitária, as desigualdades já existentes estão sendo ampliadas. São cerca de 14 milhões de famílias na linha da extrema pobreza (famílias que vivem com R\$ 89 mensais por pessoa) (“Mais de 14 milhões de famílias brasileiras estão na linha da extrema pobreza”, 2021). Com referência ao quadro da violência contra mulher, o trabalho “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, 3º edição, 2021, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Datafolha mostram que:

1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. (...) 52,6% afirmam que permaneceram mais tempo em casa. (...) 48,0% afirmam que a renda da família diminuiu. (...) 33,0% perderam o emprego. (...) Para 44,4%, o período da pandemia de covid-19 significou também momentos de mais estresse no lar. (FBSP, 2021, p. 9)

Há outras tantas violências físicas, psicológicas, de não respeito aos direitos e a vida, de falta de moradia e alimentação, de atendimento médico etc. Talvez todo esse conjunto possa ser uma justificativa para os estudos sobre violência, feminicídio etc., presentes nas pesquisas analisadas.

Estes resultados, ainda inicialmente sistematizados, permitem observar que há um conjunto de produções comunicativas, variando entre livros, textos, entrevistas etc., que formaram o referencial utilizado.

Porém, a presença feminina latino-americana é pouco assinalada e referenciada. Essa assertiva precisa ser aprofundada na investigação que segue em desenvolvimento, objetivando conhecer quais teorias e metodologias elas trazem como contribuição para a formação do Pensamento Comunicacional Latino-Americano (PCLA). Assim, ainda é necessário um direcionamento mais focalizado para que os estudos mostrem a presença feminina como protagonista (sujeito ativo) daquilo que está sendo investigado, evidenciando sua presença e produção na amplitude da multidimensionalidade comunicacional, demonstrando as interrelações dialéticas da mulher, presentes no processo analisado. Embora os resultados alcançados nos trabalhos apresentados sejam importantes para construção do conhecimento sobre a participação da mulher nos estudos em comunicação, eles não se constituem em objetivo central de análise para a investigação mais ampla que está em curso. Contudo, trazem dados importantes que propiciam o conhecimento sobre a multiplicidade de olhares e perspectivas que vem sendo empreendidas com presença feminina.

Referências

- Corner, J. (2019). Origins and transformations: histories of communication study. *Media, Culture & Society*, 41(5), 727-737. <https://doi.org/10.1177/0163443718820666>
- FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (3º ed.). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>

- Fuentes Navarro, R. (2019). Pesquisa e metapesquisa sobre comunicação na América Latina. *Revista Matrizes*, 3(1), 27-48.
- Lima, T. C. S. de, & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*, 10, 37-45.
- Mais de 14 milhões de famílias brasileiras estão na linha da extrema pobreza. (2021, maio, 23). Recuperado de <https://istoe.com.br/mais-de-14-milhoes-de-familias-brasileirasestao-na-linha-da-extrema-pobreza>
- Meistudies. (2020). 2º Congresso Ibero-americano sobre Ecologia dos Meios. <http://www.meistudies.org/index.php/cia/2cia/schedConf/presentations>. Acesso em: out 2021.
- Ria Editorial. (2021). <http://www.riaeditorial.com/index.php/colecoes/>
- Rosaldo, M., & Lamphere, L. (1979). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Paz e Terra.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica (Texto original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Columbia University Press, 1989). *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

DIÁLOGO ENTRE ARENDT E BAUMAN SOBRE OS PRINCIPAIS RISCOS À DEMOCRACIA NA MODERNIDADE LÍQUIDA PÓS-PANDEMIA: O CIDADÃO TRANSFORMADO EM CONSUMIDOR E A VERDADE FACTUAL AMAÇADA

*Cintia Barudi Lopes¹
Thiago Luiz dos Santos²*

Conforme Santos (2004, pp. 7-8), a humanidade experimenta, desde os anos 1950, uma migração para a era pós-moderna, a qual nasceu com a arquitetura e a informática nos anos 50 e experimenta, no presente momento a revolução da tecnologia e da ciência e a invasão de ambas no cotidiano das pessoas.

-
1. Doutora pela PUC/SP e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e das Faculdades Metropolitanas Unidas. Advogada.
c.barudi@uol.com.br
 2. Pós-graduado pela Escola Paulista de Direito e Advogado.
thiago.dos.santos.academico@gmail.com

Debruçando-se sobre o tema supracitado, o sociólogo Bauman preferiu denominar o presente momento histórico como “modernidade líquida”, contrapondo a fluidez e adaptação e instabilidade de tudo e de todos diante dos mais diversos eventos à solidez e quase imutabilidade dos mesmos na era que a antecedeu (“modernidade sólida”). Aliás, toda a sua obra se dedica ao estudo do estado líquido ou à liquefação de pessoas (naturais ou jurídicas), coisas e instituições e o que deles advêm e as consequências disto para a vida na era atual.

Em meio à liquidez e liquefação supracitadas, merecerá especial atenção, no presente trabalho, a movimentação de colonização do espaço público pelo privado, representada, especialmente, pela transformação do indivíduo de cidadão em consumidor, a ausência de espaços públicos de diálogo e as consequências da modernidade líquida nos regimes democráticos.

Por outro lado, a filósofa Arendt, em seus trabalhos, também faz referência às sociedades pós-modernas como sendo de consumo, de tal maneira que seus membros estão sempre submetidos a um processo contínuo de trabalhar para, tão somente, consumir. Alerta, ainda, para os perigos dos regimes totalitários, que tendem a isolar o indivíduo, até mesmo, do convívio familiar e aliená-lo com técnicas específicas de propagandas. Enfim, destaca que a mentira permanece em constante conflito com a verdade factual, possuindo o poder de acabar com esta.

Dada a contemporaneidade das principais ideias dos autores Bauman e Arendt, o presente artigo buscará analisar e estabelecer o diálogo, entre ambos, sobre a transformação do cidadão em consumidor e o poder destrutivo da mentira sobre a verdade factual; e verificar se estes elementos de são sinais de ameaça à democracia na modernidade líquida.

Esclarece-se que a metodologia do artigo será embasada no critério hipotético-dedutivo e sustentada em doutrinas específicas, artigos científicos, assim como em consulta a sites de notícias jornalísticas. Trabalhar-se-ão as hipóteses de que é possível estabelecer um diálogo entre os ensinamentos de Bauman e Arendt e de que estes são válidos, hodiernamente, como alertas aos riscos à democracia na modernidade líquida.

Finalmente, crê-se que o presente trabalho poderá contribuir para a comunidade acadêmica ao analisar, mediante revisão bibliográfica, a possibilidade de se estabelecer diálogos entre os ensinamentos de Bauman e Arendt e concitar o meio acadêmico e a sociedade em geral sobre a importância da leitura e do estudo de ambos, dado que seus pensamentos são alertas, especialmente nos tempos atuais, contra problemas na sociedade inserta na modernidade líquida, a qual enseja tanto o nascimento e fortalecimento de governantes com tendências totalitárias quanto o enfraquecimento da democracia e suas instituições.

O Processo de Esvaziamento do Espaço Público e a Consequente Transmutação da Condição do Indivíduo de Cidadão para Produtor-Consumidor

Para se entender o processo de alienação do indivíduo em Arendt e Bauman, é imperioso entender de onde este é alienado. Assim, para ambos, tal fenômeno ocorre na medida em que as pessoas são retiradas, por meios diversos, do convívio do espaço público e passam a viver, unicamente, em suas esferas privadas.

Em “A Condição Humana”, Arendt (2007, p. 62) expõe que a esfera pública se dá na convivência do indivíduo no mundo. Entretanto, este

não equivale ao planeta Terra em si, mas o espaço comum a todos, no qual cada um tem seu devido lugar. É o resultado das mãos humanas e dos negócios realizados entre as pessoas. Assim, a convivência nele permite aos seres humanos reunirem-se sem que, contudo, colidam entre si.

Ainda segundo a supracitada autora (Arendt, 2007, p. 67), é no espaço público que se constrói a noção de verdade, ao se observar que: “a despeito das diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão interessados no mesmo objeto”. Ao estudar a referida obra, Nagamine e Vitale (2020, pp. 1-16) concluíram que:

Um ganho analítico que o pensamento arendtiano nos oferece é a possibilidade de pensar o público ligado a práticas sociais, sem abrir mão de uma dimensão normativa. Ele nos possibilita, em suma, analisar fenômenos sociais em curso e nos ajuda a julgar o que está diante dos nossos olhos desde uma perspectiva situada, a ser alargada pelo esforço por incorporar outros pontos de vista, reais ou imaginados (Arendt, 1992), ao nosso próprio (Nagamine & Vitale, 2020, p. 13).

Neste diapasão, insta destacar que Ferreira (2017, pp. 211-226), ao analisar a noção de espaço público em Hannah Arendt, preconiza que o seu entendimento perpassa o da noção grega de *pólis* e da vida política. Assim, a primeira seria o local que resolveria a noção da fragilidade e efemeridade humana, criando um corpo permanente de pessoas que formariam um espaço no qual, mediante o direito à memória, se transmitiriam às gerações vindouras a ação e o discurso dos seres humanos, transformando-os em patrimônio imaterial de todos. Portanto, o autor defende que, em Arendt, a política não estaria voltada para o atendimento às necessidades materiais humanas, mas sim para deixar claro à

humanidade que esta é dotada de uma natureza que dotada da capacidade de criar, dar sentido e transcender a vida biológica. Somente na união aos outros em ação e palavra que o animal *homo sapiens* consegue uma vida adequada, que pode ser denominada “humana”.

Sobre os espaços públicos, Bauman (2011, livro eletrônico) os classifica em “espaços públicos, mas não civis” e, hodiernamente, destaca que podem se enquadrar em duas categorias. O primeiro é o local público que, por sua arquitetura, desencoraja a permanência e interação entre as pessoas, rodeado por prédios e repartições imponentes e inacessíveis e servem apenas para o trânsito das pessoas. O último, por seu turno, destina a servir ao consumo e a transformar as pessoas em consumidores, possibilitando que estes transitem com calma e segurança durante a realização individualista de suas compras, sem a necessidade de interação com os demais; assim, os consumidores, embora reunidos, não são forçados e nem querem estar unidos. Explicando os ensinamentos de Bauman, Santos (2015, pp. 62-72)

O público não tem mais objeto próprio, transformou-se em conglomerados privados, tratando apenas e tão-somente daquilo que o indivíduo pode e deve produzir por si mesmo. A liberdade da espécie humana também é apenas a soma das liberdades individuais e a liberdade individual somente pode ser proporcionada pelos próprios sujeitos. Não há lideranças sociais onde se possam depositar esperanças, da mesma forma com que não há chances de procurar soluções em poderes metafísicos.

É preciso, assim, um trabalho de adaptação do espaço público, mormente quando se tem em conta que é tarefa da sociedade proporcionar liberdade plena para os sujeitos. Propõe Bauman, então, a retomada do discurso do bem comum. (Santos, 2015, p. 68)

Destrinchando o pensamento baumaniano acerca do esvaziamento do espaço público, Vanessa Dal Canton et al. (2020, pp. 1-24) explicam que esta ocorre mediante o aprofundamento da individualização que desvincula a pessoa do seu eu cidadão. Logo, quando os locais públicos são ocupados apenas de indivíduos, as atitudes destes os permeiam tão-somente com cuidados e preocupações individuais, ocasionando verdadeira expulsão de tudo o que seja de interesse do discurso público. Como consequência, estes locais deixam de ser permeados por questões que promovam o pensamento e a ação coletivos e se transformam em espaços de publicização da vida privada. Nas palavras das autoras: “Para os indivíduos o espaço público é uma grande tela em que são projetadas suas aflições privadas diariamente sem cessar, ou seja, há um encolhimento do espaço público” (Dal Canton et al. 2020, p. 6).

Uma vez esvaziado o significado de espaço público e alienado, do indivíduo, a possibilidade de interações profundas e verdadeiras com seus semelhantes que o possibilite pensar, para além de suas necessidades individualistas, nas problemáticas sociais e nas possibilidades de suas implicações e transformações torna-se viável a transformação de sua própria condição em si, subtraindo-lhe a cidadania e preenchendo tal vácuo com a importância do “ser consumidor” acima do “ser humano”.

Ao enxergar as pesquisas de justiça e igualdade social através das lentes de Bauman, Ligocki (2019, pp. 81-90) verificou que a sociedade líquida apresenta quatro elementos principais que resultam na coisificação das pessoas e na transformação do cidadão em consumidor. O primeiro é a falta/desintegração das conexões sociais, as quais geram a falta do senso de comunidade e a ideia de que todos os problemas têm apenas causas individuais, e não sociais. O segundo é a miscigenação

entre a vida pública e privada, resultando em postagens de assuntos que, então eram íntimos, nas redes sociais, de tal maneira que as pessoas se autovigiam e publicizam suas vidas. O terceiro e o quarto pontos são conexos entre si: insensibilidade e descartabilidade. Esta é caracterizada pela relegação à periferia social das pessoas que não podem se integrar mediante o consumo, sendo tal comportamento reforçado pela insensibilidade, a qual não permite aos indivíduos perceberem tanto a si quanto aos outros como elementos descartáveis.

Os supracitados elementos, ao coisificar as pessoas, resultam na transformação das relações sociais em relações de consumo, as quais mereceram pesadas críticas de Bauman (2011, livro eletrônico). Marcadas pela precariedade, instabilidade e vulnerabilidade, as condições de sobrevivência digna das pessoas se tornam cada vez menos possíveis e, na falta de segurança em longo prazo, busca-se a satisfação imediata como estratégia alternativa. O mundo se torna simples recipiente de coisas e pessoas a serem usadas, culminando em relações e parcerias fugazes que devem ser consumidos ao invés de construídos. Ao contrário da construção conjunta de laços, o consumo de relações é uma atividade individual e, portanto, solitária, o que gera pessoas inseguras, irritáveis e incapazes de trabalhar em grupo e/ou a longo prazo. Logo, segundo Thompson e Kaumar (2020, pp. 9-14):

Bauman argumenta que os consumidores (anteriormente conhecidos como cidadãos) foram desempoderados pela dissolução de sólidos pilares de identidade e agora se encontram infeliz (e desesperadamente) dependentes das marés em constante mudança do consumismo controlado pelas corporações para manter as ansiedades existenciais resultantes sob controle. (Thompson & Kaumar, 2020, p. 11)

Realizando duras críticas à sociedade de consumo, Arendt (2007, pp. 138-148) traz à lume a ideia de que não houve a emancipação da classe trabalhadora, mas do próprio labor em si. Assim, o trabalho se emancipou, mas não ocorreu a emancipação do ser humano em relação ao trabalho realizado para o fim único de “prover o sustento”. Desta forma, a sociedade atual é constituída de operários-consumidores e não de trabalhadores que possam trazer real significado à humanidade. Mesmo com o advento da tecnologia, que automatizou processos e deixou os seres humanos com menor carga horária de labor, este não se emancipou verdadeiramente, gastando seu tempo livre em um incessante consumir. Assim como Bauman, a autora aponta que, ao revés de se engajar na esfera pública e pensar e defender os ideais de uma sociedade melhor, o operário-consumidor utilizou o espaço público para publicizar questões privadas, gerando verdadeira cultura de massas, permeada pela infelicidade universal e caracterizada por uma economia de desperdício. Detalhando tais ensinamentos, Mariz et al. (2015, . 891-897):

A substituição da ação pelo processo fabril conduz ao consumismo e ao acúmulo de riquezas, que estão enquadrados no Labor. Quando a riqueza deixa de ser um meio para garantir a preservação da vida humana e a satisfação das necessidades vitais (individual e da espécie), esta torna-se um fim em si mesma. A partir daí, tem-se o nascimento do que chamamos de Capital, um processo que busca exclusivamente, e cada vez mais, a produção de riqueza. Um processo cíclico sem fim.

O *homo faber*, fabricante do mundo, substitui seus ideais pela satisfação da abundância. Esta satisfação, articulada com o meio, vem a gerar uma produção inesgotável da riqueza, o chamado ‘esquema da produção-consumo’, que só garante o crescimento da riqueza para o próprio produtor ou detentor do capital e dos meios de produção. Nesse esquema, o consumo, e não a riqueza, é o que se mostra como

finalidade para o consumidor, cada dia adquirir ou possuir mais. (Mariz et al. 2015, pp. 893-894)

Com a desconstrução dos espaços públicos, a coisificação das pessoas e a transformação das interações e laços humanos em simplórias relações de consumo, têm-se, como golpe de misericórdia, a subtração da liberdade do ser de ser.

Pormenorizando o raciocínio de Arendt, Machado et al. (2018, pp.156-164) expõem que a liberdade não se resume ao conceito neoliberal de afastamento do Estado da vida privada, mas a possibilidade de participação na vida pública, a qual só ocorre no espaço público. Desta forma, ação, palavra e liberdade devem ser conquistados mediante a construção e manutenção do espaço público, no qual o ser humano pode exercer a coragem de se revelar aos demais.

Entretanto, na direção oposta ao exercício da liberdade retro mencionada, Carvalho et al. (2021, pp. 34-47) relembra que, segundo Bauman, a liberdade do ser humano, em tempos líquidos, encontra-se submetida ao mercado. Todos são livres para consumir em ritmo desenfreado e buscar, incessantemente, a plena satisfação de suas vontades pessoais. Comungando de tal entendimento, Bittencourt e Tavares (2018, pp. 125-139) exaltam que, na sociedade de consumo, as identidades deixam de ser fixas e bem delineadas, passando a ser pautadas pela instabilidade e fluidez, sendo mutáveis mediante a aquisição e o consumo de identidades novas, sempre reguladas pela lógica do mercado capitalista. Neste contexto, a vida comunitária é uma ameaça, a fraternidade é sinal de fragilidade e a liberdade para o individualismo

não pode ser impedida pelo companheirismo nem pela reflexão sobre os problemas sociais.

Delineado o problema da destruição dos espaços públicos e a consequente transmutação da condição do indivíduo de cidadão para produto-consumidor na sociedade de consumo, a demonstração do poder destrutivo que a mentira pode exercer sobre a verdade nos tempos líquidos.

A Possibilidade de Destruição da Verdade Factual pela Mentira na Modernidade Líquida

Ao apresentar sua obra “Modernidade Líquida”, Bauman (2011, livro eletrônico) destaca que os tempos atuais são caracterizados pela “liquidez” das coisas e pelo derretimento de tudo o que pudera ser considerado sólio na Modernidade, a iniciar pela sacralidade das lealdades recíprocas, dos direitos e das obrigações que impediam movimentos e limitavam as iniciativas. Mediante a liberalização, desregulamentação, flexibilização e fluidez em geral verificou-se a implementação de verdadeira distopia que não ocorreu mediante quaisquer meios de opressão, ao contrário: ao libertar-se de todo regramento moral, ético ou jurídico, o ser humano viu-se preso em sua própria liberdade.

Realizando digressões sobre as crises de valores, Bauman (2012) defende que a sociedade pós-moderna está, há algumas décadas, em constante crise e que o próprio conceito de crise merece ser redefinido: não se trata apenas da situação irregular para a qual não se achou, ainda, uma resposta; mas sim do cenário no qual não há uma resposta possível. Tal crise põe em xeque a moralidade e é marcada tanto pela multiplicidade de valores aceitos como válidos e que são, ao mesmo

tempo, conflitantes entre si quanto existência de várias autoridades emissoras de normas de conduta. Entretanto, tomando por base esta multiplicidade de valores e de autoridades como elementos definidores da crise de valores, o autor pugna que a crise é o lugar natural da moralidade, uma vez que confere ao indivíduo a liberdade de julgar e escolher o que é melhor para si, pautado na liberdade, responsabilidade e autonomia. Acerca da obra baumaniana sobre ética e moral, Sá (2017, pp. 96-121) destacou que:

A análise pós-moderna procura demonstrar certo descaso em relação aos instrumentos de controle social (ética, moral e direito), considerados clássicos, e sobrevalorizar o poder do convencimento, a força do individualismo, da privatização e do prazer, especialmente, o de consumir como instrumentos de controle social. A ordem social não se assentaria mais no peso das normas coercitivas (direito), no medo da censura comunitária (moral) ou na dor de consciência provocada por uma escolha errada (ética). Estas normas continuam existindo e em vigência, mas são percebidas e tratadas de uma maneira nova. (Sá, 2017, p. 118)

Tentando buscar o papel da ética na pós-modernidade, sob a ótica de Bauman, Nunes (2019, pp. 73-84) concluiu pela falência desta como pressuposto racional filosófico por não se adaptar às nuances da realidade. Contudo, o próprio Bauman aponta, segundo o autor, que esta pode ser resgata se for repensada para além dos termos da tradição filosófica e voltada para a complexidade do mundo pós-moderno e às ambiguidades da natureza humana, passando de valor absoluto a ser seguido para bússola orientadora das decisões humanas.

Embora possam se utilizar da ética como bússola para tomada de decisões, os indivíduos da “Modernidade Líquida” estão, segundo

estudos de Paula et al. (2018, pp. 93-110) à luz do pensamento de Bauman, abandonando a capacidade de se autoquestionar. Por não verem quaisquer alternativas para si, procuram se eximir do dever de examinar a veracidade dos fatos e justificar a validade de suas ideias. Inseridos no meio digital, sentem-se livres para propalar toda informação que nele encontram sem realizar a leitura atenta e o devido exame de sua procedência.

Realizando uma abordagem da pós-verdade na política sob a ótica da pós-modernidade retratada por Bauman, Salgado (2018, pp. 317-331) trouxe a lume a clara mudança nas sociedades ocidentais: o constante crescimento do relativismo em diversos aspectos da vida, o qual resultou na incerteza das fronteiras entre o conhecimento e a crença e entre a verdade e a falsidade. Até mesmo os fatos passam a ser interpretados e passam a ser uma construção com vistas à agradar as opiniões pessoais e reforçar o individualismo e a autocentralização. Diante do cenário pós-moderno permeado pelas redes sociais e tecnologias diversas, a autora relembrou que o filósofo, em entrevista ao jornal “El País”, asseverou que estas tendem a impactar negativamente na política, ao isolar os indivíduos em bolhas onde veem apenas reflexos do próprio eu e impedindo que as pessoas cresçam no real diálogo com o diferente.

Diante deste cenário de “Modernidade Líquida”, que tem como corolários o fortalecimento do individualismo e o apagamento das fronteiras entre a verdade e a mentira, cumpre evidenciar que a filósofa Arendt (2016) teceu seriíssimas considerações acerca do perigo de a mentira exterminar a verdade factual.

Em sua obra: “Entre o Passado e o Futuro” (Arendt, 2016), a supracitada filósofa inicia sua reflexão ressaltando que a verdade é essencial

à existência de um mundo que transcenda o mero período da vida de um ser humano. Diferencia a verdade racional – que é fruto da inteligência e da capacidade de raciocínio humano – da sua congênere factual – decorrente da observação, registro e divulgação de fatos e eventos –, sendo certo que os contrários da primeira são o erro, ignorância, ilusão e opinião, enquanto os da segunda é a falsidade perpetrada deliberadamente. Embora os antagonismos sejam claros, a autora explica que o mentiroso, muitas vezes, pode camuflar sua mentira sob a égide de opinião, artifício este que pode ocasionar o apagamento da verdade factual em grupos politicamente imaturos.

A autora alerta, outrossim, que a mentira, em sua versão mais atualizada, é extremamente perigosa, tanto para quem a conta quanto para a sociedade como um todo. No viés subjetivo, ela não apenas convence o grupo que lhe é destinatário, como também aquele que a conta. Na vertente objetiva, ela subverte tanto o fato em si como todo o contexto em que este se encontra inserido. O resultado disto é a erradicação da verdade – o mentiroso, que então conhecia a verdade, a perde na medida em que acredita na própria mentira –, a alteração da realidade tal qual era conhecida – pois, se ninguém mais conhece a verdade, acreditar-se-á na história contada pelo mentiroso – e a instabilidade política, pois não há substituto efetivo para a estabilidade derivada da verdade factual.

Analisando o entendimento arendtiano do perigo que a mentira oferece à verdade, Pereira (2018, pp. 195-216) dispõe que:

Assim, essa situação de resistência da realidade parece ser o que se fragiliza no curso da era moderna e posteriormente no mundo moderno, chegando ao ponto do risco de uma mentira geral e, por princípio, que obscureça a fronteira entre ficção e realidade – situação que de fato tem por pano de fundo a alienação do mundo. Essa é,

portanto, a grande preocupação de Arendt quando mobiliza o debate sobre a relação entre a verdade dos fatos e a política. (Pereira, 2018, p. 211)

Muito embora Hannah Arendt defenda que a política tenda, naturalmente, a antagonizar a verdade, Monod (2017, pp. 143-153), ao estudar sua obra, esclarece que a verdade não é um valor absoluto na política, mas isto não implica em dizer que esta deve abandoná-la. Entendimento em sentido contrário significaria a instauração de um Estado relativista e demagogo, onde a mentira inescrupulosa é licenciada pela força do argumento e da persuasão. Portanto, objetivando fugir deste estado de coisas, é esclarecido que a política pode e deve utilizar-se da opinião, desde que esta não altere a verdade factual, sob pena de se arriscar a democracia e permitir a instauração de um estado totalitário.

Com base nos ensinamentos da filósofa, Michelsen e Tallis (2018, pp. 07-15) evidenciou que diversos governos instituem suas guerras contra a verdade factual ao tentar transformá-la em opinião, pois esta pode ser manipulada e debatida, enquanto aquela não. Sugere que o grande desafio para a política moderna, segundo Hannah Arendt, seria preservar os atores políticos das próprias mentiras, pois as técnicas das indústrias de publicidade, devidamente aprimoradas pelas tecnologias atuais, turvou as fronteiras entre a verdade e a mentira. Isto tudo é potencializado e facilitado, segundo o autor, pelas plataformas de divulgação de conteúdo que emprestam conteúdo uma da outra e se auto-confirmam, vivendo em bolhas que isolam os imaginários sociais em um mundo próprio. Como efeitos mais danosos, tal realidade gera o cinismo popular diante da verdade factual e a crença naquilo que corrobora seus vieses de confirmação.

Hauridos os deveres de demonstração do esvaziamento do espaço público e suas consequências para a condição humana, bem como de explicação dos riscos de extinção da verdade factual pela perpetração sistemática da mentira, todos à luz dos pensamentos de Arendt e Bauman, entende-se pavimentado o caminho para examinar-se, sob a égide de ambos, os perigos que a democracia corre na Modernidade Líquida.

A Democracia em Risco no Cenário Pós-Pandemia.

A obra “Em Busca da Política”, de Bauman (2012) defende a ideia que o liberalismo, puro e simples, resultaria numa sociedade de indivíduos livres, mas solitários e sem poder de voz para mudar o cenário que atuam e esta solidão seria um cenário perfeito para a emergência do nacionalismo em sua forma mais nociva. Como remédio, concita a necessidade de o republicanismo andar lado a lado com as liberdades individuais, para criar, com estas, uma sociedade de cidadãos capazes de fiscalizar, em busca do bem comum, tanto o abuso das liberdades quanto as leis que regem a sociedade em si.

Todavia, a supracitada obra traz à baila a emergência da globalização, da fluidez do capital e da economia política da incerteza que estão, nos tempos de Modernidade Líquida, erodindo as bases republicanas das democracias liberais. Não há mais o antigo confronto entre nacionalismo e republicanismo, uma vez que o centro de decisões começa a ser transferido das bases do Estado-nação para as organizações supranacionais e para o mercado, que não tem quaisquer bases territoriais fixas. Não há mais regramentos estatais ou normas democráticas com força suficiente para regular o capital, suas decisões e impactos desastrosos na economia dos países vítimas de suas decisões. O indivíduo, atomizado, se vê

totalmente impossibilitado de exercer quaisquer influências nas decisões que, tomadas à sua revelia, acabam por impactá-lo substancialmente.

Esta “terra arrasada”, aliada à erosão da realidade, gera espaço vago nas relações de poder, o qual tende a ser ocupado por pessoas e/ou organizações com tendências totalitárias, as quais conseguem substituí-la pela propagação das mentiras de modo muito bem organizado, como lembra a filósofa Arendt (2013, livro eletrônico) em sua obra “Origens do Totalitarismo”, especialmente no trecho em que lida com a propaganda totalitária. Relembra a autora que tal propaganda tende a encontrar terreno fértil nas massas, porque se recusam a aceitar a realidade do mundo tal qual se apresenta. A autora adverte que esta é utilizada para seduzir pessoas que não conhecem o movimento totalitário ou não comungam (ainda) com seus ideais e que, também, precede a doutrinação – utilizada para formação dos membros iniciados – e o terror, que é utilizado em larga escala quando o totalitarismo ascende ao poder.

Na supracitada obra também é constatado que a propaganda serve como veículo do método de predição infalível, ou seja, pronunciamentos nos quais o líder totalitário tenta, de todas as formas, ajustar a realidade às suas mentiras. Entretanto, suas utilidades não se resumem a este tópico, servindo também de veiculação de teorias da conspiração que sempre têm um “teor secreto”, sendo “desconhecido” dos demais que, na verdade, não passam de mentiras óbvias que vão de encontro aos fatos. Tais teorias têm alto potencial atrativo para as porque estas as oferecem uma coerência entre os acontecimentos do mundo, ainda que contrária ao bom-senso. Assim, as massas tanto são isoladas do mundo real quanto criam falso senso de pertencimento a uma comunidade.

Ao estudar Arendt, Adverse (2018, pp. 139-155) observa que a filósofa entende que a democracia representativa, tal qual é instituída, não realiza as potencialidades da democracia originária, pois a transforma em elitismo político e em formalismos que pouco permite a manifestação da vida cívica. Além disso, encontra-se embasa em elementos que são propícios ao totalitarismo: atomização das pessoas, transformação do povo em massas e desestímulo do interesse pela coisa pública. Sobre o entendimento da filósofa acerca do verdadeiro sentido da participação democrática, Hintjens e Kurian (2019, pp. 71-78) expõem que:

Como notou Hannah Arendt, o “direito a ter direitos” prioriza ser membro de uma comunidade política como algo intrínseco à cidadania. Nas sociedades contemporâneas, a cidadania, no sentido formal, costuma estar associada à posse de um documento legal, como um passaporte para um determinado país. Embora tais credenciais sejam importantes, o conceito de cidadania pode ser visto como um engajamento dinâmico para acessar todos os direitos e [ter] direitos como membro da sociedade. (Hintjens & Kurian, 2019, p. 73)

Elucidando a democracia defendida por Arendt, Costerbosa (2018, pp. 165-184) conclui que é impossível afirmar a liberdade individual sem que se possa garantir às pessoas a livre participação e exercício da cidadania inclusiva às pessoas, permitindo-as a livre participação na condução dos negócios públicos. Somente com esta assimetria entre governantes e governados haverá uma verdadeira democracia, pois se permitirá a participação social na construção do sistema normativo editada pelos seus representantes, ao passo que estes também estarão plenamente sujeitos ao sistema normativo que editaram mediante verdadeira representação da vontade popular.

Ecoando os alertas de Bauman acerca dos perigos que a sociedade de consumo oferece à democracia, Andrade e Silva (2019, pp. 19-43) destacam que esta produz verdadeiras pessoas mercantilizadas que, tal qual objetos, são descartáveis ao se tornarem obsoletas. O consumismo desenfreado se apresenta neste cenário como verdadeiro inimigo da democracia e da dignidade da pessoa humana, uma vez que só confere humanidade às pessoas à medida que estas possam consumir e inclusão tão-somente por meio do consumo.

As leituras de Arendt e Bauman acerca dos riscos à democracia e da emergência de líderes totalitários, adrede mencionadas, são vívidas no cenário político atual, no qual as democracias se encontram em permanente risco. Mounk (2018) relata que a crise democrática se deve à falta de representatividade das instituições, as quais implementam políticas públicas discrepantes aos anseios populares e favor de interesses diversos e que isto dá azo a ascensão de políticos populistas que se apresentam ao povo repleto de propostas palatáveis e que, uma vez eleitos, governam em prol de uma pequena parcela da população e se utilizam da máquina estatal para autopromoção permanência no poder. No mesmo sentido, Levitsky e Ziblatt (2018) alertam para os riscos dos abusos das regras democráticas que estão minando, por dentro, as democracias, mediante tentativas de governantes, com tendências autoritárias, de restrição da autonomia do Judiciário, perseguição dos opositores e da imprensa livre e alterações das regras para perpetuação de seu poder.

Enfim, a leitura das obras de Arendt e de Bauman demonstra, claramente, que a democracia corre seríssimos riscos na Modernidade Líquida. Ambos apontam a redução dos espaços públicos de participação democrática, transformando-os em verdadeiras sociedades do consumo

e, consequentemente, a condição do indivíduo transmuta-se de “cidadão” para “consumidor”. Verifica-se, outrossim, que a democracia se encontra em permanente risco diante da perpetração contínua e sistematizada da mentira, visto o poder que esta tem de erodir as bases de qualquer sociedade ao erradicar a verdade factual.

Conclusão

O presente trabalho objetivou verificar a contemporaneidade das obras de Arendt e de Bauman acerca dos principais riscos da democracia na Modernidade Líquida, em especial no futuro cenário de pós-pandemia. Para tanto, empregou-se o método hipotético-dedutivo, mediante revisão bibliográfica com vistas a investigar a veracidade de a hipótese de a constante colonização dos espaços públicos pela iniciativa privada, a transmutação da condição do indivíduo de cidadão para consumidor e as constantes ameaças à verdade factual poderão se consubstanciar em constantes ameaças aos regimes democráticos em tempos de Modernidade Líquida.

Examinou-se que a constante erradicação dos espaços públicos, em Arendt e Bauman, ocorre mediante a colonização deste pelo privado e na transformação dos espaços em “públicos, mas não civis”, pelos quais as pessoas passam sem interagir entre si e em conglomerados voltados a unir as pessoas em torno do consumo, onde estas podem exercer tal atividade individualmente, sem precisar de interações mais profundas. Assim, promove-se a alienação do indivíduo ao cerceá-lo do direito à alteridade, que ocorre somente no encontro e no debate mais aprofundado.

A supracitada desconstrução do espaço público gera a transmutação da condição da pessoa, que perde seu senso de dever e direito cívico

de debater os rumos das coisas e das políticas públicas para adquirir o papel de consumidor. Nesta nova condição, perde-se o atributo de cidadão e fica-se mais individualista, preocupado exclusivamente e preso em uma sociedade de consumo na qual se trabalha porque consome e consome porque trabalha.

Conclui-se perda dos espaços públicos e a transmutação da condição da pessoa de cidadão para consumidor representam, em si mesmas, sérias ameaças à democracia. Deveras, a primeira resulta na perda do local onde as pessoas podem, mediante o direito à alteridade, se encontrar para discutir problemas sociais e suas soluções, confiando ao espaço privado e seu ao seu individualismo a impossível missão de superar obstáculos que recaem sobre a sociedade em sua dimensão coletiva. A última, ao seu turno, implica na exclusão de todos os “indivíduos descartáveis” do direito de participar da democracia(?), uma vez que este só pode ser conferido àqueles que têm o poder de consumo, não se integrando à esta quem não tem a capacidade de estar em um constante processo de compra e descarte de objetos e pessoas.

Como se isto não bastasse, Bauman defende que a condição de crise na Modernidade Líquida, na qual deixa de significar um erro de percurso para ser sinônimo de uma situação na qual não há resposta certa possível. Inserta neste cenário de constante relativismo, encontra-se a verdade factual, a qual, segundo Arendt, encontra-se em constante embate com a mentira e é constantemente ameaçada por ela. A filósofa alerta que a verdade factual é muito frágil e que corre seríssimos riscos de ser extinta mentira a perpetração organizada da mentira.

É possível concluir que a relativização inerente à Modernidade Líquida e a perpetração sistematizada da mentira são riscos à democracia. Primeiro,

porque gera a alteração da verdade segundo os interesses de alguém ou de algum grupo, impedindo a manifestação plural e verdadeira da sociedade. Segundo, porque ocasiona a instabilidade das instituições e da sociedade como um todo, pois não há substituto suficientemente estável para a verdade factual. Por último, porque induz as pessoas a tomarem suas decisões políticas (ou se absterem delas) com base em histórias falsas.

Por derradeiro, foi possível concluir que a “terra arrasada” decorrente do processo de erradicação dos espaços públicos, da mudança da condição do indivíduo de cidadão para consumir e dos constantes ataques à verdade factual é propício para a proliferação das tendências totalitárias. Em tais condições criam-se as sociedades de massas expostas por Arendt, as quais podem ser facilmente manipuladas por propagandas e doutrinações a acreditarem em mentiras diversas que reforcem suas crenças prévias.

Estas crises decorrem da baixa representatividade das democracias indiretas e são agravadas na Modernidade Líquida, na qual as pessoas têm pouco ou nenhum interesse nos negócios públicos e só se preocupam com sua capacidade de se integrar à sociedade mediante o consumo. Tal situação poderá ser corrigida, segundo estudos das obras de Arendt, quando se conferir maior simetria entre governados e governantes, permitindo aos primeiros reais voz e poder na construção do sistema normativo e aos segundos menores privilégios e maior submissão às normas por todos editadas.

Entretanto, o atual cenário parece indicar que não se deram ouvidos (ou olhos) à Arendt e/ou ao Bauman, pois a sociedade aparenta experimentar, em sua inteireza, a distopia por ambos descrita. Corroboram-nos

diversas obras descrevendo o fim das democracias, das quais extraiu-se, no presente trabalho, as de Mounk e de Levitsky e Ziblatt.

Isto posto, conclui-se que o presente trabalho poderá contribuir para tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral. Isto porque sua revisão bibliográfica e pesquisa consolidou a importância das obras de Arendt e Bauman para o cenário pós-pandemia. Cada um dos autores, realizando a análise do tempo e das sociedades que os cercaram, compuseram obras atemporais que trazem, atualmente, ensinamentos importantíssimos que, se observados, poderão corrigir os rumos da sociedade contemporânea que são, eufemisticamente, sombrios.

Exorta à academia, à política e à sociedade sobre a importância de Arendt e Bauman para promoção de reflexões sobre o individualismo, consumismo, criminalização do “público” e da política, as tendências totalitárias e a condição descartável de coisas, pessoas e relacionamentos. Cientes destes rumos, poderão os agentes corrigir as rotas das políticas e das relações em geral.

O presente trabalho encontra-se amplamente aberto a discussões, críticas e sugestões de melhoria. Variáveis futuras atinentes à política, à economia, ao direito e às demais ciências humanas poderão ensejar alterações e complementações. Entretanto, este trabalho almeja, tanto na presente versão quanto em eventuais atualizações, evitar que se tenha o vislumbre do eu-lírico da canção “O Tempo Não Para”, de Cazuza: “Eu vejo o futuro repetir o passado / Eu vejo um museu de grandes novidades”.

Referências

Adverse, H. (2018) Arendt e a democracia representativa. *Pensando, Revista de Filosofia*, 9(27), 139-155. <https://doi.org/10.26694/pensando.v9i17.7433.g4444>

- Andrade, G. B., & Silva, J. F. (2019). Capitalismo e democracia: a conciliação do impossível? *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, 10(2), 19-43.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Forense Universitária..
- Arendt, H. (2016). *Entre o passado e o futuro*. Perspectiva.
- Arendt, H. (2013). *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Editora Schwarcz S.A.
- Buaman, Z. (2012). *Em busca da política*. Jorge Zahar Editor Ltda.
- Buaman, Z. (2011). *Modernidade líquida*. Jorge Zahar Editor Ltda.
- Bittencourt, R. N., & Tavares, F. (2018). Do ser humano ao “ter humano”: um ensaio sobre a psicossociologia do consumo na perspectiva da sociedade de controle e da modernidade líquida. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(210), 125-139.
- Carvalho, M. C. N. , Silva, G., & Bonetti, A. (2021). A liberdade da vontade diante dos fatores sociológicos: uma aproximação entre as teorias de Viktor Frankl e Zygmunt Bauman. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, 9(2), 34-47. doi: [10.17648/2447-1798-revistapsicofae-v9n2-4](https://doi.org/10.17648/2447-1798-revistapsicofae-v9n2-4)
- Costerbosa , M. L. (2018). Democracy is inclusive : Arendt’s paradigm. *Soft Power*, 5(1), 165-184.

- Dal canton, V. *et al.* (2020). A sociedade em Zygmunt Bauman, a escola e o direito educativo em tempos de liofilização do espaço público. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 5, 1-24. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10681>
- Ferreira, E. P. (2017) O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt. *Sapere Aude*, 8(15), 211-226. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2017v8n15p211>
- Hintjens, H., & Kurian, R. (2019). Enacting Citizenship and the Right to the City: Towards Inclusion through Deepening Democracy? *Social Inclusion*, 7(4), 71-78. <http://dx.doi.org/10.17645/si.v7i4.2654>
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Jorge Zahar Editor Ltda..
- Ligocki, D. T. (2019). Viewing Research for Social Justice and Equity Through the Lens of Zygmunt Bauman's Theory of Liquid Modernity In: Strunk, K. K.; & Locke, L. A. (ed.). *Research Methods for Social Justice and Equity in Education* (pp. 81-90). Springer Nature Switzerland AG. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-05900-2>.
- Machado, C. F. B., Giovanella, C. R. T., & Oliveira, P. de T. (2018). A concepção de cidadania em Hannah Arendt: sujeitos e o espaço público. *FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão*, 21(2), 156-164.
- Mariz, L. S., Ender, B., Santos, V., Tourinho, F., & Vieira, C. (2015). Causas de obesidade infantojuvenil: reflexões segundo a teoria de Hannah Aendt. *Texto & Contexto Enfermagem*, 24, 891-897. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015002660014>

- Michelsen, N., & Tallis, B. (2018). Post-truth-telling in international relations. New Perspectives: *Interdisciplinary Journal of Central & East European Politics and International Relations*, 26(3), 07-15.
- Monod, J. C. (2017). Between post-truth and epistemocracy: positioning a democratic politics. Tradução do Francês para o Inglês de Saul Lipetz. *Espirit*, 10, 143-153.
- Mounk, Y. (2018). *O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Companhia das Letras.
- Nagamine, R., & Vitale, D. (2020). Repensando o espaço público em tempos de pandemia: Hannah Arendt, 60 anos depois de A condição humana. *Caderno CRH*, 33, 1-16. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37905>
- Nunes, T. G. S. (2019). Para uma crítica sociológica da filosofia moral: uma análise do papel da ética na pós-modernidade. *Revista Instante*, 2(2), 73-84.
- O Tempo Não Para. (s.d.). Recuperado de <https://www.letras.mus.br/cazuza/45005/>
- Paula, L. T. de, S., T. S. da, & Blanco, Y. (2018). Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento em Ação*, 2(1), 93-110. <https://doi.org/10.47681/rca.v3i1.16764>
- Pereira, G. A. E. (2018). Alienação, ideologia e verdade na obra de Hannah Arendt. *Princípios Revista de filosofia*, 25(48), 195-216. <http://dx.doi.org/10.21680/1983-2109.2018v25n48ID14775>

- Sá, G. R. (2017). Ética, Moral e Direito: um diálogo com Zygmund Bauman. *Revista Serviam Juris*, 1(1), 96-121
- Salgado, S. (2018). Online media impact on politics. Views on posttruth politics and post-postmodernism. *International. Journal of Media & Cultural Politics*, 14(13), 317-331.
- Santos, J. F. (2004). *O que é pós-moderno*. Brasiliense.
- Santos, L. C. P. (2015). Delírio de autonomia x solidariedade: onde está o espaço público buscado por Zygmunt Bauman?. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, 1(22), 62-72.
- Thompson, C. J. & Kaumar, A. (2020). The existential dilemmas of liquid modernity and the ideological masking of class differences through inconspicuous consumption. *Marketing Theory*, 20(4), 9-14.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA ENTRE OS SEXOS: GÊNERO, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL

Maysa Leal de Oliveira¹

Desde 2016, quando destituiu-se a primeira mulher eleita presidente do Brasil, acirrou-se na sociedade, o debate em torno do machismo na cultura brasileira. Tal debate, fomentando a organização de mulheres em muitas frentes, incorporou expressões como “cultura do estupro”, “misoginia”, “feminicídio”, entre outras, que passaram a fazer parte do discurso político e midiático circulante.

Em reação, as forças conservadoras que hoje ameaçam a democracia brasileira lançaram mão da polêmica, como estratégia política, ao redor do que chamaram equivocadamente de “ideologia de gênero”, sobretudo, nos contextos e debates ligados ao campo da educação. Iniciativas

1. Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) pelo Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.
maysaleal@hotmail.com

pedagógicas no sentido de promover equidade, combater discriminações de gênero ou promover orientação sexual nas escolas passaram a ser rotuladas como “ideologia de gênero” e ostensivamente combatidas em nome de Deus, da pátria e da família tradicional brasileira.

A centralidade alcançada pela categoria gênero no ativismo midiático atual, a insistência dos discursos mais conservadores da sociedade em associá-la com alguma ameaça à família tradicional e a formulação equivocada do termo “ideologia de gênero” são tópicos a requerer análise. A presente reflexão problematiza criticamente, à luz de uma compreensão sócio histórica, alguns argumentos do atual discurso político e midiático sobre questões de gênero, revelando um “estado de negação”, em relação às iniquidades geradas pelas desigualdades de gênero e demonstrando a centralidade de tais questões na construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

(Des) Construindo Gênero na Cultura

Nas ciências humanas e sociais, o termo “ideologia” refere-se a um conjunto de ideias e representações aparentemente lógicas, mas que não encontram correspondência na realidade. Uma ideologia comporta ocultamentos, lacunas e inversões e pode ser entendida como o contrário de uma teoria que, para postular-se, fundamenta-se nos fatos concretos da realidade (Aranha, 1990).

De outro lado, várias teorias contemplam a categoria “gênero” em diferentes e variadas disciplinas, matrizes teóricas e políticas. Nessas teorias, contudo, a palavra gênero figura como um conceito, com múltiplas acepções e implicações críticas é certo, mas nunca como uma teoria ou uma ideologia, o que torna a expressão “ideologia de gênero”,

tal como ela tem sido utilizada no discurso midiático conservador, uma falácia, ela mesma ideológica (Junqueira, 2018).

A formulação da expressão não é um equívoco inocente. Colar a palavra “ideologia” na palavra “gênero”, intenta neutralizar gênero como conceito com potencial revelador de numerosas mazelas. Com tal expressão, procura-se desqualificar as teorias que tentam analisar, entre outras coisas, de onde vêm as ideias de masculino e feminino que dão base à nossa sociedade e que questionam os papéis que são automaticamente atribuídos a homens e mulheres desde o nascimento.

O dado biológico do sexo, que diz respeito a ser macho ou fêmea, nada nos informa sobre as noções de masculino e feminino vigentes em nossa sociedade, nem sobre as diferentes expectativas e papéis sociais que recaem sobre homens e mulheres. Tais noções são construídas socialmente, com raízes na cultura e na história, sem nenhum fundamento biológico que as justifique. Todavia, a cisão binária de gênero em masculino e feminino, a partir das diferenças sexuais, desdobra-se em relações sociais e de poder desiguais entre homens e mulheres.

Expressando alguns sentidos implicados na construção dos gêneros, determinada noção do feminino se associa à maternidade e se articula com a ideia de sexo igual à procriação, o que o deslegitima como prazer. O feminino também aparece associado à doçura, à delicadeza e ao cuidado, a ser mais para os outros do que para si mesma, como o lugar da emoção e dos afetos, dos sentimentos e da intuição. O masculino, por sua vez, se articula ao redor da virilidade e da homofobia, da ereção e da potência, do sexo como prazer, reservando-se ainda os atributos da razão e do intelecto, do saber e do poder, da solvência econômica e

da vida pública, excluindo-se qualquer noção associada aos afetos ou às emoções (Rius, 2008).

Tais estereótipos conformam as expectativas sociais sobre o que significa ser homem ou mulher e forjam identidades de gênero que, atuando como forças sociais poderosas, se convertem em verdadeiro obstáculo para qualquer indivíduo que exista autenticamente no mundo, fora do marco das expectativas sociais projetadas para cada um dos gêneros.

A cisão binária dos gêneros também se expressa na dicotomia entre o espaço público e o privado, sendo que o primeiro figura como um espaço produtivo, remunerado, com mobilidade, conectado ao comércio, a ganância e a política. O segundo, como um espaço reprodutivo, estático, tradicional, conservador e não remunerado. O espaço público é o lugar do masculino, um espaço visível e tangível, o único em que o trabalho é medido e é pago. O espaço privado, por sua vez, é o lugar do feminino, da mulher e se liga de modo exclusivo ao âmbito doméstico e familiar, sendo também o espaço do cuidado, da atenção aos outros, da reprodução da vida, e do trabalho não remunerado e invisível (Rius, 2008).

Em sociedades agressivas e competitivas como as do tempo presente, a vida seria impossível sem apoio compreensivo, contato humano e alguns momentos de espontaneidade e descontração. Sendo o feminino o lugar do cuidado, com frequência, espera-se ou força-se a mulher a satisfazer essas necessidades e, em todos os lugares, secretárias, recepcionistas, aeromoças, enfermeiras ou donas de casa, executam numerosas tarefas integrativas que tornam a vida mais confortável e criam a atmosfera em que os competidores homens podem triunfar (Capra, 1995).

Também atribui-se às mulheres o trabalho entrópico, ou seja, aquele trabalho que precisa ser realizado repetidamente, sem deixar um impacto

duradouro e cuja evidência tangível do esforço é mais facilmente destruída, como as tarefas de cuidado e de conservação, o preparar refeições que serão imediatamente consumidas ou varrer o chão que logo estará sujo de novo, destinando-lhe os mais baixos salários e reservando-se o status mais elevado, para as tarefas ditas masculinas, que criam algo duradouro como postes, edifícios, foguetes ou aviões (Capra, 1995).

Temos então que, os valores, os papéis sociais e as funções definidas para cada um dos gêneros feminino e masculino, não tem o mesmo reconhecimento social, tratando-se de uma construção cultural com intenção de estabelecer desigualdades. Uma ordem social e de poder que acentua a supremacia do masculino como valor, alicerçada em maneiras de viver com oportunidades e restrições diferentes para homens e mulheres. Uma ordem social que converte o diferente em desigual, estabelecendo uma relação de hierarquia e poder, construída a partir do masculino, como se o masculino fosse a medida do próprio humano (Rius, 2008).

É o patriarcado que cria e reproduz as diferenças e desigualdades entre as pessoas, desde o nascimento, a partir do seu sexo. Utilizando força ou pressão direta, lei e linhagem, costumes e etiqueta, educação e divisão sexual do trabalho, por muito tempo e em muitos lugares, os homens têm determinado que papéis as mulheres devem desempenhar e, em todos eles, a fêmea encontra-se submetida ao macho (Capra, 1995). Trata-se de uma política de atribuição de identidades e papéis que, entretanto, não se manifesta como tal, porque oculta o seu caráter político e de dominação apresentando-se como a ordem natural do mundo, através de conceitos e ideias supostamente universais.

Todavia, já não se pode falar do universal sem examinar o que esse termo revela, exclui e esconde. O que se chama universal para ser universal tem que incluir a perspectiva dos dominados, o que significa incluir as perspectivas de gênero (Silva, 1998). Vivemos agora num mundo que se reconhece como multicultural e o patriarcado não pode mais reivindicar a universalização dos seus valores. Apesar de seu lento declínio, a sua desintegração tornou-se evidente e o movimento feminista figura como uma das mais fortes correntes culturais do nosso tempo.

No Brasil, onde um patriarcado colonial europeu, expropriando territórios, subjugou pela escravidão e violência matrizes étnicas indígenas e africanas, as questões de gênero se complexificam, pois se articulam e entrelaçam com questões de raça e de classe, tocando ainda questões ecológicas, uma vez que tais matrizes conservam visões de mundo, da natureza e da vida, que fazem oposição aos projetos de morte que têm sido operados pela lógica do pensamento colonial e patriarcal.

A Condição Feminina no Brasil

O Brasil não nasceu como etnia, nem se estruturou como nação em consequência de um desígnio de seus criadores. Surgiu, ao contrário, como uma espécie de subproduto indesejado do empreendimento colonial, cujo objetivo era gerar lucros exportáveis. Resultou, ocasionalmente, um povo, fruto da miscigenação do colonizador português com numerosas matrizes cativas, mulheres indígenas e africanas (Ribeiro, 1972).

O estupro foi frequente como arma de guerra e de incorporação de outras sociedades, territórios e povos. A dominação sexual de mulheres é parte constitutiva do processo colonial atuante em mais da metade do passado histórico brasileiro. Embora o termo “cultura do estupro” seja

um termo novo no discurso político e midiático circulante, introduzido pelo movimento das mulheres e contestado como um exagero pelas alas mais conservadoras da sociedade, a prática cultural e sistemática do estupro é velha e remonta ao longo passado colonial, como um dado sócio histórico incontestável da realidade brasileira (Moutinho, 2004).

Por mais de trezentos anos vieram da Europa poucas mulheres solteiras e, nas palavras de Darcy Ribeiro (1995), “a mestiçagem aqui sempre se fez sem freios e sem nenhuma noção de que fosse crime ou pecado”. Trepadas e prenhasdas pelo invasor europeu, são as mulheres indígenas e africanas que servem de sementeira humana para o povo nação de mais de duzentos milhões de brasileiros que somos hoje. A análise detalhada das relações raciais descritas por Freyre (2003) em seu clássico livro *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, nos oferece o retrato complexo em que se dá a coexistência, tensa mas estabilizada, entre a crueldade do senhor e sua “intimidade” com as escravas.

Em seu complexo de superioridade europeia, contudo, os senhores coloniais nunca reconheceram a seus filhos mestiços como iguais, dando origem a uma civilização de bastardos, cujas crianças, por tradição, permanecem até hoje em abandono paterno. Há, sobre esse ponto, uma omissão generalizada na sociedade brasileira, que convive com degenerada complacência com a nefasta negligência masculina em relação aos filhos, ao invés de impor-lhe severas sanções legais e espontâneas. O abandono paterno é de tal modo tolerado ao ponto de justificar que, ainda antes da pandemia de covid-19, muitas escolas infantis tenham abolido, sem maiores discussões, a comemoração do dia dos pais que, na absoluta ausência destes, se tornou um verdadeiro constrangimento às crianças.

Historicamente, as leis e os tribunais ignoram o direito natural da criança à presença e aos cuidados paternos, sem jamais impor suficientes deveres aos pais ou qualquer limite à procriação irresponsável por parte de uma imensa maioria de homens no Brasil. Como agravante, sem garantir a dignidade da mãe ou da criança e sustentando mecanismos de controle sobre o corpo feminino, criminalizam o aborto, retirando uma condição de autonomia das mulheres e furtando-lhes o direito natural e humano de tomar decisões autônomas que afetam seu corpo, seus sentimentos e seu futuro.

Tanto o bastardismo da mentalidade colonizadora quanto as posteriores prescrições religiosas da mulher como guardiã da honra familiar, conforme veremos adiante, são ideias que se estendem ao mundo atual, manifestando-se, no tempo presente, na forma de uma irresponsabilidade paterna institucionalizada e na violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, como forma punitiva à insatisfação dessas expectativas.

De acordo com dados da Associação Nacional de Registradores de Pessoas Naturais, a ARPEN (“CNN Brasil – *Número de crianças sem o nome do pai na certidão*”, 2021), o número de crianças sem o nome do pai na certidão de nascimento cresceu pelo quarto ano consecutivo no Brasil, sendo que quase cem mil crianças nascidas em 2021 não têm o nome do pai no registro civil, enquanto os atos de reconhecimento de paternidade chegam ao terceiro ano consecutivo em queda.

Paralelamente, impressionam os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em julho desse ano, apontando que somente o Disque 190 recebeu 694 mil 131 ligações sobre violência doméstica, total 16,3% maior do que o ano anterior. Em meio ao isolamento social

provocado pela Covid-19 em 2020, o Brasil contabilizou 60 mil 926 registros de violência sexual e 1.350 casos de feminicídios, um a cada seis horas e meia. Tais circunstâncias são toleradas pela sociedade pois acatam antigas relações de poder hierárquico entre os sexos.

A sociedade brasileira incorpora uma cultura de gênero onde as mulheres são concebidas como subordinadas. Mesmo as muitas mulheres que hoje julgam trabalhar com maior liberdade estão respondendo a novos slogans sociais, do tipo ser tudo ao mesmo tempo. Exige-se delas o constante deslocamento por habilidades e sistemas de valores muito distintos, tratando-se não apenas de uma lógica aditiva, do público ao privado ou de carência de tempo, o que em si mesmo já é demais. O ponto a ressaltar, contudo, é que trata-se de conciliar lógicas de sistemas de valores e habilidades diferentes, de pensar, sentir e atuar maneiras muito distintas. O trânsito entre as lógicas do público e do privado criam uma tensão entre ambos os pontos, que se resolve por meio de negociações e transações, ou se padece através de mal estares e violências (Rius, 2008).

O lar brasileiro converteu-se, para muitas mulheres, em um inferno conjugal em que a mulher vive um duplo papel, o da vítima e o da resistente, dividida entre a repulsa pela agressão, o medo do castigo, o desejo de salvar a relação e atormentada pela necessidade de perdoar, já que a capacidade do perdão, espera-se, é natural da condição feminina.

Em face de tal realidade, a expressão família tradicional brasileira, tão recorrente nos discursos políticos e midiáticos conservadores, torna-se problemática e sem qualquer sentido de definição concreta, sendo pura abstração. A sobrevivência de tais mitos, como crenças em nosso pensamento político e social, deve convidar a curiosidade e promover demandas de investigação: O que isto está fazendo aí? De onde vem?

Como influencia as nossas concepções de realidade, de justiça social ou de gênero?

No Brasil colônia, o homem era proprietário da mulher, da família, das terras, dos escravos e dos animais e os laços do matrimônio se estabeleciam por herança, interesse familiar, concentração de riqueza e poder ou relações consanguíneas, com grande disparidade de idade entre os cônjuges e respeito à velhice do homem. A mulher era uma mera reprodutora biológica, reduzida ao espaço doméstico e, devido aos sucessivos partos, muito familiarizada com a morte (Silva, 1984).

É com a fundação do Império, no século XIX, e com o início da urbanização que se promovem algumas modificações na estrutura familiar, já que as mulheres passam a frequentar espaços públicos tais como salões, ruas, igrejas, saraus, etc. A igreja, contudo, regulamenta a sexualidade com repúdio à libertinagem, ao homossexualismo, ao adultério, aos excessos e às práticas sexuais desviantes, condenando a sexualidade feminina, embora a infidelidade masculina fosse tolerada e a prostituição considerada um mal necessário, num regime de dupla moral.

O fim da escravidão e a proclamação da República não trouxeram a emancipação do pensamento nativo. Dando continuidade ao processo de dominação e silenciamento das matrizes indígenas e africanas, as ideias sociológicas do francês Gustave Le Bon e do argentino José Ingenieros, muito em voga no Brasil daquele tempo, não deixavam dúvidas sobre inferioridade racial do mestiço e “não havia salvação para um país de mestiços”. Desse modo, a política oficial de promoção da imigração de trabalhadores estrangeiros para substituir a mão de obra escrava, procurou responder a uma lógica de “melhoramento da raça” e de branqueamento da população (“Cientistas do Brasil”, 1998, p. 118).

É desse tempo a promoção das políticas higienistas que passam a repudiar à velhice no casamento, as diferenças de idade entre cônjuges, os casamentos consanguíneos ou entre as diferentes “raças”, louvando a juventude, a alma e os corpos puros. São essas políticas higienistas que começam a pressionar as mulheres a assumirem pessoalmente o cuidado com a sua prole, até então entregue, nas camadas mais abastadas da sociedade, às chamadas “amas de leite” ou “amas pretas”. Um de seus objetivos é fixar a mulher no papel de mãe e, para esse efeito, além da patrulha moral, os mecanismos de controle compreendiam desde a detenção doméstica até a amamentação. O advento da República, no Brasil, expropriou o homem do poder patriarcal sobre seus escravos e agregados, mas conservou um objeto: a mulher (Freire Costa, 1981).

A igreja condena a sexualidade feminina, mas, os higienistas defendem que pelo prazer feminino os filhos podem ser mais saudáveis e, como o que se aspira é uma sociedade branca, civilizada e saudável aos moldes europeus, normatiza-se a sexualidade feminina dentro do casamento higiênico. Contudo, o ônus da honra familiar recai sobre a mulher e a moça deve ser virgem, a esposa fiel e a viúva recatada. O preço da infidelidade feminina é a execração pública e fala-se, então, pela primeira vez, em amor conjugal. A mulher deveria amar o seu marido, ainda que tivesse que construir ou inventar esse amor. O objetivo do casamento agora é uma prole saudável e as políticas higiênicas prescrevem que os pais devem cuidar de seus filhos. O homem agora é um pai, provedor de sua mulher/mãe. Ele cuida dela e dos filhos conduzindo o barco conjugal e a vida da mulher resume-se ao cuidado com os filhos e ao amor e dedicação ao seu homem, provedor e guardião de sua moral (Freire Costa, 1981).

Esse modelo de família foi instrumentalizada pelo Estado, através das políticas higiênicas do início do século passado, em seu intento de controle demográfico e político da população. Tais políticas de higienização e normalização das famílias, atendiam aos interesses da organização do Estado e do desenvolvimento urbano, embora se apresentassem envolvidas num manto ideológico de amor familiar e de amor à pátria. Esse processo, contudo, não se estende a todas as camadas da população e a família higiênica é, por excelência, a família burguesa branca, um simulacro de modos de vida europeus (Freire Costa, 1981).

É a esse tipo de família patriarcal higiênica, burguesa e branca que o discurso político e midiático conservador atual faz referência, ao utilizar a expressão família tradicional brasileira, recusando-se ainda hoje, a admitir a multiculturalidade própria da cultura e sociedade brasileiras e obliterando os mais diversos tipos de arranjos familiares, nas camadas mais populares que, recheados de elementos indígenas e africanos, salvaguardam modos de ser, pensar e conviver que constituem patrimônios específicos dessas matrizes culturais, distintos da coletividade branca.

A ideia de que existe uma família tradicional brasileira (no singular) não resiste a uma confrontação sócio histórica, revelando-se uma falsa bandeira, que camufla uma mentalidade colonizadora e a defesa do privilégio patriarcal, masculino e branco. Compreende-se assim, a animosidade em torno dos debates de gênero, vivenciado pelos homens, de modo geral, como uma ameaça que exige adaptações várias, desde o lar, passando por mudanças na masculinidade e na paternidade, nas relações no mundo do trabalho, até as relações sociais em geral (Silva, 1998).

Notas Conclusivas

A confrontação sócio histórica dos argumentos conservadores no atual discurso político e midiático sobre questões de gênero, revelam um “estado de negação”, tanto em relação às contribuições das matrizes indígenas e africanas na constituição da cultura e da sociedade, quanto em relação às iniquidades geradas pelas desigualdades de gênero na realidade brasileira. Isso compreende-se, porque as classes dominantes no Brasil sempre cumpriram um papel gerencial de interesses estrangeiros. Nunca constituíram um extrato erudito de uma sociedade tornada autônoma, reduzindo-se a uma representação local e alienada de uma outra sociedade, cuja cultura, ainda hoje, busca mimetizar (Ribeiro, 1995).

A marginalidade social a que estão condenadas enormes parcelas da população brasileira, sobretudo mulheres e crianças, já era manifesta nos primeiros núcleos originais da cultura, onde o mestiço de branco com índia, “identificando-se com o pai, tornara-se castigador do gentio materno” sem, no entanto, ser reconhecido como igual pelos brancos, e sofrendo ele próprio, toda uma carga de preconceitos. Ao mesmo tipo de marginalidade estiveram sujeitos os mestiços de brancos com negras. Também eles, vivendo o “drama de ser dois”, buscaram “desesperadamente mimetizar a conduta dos brancos para enfatizar sua suposta superioridade em relação ao negro”, mas viram recair sobre si “a carga do preconceito contra a matriz negra, na proporção das marcas visíveis de que são portadores”. Esta constante deriva de um carácter espúrio da cultura brasileira e de sua condição de cultura defasada e alienada. Tal alienação cultural consiste, em essência, “na introjecção induzida em um povo da consciência e da ideologia de outrem, correspondente

a uma realidade que lhe é estranha e a interesses opostos aos seus”. Também diz respeito à “criação de representações consoladoras ou justificatórias do atraso, que desviam a atenção de suas causas reais para apenas destacar as suas causas supostas” (Ribeiro, 1975, p. 117).

Existem conexões entre mentalidade patriarcal e colonizadora persistente no Brasil e a debilidade do Estado na resposta às demandas sociais, em particular, às demandas das mulheres. O processo de modernização dependente e induzido que se operou no Brasil, desde a República, conduziram a um Estado ineficiente que pouco tem investido, “nos preceitos básicos da governabilidade democrática, que pressupõe o bem-estar social e a participação cidadã”. Nesse contexto, são muitos os desafios impostos à cidadania, sobretudo das mulheres, trazendo à tona tensões e conflitos (Prá & Schindler, 2013).

Convém pontuar que a igualdade nominal de gênero na sociedade brasileira só foi alcançada com a Constituição Cidadã de 1988, garantindo igualdade de direitos entre homens e mulheres. Antes disso, durante muito tempo, as fêmeas permaneceram sem cidadania plena e carentes de numerosos direitos políticos e civis.

A formulação de uma agenda de gênero é, fundamentalmente, um produto do esforço do movimento das mulheres e a sua assimilação ao debate público por outros atores está condicionada pelo contexto político e pelas concepções e valores vigentes. Embora na atualidade, o contexto e o debate sejam propícios para se propor a equidade como tema político, desde a deposição de Dilma Rousseff, nenhuma institucionalidade governamental tem sido direcionada à inclusão da equidade de gênero no desenho de políticas públicas, o que exige das mulheres,

o desenvolvimento de novas modalidades de ação política, a fim de promover a própria cidadania (Prá & Schindler, 2013).

Tradicionalmente, as políticas públicas focalizam mulher de uma perspectiva assistencialista, incorporando um conjunto de estereótipos que não reconhecem que as mulheres têm vida independente da familiar. É preciso mudar esse foco para uma perspectiva de igualdade de gênero que implique superar as desigualdades entre homens e mulheres, processando mudanças significativas nas políticas orientadas para a condição feminina, que reconheçam as mulheres como sujeitos do desenvolvimento e cidadãs com direitos plenos. Também é importante contextualizar a mulher, sem supor que constituam um grupo homogêneo ou com necessidades idênticas, para pensar políticas de mudanças a partir de intervenções localizadas (Silva, 1998).

Por fim, é preciso mencionar que, as opressões e lutas de gênero no Brasil, ressaltam outras diferenças como raça, etnicidade e classe, sendo a questão fundamental, não apenas de diferenças entre homens e mulheres, mas sobretudo de desigualdades. Uma sociedade pluriétnica como a brasileira deve aprender a conviver com as diferenças e criar condições para que as diferenças possam existir. O grande desafio do Brasil, em seu ciclo de construção democrática, consiste em incorporar a multiculturalidade na vida prática de sua sociedade, fazendo emergir da marginalidade, da invisibilidade e do silenciamento, as contribuições de suas diversas matrizes, estabelecendo, não apenas a equidade entre homens e mulheres, mas também, um equilíbrio triangular na cultura.

Referências

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>
- Aranha, M. L. A., & Martins, M. H. P. (1990). *Filosofando: introdução à filosofia*. Editora Moderna.
- Capra, F. (1982). *O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Editora Cultrix.
- Cientistas do Brasil. (1998). Freyre. In *Cientistas do Brasil*, SBPC
- CNN Brasil – *Número de crianças sem o nome do pai na certidão*. (2021, agosto 10). Recuperado de <https://arpenbrasil.org.br/cnn-brasil-numero-de-criancas-sem-o-nome-do-pai-na-certidao-cresce-pelo-4-ano-seguido/>
- Freire Costa, J. (1979). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Editora Graal.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, 18(43), 449-502. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso
- Moutinho, L. (2004). *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. Ed. UNESP.

Prá, J. R., & Schindler, E. (2013). *Políticas Públicas de Gênero e Novas Institucionalidades* [trabalho apresentado] Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Araraquara, SP, Brasil.

Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras.

Ribeiro, D. (1972). *Teoria do Brasil*. Editora Paz e Terra.

Rius, L. F. (2008). Género y Ciencia: ¿Paridad es Equidad? *Arbor*, 184(733), 817-826.

Silva, E. B. (1998). Desconstruindo Gênero em Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu*, 10, 7-20.

Silva, M. B. N. da. (1984). *Sistema de casamento no Brasil colonial*. EDUSP.

LA RESPONSABILIDAD SOCIAL DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN COMO PROMOTORES DE LOS DISCURSOS DE ODIO

Claudia Cecilia Flores Pérez¹

A través de los medios de comunicación, el Jefe del Estado Mexicano ha sido acusado de promover discursos de odio durante sus conferencias matutinas, conocidas por propios y extraños en todo el país como “las mañaneras”. Dichas acusaciones no podían tener otros emisores que sus bien conocidos enemigos políticos, quienes utilizan también todo tipo de foros para denostarlo y acusarlo de “dictador” y “fascista”. Los intercambios de mensajes han escalado a tal magnitud, que además de los desplegados que en contra del Presidente publican algunos medios, se encuentra en la Suprema Corte de Justicia de la Nación una demanda penal contra el Ejecutivo Federal, exigiendo que

1. Doctora en Administración Pública. Docente-Investigadora en la Univ. Autónoma de Zacatecas, México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel I. claudiacecy.flores@uaz.edu.mx

se pronuncie el Poder Judicial “para saber si caben dentro de la ley los agravios que decenas de personas, grupos o instituciones han recibido en las mañaneras”, según publicó un conocido columnista del diario de circulación nacional, El Financiero (Riva, 2020).

Por ello, dado que la comunicación presidencial a través del discurso institucional resulta fundamental para mantener la gobernabilidad en una nación confrontada por los discursos de odio, esta investigación tiene como objetivo analizar el discurso del mandatario mexicano y la responsabilidad social de los medios de comunicación, con la finalidad de determinar si el mensaje del licenciado Andrés Manuel López Obrador se traduce en un discurso institucional, o en discursos de odio, como lo han reiterado sus adversarios, entre ellos, los dueños y columnistas de algunos medios de comunicación. Dicho trabajo se llevó a cabo a través del análisis de contenido. Los resultados sugieren que el mensaje presidencial se traduce en discurso institucional y no en discursos de odio, y que estos últimos son promovidos y utilizados como bandera en contra del presidente por algunos medios de comunicación opositores al gobierno actual, pese a los esfuerzos de la parte oficial para contener el ambiente de confrontación en el país.

No obstante, el ejercicio de mejora continua en las políticas de comunicación presidencial debe ser la constante en este gobierno para eliminar paulatinamente escenarios desfavorables y de crisis, que poco a poco van permeando en la llamada Cuarta Transformación.

El Gobierno Mexicano y los Medios de Comunicación

Desde hace algunos años, el ecosistema de los medios de comunicación en México comenzó a transformarse paulatinamente, en parte, por

lo avances tecnológicos, pero también por la pluralidad ideológica que poco a poco comenzó a abrirse paso en un país que estuvo gobernado por más de setenta años por un partido político hegemónico posrevolucionario que forjó toda una época económica, política y social, en donde los medios de comunicación jugaron un papel importante en el mantenimiento de ese estatus quo. De esta manera y después de que el primero de diciembre de 2018 fuera instalado el primer gobierno de izquierda a través de la figura del mandatario Andrés Manuel López Obrador, fue roto de tajo el ecosistema imperante hasta ese momento, ya que dicha administración, conocida como La Cuarta Transformación, implementó desde el primer día sus propias políticas económicas y sociales –a las que la misma comunicación no ha resultado ajena–, afectando intereses de los grupos hasta ayer dominantes, incluyendo por supuesto a los grandes consorcios mediáticos quienes han visto severamente mermadas sus ganancias con el nuevo modelo presidencial de información y comunicación social, mediante el cual se ha reducido significativamente el gasto en publicidad, en virtud de que ahora el principal medio de comunicación del gobierno federal son “las benditas redes sociales”, bajo el argumento de que a través de éstas se puede estar en contacto directo con la gente.

Dichas medidas han exacerbado como nunca antes los discursos de odio por parte de los ahora opositores al gobierno, llegando estos incluso a proponer de manera abierta y reiterada un golpe blando y hasta el asesinato del Jefe de Gobierno del Estado Mexicano.

Aproximaciones Teóricas

Hoy en día la comunicación ha adquirido una dimensión decisiva y trascendental, incluso imprescindible, pues se encuentra presente en el

éxito de todo tipo de relación, incluyendo las diplomáticas, institucionales, políticas, y gubernamentales (Flores, 2019). De esta manera, Manuel Martín Serrano, destacado experto en la materia, sostiene que en nuestra sociedad, la comunicación ha llegado a constituirse en un componente estratégico de cualquier actividad relacionada con la producción y la reproducción social, precisamente porque constituye un nexo importante entre ambas funciones (citado en Álvarez & Caballero, 1997).

Además, desde siempre, personas e instituciones han utilizado a la comunicación como elemento de poder y para hacerse una buena imagen pública, aún mucho antes de estudiarse el hecho comunicativo (Álvarez & Caballero, 1997). Por ello, el periodista Jesús Ramírez López (2007) señala que el fundamento de la comunicación social es aquel que le da sentido institucional a las acciones de gobierno; y la investigadora Silvia Molina coincide en que “es aquella que el gobierno mantiene con los partidos políticos, los otros sistemas de la sociedad y la ciudadanía en general” (2004, p. 9). Por su parte, Tello (1996) advierte que la comunicación social debe constituirse como la premisa fundamental para las relaciones político-sociales, pero también como un principio moral, ya que debe ser al mismo tiempo una práctica permanente y un valor ético que norme la acción de las instituciones públicas.

Sin embargo, la comunicación social es llamada también comunicación gubernamental, y Mario Riorda (2006, p.7) la define como “un método a través del cual un gobierno democrático intenta hacer explícitos sus propósitos u orientaciones a la opinión pública para obtener apoyo o consenso en el desarrollo de sus políticas públicas”; destacando que la “idea genérica de la comunicación gubernamental es generar consenso

en torno a un gobierno y, por ende, a la mayor cantidad de ciudadanos posibles” (Riorda, 2011, p. 99).

En este sentido, Campbell y Wyszomirski (2007) argumentan que el proceso de la comunicación que entabla el gobierno con la sociedad tiene un horizonte y un objetivo, ya que busca que los ciudadanos conozcan sus planes y programas, además de sus políticas administrativas para que se adhieran a ellas con la idea de que las cosas se están haciendo muy bien y que por lo tanto, dichos gobiernos merecen repetir en el cargo. Otra definición de comunicación gubernamental de María José Canel y Karen Sanders (2010), hace énfasis en el rol, la práctica, los propósitos y los logros que se llevan a cabo en nombre de una institución pública.

Aguilar (2008) considera que la comunicación gubernamental se sustenta en el derecho a la información que tienen los ciudadanos y en la obligación que tiene el gobierno de rendir cuentas. A su vez, Meyenberg nos dice que “la operación de la comunicación gubernamental se refiere al manejo estratégico del intercambio de información, que resulta crucial en la interacción exitosa entre las organizaciones y los públicos” (2015, p. 97). Carlos Cezar Layon (2018) interpreta a la comunicación gubernamental como la comunicación llevada a cabo entre y hacia el Estado, los cuerpos de gobierno y la sociedad.

Por su parte, el Diccionario de la Real Academia Española define a la política como “la actividad de los que rigen o aspiran a regir los asuntos públicos, el arte de gobernar los pueblos y la actividad del ciudadano cuando interviene en los asuntos públicos con su opinión, con su voto, o de cualquier otro modo” (2020). María José Canel (1999) sostiene que no hay política sin comunicación, ya que su importancia es tal, que resulta esencial para la toma de decisiones, en virtud de que la adopción

de cualquier medida necesita información e intercambio de opiniones entre aquellos que están implicados, verificando que las medidas que han sido adoptadas sean vinculantes entre el origen del poder y el ejercicio del poder para consolidar la legitimidad, organizando a la comunidad en los consensos y en la resolución de conflictos.

Asimismo, Canel afirma que la dimensión comunicativa de cualquier institución radica en que su supervivencia está ligada a la capacidad que tenga para definirse, para mostrar sus objetivos, para justificar acciones y para implicar a los demás en las mismas (2007). Dominique Wolton (1995) define a la comunicación política como el espacio en que se intercambian los discursos contradictorios de los tres actores que tienen legitimidad para expresarse públicamente sobre política: políticos, periodistas y la opinión pública a través de sondeos. Esto implica la construcción de un conjunto de estrategias que son utilizadas para impactar a distintos auditorios y conseguir así un consenso con respecto al mensaje que se intenta transmitir.

En este sentido, la comunicación política es entonces condición del funcionamiento de un espacio público más extenso, un espacio que permite la interacción entre la política, la información y la comunicación, pero lo es también de espacios más acotados como la comunicación de los gobiernos (Meyenberg & Aguilar, 2015). Manuel Castells, en su libro *Comunicación y Poder*, señala que el “poder es la capacidad relacional que permite a un actor social influir de forma asimétrica en las decisiones de otros actores sociales de modo que se favorezcan la voluntad, los intereses y los valores del actor que tiene el poder” (2009, p. 27). Destaca también que “el poder se ejerce mediante la coacción (o la posibilidad de ejercerla) y/o mediante la construcción de significado

partiendo de los discursos a través de los cuales los actores sociales guían sus acciones” (2009, p. 27).

En virtud de lo anterior, van Dijk (2000) coincide en que el discurso político representa las interacciones entre los diversos grupos sociales con poder, ya que el discurso en términos generales es un hecho comunicativo, una manifestación tangible de muchas interacciones sociales. Por medio del discurso político se pueden determinar los elementos comunicativos que se usan para establecer o mantener las relaciones de poder entre los diferentes grupos sociales, quienes desde la comodidad de su hogar, su trabajo, o desde la calle, emiten una opinión, un comentario o expresan su desagrado ante los temas de controversia con un simple clic en sus celulares inteligentes (Tarullo, 2015).

De esta manera, Meyenberg y Aguilar (2015) sostienen que el discurso fija el campo de comunicación con el auditorio y establece los términos del diálogo. Por esta razón, cualquier líder que busque ejercer alguna influencia política o movilizar apoyo hacia su causa, está obligado a poner mucho cuidado y emoción en lo que dice, ya que el mensaje que se emite atiende al menos cuatro significados:

1. La definición de la manera en que se comunicará el proyecto de gobierno.
2. El discurso en sí mismo.
3. Los símbolos que adopta la publicidad gubernamental.
4. El uso que hacen los gobernantes de los medios de comunicación para explicar a la sociedad las razones de sus decisiones (pp. 41-42).

Como consecuencia, las acciones desarrolladas a través de la interacción que se construye a partir del discurso, se legitiman y dan lugar a una serie de resultados, entre ellos, el éxito de la comunicación gubernamental. Y es que, actualmente, como efecto de la efervescencia de las redes sociales, la información expuesta a la opinión pública impulsa la participación ciudadana que reporta desde el lugar de los hechos con transmisiones en vivo, lo que posibilita también la interacción y el contacto directo entre sociedad y gobierno. En tal sentido, los retos que actualmente enfrentan los gobiernos, son los de comunicarse con sus ciudadanos en los entornos digitales de comunicación, lo que implica generar nuevas estrategias y dejarse llevar por la ola de paradigmas que ha traído consigo la llamada sociedad de la información y el conocimiento (Tarullo, 2015). Esto, con la finalidad de mantener la gobernabilidad, que comprende los mecanismos, procesos e instituciones que determinan cómo se ejerce el poder, cómo se toman las decisiones sobre temas de inquietud pública y cómo los ciudadanos articulan sus intereses, ejercitan sus derechos, cumplen sus obligaciones y median sus diferencias (Sánchez, 2012), es decir, “la habilidad de gobernar, la capacidad de procesar y aplicar institucionalmente decisiones políticas” (PNUD, 2020, s.p.).

Complementariamente a todo lo anterior, la comunicación pública se centra en los fenómenos de producción, tratamiento y difusión de la información que crea y recrea los debates y temas públicos, así como en “la comunicación de las instituciones, los movimientos y los grupos que intervienen en la plaza pública” (Beauchamp, citado en Demers & Lavigne, 2007, p. 67); mientras que la esfera pública “es un área de la vida social en que las personas pueden reunirse, discutir libremente e

identificar problemas sociales; y con esta discusión, influenciar la acción política” (Habermas, en Busquet & Medina, 2017, “El surgimiento de la esfera pública en la era burguesa”, párrafo 3).

Inherente a todas estas conceptualizaciones se encuentra la comunicación presidencial, que Meyenberg y Aguilar (2015) definen como aquella que está representada por las ideas, visión, forma de ser y decisiones del mandatario en turno; así como por “su personalidad, estilo de gobernar, manera de entender la política y su concepción de la democracia” (p. 191). En tal sentido, la comunicación institucional debe ser entendida entonces, “como toda aquella actividad comunicativa, vinculada a la estructura que conforma el sector público de un territorio” (Escalona, 2015, s.p.). Bajo esta premisa, Luz María Martínez (1995) sostiene que las instituciones del Estado son emisoras de un discurso institucional argumentado y que su finalidad radica en convencer a sus interlocutores, ya que “la emisión de estos discursos, es una forma de intervención para alcanzar un objetivo” (p. 30).

En contraparte al discurso institucional, se encuentran los discursos de odio, sobre los cuales, la Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN) ha dejado asentado que, son contrarios a los valores fundamentales del sistema jurídico, como los derechos humanos y la democracia constitucional y que además, son un caso especial de discurso discriminatorio, ya que se caracterizan entre otras cosas, por promover la discriminación y la violencia en contra de personas o grupos determinados, por razones como la religión o el origen étnico o nacional, y en casos extremos, abogan por el exterminio de esas personas o grupos, por no reconocerles igual dignidad humana (2019). Asimismo, la Ley para Prevenir y Eliminar la Discriminación del Distrito Federal (hoy

Ciudad de México), prohíbe cualquier forma de discriminación como, entre otras, las conductas que inciten a la exclusión, persecución, odio, violencia, rechazo o difamación de personas o grupos.

Respecto al papel de los medios de comunicación en el tema que nos ocupa, Ramírez (2012) señala que “la responsabilidad social de los medios de comunicación va directamente relacionada con el impacto que pueden ocasionar sus contenidos en el público o la ciudadanía” (p. 99); ya que “sin duda, lo más relevante es el poder que los medios tienen en la formación de la opinión pública. Es decir, la responsabilidad de los medios va directamente relacionada con la información y las opiniones emitidas en los medios” (p. 99).

Metodología

Este trabajo se respalda en la teoría de la *Agenda Setting*, que nos dice que “los medios, más que incidir en lo que la gente piensa, determinan los temas que están en el centro de los debates y las controversias colectivas, es decir, establecen los temas sobre los que reflexiona la gente” (Busquet & Medina, 2017, pár. 3); y en la teoría de la *Espiral del Silencio*, que considera que los individuos “están expuestos a una fuerte presión social por lo que se debe analizar el contexto o el clima social que los rodea, ya que el orden vigente se mantiene por la necesidad de ser aceptado y por la exigencia pública” (Busquet & Medina, 2017, pár. 2). El estudio responde al paradigma cualitativo-descriptivo, a través de la técnica de análisis de contenido, que en palabras de Abela “es una técnica que combina intrínsecamente —y de ahí su complejidad—, la observación y producción de los datos y la interpretación o análisis de los datos” (2001, p. 2); y que además Berelson la define como la técnica

ideal de investigación para la “descripción objetiva y sistemática del contenido manifiesto de la comunicación” (1952, p. 18).

Dicha técnica fue aplicada a una cantidad de 40 (cuarenta) conferencias de prensa matutinas (más adelante se explica el porqué), mismas que se transmiten diariamente a través de las “benditas” redes sociales, definidas estas últimas por Hütt (2012) como lugares en Internet donde las personas publican y comparten todo tipo de información, personal y profesional, con terceras personas, conocidas y absolutas desconocidas, y que además —sostiene— Wikipedia las define como una estructura social que se puede representar en forma de uno o varios grafos donde nodos representan individuos y las aristas, las relaciones entre ellos.

Es importante destacar que a través de las “mañaneras”, se genera diariamente la opinión pública del país, que según Norma Pareja y Martín Echeverría puede definirse como “un fenómeno social en el cual existen una serie de ideas, pensamientos y creencias en torno a diversos temas de carácter colectivo, mismo que tiene diferentes manifestaciones, entre las que se puede contemplar la participación política” (2014, p. 52).

Primeramente se llevó a cabo una búsqueda exhaustiva a través de Internet, en los principales diarios y páginas noticiosas de circulación nacional —sobre todo de las fuentes que cubren directamente Presidencia, y en particular, las “mañaneras”—, con la finalidad de localizar las acusaciones publicadas en contra del mandatario mexicano, donde se le responsabiliza de la polarización del país, a raíz de la supuesta emisión de discursos de odio, mediante su comunicación presidencial, encontrándose dichas acusaciones en el periódico Reforma, así como en las páginas de noticias, MVS, Latinus, Omnia y Revista Top Secret México. Cuando las mañaneras tuvieron lugar en provincia, fueron

consultados también los periódicos locales del lugar en cuestión, localizando las notas de nuestro interés en El Diario de Yucatán, El Heraldillo de Saltillo y en Imagen Poblana. El periodo considerado indispensable para la búsqueda, abarcó del 1 de diciembre de 2018 al 1 de diciembre de 2020, en concordancia con los postulados de la *Agenda Setting*.

El estudio de notas periodísticas en este caso en particular, resultó una técnica fundamental, ya que como sostiene López-Noguero (2002), permite analizar una gran cantidad de información, proveniente de documentos secuenciados y fuentes diversas, y presta especial interés al contenido de los mismos. Derivado de lo anterior, se encontraron solamente 8 (ocho) notas periodísticas relacionadas con nuestro objeto de estudio (en el párrafo anterior se citan dichos medios de comunicación), mismas que fueron clasificadas en un cuadro comparativo con las variables de número consecutivo, fecha, nombre del declarante, cargo o figura política, medio donde se publicó la nota, frase principal de acusación, liga y la fecha de las mañaneras a analizar, dado que de cada acusación publicada, se seleccionaron para ser analizadas las mañaneras del día de la acusación, además de las de dos días anteriores y dos días posteriores, dando un total de 5 (cinco) mañaneras por cada acusación. Las tres primeras, con la finalidad de constatar que las acusaciones fuesen fundadas, y las dos posteriores, para verificar las posibles reacciones del mandatario, ante estos hechos acusatorios.

En virtud de ello y como ya se especificó al inicio del presente apartado, el corpus de esta investigación está compuesto de 40 (cuarenta) conferencias matutinas que fueron seleccionadas en apego a las ya mencionadas 8 (ocho) acusaciones públicas en contra del Presidente, corpus que representa aproximadamente el 8% del total de las 500 “mañaneras”

emitidas durante los primeros dos años de gobierno de la Cuarta Transformación (4T). De esta manera, se les aplicó la metodología de análisis de contenido a dichas conferencias matutinas, mediante una tabla de cotejo con los rasgos enmarcados en los “discursos de odio”, según la SCJN (2019) y la Ley vigente en la ciudad de México, convirtiéndose así en las unidades de análisis que permitieron analizar el mensaje del mandatario.

La tabla de cotejo está integrada en dos partes, la primera contiene información sobre la conferencia “mañanera”, iniciando por la fecha, el lugar de celebración y la duración; participantes; temática principal abordada; el enlace al sitio web, y por último, el contexto en que se da. La segunda parte contempla los rasgos de los “discursos de odio” (establecidos con antelación por la SCJN y la Ley vigente en la ciudad de México), con el fin de constatar las acusaciones públicas en contra del Presidente, logrando así una suma operacionalizada (✓ X) del mensaje.

A partir de la suma, se realiza una valoración por intervalos que permite establecer el contenido de la comunicación presidencial. Dichos rasgos son: 1). Discurso discriminatorio que se caracteriza por promover la discriminación y la violencia en contra de personas o grupos determinados, por razones como la religión o el origen étnico o nacional, y en casos extremos, abogan por el exterminio de esas personas o grupos, por no reconocerles igual dignidad humana (SCJN, 2019); y 2). Las conductas que inciten a la exclusión, persecución, odio, violencia, rechazo o difamación de personas o grupos (Ley vigente en la ciudad de México).

Resultados de la Investigación

Las ocho acusaciones en contra del Ejecutivo Federal fueron realizadas en su totalidad por sus adversarios políticos. Asimismo, fueron publicadas por medios de comunicación antagónicos a su ideología y mandato, como se detalla en la tabla siguiente:

Tabla 1
Acusaciones publicadas en contra del Presidente de México como emisor de discursos de odio. Diciembre 2018 a diciembre 2020

Persona(s) que acusa(n)	Cargo	Frase de acusación
Marko Cortés Mendoza	Líder Nacional del Partido Acción Nacional (PAN)	"Pido al presidente Andrés Manuel López Obrador, mantener la armonía entre los mexicanos y no polarizar a la sociedad con discurso de odio".
Marcelo Torres Cofilio	Presidente de la Junta de Gobierno del Congreso Local de Coahuila	"El Presidente de la República lo que está generando es un odio entre las distintas clases que existen en el país y los distintos niveles".
Gustavo Madero y Damián Zepeda	Senadores del Partido Acción Nacional (PAN)	"Desde el púlpito presidencial de nuestro país se están generando discursos de desencuentro y de división".
Carlos Ramos	Columnista	"Día con día -Trump y AMLO- el discurso del odio... Uno por racismo, el otro por traumado, pero lo cierto es que la lección de 'El Paso' se puede repetir en cualquier momento en México, porque el mandatario nacional lo abona cada día en sus mañaneras".
Enrique Krauze	Escritor, periodista y columnista	"AMLO es conservador y promueve el odio entre los mexicanos".
Ángel Ávila	Miembro del Partido de la Revolución Democrática (PRD)	"Preocupa mucho el discurso de odio al convertir a los opositores en conspiradores. El presidente nos quiere poner en la misma charola".
José Luis Muñoz	Columnista	"No hay día en que López no discrimine a millones de mexicanos por sus opiniones o su condición social. Las expresiones discriminatorias frecuentemente sólo pretenden o tienen como efecto la ofensa, la burla y la estigmatización, pero el discurso de odio da el siguiente paso y busca 'incitar a la acción' en contra de alguna persona o grupo de personas".
Javier Sicilia	Escritor y poeta	"Has promovido demasiado el odio y el desprecio, querido presidente. Ni las víctimas ni la gente te importan. Te interesa una entelequia llamada 'pueblo', una abstracción que, como toda abstracción, sólo sirve para justificar el desprecio, el odio y la violencia".

Elaboración propia a través de los medios de comunicación que se citan con anterioridad.

Asimismo, después de analizar las cuarenta conferencias matutinas a través de los dos rasgos categorizados en el párrafo anterior, se encontró que primeramente, respecto al rasgo número uno, concerniente al discurso discriminatorio, en el mensaje de todas las “mañaneras” analizadas, se encuentran totalmente ausentes el discurso discriminatorio

y la incitación a la violencia en contra de grupos minoritarios, así como por razones de religión u origen étnico. Igualmente, en el 100% de ellas, en ningún momento se aboga por el exterminio de personas o grupo alguno, y nunca se pone en duda el reconocimiento a la dignidad humana de ninguna persona, es más, ni siquiera se menciona, ya que no es tema central ni periférico de ninguna de las conferencias analizadas. En dicha comunicación presidencial por el contrario, destacan, con un 60%, las palabras “primero los pobres”, con un 15% “los humildes y honestos”, 10%, “las comunidades indígenas”, 10% “los valores morales y espirituales”, y con el restante 5%, la palabra “igualdad”; todas ellas, abiertamente antagónicas a los discursos de odio.

En alusión al segundo rasgo, respecto a las conductas del mandatario, tenemos que al analizar el total del corpus de la investigación, éste nos arroja como resultado, que solamente en el 2% de las conferencias matutinas estudiadas, se observa una actitud de rechazo por parte del Presidente en contra de “un grupo de provocadores que actúan en el anonimato, a través de las redes sociales”, negándose a llamarlos por su nombre y desdiciéndose inmediatamente, argumentando que se refería a los “bots”. Es importante destacar que dicho actuar fue asumido por el licenciado Andrés Manuel López Obrador, en el contexto de los fuertes señalamientos que circularon anónimamente en redes sociales en aquel entonces, en contra del recientemente instalado gobierno Lopez-Obradorista, responsabilizándolo del avionazo en el que perdieron la vida, la gobernadora de Puebla, su esposo y otras tres personas que viajaban con ellos. Al día siguiente de sus exabruptos, el mandatario pidió una disculpa pública durante la “mañanera”.

No obstante, en el restante 98% de las conferencias matutinas analizadas, se descartan totalmente las conductas que inciten a la exclusión, persecución o violencia, por parte del Presidente.

Derivado de lo anterior, podemos observar entonces que los discursos emitidos por el Jefe del Estado Mexicano durante las “mañaneras”, no pueden ser considerados como discursos de odio, simple y sencillamente, por incumplir con los dos rasgos establecidos como determinantes para tal fin, por la Suprema Corte de Justicia de la Nación, en la tesis 1ª, CXLVIII/2013 (10a.), amparo directo en revisión 2806/2012; y por la Ley vigente en la ciudad de México. Caso contrario, su mensaje se encuentra apegado al discurso institucional que ha utilizado desde el inicio de su gobierno, como lo es el combate frontal a la corrupción, la rendición de cuentas, el gobierno honesto para un pueblo honesto, la igualdad y la erradicación de la marginación y la pobreza; por lo que se puede afirmar, que en la comunicación presidencial del licenciado Andrés Manuel López Obrador, el discurso institucional priva sobre los discursos de odio.

Conclusiones

Pocos conceptos resultan tan complejos hoy en día como los llamados discursos de odio, que incluso su definición puede dificultarse más allá de las propias fronteras del conocimiento y la transdisciplina, para su tratamiento. Además, constantemente están pisando los límites de la libertad de expresión como una espiral interminable. En este contexto, en la mayoría de las ocasiones no se sabe con precisión en qué sentido se está usando dicho término, pero desafortunadamente con mayor frecuencia de la que quisiéramos, se aprecia su uso alevoso sin

presentar un grado razonable de objetividad, sino más bien vago, con un incuestionable uso político, cuya única finalidad es la de criminalizar públicamente a quien supuestamente lo emite (Risso, 2020).

De esta manera, en poco menos de dos años del gobierno López-Obra-dorista, se alcanzaron las 500 “mañaneras” o conferencias de prensa matutinas, cifra récord en la historia presidencial de México, colocando al jefe del ejecutivo federal en el ojo del huracán como el gobernante más mediatizado del momento. Dicho modelo de comunicación presidencial, en donde el Jefe del Estado Mexicano resulta ser su propio vocero —además de constituirse como el medio y el mensaje—, ha enardeciendo como nunca antes a los opositores al gobierno, que contrario a lo que sucede en otras latitudes, en México se traducen en los representantes, militantes y simpatizantes de la llamada “derecha”, políticamente hablando.

No puede pasar desapercibido, que del total de las acusaciones públicas donde se le señala al presidente como emisor de discursos de odio, todas fueron hechas por adversarios políticos (según la figura 1), claramente identificados con el Frente Nacional Anti AMLO (FRENA) y el Bloque Opositor Amplio (BOA), incluyendo a dueños, reporteros y columnistas de medios de comunicación antagónicos al gobierno actual, cuyas declaraciones coinciden con fechas políticamente coyunturales, como lo fue la matanza de Texas, EEUU, en agosto de 2019, donde se le compara alevosamente y sin ningún motivo -o sin que éste haya tenido nada que ver con el evento-, con el ex presidente de los EEUU, Donald Trump, por el supuesto uso de los discursos de odio.

Los resultados de esta investigación desmienten las acusaciones públicas en contra del Presidente de México como promotor y difusor

de la discriminación, el odio y la violencia, ya que como ha quedado demostrado en el apartado anterior, en nuestro país, el discurso institucional prevalece sobre los discursos de odio, en estricto apego a los postulados de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, los Tratados Internacionales firmados por México, y las correspondientes leyes federales y generales. En este sentido, la responsabilidad social de los medios de comunicación resulta fundamental para mantener la gobernabilidad en una nación confrontada por la polarización ideológica; y por ningún motivo, dichos medios deben de fomentar los discursos de odio.

Resulta también pertinente observar que no son válidas las autocomplacencias y que por lo tanto, el presidente de México debe armonizar el contenido de sus mensajes emitidos durante sus conferencias matutinas y dejar de utilizar términos políticamente incorrectos, como “los conservadores”, “la prensa fifi” y “la mafia del poder”, que en nada abonan al discurso institucional. A partir de la práctica continua de la comunicación conciliadora, se eliminarán paulatinamente escenarios poco favorables o de crisis que afectan el desarrollo del trabajo gubernamental.

Por todo lo anteriormente expuesto, la relevancia del discurso público debe entonces permitir la reflexión sobre la comunicación y su impacto social, como un elemento base en el ejercicio asertivo de la función presidencial y por lo tanto, de la responsabilidad social de los medios de comunicación, entendiéndose ésta como un bien social y por lo tanto, como una tarea relevante que repercute en todos los ámbitos del ciudadano, dada su finalidad de mejorar la política y sus acciones, salvaguardar el derecho a la información, garantizar la transparencia y rendición de cuentas, fomentar la participación ciudadana, y robustecer

la gobernabilidad a través de una cultura de paz, en un país azotado por la violencia, como consecuencia de una larga historia de corrupción e impunidad.

Referencias

- Abela, J. (2001). Las técnicas de Análisis de Contenido: Una revisión actualizada. *Fundación Centro de Estudios Andaluces*, 10(2), 1-34.
<https://tinyurl.com/yyxx4xx4>
- Aguilar, R. (2008). Bases de la comunicación gubernamental, *Etcétera*, 87.
<https://tinyurl.com/y57qapzt>
- Álvarez, T., & Caballero, M. (1997). *Vendedores de imagen. Los retos de los nuevos gabinetes de comunicación*. Paidós.
- Naciones Unidas (1999). *Asamblea General de las Naciones Unidas*.
<https://tinyurl.com/y293j55d>
- Berelson, B. (1952). *Content Analysis in Communication Researches*. Free Press. Glencoe.
- Busquet, J., & Medina, A. (2017). *La investigación en comunicación. ¿Qué debemos saber? ¿Qué pasos debemos seguir?* UOC, S.L. Edición de Kindle.
- Campbell, C., & Wyszomirski, M. J. (2007). *Executive Leadership in Anglo-American Systems*. Pittsburgh University Press.
- Canel, M. J. (2007). *Comunicación de las instituciones públicas*. Tecnos.

Canel, M. J. (1999). *Comunicación política. Técnicas y estrategias para la sociedad de la información*. Tecnos.

Canel, M. J., & Sanders, K. (2010). Para estudiar la comunicación de los gobiernos. Un análisis del estado de la cuestión. *Comunicación y sociedad*, XXIII(1), 7-48. <https://tinyurl.com/y5abp9j9>

Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. Alianza Editorial.

Demers, F., & Lavigne, A. (2007). La comunicación pública: una prioridad contemporánea de investigación. *Comunicación y Sociedad*, 8. p.65-87.

Escalona, N. (2015). *Comunicación de instituciones públicas*. UOC. Edición de Kindle.

Flores-Pérez, C. C. (2019). *La comunicación social en México y la lucha fallida por la transparencia: Del Imperio Azteca a la Ley Chayote*. Universidad Autónoma de Zacatecas.

Hütt, H. (2012). Las redes sociales: una nueva herramienta de difusión. *Reflexiones*, 91(2), 121-128.

Layon, C. C. (2018). Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 52-70. <http://177.105.2.222/handle/1/34079>

- López-Noguero, F. (2002). El análisis de contenido como método de investigación. *XXI Revista de Educación*, 4(1), 167-180.
- Martínez, L. M. (1995). El discurso institucional y las representaciones sociales en la Intervención social. *Frónesis*, 2(1), 27-55.
- Meyenberg, Y. (2015). La comunicación gubernamental: Gran Bretaña y México, una visión comparada. *Revista Española de Ciencia Política*, 39, 95-113. <https://tinyurl.com/y4elqfdr>
- Meyenberg, Y., & Aguilar, R. (2015). *La comunicación presidencial en México 1988-2012*. Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México/Gobierno del Estado de Coahuila de Zaragoza.
- Molina, S. (2004). Comunicación gubernamental: ¿encanto o desencanto?. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, XLVI(190), 31-45.
- Pareja, N., & Echeverría, M. (2014). La opinión pública en la era de la información. Propuesta teórico-metodológica para su análisis en México. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, 17, 51-68.
- PNUD (2020). *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Capítulo México*. www.pnud.org.mx
- Ramírez, J. (2012). Responsabilidad social en los medios de comunicación: ¿utopía o realidad? Algunos pasos a tomar en cuenta para lograr una adecuada gestión. *Correspondencias & Análisis*, 2, 99-109.

Ramírez-López, J. (2007). *La comunicación social hoy, o la pérdida del sentido institucional de las acciones de gobierno*. Instituto de Prensa.

Real Academia Española. (2020). *Diccionario de la lengua española*.

Riorda, M. (2006). Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso. En L. Elizalde, D. Fernández, & M. Riorda (eds.), *La construcción del consenso: gestión de la comunicación gubernamental*. La Crujía Ediciones.

Riorda, M. (2011). La comunicación gubernamental como comunicación gubernamental. *Politai*, 2(3), 96-111. <https://tinyurl.com/y2cwbd99>

Risso-Ferrand, M. (2020). La libertad de expresión y el combate al discurso del odio. *Estudios Constitucionales*, 18(1), 51-89.

Riva P., R. (2020, setiembre 11). A juicio, AMLO y las mañaneras. *El Financiero*. <https://www.elfinanciero.com.mx/opinion/raymundo-riva-palacio/a-juicio-amlo-y-las-mananeras>

Sánchez, J.J. (2012). Usos de los conceptos de gobernabilidad y gobernanza (una manera de diferenciarlos). En B. Lerner, R. Uvalle, & R. Moreno (eds.), *Gobernabilidad y gobernanza en los albores del siglo XXI, y reflexiones sobre el México contemporáneo*. UNAM. Instituto de Investigaciones Sociales, Instituto de Administración Pública del Estado de México, A.C.

SCJN (2019). *Amparo directo en revisión 4865/2018. Tesis Aislada (Constitucional)*. Tesis: 1a. CXVIII/2019 (10a.). Primera sala.

- Tarullo, M. R. (2015). Las redes sociales en la comunicación de gobierno: una aproximación teórica. *Rihumso*, 1(7), 89-104.
- Tello, E. (1996). Comunicación, sociedad y gobierno, en el estado de México. *Revista Razón y Palabra*, 1. <https://tinyurl.com/yyrxm6hf>
- Van Dijk, T. (2000). *El discurso como interacción social*. Gedisa.
- Wolton, W. (1995). La comunicación política: construcción de un modelo. En J.-M. Ferry (ed), *El nuevo espacio público*. Gedisa.

CUIDADO E AUTOCUIDADO ENTRE MULHERES ATIVISTAS E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Cosette Castro¹

Este artigo reflete sobre o Projeto Rodas de Cuidado e Autocuidado² entre mulheres ativistas realizado pela primeira vez no Brasil em 2020 na versão digital³. O projeto gratuito foi desenvolvido pelo Centro de Estudo Feministas e Assessoria/ CFEMEA, ONG com sede em Brasília, Distrito Federal, adaptando a versão presencial das rodas de cuidado e autocuidado organizadas pela instituição desde 2015.

-
1. Doutora em Comunicação pela Universidade Autônoma de Barcelona/Espanha. Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Ciência, Informação e Tecnologia/ IBICT. cosettecastro2012@gmail.com
 2. Visto aqui como um espaço de autoconsciência e transformação dentro dos movimentos feministas. Considero que não existe apenas um movimento de mulheres, mas várias representatividades, constituído por uma diversidade de corpos, raças/etnias, desejos e orientações sexuais, classes sociais e idades.
 3. Neste estudo, é apresentado parte do trabalho pós-doutoral realizado no Instituto de Psicologia da UnB aprovada no primeiro semestre de 2021, cuja pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou os recursos da etnografia virtual, para conhecer as rodas *online* e dar espaço para as vozes das mulheres ativistas.

O projeto inclui o uso de redes sociais digitais (WhatsApp e a plataforma Zoom) para realizar encontros virtuais semanais de 1h30 durante três meses por semestre entre ativistas, mulheres que estabelecem diferentes relações com as tecnologias digitais. A relação com as tecnologias muda de acordo com os tipos de equipamentos utilizados, com os níveis de acesso à internet, com os níveis de alfabetismo digital e compreensão das plataformas utilizadas.

Para pensar questões relacionadas ao cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas, leva-se em consideração a violência estrutural contra as mulheres no Brasil e o aumento da violência doméstica e do feminicídio durante a pandemia de Covid-19.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (“Equidade de Gênero em Saúde”, s.d.), as desigualdades nas relações de gênero são fatores de adoecimento entre as mulheres, podendo levar ao sofrimento mental, à depressão e à ansiedade. Nesse sentido, as rodas virtuais de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas representam um espaço de acolhimento e resistência a essa violência estrutural. Elas são um espaço de cuidado coletivo entre mulheres e de autocuidado, onde o pessoal é visto como um ato político, em meio ao aumento da violência contra as mulheres, particularmente durante a pandemia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2004) afirma também que saúde mental é um estado de bem-estar nos diversos âmbitos de uma pessoa: subjetivo, intelectual e emocional, assim como a possibilidade de construção de competências individuais e coletivas. Nesse trabalho considera-se que o cuidado e o autocuidado são parte importante do constructo emocional da saúde mental.

Embora existam vários conceitos de feminismo e vários feminismos, neste artigo o feminismo é compreendido como a busca pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, seja no âmbito público, seja no ambiente doméstico. São as mulheres as que mais sofrem violência física⁴, psíquica, moral, sexual, patrimonial e/ou sofrem ameaças por falar e representar outras mulheres que não possuem voz e/ou visibilidade, que não podem ou não conseguem expor seu sofrimento publicamente.

A reflexão foi dividida em três partes. Na primeira discorre sobre a violência contra as mulheres no Brasil, em especial durante a pandemia, e sobre cuidado e autocuidado. Na segunda parte, apresenta o projeto das rodas virtuais de cuidado e autocuidado do CFEMEA (www.cfemea.org.br) e sua relação com as tecnologias digitais. E na terceira parte, da voz às mulheres ativistas.

Pedagogias do Feminicídio e da Secundarização

O Brasil é um país violento para mulheres. Há uma violência diária que meninas, adolescentes, mulheres adultas e idosas sofrem dentro de casa desde o nascimento e que segue ocorrendo fora de casa, na rua, na escola e no trabalho. Considero que aí se encontra a gênese da naturalização da violência e da espiral de assassinatos, uma construção social a qual tenho denominado “pedagogia do feminicídio” (Castro, 2019, 2020). Mesmo sem regras formais, escritas, essa “pedagogia” começa dentro de casa, na infância, passa pela adolescência e segue na idade adulta “orientada” primeiro pelos homens da família, sendo

4. E violência obstétrica.

reforçada por parte das mulheres (que reproduzem a violência sofrida) e dos grupos sociais, com a omissão do Estado.

É nos lares brasileiros que ocorrem 54% dos abusos sexuais em meninas e eles são cometidos por parentes próximos (pais, avôs, tios, padrinhos e/ou primos), padrastos e/ou vizinhos de acordo com dados do Atlas da Violência (2019). É no lar que inicia um ciclo de violência sexual invisível, pois o abuso, em seus diferentes níveis, na maior parte dos casos, ainda é mantido em segredo pelas famílias. Estima-se que, no Brasil, apenas 10% dos casos de estupro são registrados na polícia.

De acordo com estudo realizado pela Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos do Paraná em 2021, no Brasil a cada 20 minutos uma criança é mãe. Entre 2010 e 2019, 252,786 meninas entre 10 e 14 anos, além de 12 meninas com menos de 10 anos, engravidaram e tiveram filhos nascidos vivos no Brasil. Isso representa uma média de 25.280 casos de gravidez por vulnerável por ano.

A violência se manifesta de outras maneiras, para além do abuso sexual, como é o caso da violência psíquica e/ou moral contra crianças. No âmbito doméstico, por exemplo, ela ocorre quando a menina denuncia para uma pessoa adulta o abuso e é desacreditada por familiares, seja a mãe ou outra cuidadora familiar responsável. Nesse caso, ocorre em nível emocional, uma violência duplicada pelo descrédito e falta de apoio das mulheres adultas.

No âmbito público ocorre outro tipo de violência contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma violência estrutural que acontece quando o Estado dificulta ou impede que as crianças recebam educação sexual na escola, deixando-as sem informações sobre o seu corpo, sobre o que

é abuso e como se defender dessa violência, como vem acontecendo como política de Estado no governo Jair Bolsonaro.

Desde cedo meninas, adolescentes e mulheres vão naturalizando esse ciclo de violência contínua, reforçada pelos homens e também pelas mulheres da família, como comentado anteriormente. Dentro da pedagogia do feminicídio, é ensinado desde cedo, principalmente em famílias religiosas conservadoras, que a mulher “é inferior, que tem obrigação de servir; que tem de obedecer aos homens, pais, irmãos e marido”, seja na hora de falar ou no cuidado para toda vida.

Em março de 2021, estudo do Instituto de Pesquisa e Consultoria (IPEC) sobre violência contra as mulheres apontou o aumento da violência e do feminicídio no Brasil durante a pandemia. Uma média de 108 mulheres foram assassinadas por mês no primeiro semestre de 2020. A cada minuto, 25 brasileiras sofrem algum tipo de violência, o que atinge 15% das brasileiras, isto é, 13,4 milhões de mulheres.

Também é dentro de casa que meninas, adolescentes e mulheres vivenciam o ódio contra as mulheres e o processo de secundarização feminina de diferentes maneiras, através de humilhações e grosserias e/ou comparações entre irmãos e familiares. Um ódio que muitas mulheres na vida adulta introjetam e reproduzem ao julgar as ações de outras mulheres: “mereceu”; “deu mole”; “é uma vadia”; “é uma puta”, sem que haja julgamento das mesmas ações quando ocorrem no âmbito masculino. Outro exemplo é a repetição de um discurso masculino que compara, de forma pejorativa, as mulheres a animais: “é uma vaca”; “é uma galinha”; “é uma baleia”.

A ideia de uma pedagogia do feminicídio (em termos de construção de uma violência que chega ao ápice com o assassinato) começa com

o surgimento do termo pedagogia, na Grécia antiga. Naquele momento histórico o termo era utilizado no sentido de acompanhar um indivíduo (masculino). O escravo conduzia o menino (*paidós*, filho) de família rica – único a ter direito ao estudo – para a escola. O verbo *agein*, de raiz indo-europeia, complementa a ideia de orientar ou conduzir. Os primeiros pedagogos foram os escravos e o termo grego *paidéia* se refere à ideia de cultura geral ou formação de meninos abastados ensinados por filósofos gregos. Ou seja, embora tenha se expandido para outros públicos mais tarde, como as mulheres e pobres, homens livres, estrangeiros, na origem a palavra restringia quem tinha acesso e direito à formação e a informação ao menino ou homem grego.

Essa ideia de restrição ao conhecimento como forma de violência e contração das mulheres seguiu avançando no decorrer dos séculos até chegar na Idade Média. As escolas filosóficas gregas, as escolas religiosas católicas e, mais tarde, as universidades que surgiram na Europa a partir de 1088 (Bolonha) só admitiam homens. Na Europa, as universidades demoraram 590 anos para aceitarem uma estudante mulher. Foi o caso da nobre italiana Elena Lucrezia Piscopia Cornaro que teve o “direito” de estudar sozinha, em casa, com um tutor, e receber diploma da Universidade de Pádua em 1678, sem colocar os pés na universidade, um espaço absolutamente masculino, uma “casa” de homens e para os homens⁵ onde as mulheres sequer podiam entrar.

5. Termo usado por Valeska Zanello (2018) para falar da irmandade entre os homens.

O pensamento acadêmico⁶, as leis e o comércio ocidental até o século XVII – ou seja, durante 1.600 anos - foram escritos oficialmente por homens para os homens. Embora muitas mulheres tenham participado desse processo, foram apagadas da história⁷. Esse pensamento oficial foi reforçado pelo pensamento religioso e “científico” que culpava as mulheres pelos pecados do homem, insistindo em uma “natureza pecaminosa da mulher” que deveria ser contida e ficar restrita ao lar⁸. Na Europa, cerca de 100 mil mulheres foram perseguidas e assassinadas como bruxas⁹ até pelo menos 1758, por seus conhecimentos ligados à área da saúde. Alguns textos religiosos e científicos sobre a mulher “naturalizaram” a perseguição de curandeiras, parteiras, donas de casa e líderes do campo e das cidades, assim como a tortura e matança generalizada de mulheres.

-
6. Vale a pena ler o trabalho de Grada Kilomba (2019, pp. 51-53) referente ao pensamento acadêmico, lembrando que a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição; é também um espaço de violência. Para Kilomba, “o que encontramos na academia não é uma objetividade científica, mas resultado de relações desiguais de poder e raça”. Eu acrescentaria: de poder, de raça e de gênero.
 7. Sugiro a leitura de “Por Uma História do Possível”, de Susane Oliveira (2012). A autora, a partir da corrente teórica da História do Possível, mostra que muitas histórias e descobrimentos realizados por mulheres foram silenciados, apagados ou omitidos da história oficial a partir do século XIX por historiadores vitorianos.
 8. Sobre a tentativa de domesticação do corpo, da vida e do trabalho da mulher, vale a pena ler a obra de Silvia Federici, “O Calibã e a Bruxa”, traduzido no Brasil em 2019.
 9. “De 1450 a 1750, poucas pessoas ousariam contradizer essa doutrina, repetida em tom de ameaça nos púlpitos dos pregadores católicos, assim como nos sermões protestantes depois da Reforma religiosa de Martinho Lutero no século XVI. A bruxaria era uma calamidade tão real quanto tempestades ou pestes, e intimamente ligada à natureza feminina. Com exceção de Portugal e Espanha, onde os principais perseguidos eram cristãos novos e judeus, em quase toda a Europa a porcentagem de mulheres perseguidas excedeu 75% dos casos. Em algumas localidades, como o condado de Namur (atual Bélgica), elas responderam por 90% das acusações. Estima-se que 100 000 processos foram instalados pelo continente afora e pelo menos 60 000 vidas se perderam em meio às chamas. Disponível em Revista Superinteressante, publicado em 2016.

Por outro lado, o controle da sexualidade feminina passou a garantir uma fonte de geração de mão de obra dócil, útil e abundante, com incentivo à geração de filhos e aumento populacional para realizar os projetos de reforma social. O controle da sexualidade também incluiu a criação do dispositivo¹⁰ materno, do qual fala Zanello (2018), louvando e incentivando a “natureza” maternal das mulheres e reforçando suas “aptidões” para o cuidado, seja da casa, do marido, dos filhos ou de familiares enfermos ou idosos.

Enquanto o espaço público era ocupado pelos homens, o espaço privado, da casa, era marcado como “essencialmente feminino”. Essa construção social teve o apoio de publicações a partir de 1760 que naturalizaram o “instinto materno” ou o amor espontâneo da mãe pelo filho, glorificando – e mais tarde santificando – esse sentimento. De um lado solicitava-se às mulheres um trabalho cada vez maior de auto-abnegação (Zanello, 2018, p. 127) e, por outro lado, o lar e a maternidade se constituíram em um espaço empoderado, ainda que fosse um “empoderamento colonizado” no sentido de que era o único espaço onde a mulher se constituía como “rainha”, “chefe” ou como “comandante”.

Segundo Zanello (2018, p. 128), as mulheres se afirmaram como “função”: de esposa e de mãe, passando a existir somente em relação ao outro (marido, filhos, pessoas doentes, pais). Houve uma associação ideológica das palavras “amor e materno”, que foi além da promoção

10. Conceito de Foucault que combina estrategicamente os campos do saber, a partir de uma rede de discursos, e as relações de poder, onde é possível determinar as relações e disposições estratégicas entre seus elementos e os modos de subjetivação dos sujeitos. Esses dispositivos também possibilitam a resistência dos sujeitos sociais.

do sentimento. Incluiu a construção da mulher enquanto mãe e a construção de um modelo de feminino ideal (de esposa e mãe) como únicos espaços para o feminino pelo menos até metade do século XX.

O poder patriarcal deixou de ser repressivo para se tornar um poder constitutivo (Foucault, 1996). Ou seja, as redes de poder – reforçadas pelos discursos da mídia, da religião em suas diferentes manifestações, da escola, das leis e pelo discurso médico/científico - se tornaram cada vez mais finas e invisíveis, mais constantes e efetivas. Ao mesmo tempo, como poderá ser observado na segunda e terceira parte deste artigo, os movimentos de mulheres aparecem como espaços de resistência, sendo as rodas virtuais de cuidado e autocuidado, um espaço de acolhimento e de reflexão individual (autocuidado) e coletiva (cuidado das demais mulheres).

O dispositivo materno, central nos processos de constituição e subjetivação das mulheres, como conta Zanello (2018), é uma forma de desempoderamento das mulheres. Esse dispositivo permite compreender as dinâmicas e processos subjetivos e sociopolíticos relacionados ao cuidado, colocados socialmente como inerentes à mulher. Também revela a dificuldade da mulher em realizar o autocuidado, já que significa o deslocamento das mulheres do papel de cuidadoras “natas” – um dispositivo destinado ao outro – para um dispositivo destinado ao autocentramento e o amor por si mesmas através do autocuidado.

Embora existam estudos sobre a economia do cuidado¹¹, que tende a crescer de acordo com o envelhecimento populacional, ainda hoje, a

11. Economia do cuidado é um termo que ainda não possui consenso, mas designa o trabalho (pago ou sem remuneração), majoritariamente realizado por mulheres, de dedicação à sobrevivência, ao bem-estar e/ou à educação de pessoas, assim como à manutenção do meio em que estão inseridas.

maior parte das mulheres que cuidam gratuitamente e de forma invisível no âmbito familiar, já que o tema é tratado pelos governos como se fosse uma responsabilidade do âmbito privado. Estudo da Oxfam (2020) aponta que 75% das mulheres no mundo desempenham atividades de cuidado sem remuneração.

No Brasil, elas representam 96% da força de trabalho gratuita, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Estudo da USP de 2020 revela que 82% do cuidado realizado no país é feito por cuidadoras familiares e outros 17% é realizado por cuidadoras profissionais.

Em 2017 as mulheres dedicavam quase o dobro de horas semanais em relação aos homens a atividades não remuneradas de tarefas domésticas e cuidado de familiares. Trabalhavam sem remuneração 20,9 horas enquanto os homens dedicavam 10,8 horas semanais. Em 2019, o trabalho feminino sem remuneração cresceu para 21,4 horas por semana, enquanto os homens dedicavam 11 horas semanais para atividades sem remuneração (IBGE, 2020).

O trabalho doméstico e de cuidado (de maridos, filhos, enteados, sogros, familiares, enfermos e/ou idosos da mesma família) ainda é visto como um trabalho de reprodução, feminino, em oposição ao trabalho produtivo, majoritariamente masculino e remunerado. Dentro de casa a “função” da mulher é cuidar dos outros e da casa, um cuidado que é gratuito, invisibilizado e portanto “inexistente”, o que venho denominando como um *não-trabalho*¹².

12. No espaço público, essa pedagogia da secundarização reforça a invisibilização da mulher cuidadora, o que inclui pelo menos três níveis: o mercado, a academia e a política. Sobre este tema, ver o livro de Castro (2021), que trata sobre a pedagogia do feminicídio, pedagogia da secundarização, sobre não-trabalho e sobre cuidado e autocuidado.

O projeto pedagógico ensinado nas escolas (públicas e privadas), nas famílias, grupos religiosos, endossado pelo Estado e pela mídia até os anos 70/80 do século XX, quando começa a segunda onda¹³ do feminismo, era (e ainda segue sendo, embora em menor grau) a formação de meninas e mulheres dóceis, amáveis, cuidadoras, boas mães. Mais recentemente, inclui a formação de boas profissionais, que recebem salários menores que os homens em todas as áreas profissionais¹⁴.

A partir dos anos 80 do século XX uma mulher “moderna” de classe média¹⁵ daria conta de cuidar da casa, da família e ainda trabalhar “contribuindo” para o orçamento doméstico ou para seu “cuidado” pessoal, leia-se ficar magra¹⁶, o mais branca possível, alisando os cabelos, “elegante”, apresentando-se maquiada e depilada.

Todo esse “ritual de beleza” não era destinado ao seu autocuidado e prazer. Esse esforço diário/semanal tem sido realizado para mostrar e agradar o outro (companheiro, familiares, amigos, colegas) reproduzindo

13. A primeira onda do feminismo se refere às campanhas pelo direito ao voto no final do século XIX.

14. No Brasil, as meninas só puderam estudar a partir de 1867, mas foi apenas a partir de 1880 que as meninas puderam ingressar em escolas públicas. Ou seja, há apenas 140 anos as mulheres brasileiras estão presentes no ensino público.

15. Ao longo do tempo as mulheres das classes populares tiveram experiências no mundo do trabalho, mas suas histórias, até recentemente, eram invisíveis. A criação de normas sociais tem como referência as mulheres da classe média ou alta. A importância do trabalho social das mulheres era ignorada. Foi na segunda metade do século XX que o tema foi trazido para o domínio público e trouxe mudanças nas leis trabalhistas brasileiras.

16. A gordofobia ou lipofobia atinge entre 19% e 42% das pessoas com sobrepeso, em especial as mulheres. O preconceito contra pessoas com sobrepeso está associado a sintomas depressivos, altos índices de ansiedade, baixa autoestima, isolamento social, estresse, uso de drogas e compulsão alimentar. Nas crianças, o efeito é potencialmente pior devido ao [bullying](#) presencial e virtual. Comparado a adolescentes magros, os que têm excesso de peso são significativamente mais propensos a passar por isolamento social e a desenvolver transtornos mentais, principalmente ansiedade e depressão.

o ideal de beleza branco, loiro e magro, minoritário no Brasil, e eternamente jovem¹⁷. Levando em conta que 56% da população é negra ou parda, que 62,6% das brasileiras estão com sobrepeso e que o Brasil é o país que envelhece mais rapidamente no mundo (IBGE, 2018), os ideais de ser branca, loira, magra e jovem estão longe de serem alcançados, gerando sofrimento entre as mulheres, particularmente àquelas que usam as redes sociais digitais como modelos a serem seguidos.

As Rodas Virtuais de Cuidado e Autocuidado

Segundo Butler (2002), o discurso – neste caso o virtual – torna-se o dispositivo pelo qual a identidade de gênero se constitui e, ao mesmo tempo, constitui a materialização da resistência por meio da linguagem. Por isso, a ocupação de espaços virtuais para multiplicar propostas e reflexões feministas, entre elas as que incluem o cuidado e autocuidado entre

17. A busca pela eterna juventude e pelo corpo “perfeito” dentro de um ideal estético magro (e branco) faz com que o Brasil seja o primeiro país no mundo em cirurgias plásticas, tendo ultrapassado os EUA em 2019. Um homem de cabelos brancos é tratado como um homem atraente, como diz o dito popular: “Homem é que nem vinho. Quanto mais velho, melhor”. Já as mulheres, quando ficam de cabelo branco deixam de ser “competitivas” na prateleira do amor, termo utilizado por Zanetto (2018) para falar do espaço em que as mulheres se “expõem” para atrair os homens, dentro do dispositivo amoroso.

Ao longo do tempo as mulheres das classes populares tiveram experiências no mundo do trabalho, mas suas histórias, até recentemente, eram invisíveis. A criação de normas sociais tem como referência as mulheres da classe média ou alta. A importância do trabalho social das mulheres era ignorada. Foi na segunda metade do século XX que o tema foi trazido para o domínio público e trouxe mudanças nas leis trabalhistas brasileiras.

A gordofobia ou lipofobia atinge entre 19% e 42% das pessoas com sobrepeso, em especial as mulheres. O preconceito contra pessoas com sobrepeso está associado a sintomas depressivos, altos índices de ansiedade, baixa brancos é tratado como um homem atraente, como diz o dito popular: “Homem é que nem vinho. Quanto mais velho, melhor”. Já as mulheres, quando ficam de cabelo branco deixam de ser “competitivas” na prateleira do amor, termo utilizado por Zanetto (2018) para falar do espaço em que as mulheres se “expõem” para atrair os homens, dentro do dispositivo amoroso.

ativistas, pode ser significativa para ampliar a participação das mulheres. Trata-se de uma forma de ciberativismo necessário particularmente em um país com graves diferenças sociais, econômicas, educacionais, com diferenças gritantes de infraestrutura e acesso às tecnologias digitais e com um crescente cerceamento ao direito à diferença.

O ciberativismo, que se insere na quarta onda do feminismo (Chamberlaine, 2017) é aqui compreendido como:

toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal (Reis et al., 2013, p. 6)

O projeto das rodas virtuais de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas, como espaço de ciberativismo, foi adaptado do modelo de encontros presenciais¹⁸ desenvolvido pela ONG CFEMEA. Assim como no modelo presencial, reuniões virtuais seguem algumas regras, como por exemplo: não é permitido às participantes dar conselhos nem julgar a fala das outras mulheres. A proposta é que cada uma delas relate sua própria experiência sobre como vivenciou e resolveu determinada questão. As falas são realizadas na primeira pessoa do singular (Eu penso, eu acredito, eu sinto).

As coordenadoras de cada encontro (em geral duas ou três mulheres) sugerem que os celulares permaneçam desligados durante os encontros virtuais, estimulando as participantes a se concentrarem no aqui-agora,

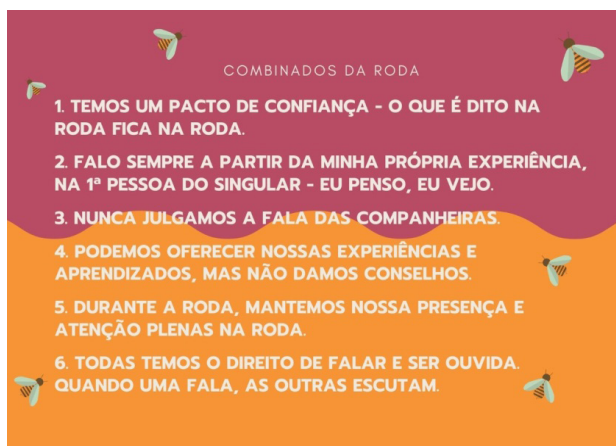
18. Tem como base a proposta pedagógica de Paulo Freire, a Terapia Comunitária Integrativa (TCI) e a metodologia desenvolvida para realização de rodas presenciais pela ONG Arcana/DF.

na reunião que está ocorrendo. Tampouco é permitido comentar - fora do encontro virtual - os assuntos tratados dentro da roda.

O grupo se baseia na confiança mútua que vai sendo estabelecida a cada encontro e na intimidade crescente, o que permite às mulheres a partilha de experiências e sentimentos íntimos. Todas as participantes têm direito a fala. E quando uma pessoa fala, as demais escutam. Os microfones permanecem desligados. As ativistas não são obrigadas a se manifestar, podendo permanecer caladas durante a reunião, assistindo e escutando.

Figura 1

Regras das Rodas Virtuais



Exemplo de *Card* enviado às participantes pelo WhatsApp

A metodologia de trabalho desenvolvida pela ONG CFEMEA divide a roda de cuidado e autocuidado virtual em seis etapas. 1. Chegança; 2. Roda da Conexão; 3. Roda do Aquecimento; 4. Roda do Sentir/Pensar; 5. Roda da Partilha; 6. Roda do Aconchego.

O primeiro momento é chamado de Chegança, quando as mulheres são recepcionadas e acolhidas no ambiente *online*. Nesse momento são lembradas sobre a proposta da roda virtual daquele dia e sobre as combinações da roda (Foto 01). Em geral, o grupo espera entre 05 e 10 minutos para que as participantes cheguem. Nesse período o microfone fica aberto para saudações e comentários informais.

O segundo momento é a Roda da Conexão, aquecimento no qual são realizadas atividades que contribuem para a concentração das participantes, focando no momento presente da roda virtual. A proposta é desacelerar a mente, seja através de meditações curtas ou de automassagem, por exemplo.

O terceiro momento é a Roda do Aquecimento, momento de promover a energia física e tirar o corpo da estagnação a partir de propostas como, por exemplo, pular, dançar, cantar, alongar, rir e suar.

O quarto momento é a Roda do Sentir/Pensar, onde é exposto com detalhes o tema daquele dia. Durante esse período, as participantes vão realizar uma atividade relacionada ao tema do dia (desenho, pintura, escrita, canto, etc.). Exemplo de pergunta tema: “Como está a sua relação com a casa durante a quarentena?”.

O quinto momento é a Roda de Acolhimento, em que o resultado da atividade de integração do grupo é compartilhado entre as mulheres presentes. Também é o momento de expor os motivos de ter escolhido aquele caminho para se expressar e o que sentiu ao desenvolver a proposta. É a parte mais longa da roda virtual

O sexto momento, a Roda do Aconchego, é o momento de finalização da roda, de combinações para o próximo encontro e convite às ativistas para que contribuam na organização da roda virtual. Este momento

reforça a horizontalidade das rodas, ofertando espaço para a criatividade e empoderamento das participantes.

Os encontros foram realizados na plataforma Zoom, um espaço de atuação novo para a maior parte das ativistas, o que gerou a necessidade de acompanhamento tecnológico no começo de cada roda virtual por parte das organizadoras. A plataforma Zoom foi a segunda opção do grupo, que começou usando o Jitsi Meet, mas como houve problemas técnicos, foi deixado de lado. A rede social Whats App foi utilizada como espaço de comunicação digital entre as participantes e também de compartilhamento das atividades realizadas a cada encontro, como por exemplo: vídeos, áudios, textos, imagens, entre elas desenhos, pinturas, fotos, poemas, músicas, etc.

A partir da aplicação de questionários semiestruturados *online*, nesta pesquisa qualitativa foi possível dar voz a 10 mulheres, a partir de três questões norteadoras: 1) vantagens e desvantagens das rodas virtuais; 2) compreensão sobre cuidado e autocuidado e 3) acolhimento das participantes a outras mulheres e também sobre como se sentiram acolhidas durante os três meses da roda virtual. Em cada questão foram selecionadas duas falas das ativistas apontando que pensavam e sentiam.

1)Vantagens e desvantagens das rodas virtuais

Vantagem

“A riqueza da troca. É grande poderoso. A internet afasta por um lado e aproxima de uma outra maneira”. (Mulher 08)

Desvantagem

“Interrupção por demanda de trabalho ou filhos” (Mulher 03)

2) Compreensão sobre cuidado e autocuidado

Sobre Cuidado

“Cuidado é uma dimensão de acolhimento e respeito comigo e com o outro” (Mulher 04)

Sobre Autocuidado

“Autocuidado é uma grande lupa dentro da gente. Quem se olha e se vê, se cura” (Mulher 05)

3) Acolhimento das participantes a outras mulheres e também sobre como se sentiram acolhidas

Como acolheu

“Ofereci uma escuta ativa e amorosa, mas sinto não poder oferecer tanto, em termos de mediação, organização, etc. Eu me sinto mais cuidada que cuidadora na roda”. (Mulher 01)

Como se sentiu acolhida

“O cuidado dos diálogos, da dinâmica que acontece a roda e todo carinho que pude sentir ...as músicas, as falas na 1ª pessoa” (Mulher 07).

Considerações Finais

Metade das 10 ativistas nunca tinham respondido a um questionário semiestruturado *online* e a maioria não conheciam a plataforma de questionários *online* do Google Doc, o que demandou conversas com essas pessoas para esclarecer procedimentos.

A adaptação ao mundo virtual ocorreu durante as rodas, quando as participantes experimentaram as novas – e nem sempre fáceis – possibilidades do mundo virtual em um país com tantas diferenças sociais, econômicas, culturais e tecnológicas.

O projeto de cuidado e autocuidado voltado para mulheres ativistas em sua versão presencial foi ampliado para as rodas de cuidado e autocuidado na versão digital e mostrando um trabalho inédito e original de acolhimento e resistência em um momento de conservadorismo e aumento da violência contra as mulheres.

As rodas virtuais semanais duravam 1h30 e ocorreram durante três meses durante o primeiro semestre de 2020, em plataformas como o Jitsi Meet e Zoom, sendo o Zoom adotado oficialmente a partir de maio. Nelas, as ativistas encontraram espaço para falar sobre suas dificuldades, medos, desenvolveram atividades de cuidado e autocuidado, assim como trataram de questões políticas e do ativismo em tempos de pandemia.

Como comentou uma das coordenadoras do CFEMEA, durante a abertura das rodas virtuais: “a roda é um espaço político ativista, onde damos relevância a dimensão emocional e afetiva do cuidado. Aqui transgredimos, ultrapassamos a fronteira entre o pessoal e o político”.

As participantes usavam o grupo de WhatsApp como espaço de comunicação. No grupo eram compartilhadas semanalmente informações sobre a roda virtual, informações relacionadas ao tema da roda, entre eles poemas, vídeos, músicas, desenhos, pinturas e textos, assim como os trabalhos realizados durante os encontros. Também eram postados materiais externos, quando as ativistas consideravam relevantes para o grupo.

Do grupo original de 18 mulheres participantes, 02 ativistas desistiram de participar, por falta de adaptação às tecnologias digitais e/ou problemas de conexão. Outras 16 mulheres acompanharam a roda virtual durante os três meses, com uma média de 10 a 12 mulheres presentes a cada roda.

Dessas 16 mulheres, 07 contribuíram na organização e coordenação das rodas virtuais, ampliando e multiplicando o projeto virtual de cuidado e autocuidado. Elas também reforçaram o caráter horizontal dos encontros onde todas ativistas têm a oportunidade de participar do processo de construção das rodas. Das 16 mulheres, 03 contribuíram na fase pré-questionário *online* oferecendo sugestões e contribuições e outras 10 mulheres responderam ao questionário semiestruturado.

No que diz respeito as questões tecnológicas, as participantes dispunham de celulares, computadores de mesa e/ou *laptop* para participar, o que coloca o grupo em um lugar privilegiado frente à diversidade tecnológica brasileira. Por outro lado, metade das entrevistadas (05) possuía celulares pré-pagos, caracterizando-se como compradoras de tempo para lograr conexão por esse aparelho. Apenas uma das ativistas não possuía equipamentos tecnológicos, tendo que utilizar aparelhos de familiares ou amigos.

Para as 04 mulheres com filhos, o fato da roda de cuidado e autocuidado ser realizada virtualmente ajudou, porque seria difícil sair com crianças para participar de encontros presenciais ou deixar os filhos com outra pessoa em plena pandemia. Mulheres com trabalho *online* também apontaram a roda virtual como uma vantagem, pois puderam adaptar seus horários de trabalho à roda sem precisar se deslocar.

Durante a pandemia, 05 das mulheres que responderam ao questionário passaram a utilizar tecnologias digitais durante 08 a 11 horas por dia, sendo que 01 delas afirmou usar internet mais de 11h por dia. Outras 03 ativistas usaram a internet entre 05 e 08 horas. Esse tempo ficou assim dividido: 09 utilizavam parte do tempo para assistir *lives* e debates, 08 delas usavam parte desse tempo para trabalhar, 08 para

estudar, 08 participantes dedicaram parte do tempo na internet ao movimento de mulheres e 07 ativistas abriram espaço para lazer e arte.

É possível observar a dificuldade de muitas mulheres no Brasil em realizar o autocuidado, pois significa o deslocamento do papel de cuidadoras “natas” - um dispositivo destinado ao Outro - para um dispositivo destinado ao autocentramento e o amor por si mesmas através do autocuidado como prática cotidiana.

Essa dificuldade - que também ocorre entre mulheres ativistas - foi ressignificada, durante as rodas virtuais. As participantes são estimuladas e praticam o cuidado uma das outras e o autocuidado semanalmente, ampliando o cuidar de si como uma prática frequente e o cuidar das outras como prática amorosa do ativismo, como aparece nas falas das mulheres. Dessa maneira, também os movimentos de mulheres e o ativismo ganham novos significados, levando em consideração a diversidade e singularidades de suas participantes.

As 10 mulheres que responderam aos questionários semiestruturados *online* foram unânimes em afirmar que praticavam o autocuidado com frequência. No entanto, o tempo dedicado ao autocuidado variou entre 01 a 02 horas por dia para quatro das ativistas e de 02 a 03 horas entre 03 das mulheres. Duas mulheres estavam sem emprego remunerado e puderam dedicar até 08 horas por dia ao autocuidado, enquanto uma outra participante conseguia dedicar 01 hora ao autocuidado, mas não todos os dias. Ainda assim, observa-se que há uma longa caminhada pela frente em direção ao autocuidado diário. É grande a diferença entre as tarefas de cuidar e o espaço diário dedicado ao autocuidado entre as ativistas.

Foi possível observar que nos encontros semanais virtuais se uniram feministas com repertório, valores e interesses comuns, a partir de uma pergunta/tema comum a cada roda, que conjugava sempre duas instâncias: a da subjetividade e o mundo coletivo. Entre esses interesses comuns é possível citar:

1. Os movimentos de mulheres
2. As questões ligadas ao cuidado e autocuidado
3. Uma mesma visão política do mundo, no combate ao retrocesso político e social em que o Brasil se encontra e
4. Sentimentos, às vezes contraditórios, relacionados à pandemia, ao futuro e/ou o cenário político/econômico do país.

O movimento das rodas virtuais passa pelo acolhimento individual e propicia também um acalantar coletivo, mesmo que o toque, os abraços, os beijos não sejam permitidos, somente na ordem dos sonhos e do desejo. Também permite extrapolar o momento das rodas virtuais estabelecendo e/ou fortalecendo vínculos de amizade através das redes sociais digitais.

A cada semana as participantes da roda virtual passaram a ser reconhecidas pelas demais mulheres ativistas como pessoas confiáveis com as quais podiam se sentir à vontade para partilhar experiências pessoais e sentimentos. Entre eles é possível citar os medos e incertezas pessoais em relação ao futuro em meio à pandemia, ou públicas, como questões políticas e econômicas.

As rodas virtuais também colaboraram para a troca de experiências cotidianas, para se defender de possíveis violências presenciais ou

virtuais de grupos conservadores, para ampliar o espírito coletivo de “estar juntas”, mesmo que fisicamente separadas, e para se amparar mutuamente. Além disso, permitiu multiplicar práticas de cuidado e autocuidado com outras mulheres e com ativistas em uma comunidade de sentimentos que compartilha referências comuns de sentir, estar e perceber o mundo.

Embora os encontros virtuais não sejam uma terapia de grupo, colaboraram para estimular a saúde mental das mulheres ativistas e para reduzir o isolamento social em que a maioria se encontrava (e ainda se encontra).

Referências

- Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Paidós.
- Castro, C. (2021). *Cuidado e Autocuidado Entre Mulheres Ativistas no Mundo Online. Estimulando (novas) subjetividades em tempos de pandemia e violência*. Ria Editoria.
- Castro, C. (2020). Mídias Digitais, Cuidado e Autocuidado no Movimento Feminista como Estratégia de Participação. Mídias Digitais, Cuidado e Autocuidado no Movimento Feminista como Estratégia de Participação. In A. Ribeiro (org), *Comunicação, Política e Atores Coletivos*. Ed. Atena
- Castro, C. (2019). *Mídias Digitais, Cuidado e Autocuidado no Movimento Feminista como Estratégia de Participação*. Congresso INTERCOM. <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2008-1.pdf>

Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave: Affective Temporality*. London.

Foucault, M. (1996). *Microfísica do Poder*. Graal.

IBGE (2020). *Pesquisa Nacional por Mostra de Domicílios (PNAD)*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

IBGE (2018). *Pesquisa Nacional por Mostra de Domicílios (PNAD)/TICs*. https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). Atlas da Violência 2019. Ministério da Economia. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Cobogó.

Organização Mundial da Saúde (OMS) (s.d.) Equidade de Gênero e Saúde. <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>

OMS (2004). Relatório sobre Saúde Mental. <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>

Reis, L., Alves, E., & Loureiro, C. (2013). *Ativismo de Sofá: O movimento feminista no Facebook*. Congresso INTERCOM.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

ALERTA NACIONAL: A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PELO TELEJORNALISMO POLICIAL

Laerte José Cerqueira da Silva¹

Larissa Angélica de Santana Madruga Ponce de Leon Aguiar²

A informação é um direito fundamental garantido constitucionalmente, premissa básica de qualquer nação que se julgue democrática, sendo ela um direito meio que assegura todos ou outros. A qualidade dessa informação compete em grande parte ao trabalho desenvolvido pelos Jornalistas, residindo justamente aí a importância da função social deste profissional, pois segundo Traquina (2005) o Jornalismo é uma ferramenta que permite o exercício da cidadania ou ainda nas palavras

-
1. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. professor.laertecerqueira@gmail.com
 2. Mestranda em Jornalismo Profissional pela Universidade Federal da Paraíba. larissamadruga.mes@outlook.com

de Medina (1982): “o Jornalista é o responsável em construir pontes onde há divisão”(p. 57).

Esta acepção nunca fez tanto sentido como nos dias atuais em que tivemos que lidar cotidianamente com um bombardeio de notícias sobre a pandemia e seus desdobramentos, tão rápidos quanto a letalidade do próprio coronavírus.

Na contramão deste processo encontra-se o Telejornalismo Policial, que se utilizando da narrativa sensacionalista, perde sua essência em informar para simplesmente entreter:

Quando a notícia deixa de ser o relato e passa a ser a maneira, ou a roupagem com que é apresentada – rápida, sem apuração rigorosa, feérica, fantasiosa, vestida para chocar, exagerada, apelando para as sensações, o assombro, a admiração ou a repulsão do consumidor -, deixa de ser notícia, falseando a imagem da realidade. Ressalta-se nuances de poucas relevâncias, apenas garantidores de emoções, e contribui-se para reforçar mitos e crendices. (Jorge, 2008, p. 78)

Trata-se de gênero jornalístico híbrido que mistura informação e entretenimento, trazendo a realidade dos fatos policiais para um contexto dramático, como observou Angrimani (1995) e, por vezes, fantasioso, em que não há qualquer preocupação na apuração e no tratamento da notícia o que, por sua vez, leva ao desprezo também pelos personagens que fazem parte dela, especialmente quando estamos tratando de minorias: mulheres, negros, homossexuais e pobres, por exemplo.

Diante deste cenário e da conjuntura atual procuramos identificar neste discurso tudo aquilo que afasta o jornalismo de sua essência transformadora, capaz de promover mudanças sociais, econômicas e políticas, como testemunhado pela história, passando a ser um agente

transgressor dos direitos mais elementares dos seres humanos, a saber: dignidade, cidadania, honra, privacidade, imagem, entre outros.

Com o objetivo de verificar a violação de Direitos Humanos presente na veiculação de notícias pelo Telejornalismo Policial, neste trabalho representado pelo Alerta Nacional, transcrevemos e analisamos o episódio transmitido no dia 21 de abril de 2020 pelo policialesco apresentado por Sikêra Júnior, recorte de um estudo maior em que analisamos dez programas escolhidos aleatoriamente desde a semana de estreia, que causou grande repercussão tanto no meio televisivo quanto nas redes sociais, até o primeiro semestre de 2021.

Para tanto lançamos mão do método de análise de conteúdo, investigando através da transcrição do programa escolhido as mensagens disseminadas que demonstram com maior nitidez o desrespeito aos Direitos Humanos, característica muito presente na linguagem sensacionalista dos policialescos.

Noções Preliminares de Direito Atinentes ao Tema

Os Direitos Humanos são, segundo o professor Rabenhorst (2007), aqueles a que todos nós temos direito, não por imposição do Estado ou por vontade nossa, mas pelo simples fato de sermos humanos. Nem sempre essa ideia existiu, houve uma época em que nem todos eram considerados detentores de direitos, eram excluídos e viviam sob condições desumanas e degradantes. É bem verdade que até hoje muitas pessoas sobrevivem dessa forma, mas não pela inexistência de seus direitos, mas pela falta de implementação destes.

A luta pela afirmação dos Direitos Humanos ganhou força principalmente após as experiências vividas com os regimes totalitários durante

as Guerras Mundiais. A dizimação de milhões de judeus impulsionou o engajamento de ativistas, grupos, entidades não governamentais e até dos próprios governos a fim de garantir a todos os seres humanos o acesso a seus direitos, como pontua Rabenhorst (1998).

Neste contexto surge em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, consolidando o entendimento de que não existe a possibilidade de vida plena e desenvolvimento humano sem a garantia de condições mínimas para isso.

O artigo I traduz bem a essência desse documento que é um marco para os ordenamentos jurídicos dos Estados Democráticos de Direito, inspirando as constituições de vários deles: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

Os trinta artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos guardam em sua essência formas de tutelar as diferenças e as liberdades da tirania do próprio Estado, bem como da sociedade.

Para Bobbio o constitucionalismo tem, na Declaração, “um dos seus momentos centrais de desenvolvimento e conquista, que consagra as vitórias do cidadão sobre o poder” (1995, p. 352). Nesse esteio também se firma o entendimento de Bonavides: “São os direitos civis e políticos que correspondem em grande parte ao momento inaugural do constitucionalismo e podem ser visualizados como direitos de resistência ou de oposição diante do Estado” (1996, p. 517).

Depois de toda esta discussão sobre os Direitos Humanos somos instados a explicar o que são os Direitos Humanos Fundamentais que tanto ouvimos falar na atualidade. E eles, nada mais são, do que os

direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e positivados nos ordenamentos de cada país.

No nosso país, a Constituição Federal de 1988, a despeito de ser um documento eminentemente político, onde só deveriam estar previstos assuntos atinentes a formação do Estado e do Governo brasileiros, diante dos horrores a que o mundo assistiu perplexo durante a segunda metade do século passado, e ainda com as memórias do Regime de Exceção por nós vivenciado, traz no Título II um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, a que todos devem ter acesso.

Visando o estabelecimento de condições mínimas para a tutela, não apenas de existência dos direitos, mas também de concretização destes a Constituição criou uma série de garantias para assegurá-los, previstas no mesmo título.

Nas palavras de Cunha Jr. Direitos Fundamentais são: “Posições jurídicas que investem o ser humano de um conjunto de prerrogativas, faculdades e instituições imprescindíveis a assegurar uma existência digna, livre, igual e fraterna de todas as pessoas” (2008, p. 532).

O real fundamento dos Direitos Humanos já não assume tanta relevância, diante da real preocupação contemporânea que é a sua implementação para todos os homens. O Direito Fundamental não é uma criação legislativa, mas sim o resultado de um processo de construção de todo um contexto histórico cultural da humanidade. Desse modo, é necessária a implementação de ferramentas que façam valer aquilo que já está no ordenamento positivo, ainda que as soluções sejam encontradas fora dos Estados Nacionais, já que muitas vezes mostram-se ineficientes em garantir nossos direitos fundamentais.

O princípio da Dignidade da Pessoa Humana é o principal norte de todos os ordenamentos jurídicos modernos, pois descende da ideia de que todos os seres humanos possuem direitos pelo fato mesmo de serem humanos, como dito precedentemente. Assim, todos possuem dignidade pelo mesmo fato, e esta deve ser respeitada sob pena de se violar todo o sistema jurídico, não apenas de um Estado, mas do mundo, ou pelo menos, do mundo oriental, que se pauta em tais parâmetros, haja vista a universalidade que tange tal temática.

Para Nunes (2002) “Dignidade da Pessoa Humana é um princípio construído pela história. Consagra um valor que visa proteger o ser humano contra tudo que lhe possa levar ao menoscabo” (p. 58).

Diante disso, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana assume o importante papel de critério unificador, perante o qual todos os direitos humanos fundamentais devem se reportar e adequar, em maior ou menor grau. O que por outro lado, traz uma acalorada discussão a respeito dos limites de interpretação desse critério, levando-nos a dúvida sobre seu caráter absoluto ou não.

A discussão a respeito da prevalência do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana em cotejo com outros princípios ganha contornos de relativização a partir do momento que se compreende que igual dignidade é conferida a todos os outros seres humanos, como assevera Sarlet (2001), sendo todo ser humano merecedor de igual respeito em virtude dela.

Assim para aferir o sobrepujamento de um princípio sobre o outro é necessário, precipuamente, avaliar sob o prisma da Dignidade da Pessoa Humana o caso em concreto, pois a realidade traz peculiaridades que variam conforme ela se apresenta:

Parece-nos irrefutável que, na esfera das relações sociais, nos encontramos diuturnamente diante de situações nas quais a dignidade de uma determinada pessoa (e até mesmo de grupos de indivíduos) esteja sendo objeto de violação por parte de terceiros, de tal sorte que sempre se põe o problema – teórico e prático – de saber se é possível, com o escopo de proteger a dignidade de alguém, afetar a dignidade do ofensor, que, pela sua condição humana, é igualmente digno, mas que, ao mesmo tempo naquela circunstância, age de modo indigno e viola a dignidade dos seus semelhantes, ainda que tal comportamento não resulte – como já anunciado alhures – na perda da dignidade. (Sarlet, 2001, p. 152)

Mais do que uma norma ou uma regra, a Dignidade da Pessoa Humana é um atributo conferido, independentemente, de quaisquer características sejam elas físicas, morais, religiosas, relativas à orientação sexual, classe social, etc. Kant (1984) foi ainda mais longe, afirmando que aquilo que não tem preço é insubstituível e, portanto, então possui uma dignidade.

Em consonância com o pensamento do aludido autor, haverá a violação da dignidade da pessoa humana toda vez que o ser humano for tratado não como um fim em si mesmo, mas como um meio, como um objeto.

Com previsão no artigo 1º, III da Constituição Federal, que é o esteio sobre o qual todas as demais normas devem se curvar, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana é inserido no nosso ordenamento como um dos fundamentos da República, se espraiando por todo o ordenamento.

A Ética da Profissão Jornalista

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, assim como os códigos de ética das demais profissões se constitui em um norte que deve ser

seguido pelos profissionais a fim de que o seu mister seja exercido com o mínimo de decoro e siga padrões morais aceitáveis dentro da sociedade.

A sua existência pressupõe a preocupação com a qualidade da informação a ser veiculada, ainda que suas regras não tenham força coercitiva, como ocorre com uma lei, por exemplo, o seu descumprimento pode gerar algumas punições para os profissionais da área, que se encontrem devidamente inscritos nos órgãos de registro profissional.

Destarte, faz-se necessário refletir sobre os fatores que determinam o comportamento dos órgãos de comunicação social e dos seus agentes, ao difundirem a informação ao público.

O Código de Ética dos Jornalistas, aprovado em 1985 no Congresso Nacional destes profissionais e, com algumas alterações sofridas em 2007, consiste em um conjunto de direitos e deveres para o exercício da profissão, que de forma indireta cria limitações para assegurar direitos a todos os cidadãos, de onde verificamos a relevância deste mister.

Já o Código Internacional de Ética Jornalística foi aprovado em Paris, em 1983, na quarta reunião consultiva de organizações internacionais e regionais de Jornalistas, organizada pela UNESCO. É um documento composto de nove princípios que norteiam os vários regulamentos éticos da profissão ao redor do mundo.

A primeira diretriz nele contemplada diz respeito exatamente ao direito de as pessoas terem acesso à informação verdadeira dos fatos, de modo a conhecerem a realidade de forma objetiva e precisa.

O direito à informação é um direito fundamental a que todos fazemos jus, a qualidade da informação que chega para a população depende do trabalho desenvolvido pelos Jornalistas, exatamente neste aspecto reside

a importância desse profissional que, com a sua atividade é capaz de garantir à coletividade meios de promoção da cidadania.

A ética emerge dentro desta conjuntura como sendo o filtro essencial que assegura a fidedignidade da informação e a sua consequente transformação em ferramenta de impulsionamento da democracia, da cultura da paz e da legalidade.

O Código Deontológico dos Jornalistas em seu artigo inaugural corrobora o que estamos falando:

“Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”.

Com o objetivo de examinar as implicações éticas e as violações de Direitos Humanos dentro do exercício da atividade jornalística optamos por investigar o formato Telejornalismo Policial por acreditarmos que ele nos forneceria subsídios suficientes por seus próprios atributos, conforme explicamos abaixo.

Direito de Informar, Se Informar e Ser Informado

Se encontram consagrados na Constituição Federal de 1988 a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito à informação, valores intrinsecamente relacionados, que no período obscuro do Regime de Exceção foram absolutamente negados, e por isso hoje recebem tratamento especial, sendo elevados à categoria de Direitos Humanos Fundamentais, da seguinte forma:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes

no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...) IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

(...) XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

As liberdades de expressão e de imprensa são os arautos da democracia. Um Estado que relega esses direitos a segundo plano não pode ser chamado de Estado democrático, pois como já dizia Ruy Barbosa (1967):

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça. (p. 88)

A imprensa mais do que o direito de informar tem o dever de fazê-lo, e para que o direito do cidadão ao acesso dessa informação não seja vilipendiado ela deve ser prestada de forma coerente com a verdade dos fatos, pautada pela ética, pela moral e pela lei.

Assim, os veículos de comunicação exercem um importante papel social, consubstanciado também no controle dos atos do Poder Público como forma de garantir a salvaguarda de todos os direitos dos cidadãos, por isso prevê ainda a Constituição Federal:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º. Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no artigo 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º. É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

O direito à informação é um direito meio, pelo qual se tem acesso a todos os demais direitos, aí reside a sua importância, negá-lo é o mesmo que negar os todos outros direitos fundamentais, a própria Constituição Federal, e até a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isto quer dizer que desprezar o direito fundamental à informação é o mesmo que ir de encontro a todo o sistema normativo.

Este direito compreende as variantes: direito de informar, de se informar e de ser informado ou direito à verdade, como também é conhecido. Enquanto a primeira compreende a liberdade individual de comunicar fatos, a segunda de ir busca-los, a última consiste no direito difuso de ser deles informado, como ensina Barroso (2010).

Contudo, nessas três acepções deve estar contido também o princípio da dignidade da pessoa humana, como sendo um divisor de águas capaz de limitar o campo de cada um desses direitos, para que um não invada a área de atuação do outro.

A Televisão e o Grotesco

É importante destacar o papel da própria televisão no contexto informativo, o predomínio deste veículo de comunicação em relação aos outros emerge justamente na época em que o Regime Militar regia o país e tentava incutir sua ideologia na população, cujo índice de

analfabetismo de pessoas até 15 anos chegava a 39,6% em meados da década de 1960 (IBGE, 2011).

Foi um regime de exceção que instaurou o modelo de televisão tal qual nós o temos no Brasil, quer dizer, foi um regime que empregou continuamente a força para impor uma nova organização social, uma nova distribuição de riqueza e de pobreza e um tipo determinado de desenvolvimento econômico. (...) Ninguém mais contesta que o modelo das grandes redes brasileiras é antidemocrático. O nosso ponto é perguntar se ele, além de antidemocrático não é também violento. (Bucci, 1993, pp. 121-123)

A televisão é sem dúvidas um relevante espaço para a construção da opinião pública, independentemente da forma como ela se consolidou, o fato é que mesmo em tempos digitais em que a internet dissemina informação com rapidez sem igual, a TV é um veículo de comunicação presente em praticamente todo o país, pois segundo pesquisa do IBGE divulgada em 2018 apenas 2,8% dos brasileiros não têm TV em casa. (IBGE, 2018), além de ser um meio agregador que sempre reúne famílias, amigos e até desconhecidos ao seu redor para comentar o seu conteúdo.

O espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão. (...) O que é invisível para as objetivas da TV não faz parte do espaço público brasileiro. (...) Dentro desses limites, o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como Unidade. (Bucci, 1997, p. 11)

O Telejornalismo Policial chegou à TV brasileira ainda na década de 1960 com o Homem do Sapato Branco, e perdura até hoje, em diversos canais abertos com o mesmo discurso tendencioso de outrora. É o que Debord (1997) preconiza como o circo da notícia, a visibilidade de algo

garante a sua legitimidade e aceitação, o que ele chama de monopólio da aparência.

Para Wolf (1992) quanto mais esse conteúdo é veiculado, maior é a necessidade de o público consumi-lo, quanto mais as pessoas consomem determinado assunto aumenta o seu interesse sobre ele e cada vez mais são estimuladas a saber sobre ele.

A televisão continua sendo um dos principais veículos de comunicação da atualidade, isso se deve aos seus próprios recursos técnicos, pois é capaz de transmitir, ao mesmo tempo, áudio e imagem, não obstante o crescente avanço tecnológico e a rápida disseminação da informação através da internet. A TV é um veículo de comunicação presente em praticamente todo o país, pois segundo pesquisa do IBGE divulgada em 2018 apenas 2,8% dos brasileiros não têm televisão em casa (IBGE, 2018).

Neste contexto, o Telejornalismo Policial encontra terreno fértil para a propagação de seu discurso sensacionalista, em consonância com os apelos mercadológicos e do próprio público, dando ensejo a um padrão que se disseminou no país inteiro.

Sobre o Programa

No dia 28 de janeiro de 2020, às 18h, seguindo esse modelo jornalístico que agrada as massas, estreou para todo o país o Telejornal Policial Alerta Nacional, cuja versão regional se denominava Alerta Amazonas, apresentado por Sikêra Jr, transmitido pela TV A Crítica, afiliada da Rede TV, no Estado. Em razão da grande audiência do policiaisco amazonense, que chegou a bater diversas vezes a Globo em

horário nobre, a emissora decidiu transformá-lo recentemente em uma atração nacional (Observatório da TV, 2020)³.

Aderindo ao mesmo formato do programa originário, ele exibe de segunda a sexta-feira, durante 90 minutos, uma série de matérias sobre fatos policiais, com uma equipe de repórteres nos principais centros urbanos, consegue abarcar todas as regiões do país.

Em sua estreia, o Telejornal triplicou a audiência da Rede TV, ficou em primeiro lugar nos *trending topics* Brasil no *twitter* e em terceiro, no mundo, sucesso constatado também em número de visualizações em plataformas digitais como o *youtube* e *facebook*.

Tomando conhecimento sobre a grande repercussão que essa estreia causou em todo o país e compreendendo os possíveis desdobramentos deontológicos causados pelo discurso disseminado por este tipo de veículo, o presente artigo tem por escopo fazer uma reflexão sobre a violação de Direitos Humanos nas coberturas dos fatos policiais noticiados no Telejornal Policial Alerta Nacional.

Figura 1

Foto do anúncio da estreia do programa



Vaquer (2020b).

3. Site especializado em comentar conteúdos da televisão (Vaquer, 2020a).

A foto acima foi utilizada para anunciar a estreia nacional do programa e já diz muito sobre a natureza dele. O apresentador com o dedo indicador apontado revela a sua inclinação em não apenas contar os fatos, mas em julgá-los, característica também reforçada pela expressão sisuda, gestos que o elevam ao patamar de quem está acima do bem e do mal e não daquele que noticia um fato.

Percurso Metodológico

Com o intuito de fazer uma reflexão sobre a violação de Direitos Humanos na veiculação de fatos policiais, assistimos na íntegra ao programa Alerta Nacional exibido no dia 21 de abril de 2020, através da plataforma digital Youtube (RedeTV! Jornalismo, 2020), e fizemos a sua transcrição para elaborar a sua análise.

A escolha do objeto empírico se deu, em primeiro lugar, pela abrangência nacional do telejornal, envolvendo todas as regiões do país, o que nos dá uma noção de sua amplitude, e depois pela variedade de elementos que isso pode fornecer para a construção das notícias e consequente observação.

Para tanto, lançamos mão da análise de conteúdo para construir as bases de nosso artigo e alcançar nossos objetivos. Apesar de à primeira vista este tipo de análise ser associada à pesquisa quantitativa graças à sua precedência positivista Comteana revelando um alto grau de objetividade, na pesquisa em Jornalismo, como nas demais pesquisas de cunho social, é impossível não empregar a abordagem qualitativa quanto à natureza da vertente metodológica.

E como bem elucidam Cláudia Lago e Marcia Benetti (2010):

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre quantitativo e qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo que se compreenda não somente o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido. (p. 126)

Compreendemos que a análise em questão almeja alcançar uma realidade social complexa em que o aspecto subjetivo se sobressai, não podendo ser simplesmente traduzida em números, como preceitua a abordagem quantitativa (Deslandes & Minayo, 2013).

Diferente de outrora, as pesquisas em comunicação se voltam cada vez mais para as perspectivas qualitativas porque apresentam “como preocupação central descrições compreensões e interpretações dos fatos ao invés de medições” (Martins & Teóphilo, 2007, p. 126).

O processo de análise tem início com base no conteúdo das mensagens, contudo isso não impede que o conteúdo latente seja analisado: a postura, o gestual do apresentador e dos repórteres, as imagens veiculadas nas reportagens, também são capazes de revelar agressões aos mais diversos direitos. Atentando-se para o fato de que as mensagens são imbuídas de contextos sociais e históricos, logo, a contextualização é um requisito básico para a execução desse procedimento.

Seguimos os ensinamentos de Bardin (2014) e utilizamos a técnica por ele denominada de análise categorial. A produção de inferências é o “pano de fundo” da análise de conteúdo, posto que requer, pelo menos, uma comparação vinculada à alguma forma de teoria.

De forma resumida, a partir de uma leitura flutuante das transcrições determinamos as unidades de registro e de contexto, que foram

agrupadas em três categorias temáticas definidas a posteriori, a partir da análise do *corpus* coletado. Essa, aliás, é uma das características da análise de conteúdo: a flexibilidade metodológica que permite ao pesquisador escolher a melhor forma de trabalhar com os dados obtidos.

As categorias foram criadas de acordo com as violações aos Direitos Humanos que foram verificadas ao longo da análise, são elas: princípio da não culpabilidade, inviolabilidade da honra objetiva, vilipêndio de cadáver e incitação ao crime.

Análise da Violação Explícita dos Direitos Humanos

O programa exibido no dia 21 de abril do ano de 2020 tem duração de uma hora e vinte cinco minutos, tempo distribuído entre comentários do apresentador, reportagens, participações do elenco e propagandas de produtos e serviços.

Neste dia foram exibidas dezessete matérias, média diária do policalesco, com os mais variados assuntos da área policial, que para Santiago et al. (2018, p. 3) nada mais seria do que “a exibição de narrativas construídas por profissionais da área de comunicação que noticiam ou reportam, em especial, fatos da esfera criminal, judicial, de segurança pública, sistema penitenciário e de investigação policial”.

Do total destas reportagens, oito se tratam de homicídios, tentados ou consumados; uma sobre violência sexual envolvendo menor de quatorze anos; outra sobre drogas; uma outra falando a respeito de um feminicídio; uma sobre assunto diverso, assim classificamos por não se tratar de fato relacionado a crime violento; um falando sobre prisão e outras quatro tratando sobre roubo. Para melhor visualização do que acabamos de explicar criamos o quadro abaixo:

Figura 2

Quadro de distribuição das matérias por assuntos

ASSUNTOS DAS MATÉRIAS	
Drogas	1
Feminicídio	1
Homicídios	8
Outros	1
Prisão	1
Roubo	4
Violência sexual	1

Elaboração própria.

Com o objetivo de evidenciar as violações aos Direitos Humanos que o programa é capaz de causar, fizemos a categorização de nossa análise através das principais ofensas aos direitos fundamentais com previsão em nosso ordenamento jurídico, na legislação penal e na Constituição Federal, além é obvio de restar demonstrado o descumprimento do Código de Ética Profissional dos Jornalistas.

Neste sentido, as categorias são: princípio da não culpabilidade, inviolabilidade da honra objetiva, vilipêndio de cadáver e incitação ao crime.

a) Princípio da não culpabilidade

Na reportagem que trazia um suposto caso de feminicídio, o apresentador se exalta ao falar do acusado, o adjetivando negativamente e fazendo elucubrações sobre a possível causa do crime, senão vejamos:

E esse marginal acabou com a família, ele matou a ex-mulher que não queria mais nada com ele, isso é o brocha safado, isso é um brocha, ela não queria mais. E ainda matou o padrasto dela, é isso

Elias? O padrasto. Ele foi defender... O padrasto viu a moça sendo ferida por esse vagabundo, olha que cena terrível.

Agindo dessa forma, Sikera Júnior está indo de encontro a uma das matrizes do nosso ordenamento jurídico, qual seja, o princípio da não culpabilidade, ou como ele é mais conhecido, princípio da presunção de inocência, que é tratado pela Constituição Federal como um Direito Fundamental:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...) LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

A abordagem feita pelo apresentador é nitidamente desrespeitosa aos Direitos Humanos, além de configurar o cometimento de um delito. Pois, com a sua atitude ele acaba fazendo um julgamento antecipado do acusado, formando um juízo de valor antes mesmo que ele tenha direito a um veredito justo, após ter passado por todo um processo judicial, em que ele teria direito a produzir provas e demonstrar a sua inocência.

A imagem do suspeito é veiculada diversas vezes durante a matéria, de forma frontal, sem qualquer efeito para tentar manter oculta a sua identidade. A foto acima é apenas uma demonstração e uma forma de não colaborarmos ainda mais com a violação já cometida.

Figura 3

Suspeito de feminicídio sendo interrogado



RedeTV! Jornalismo. (2020).

Muitas vezes, esse pré-julgamento do acusado feito pela mídia acaba influenciando de maneira negativa no julgamento realizado pela Justiça, porque de certa forma esse tipo de tratamento espetacularizado dado a notícia acaba atraindo os olhares da sociedade e suscitando o clamor público, que protesta pela condenação sem, no entanto, a certeza jurídica para tal. Isso termina criando um clima de insegurança no Judiciário, em que a imprensa, especialmente a televisiva, torna-se um fator decisivo nas sentenças judiciais.

b) Vilipêndio de cadáver

Em outra passagem do programa, quando chamava uma matéria sobre um homicídio com motivação homofóbica, o apresentador Sikêra Júnior faz piada do acontecido, conforme podemos verificar na transcrição abaixo:

No Maranhão um homem foi preso depois de confessar um homicídio. E ele matou o próprio primo! (gritos do elenco: eita!) o próprio primo! (mais gritos do elenco: eita!). O suspeito depois de cometer

o crime foi para casa cantando. Amaldiçoado! Ele foi pra casa “eu vou, eu vou...” (vozes completam: pra casa agora eu vou!). Eu vou, eu vou, matei meu primo e agora... Cabra safado, amaldiçoado! Em depoimento, ele disse que matou o primo que ficava querendo ter relações sexuais com ele (gritos de fundo: eita!) Eita, primo! O que é que tem uma vezinha (sic) só em casa, na família? (risos) que é que tem demais? Não é, toalha podre⁴? (Mais risos).

Mais uma vez fica nítida a violação aos Direitos Humanos, ao princípio elementar dos ordenamentos jurídicos de todos os Estados que na modernidade se intitulem Democráticos de Direito qual seja, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Este é o norte para todos os demais direitos, todos devem partir desse pressuposto, sua violação é, portanto, uma afronta a todo o ordenamento constituído.

Além disso, tanto o apresentador quanto os integrantes de seu elenco, também podem ser responsabilizados pela prática delituosa de vilipêndio de cadáver, que está previsto no Diploma Penal, in verbis:

“Art. 212 - Vilipendiar cadáver ou suas cinzas: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”.

Cuja conduta inclui desprezar, desdenhar, aviltar, menoscar, rebaixar o cadáver ou suas cinzas e pode ser praticada de muitas formas, inclusive, através de palavras, como ensina Sanches (2009).

Em seguida, a reportagem começa com as explicações do repórter sobre o caso enquanto os telespectadores não são poupados das imagens da vítima ensanguentada e caída ao solo, cenas que são repetidas durante os comentários jocosos do apresentador, que se vale de seu elenco para

4. Participante do elenco

continuar fazendo chacota com o sofrimento alheio, conforme demonstra a imagem abaixo.

Figura 4

Apresentador interagindo com elenco com cadáver no telão ao fundo



RedeTV! Jornalismo. (2020).

Tem necessidade de matar o primo? Por causa de uma besteira? Uma bobagem? Um primo, tudo em casa, uma família... destruiu, né? (sic) Segundo o assassino, ele disse que o primo tava (sic) espalhando que eles já tinham um romance antes e que o morto era o ativo. (Vozes de fundo: êêê!). Será que a raiva dele foi essa? Cidade pequena, começou a espalhar o boato, pode ter sido isso, não pode? Na realidade, era né... como é que se mata um parente, um primo? Como é que mata um primo por causa de uma besteira dessas? Ele deu um dedada no anel da morte! (Vozes de fundo gritam: eita!)

A Lei de Imprensa (nº 5.250/67) autoriza a punição daqueles que cometem crimes contra a honra de pessoas já falecidas. Senão, vejamos:

“Art. 24. São puníveis, nos termos dos arts. 20 a 22, a calúnia, difamação e injúria contra a memória dos mortos”.

Em conformidade ao que preceitua Nucci (2009, p. 430) a memória do falecido deve ser respeitada: “certo que o morto não goza mais do

status de pessoa (...). Contudo sua memória merece ser preservada, impedindo que seus parentes sejam, mesmo que indiretamente, atingidos pelo fato”.

c) Inviolabilidade da honra objetiva

Em uma matéria que noticiou a execução de um policial federal dentro de seu veículo na frente de seu neto foram exibidos não apenas a cena do crime com o cadáver ainda no local, mas o vídeo gravado por populares no momento em que o atirador fugiu deixando para trás a vítima e a criança de quatro anos, chorando e sendo socorrida pelas pessoas que passavam na hora.

Ao mostrar estas cenas, não apenas o apresentador, mas o veículo em si, está desrespeitando os preceitos do artigo 5º da CF/88, e podem ser responsabilizados por isso:

“(...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Um policial federal aposentado foi morto a tiros dentro do próprio carro em Goiás, o neto de quatro anos, meu deus, tava (sic) no banco de trás, ele viu toda a cena e foi ferido por estilhaços.

Em um dos vídeos mostra o Silvio ainda agonizando e a criança chorando bastante. A criança que está no banco de trás é o neto de Silvio, de 4 anos de idade, ela é retirada e acolhida por pessoas que passavam pelo local, bastante assustadas.

As imagens a que o apresentador se reporta são chocantes e expõem não apenas o cadáver, mas toda a família da vítima, havendo, portanto, a exploração da dor e do sofrimento do outro, sem falar na exposição desnecessária da criança, em troca da audiência a todo custo.

Figura 5

Criança retirada do veículo em que seu avô foi morto



RedeTV! Jornalismo. (2020).

d) Incitação ao crime

Houve uma reportagem sobre um menor que foi pego por populares tentando roubar uma senhora e sendo linchado pela população. Sikera Júnior narra a manchete e em seguida dá a sua opinião com um tom irônico, característica, aliás, da linguagem dos apresentadores de telejornais policiais.

Na cidade de Marabá, no Pará, um menorzim com uma ficha longa no mundo do crime, roubou uma mulher com uma arma falsa. Durante a fuga, ele foi agarrado (Vozes de fundo: eita). Os populares pegaram ele, deram uns castigos, que eu particularmente sou contra, totalmente contra⁵.

Não é raro o apresentador fazer diversas vezes menção a violência como saída plausível para eliminação da criminalidade, discurso que

5. A fala do apresentador é irônica e dá a entender que ele concorda com a atitude da população em fazer justiça com as próprias mãos contra o menor.

muitas vezes é legitimado em razão da grande audiência que tem esse tipo de programa.

É importante salientar que esta conduta se encontra tipificada no Código Penal como incitação ao crime, disposta da seguinte maneira:

“Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime. Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, ou multa.”

Para que o delito se configure é necessário a publicidade da instigação, fazendo com que ela seja percebida por um número indeterminado de pessoas, conforme ensina Sanches (2009). E é exatamente o que acontece com o discurso da televisão, que ganha adesão em tempo recorde, tão grande é o seu alcance.

A lei de imprensa disciplinou a matéria da seguinte forma:

Art. 19 Incitar à prática de qualquer infração às leis penais:

Pena: Um terço da prevista na lei para a infração provocada, até o máximo de 1 (um) ano de detenção, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários mínimos da região.

§ 1º Se a incitação for seguida da prática do crime, as penas serão as mesmas cominadas a este.

§ 2º Fazer apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

No registro acima a imagem do menor imobilizado pelos populares aguardando a chegada polícia, enquanto o repórter faz a narrativa do fato fazendo a todo momento piadas e dando a entender que o ocorrido ainda foi pouco para o castigo que o jovem ainda merecia.

Figura 6

Adolescente acusado de cometer ato infracional imobilizado por populares



RedeTV! Jornalismo. (2020).

Direito à Qualidade da Informação

Depois de analisarmos o programa Alerta Nacional exibido no dia 21 de abril de 2020, verificamos a presença de elementos destoantes com os paradigmas modernos de respeito à Dignidade da Pessoa Humana, que segundo Barroso (2010) “é um dos grandes consensos éticos do mundo ocidental”, servindo de norte para interpretações jurídicas em todos os planos, o que a conforma em verdadeira faca de dois gumes. Pois, se de um lado, ela é a panacéia de todos os males, utilizada para adequar o ordenamento jurídico aos ditames dos brados democráticos dos Estados ocidentais, ela também serve, de outro lado, de subterfúgio para o descumprimento de preceitos humanos fundamentais. Trazendo esta discussão para o âmbito do Jornalismo, temos o direito à informação, como um dos principais direitos humanos, posto que é um direito-meio, pelo qual se tem acesso a todos os outros e, portanto, também elevado à categoria de direito humano fundamental por nossa Carta Magna. O ponto controvertido neste sentido se estabelece, na realidade, quando

temos que traçar um limite para este direito. Até onde a mídia pode ir em nome dele? Qual o extremo do direito à informação?

Considerações Finais

A partir da análise do programa exibido no dia 21 de abril de 2020 pudemos observar que a conduta do apresentador em divulgar os fatos não demonstra qualquer preocupação com o respeito aos Direitos Humanos e com o código de Ética dos Jornalistas.

As quatro categorias deste artigo foram elaboradas de acordo com as violações aos direitos verificadas na exibição das matérias e são um recorte de um estudo maior em que analisamos dez episódios do programa policial.

Dessa forma é revelada principal característica do telejornalismo policial que é o sensacionalismo, ficando também em evidência o protagonismo dos apresentadores deste gênero, em detrimento, muitas vezes, do próprio fato narrado, garantindo entretenimento, mas em total descompasso com quaisquer parâmetros éticos e, por conseguinte, com a qualidade da informação.

A título de encerramento, acreditamos que o jornalismo ético é uma ferramenta de promoção do Estado Democrático de Direito, da cultura da paz e da legalidade. A mídia leviana, aqui representada pelo Telejornalismo Policial, por outro lado, é um instrumento de desrespeito aos direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal e pelo sistema normativo internacional, desacatando de igual forma o Direito à Informação, premissa básica do exercício da cidadania.

O desempenho pleno da profissão jornalística está intimamente ligado à sua independência total e irrestrita de quaisquer amarras, sejam

elas de ordem econômica, de mercado ou ideológica, Traquina (2005) e apenas a conduta ética do profissional é capaz de conferir tal autonomia.

Referências

Bardin L. (2014). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barroso, L. R. (2010). *A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação*. Versão provisória para debate público. Mimeografado. http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf

Bobbio, N. (1995). *Dicionário de Política* (7a ed.). Editora Universidade de Brasília.

Bonavides, P. (1996). *Curso de Direito Constitucional* (6a ed.). Malheiros.

Bucci, E. (1993). *O peixe morre pela boca*. Scritta.

Cunha Jr, D. da (2008). *A efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais e a Reserva do Possível. Leituras Complementares de Direito Constitucional: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais* (3a ed.). Editora Juspodivm.

Federação Nacional dos Jornalistas. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>

Debord, G. (1997). *A Sociedade do espetáculo*. Contraponto.

- Deslandes, S., Gomes, R., & Minayo, M. C. S. (org.). (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- IBGE. (2018). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)*. IBGE.
- Jorge, T. de M. (2008). *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. Contexto.
- Kant, I. (1984). *Fundamentação da Metafísica dos costumes* (2ªed., P. Quintela). Abril cultural.
- Lago, C. E., & Benetti, M. (2010). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Vozes.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (2ªed.). Atlas.
- Medina, C. (1982). *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Forense-Universitária.
- Nunes, L. A. R. (2002). *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência*. Saraiva.
- Rabenhorst, E. R. (1998). Direitos humanos e globalização. *Revista do IEEE América Latina*, 1, 33-37.

- Rabenhorst, E. R (2007). *O que são Direitos Humanos?* http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_on_line/modulo1/1.o_q_sao_dh_eduardo.pdf
- RedeTV! Jornalismo. (2020, abril 21). *Alerta Nacional (21/04/20) | Completo* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=yeg20_EQvwY
- Sanches, L. (2017). A formação ética na antiguidade e na atualidade: as contribuições da filosofia. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 5(10), 43. <http://ufrrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path%5B%5D=3394>
- Sarlet, I. W. (2001). *Dignidade da pessoa humana e Direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Livraria do Advogado.
- Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. Unisinos.
- Vaquer, G. (2020a). Fenômeno em Manaus, Sikera Jr vence Globo por até 10 pontos de diferença no Ibope; veja números. *Observatório da TV*. observatoriodatv.uol.com.br/audiencia-da-tv/fenomeno-em-manaus-sikera-jr-vence-globo-por-ate-10-pontos-de-diferenca-no-ibope-veja-numeros
- Vaquer, G. (2020b). Em terceiro dia de rede nacional, Sikêra Jr bate recorde de audiência na RedeTV! *Observatório da TV*. <https://observatoriodatv.uol.com.br/audiencia-da-tv/em-terceiro-dia-de-rede-nacional-sikera-jr-bate-recorde-de-audiencia-na-redetv>
- Wolf, M. (1992). *Teorias da comunicação* (2ªed.). Presença.

ARTIVISMO, MEIO AMBIENTE E BICICLETA COMO FORMA DE INTERAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO CERRADO PAULISTA

Rosa Maria Araújo Simões¹

Este trabalho surge a partir da busca em refletir sobre algumas transformações ocorridas com o advento da pandemia da Covid 19, e em alguma medida, satisfazer duas necessidades humanas básicas as quais foram amplificadas pela experiência do isolamento e distanciamento social impostos pelo contexto pandêmico, quais sejam: 1) respirar ar puro e, 2) cultivar a liberdade do corpo (mídia primária)² em movimento

-
1. Doutora em Ciências Sociais (UFSCar)
Docente do Departamento de Artes e Representação Gráfica - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Unesp/Bauru
rosa.simoes@unesp.br
 2. Conforme aponta Baitello Jr. (2005, p. 39) “a mídia primária, que se resume ao corpo e suas linguagens naturais, têm estado em baixa diante do poder econômico e político da comunicação em grandes escalas por aparatos cada vez mais potentes e sofisticados”.

pelo espaço. No que diz respeito à primeira e vital necessidade, - essencial para a manutenção da vida humana - , vale salientar que, com a pandemia, o ato de respirar passou a ser disciplinado e culturalmente transformado devido ao uso obrigatório de máscara sobre boca e nariz como medida protetiva do contágio ao coronavírus, já a segunda, foi afetada por outra medida protetiva: “ficar em casa” e trabalhar remotamente (para quem pudesse, ou seja, para quem pelo menos tivesse casa, recursos tecnológicos, emprego e possibilidade de teletrabalhar etc.) reduzindo exacerbadamente assim, as possibilidades de movimentos do corpo humano que ficou restrito à cadeira, à tela do computador e a uma elevada carga horária de trabalho no ambiente virtual/digital.

Este cenário relacionado às transformações culturais a partir do uso exacerbado das novas tecnologias e suas consequências no âmbito do trabalho, do lazer, da corporeidade, da cotidianidade, já vem sendo abordado por diversos autores tais como Norval Baitello Jr. (2005), Richard Sennet (2016), Derrick de Kerckhove (2009), Michel Maffesoli (2005), os quais, seguindo caminhos diversos nos convidam a refletir sobre esse mundo pós-moderno assumindo uma pré-disposição ao mesmo tempo crítica, sensível e ativa.

Assim, *artivisticamente* (Centella, 2015), parte-se do pressuposto de que é possível, com o deslocamento ativo em bicicleta (Augé, 2009) através das trilhas do cerrado do oeste paulista, ativar o fluxo criativo em artes, produzindo arte ambiental, e, ao mesmo tempo, conseguindo manter a integridade física, mental e emocional tão desafiadas em tempos pandêmicos. Essa natureza – o cerrado - contemplada através da janela de um quarto/estúdio/templo durante praticamente seis meses de isolamento social devido à pandemia da Covid 19, ao exercer seu poder

de atração, convida-nos a senti-la, respirá-la, atravessá-la, conhecê-la e, preservá-la. Vale destacar que o cerrado possui uma formação vegetal de grande biodiversidade e grande potencial aquífero, é o segundo maior bioma da América do Sul e o segundo maior bioma do Brasil, entretanto, é atualmente o segundo bioma do Brasil mais ameaçado.

Enfim, com a intenção de estimular um estilo de vida sustentável e com os objetivos de promover a arte como respiro (parafraseando o título de Edital Emergencial Itaú Cultural) e, consequentemente ativar o fluxo nos processos criativos em artes, foi realizada, para tanto, revisão bibliográfica, pesquisa de campo para a coleta de dados (e experiência sensível) e a fotografia (Pelosi et al., 2009) como registro tanto da biodiversidade do cerrado, bem como das nossas efêmeras produções de arte ambiental obtidas a partir da deriva psicogeográfica sobre duas rodas circulando pelo território de três municípios do cerrado paulista, quais sejam, Bauru, Agudos, Piratininga. Neste texto, em específico, serão utilizados alguns fragmentos dos processos criativos realizados em Bauru, neles o olhar háptico da autora/artista foi intencionalmente exercitado, tanto ao percorrer as trilhas em bicicleta, quanto quando se chegava/parava/estacionava em algum ponto do caminho que exercesse um irresistível poder de beleza e conexão ainda mais profunda com a natureza sensibilizando todos os sentidos³.

O corpo, o despertar dos sentidos e a crítica do pensamento ocidental

3. Vale salientar que: 1) esta pesquisa configura-se num *work in progress* de minha pesquisa intitulada “Corpo, deriva psicogeográfica e o despertar dos sentidos: *work in process* em arte da performance e estéticas latinoamericanas” que venho realizando desde 2018; 2) É desenvolvida na área de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável uma vez que foca na tão urgente e necessária preservação ambiental da qual co-dependem a democracia, a justiça social e a paz mundial.

O pensamento ocidental é construído mediante dualidades como corpo e alma, Eros e Tánatos, matéria e espírito, aparência e essência, corpo e mente, sensível e inteligível, categorias criadas pelo homem que informaram e geraram as concepções de corpo, imagem e representação no Ocidente. (Matesco, 2009, p. 9)

Com a questão da dualidade contida no pensamento ocidental apresentada na citação acima, ocorre a interrogação: como superá-lo, sendo “nós” fruto dele? O que observamos é que, apesar de sermos fruto deste pensamento ocidental, a busca pela superação desta dualidade vem sendo cada vez mais manifesta na contemporaneidade, seja a partir dos estudos no campo da filosofia, a exemplo da obra *Fenomenologia da Percepção* na qual Merleau-Ponty (1994), na primeira parte de seu livro, introduz a discussão sobre “o corpo”, fazendo uma crítica ao pensamento objetivo (característico do pensamento ocidental) para introduzir a sua crítica à tradição cartesiana que aborda o (e se apropria do) corpo como objeto, ou seja,

Não podemos permanecer nesta alternativa entre não compreender nada do sujeito ou não compreender nada do objeto. É preciso que reencontremos a origem do objeto no próprio coração de nossa experiência, que descrevamos a aparição do ser e compreendamos como paradoxalmente há, *para nós*, o *em si*. Não querendo prejudicar nada, tomamos ao pé da letra o pensamento objetivo e não lhe colocaremos questões que ele próprio não se coloca. Se somos conduzidos a reencontrar a experiência atrás dele, essa passagem só será motivada por seus próprios embaraços. Vamos então considerá-lo operando na constituição de nosso corpo como objeto, já que este é um momento decisivo na gênese do mundo objetivo. Ver-se-á que o corpo próprio se furta, na própria ciência, ao tratamento que a ele se quer impor. E, como a gênese do corpo objetivo é apenas um momento na constituição do objeto, o corpo, retirando-se do mundo objetivo, arrastará os fios intencionais que o ligam ao seu ambiente e

finalmente nos revelará o sujeito que percebe assim como o mundo percebido. (Merleau-Ponty, 2009, pp. 109 - 110)

O pensador e ativista indígena Ailton Krenak (2020) por sua vez, critica a cosmovisão dos brancos, apresentando as consequências deste pensamento dual quando se refere ao conceito de natureza (compreendido em detrimento ao de humanidade – e, e por extensão, ao de cultura).

Nós estamos, devagarzinho, desaparecendo com os mundos que nossos ancestrais cultivaram sem todo esse aparato que hoje consideramos indispensável. Os povos que vivem dentro da floresta sentem isso na pele: veem sumir a mata, a abelha, o colibri, as formigas, a flora; veem o ciclo das árvores mudar. (...) O mundo ao redor deles está sumindo. Quem vive na cidade não experimenta isso com intensidade porque tudo parece ter uma existência automática: você estende a mão e tem uma padaria, uma farmácia, um supermercado, um hospital.

Na floresta não há essa substituição da vida, ela flui, e você, no fluxo, sente a sua pressão. Isso que chamam de natureza deveria ser a interação do nosso corpo com o entorno, em que a gente soubesse de onde vem o que comemos, para onde vai o ar que expiramos. Para além da ideia de “eu sou a natureza”, a consciência de estar vivo deveria nos atravessar de modo que fôssemos capazes de sentir que o rio, a floresta, o vento, as nuvens são nosso espelho na vida. (Krenak, 2020, pp. 98-99)

Ou seja, a cosmovisão dos brancos, o pensamento ocidental, traz como consequências a destruição do mundo. Aí vemos que, na relação dual homem-natureza, o homem destrói a natureza, na relação dual corpo-mente, o corpo é anulado e/ou inferiorizado, e daí por diante. Posto isto, o que podemos observar é que, ambos, Merleau-Ponty e Krenak convergem no que diz respeito, à crítica ao pensamento ocidental e, em ambos, é apontada a experiência (sensível) como um caminho para

o despertar dos sentidos, caminho aliás, já apontado e percorrido pela vanguarda artística brasileira. Como aponta Paulo Reis (2006), em finais da década de 1960, a exposição de arte se aproximou do momento ético a que se referia Oiticaica⁴ “seja por seu caráter deflagrador de situações estéticas experimentais ou por suas formulações éticas (crítica e resistência política)”, a exemplo da mostra “Do corpo à terra” organizada por Frederico Morais em abril de 1970 em Belo Horizonte a que faz referência. Vale salientar que a conceituação de corpo no manifesto de Morais “estava ligada ao corpo sensível da percepção dos sentidos e fundamentada no trabalho de Lygia Clark através da operação poética da nostalgia do corpo”.

Itinerários e/ou deriva Psicogeográfica (sobre Duas Rodas)

Despertando os sentidos: *work in process* como metodologia de pesquisa-perform-ação em arte ambiental

Numa manhã ensolarada (9:42) saio de casa de bicicleta. Aqui abro um parêntese para fazer uma observação: sou vizinha do cerrado, moro a 2 km do IPMET – Centro de Meteorologia de Bauru da Faculdade de Ciências da Unesp, ou como o chamam os ciclistas “o radar da Unesp”, que é um ponto de encontro dos ciclistas que, inclusive, foi intensificado com o advento da pandemia, aliás, aos finais de semana é bastante movimentado, onde se pode ver vários carros estacionados com seus equipamentos de transportar bicicletas instalados (*transbikes*), alguns são oriundos de outras cidades da região, todos em busca destas trilhas. A partir do “radar da Unesp”,

-
4. De acordo com Andrade (2007, p. 63) “Há pois, para Oiticaica, uma correlação entre a noção de “penetrável” e a de “arte ambiental”, porém nota-se que esta última abrange para o artista muito mais que uma imersão física no espaço, desdobrando-se para uma apropriação de dados culturais que envolvem a música, a dança, o contexto sócio-econômico e antropológico do espectador / participante da obra”.

percebe-se a transição do urbano para o rural quando o asfalto acaba. E, quando começa a rua de terra... Você já tem três opções: virar à direita, ir em frente, ou à esquerda, são vários caminhos possíveis de se desfrutar a paisagem do cerrado, e é, especialmente, neste trecho inicial onde se encontra sua área de preservação ambiental contida no campus da Unesp de Bauru.

Daí, após percorrer 5,0 km, chego às 10:07 no Jardim Encantado (nome fictício para o ponto de paragem na mata após percorridos os 2,0 km de asfalto mais os 5,0 km de terra, perfazendo um total de 7,0 km no percurso de ida).

Estabelecendo o con-tato através de um olhar háptico e etnográfico sobre a paisagem, percebo o desejo humano de habitar esse lugar composto de capoeira, cerrado, jardins e algumas chácaras do outro lado da rua. Assim, realizando o trabalho de campo no campo, vou desfrutando deste “escritório” na mata, ou ainda, desfrutando deste ateliê-laboratório a céu aberto!

Afetada por este entorno, proponho-me a realização de estudos das primeiras ações para a sensibilização e criação em arte ambiental. A intenção é tornar hábito o cuidado com a natureza. Como no inverno é um período de estiagem, vejo que algumas plantas estão bem secas, pedindo água, daí surge o estudo da **primeira ação**: regar as flores; Já o estudo da segunda ação surge a partir da contradição que o ser humano vive entre ser nômade ou ser sedentário, quaisquer das duas maneiras de um ser humano viver, traz impactos para o ambiente, daí, a pergunta: como habitar e preservar? Para tal ação deve-se ter a intenção de cuidar, ou seja, a ação deve intervir nesta realidade de forma que busque promover um equilíbrio entre todos os seres e o planeta terra. **Segunda ação**: rastelar folhas secas, sementes e gravetos.

(Fragmento de Diário de Campo, 08/09/21)

Com o fragmento do diário de campo acima, introduzo a abordagem teórico-metodológica desta pesquisa-criação, ou como denomino mais especificamente, *pesquisa-perform-ação* em arte ambiental que é pautada, de um lado, na deriva psicogeográfica (sobre duas rodas) e, de outro, no *work in process* característico do fazer *performance art*, em que o processo é valorizado, ao mesmo tempo que é também expressão

de uma crítica ao conceito de obra de arte/arte acabada. Ou seja, aqui o fluxo criativo se dá, de um lado, a partir de uma cartografia do sensível⁵, e de outro, a partir de rotinas/programas de ação em que o corpo, como um aparelho/instrumento musical universal, é ativado e afinado, em busca de uma harmonia humano-ambiente/humano-natureza, durante o fazer arte ambiental, ou como chama a atenção Krenak (2020): “Isso que chamam de natureza deveria ser a interação do nosso corpo com o entorno”.

Vale salientar que a arte da performance ou *performance art* é, como apontam Cohen (2004) e Glusberg (2005), uma linguagem artística contemporânea essencialmente transdisciplinar que tem como base o “corpo físico, presente no aqui e agora”. Assim, é uma arte efêmera na qual o artista desta linguagem, ou seja, o “performer”, ou o performer não representa um papel, como acontece, por exemplo, no teatro. Na performance, o que se vê durante a performance é a expressão da essência da própria pessoa que performa. Sua fonte de inspiração é tudo o que está relacionado à sua própria vida, ou seja, é todo o contexto à sua volta que a afeta e, que, conseqüentemente, a inquieta e a provoca. Assim, numa pré-disposição transgressora e criativa aos moldes de uma

5. Vide o estudo de Brum (2008, p. 118) sobre o *Atlas of Emotion* da arquiteta napolitana e docente no Department of Visual and Environmental Studies, Harvard: Giuliana Bruno, que apresenta, neste Atlas, os lugares “duplamente como físicos e emocionais, já que as coisas acontecem nos espaços liberando emoções, sedimentando recordações, encontrando uma constante reconhecível no curso do tempo na arte, na fotografia, na arquitetura, e no cinema”.

performer, o que inquieta e provoca é viver/experienciar a crise⁶ instaurada na sociedade contemporânea, tal crise nos intima a enfrentá-la, de alguma maneira, encontrando formas de se combater a corrupção, o vírus, a violência, a desigualdade social, a poluição, os crimes ambientais etc.

Isto posto e, partindo-se da necessidade de se preservar o cerrado (e a saúde desta que vos escreve) e do pressuposto que a arte é um caminho e uma ferramenta de conscientização para o ativismo ambiental, este trabalho se configura também como um estudo de cultura artístico-política, uma proposta concebida como modo de participação social e como expressão política, ou seja, uma forma de ativismo que possibilita, por sua vez, que tanto a artista/escritora, bem como o espectador/leitor/interator compartilhem, como afirma Centella (2015), uma concepção ampla do que seja político, permitindo consequentemente a inter-relação das distintas micro-narrativas de poder que se estabelecem também no discurso artístico. Portanto, o que denominamos como ativismo (esse neologismo conformado pela palavra arte) está relacionado com as diferentes formas de abordar a criação artística de maneira comprometida com a sociedade atual, ao mesmo tempo que é utilizada como veículo capaz de criar novas formas de visualização, produção e constituição

6. Marc Augé (2014, p. 91) afirma que a crise de que tanto nos referimos em nossos dias se apresenta como uma “*crise do pensamento universal sufocado por imagens do mundo global. A crise atual não é simplesmente financeira. Não é simplesmente econômica, política ou social, e não é de ontem. O ano 2000 chegou com seus grandes medos e não há que descartar que os historiadores do futuro falem da Crise dos Cem Anos para evocar o período no qual temos entrado já há um bom tempo (...) Esta crise universal é, ao mesmo tempo, uma crise de consciência planetária, uma crise de relação e uma crise dos fins*” [tradução minha]. Kervhove (2009, p. 93), por sua vez, ao apontar que a inovação vem do estudo do padrão do colapso afirma que a “gestão de crise é particularmente valiosa em tempos de transição” e que a “transição hoje é entre a chamada ‘história do mundo ocidental’ e a história da Terra’.

da obra de arte, alcançando, desta maneira, uma nova comunicação política conformada pela “*combinación de la creatividad artística, así como internet y la difusión que nos otorga los medios de comunicación*”. E, ainda, segundo o autor, o conceito de ativismo se configura como:

una nueva fórmula más eficaz para realizar la sacudida de conciencias necesarias que permitan el desarrollo de acciones estratégicas y sean consolidadas mediante la creación de otras tácticas políticas posibles de futuro con cierta notoriedad (...) Podemos considerar el origen del arte social, tal y como lo entendemos actualmente, siendo el que define aquellas acciones con una carga política y tras-gresora que se implica en los distintos procesos de cambios que experimenta nuestra sociedad, en los primeros movimientos feministas que tuvieron lugar en los años sesenta y en las primeras apariciones del video, junto con el surgimiento del conceptualismo que traerá nuevos puntos de vista al mundo del arte, y las primeras manifestaciones artísticas donde el cuerpo se convertía en el soporte que sostenía y transformaba el mensaje, la performance de la década de los setenta. Esta nueva concepción del arte como comunicador y el cuerpo como soporte, dieron lugar al nacimiento de prácticas artísticas como el happening junto con la contribución del movimiento Fluxus europeo. En el contexto latinoamericano, en la década de los setenta, la lucha política y la emergencia de un arte de resistencia propiciaron un estilo característico del arte de acción; una concepción del cuerpo como territorio de negociaciones y con-frontaciones que servirá de base especulativa para proyectar un nuevo posicionamiento ideológico frente a las realidades del entorno. (Centella, 2015, pp. 103-104)

E, seguindo, com esta concepção de corpo como território de negociações e confrontações, ocorre que é necessário “desprogramá-lo” ou despertá-lo, harmonizá-lo, e para tanto recorreremos também à deriva e à psicogeografia (consideradas aqui tanto como fundamento, bem como elementos metodológicos). Ambos os conceitos foram criados pelos situacionistas em torno da década de 1950. Enquanto a psicogeografia

se apresenta como uma ciência de apreensão das afetividades urbanas, a deriva é compreendida pelo movimento como uma técnica de passagem por ambientes da cidade que compõem um desdobramento prático dessa apreensão psicogeográfica. Assim, a bicicleta é considerada imprescindível para tal experiência e ferramenta ideal para o propósito deste trabalho, uma vez que não polui, é silenciosa e é capaz de adentrar trilhas, além de possibilitar percorrer maiores distâncias. Para dar conta das trilhas de diferentes graus de complexidade, foi utilizada uma mountainbike scott aro 29. Considerando que a fotografia tem o poder de tornar visível o invisível, tanto durante o ato de fotografar bem como na própria fotografia, foi utilizado para o registro dos processos e das efêmeras artes ambientais, a câmera fotográfica do Smartphone Galaxy A8 (2018), além do próprio diário de campo. No que diz respeito à frequência de idas a campo, buscou-se, desde outubro de 2020, realizar diferentes trajetos pelo menos duas vezes por semana, sendo que as distâncias mais longas (em média 25 a 37 km num dia), eram percorridas aos finais de semana, e, pelo menos, uma vez por semana, destinada a distâncias entre 14km e 20km. Como se trata de pesquisa em andamento, ainda seguem as pesquisas de campo e a frequência de idas pelo menos duas vezes na semana.

O que é apresentado aqui é parte de um *work in process* em arte ambiental, um movimento praticado por artistas de diferentes áreas que têm a natureza como bases de sua inspiração, ou se utiliza dela como matéria-prima, seja para nos transmitir sua beleza e/ou incentivar sua preservação, entretanto, espera-se, num *work in progress*, ampliar e estreitar a interação com os interlocutores da pesquisa, seja, eles oriundos tanto de uma revisão bibliográfica, quanto de pesquisa

de campo, da observação participante e dos leitores/fruidores deste trabalho, ou melhor, desta obra aberta, sem considerações finais, pois “A experiência ocorre continuamente, porque a interação do ser vivo com as condições ambientais está envolvida no próprio processo de viver” (Dewey, 2010, p. 109).

A Experiência Estética do Cerrado e o Olhar Háptico: por uma cartografia sensível

A vegetação do bioma do cerrado, considerado aqui em seu sensu lato, não possui uma fisionomia única em toda a sua extensão. Muito ao contrário, ela é bastante diversificada, apresentando desde formas campestres bem abertas, como os campos limpos de cerrado, até formas relativamente densas, florestais, como os cerradões. Entre esses dois extremos fisionômicos, vamos encontrar toda uma gama de formas intermediárias, com fisionomia de savana, às vezes de carrasco, como os campos sujos, os campos cerrados, os cerrados sensu stricto (s.s.). Assim, na natureza, o bioma do cerrado apresenta-se como um mosaico de formas fisionômicas, ora manifestando-se como campo sujo, ora como cerradão, ora como campo cerrado, ora como cerrado s.s. ou campo limpo. Quando percorremos áreas de cerrado, em poucos quilômetros podemos encontrar todas essas diferentes fisionomias. Este mosaico é determinado pelo mosaico de manchas de solo pouco mais pobres ou pouco menos pobres, bem como pela irregularidade dos regimes e características das queimadas de cada local (frequência, época, intensidade). Assim, embora o bioma do cerrado distribua-se predominantemente em áreas de clima tropical sazonal, os fatores que aí limitam a vegetação são outros: a fertilidade do solo e o fogo (Coutinho in Klein, 2002, p. 82)

A partir da caracterização do cerrado apresentada na citação acima, mesmo que numa abordagem biológica, já é possível notar o grande potencial deste ambiente, cuja paisagem descrita expressa, não apenas a diversidade de vegetação de seu bioma, mas também revela a possibilidade de proporcionar uma profunda experiência estética⁷.

Andrade (2007) em sua “Contribuição ao estudo de uma arte ambiental na década de 1960”, afirma que, num primeiro momento a noção de “ambiente”

teria uma relação bastante próxima e vinculada a um dado da percepção psicológica do espaço e de determinados lugares, condicionada correlatamente ao fator tempo, ao longo da década de 60, a questão parece modificar seu rumo em direção a outros campos de conhecimento, em especial ao seu caráter biológico, e amparado em uma conscientização cada vez mais aguda dos problemas sociais e mesmo higiênicos, vinculados a uma noção de habitat do homem e das estruturas ecológicas que interferem no seu estar no mundo. (Andrade, 2007, pp. 55-56)

No caso deste trabalho, tanto a percepção psicológica do espaço bem como as questões ecológicas se fazem presentes, além de reservar sugestões híbridas entre linguagens, procedimentos e processos criativos,

7. Vale destacar que a noção de estética que operamos nesta pesquisa é pautada em Maffesoli (2005), qual seja, *aisthesis* – como percepção pelos sentidos. O autor, ao se referir à ética da estética, afirma que o que nos obriga a renovar a nossa percepção das coisas é o ethos constituído a partir de emoções partilhadas e vividas em comum. Pautado em Jauss, Maffesoli (2005, p. 8) também chama a atenção para o fato que “a *aisthesis* devolve ao conhecimento intuitivo os seus direitos contra o privilégio concedido tradicionalmente ao conhecimento conceitual”. Posto isto, deve-se entender, neste caso “estética no seu sentido mais simples: vibrar em comum, sentir em uníssono, experimentar coletivamente, tudo o que permite a cada um, movido pelo ideal comunitário, de sentir-se daqui e em casa neste mundo.

relações espaço-temporais, formas, suportes, objetos e os elementos instituintes das mesmas e de seus suportes. Aqui artista e público/leitores/interlocutores são instigados a comparecerem a partir do espaço pessoal, emocional, no próprio corpo, como superação da percepção *óptica to haptic*⁸, experimentando assim o olhar tateante que subverte a velocidade do olho e seu sentido de distância. A seguir, na fig. 1, temos o registro de um dos processos vivenciados a partir do exercício do olhar háptico, intitulado “Eu creio em outras realidades possíveis ou Iluminando a Sombra”, expresso em fotografia e em poema.

Este foi um dos processos do estudo da segunda ação “rastelar folhas secas, sementes e gravetos” a que fiz referência no fragmento de diário de campo. O rastelar, além de estar relacionado com o limpar, é uma forma de juntar matéria orgânica que pode ser utilizada como adubo. O rastelar também permitiu experimentar diversas possibilidades de desenhos realizados diretamente na terra, seja com o rastelo, seja com a rasteira e passos (no caso destes dois últimos movimentos o desenho é feito com os pés); ou, de compor, com outras vegetações, com outros seres vivos, diferentes formas expressivas, a exemplo do que é apresentado na Fig. 1.

8. Termo que desde a Grécia, deriva do senso do toque e significa a habilidade para ter ‘um toque com’ alguma coisa. A palavra sublinha um tipo de conhecimento visual e, no sentido profundo, o sentido do tato. Remete a uma função da pele, ao contato entre nós e o ambiente, distendendo a corporeidade nessa sensação ‘do movimento no espaço, desenvolvendo essa observação geográfica e, por extensão, na articulação das artes espaciais que incluem o cinema (imagens em movimento) (Bruno como citado em Brum, 2008, p. 119)

Fig. 1

Eu creio em outras realidades possíveis ou Iluminando a Sombra - terra, folhas secas, sementes, pés calçados; rastelo, rasteira e passos



Arquivo pessoal.

Diante de Duas Rainhas, eu creio em outras realidades possíveis
Diante de Duas Rainhas, eis O Poder Real
A mandala da transmutação
Ativada na ciranda
da Roda do Caminhar Ritmado
(Simões, Bauru, 08/09/2021)

Vale salientar que no início da ação, as sementes não haviam sido vistas, muito menos identificadas. Ao retornar no mesmo lugar na semana seguinte, as sementes, passaram a chamar mais atenção e também foram identificadas.

Considerações Finais

A partir deste trabalho em processo (obra aberta, *work in process*), está sendo possível, refletir e digerir algumas das transformações ocorridas com o advento da pandemia da Covid 19. Em um país desgovernado e regado à necropolítica, o primeiro passo é sair vivo dessa, conseguir respirar, cuidar da imunidade, se defender do inimigo invisível (o vírus mortal), fortalecendo nossa capacidade pulmonar (pedalando médias distâncias), sem aglomerar, aí, a bicicleta é uma companheira ideal que, permite esta imersão, esta introspecção, além do próprio sentimento de liberdade. Por outro lado, ao percorrer estas trilhas é possível constatar, a crise ambiental, econômica, social, amplificada durante o período pandêmico, seja pela continuidade dos desmatamentos, pelas queimadas, pelo aumento de abandono de animais, de entulhos etc. De qualquer maneira, urge se faz buscar formas de lidar com toda essa complexidade que se apresenta, sem querer apresentar receitas, mas simplesmente, sensibilizar e conscientizar... Plantar sementes! Cuidar deste Jardim que é o nosso planeta Terra. E, parafraseando o título da obra de Krenak (2020): Ideias para adiar o fim do mundo!

seria muito melhor a gente cuidar da nossa sementinha, ver ela brotar, acompanhá-la, para então colher. Só assim você vai saber de onde vem o que come. Em diferentes lugares, tem gente lutando para este planeta ter uma chance, por meio da agroecologia, da permacultura. Essa micropolítica está se disseminando e vai ocupar o lugar da desilusão com a macropolítica. Os agentes da micropolítica são pessoas plantando horta no quintal de casa, abrindo calçadas para deixar brotar seja lá o que for. Elas acreditam que é possível remover o túmulo de concreto das metrópolis. (Krenak, 2020, pp. 21- 22)

E no fluxo do *work in process*, a semente da segunda ação foi identificada: estava eu na companhia das copaíbas (fig. 2)!!!

Fig. 2

Uma das copaíbas de onde caíram as sementes rasteladas numa manhã do primeiro dia de primavera



Arquivo pessoal.

No universo simbólico das sociedades primitivas, o corpo é permutador de códigos e fala a língua que nele vêm inscrever. As forças motrizes do universo estão de tal maneira ligadas ao indivíduo que seria impossível falar do meio físico ambiente, exterior ao homem. Há uma correspondência entre o corpo humano e o mundo vegetal ou animal. (Matesco, 2009, p. 13)

E, seguindo esse universo simbólico das chamadas sociedades primitivas - as quais prefiro chamar de originárias – o que podemos afirmar é que há muito ainda o que apreender, sentir, cuidar, viver com elas. Uma delas foi, ao apresentar este recorte de pesquisa-perform-ação, estabelecer esta conexão céu e terra tão presente nas cosmovisões de diferentes povos originários. Da ação de rastelar, estabelecer este con-tato, este olhar háptico tateando a terra, olhando para baixo, num primeiro momento, e, num segundo, olhando para cima, são avistadas as altas copas das copaíbas emolduradas pelo azul do céu. Paisagens e interações possíveis, percorridas e/ou alcançadas sobre duas rodas e, representadas imageticamente num instante mágico da fotografia!

Referências

- Andrade, M. A. P. (2007). *Contribuição ao estudo de uma arte ambiental na década de 1960* [Trabalho apresentado em encontro] III Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP, Campinas.
- Augé, M. (2009). *Elogio de la bicicleta*. Gedisa Editorial.
- Augé, M. (2014). *El antropólogo y el mundo global*. Siglo Veintiuno Editores.
- Baitello Junior, N. (2005). *A era da iconofagia: Ensaio de Comunicação e Cultura*. Hacker Editores.
- Brum, R. F. (2008). Uma cartografia sensível: Giuliana Bruno. In S. J. Pesavento, et al. (orgs.), *Sensibilidades e Sociabilidades: perspectivas de pesquisa* (pp. 117 - 125). Ed. UCG.

- Centella, V. (2015). El Artivismo como acción estratégica de nuevas narrativas artístico-políticas. *Calle14: revista de investigación en el campo del arte*, 10(15), 100-111.
- Cohen, R. (2004). *Performance como linguagem*. Perspectiva.
- Coutinho, L. M. (2002). O bioma do cerrado. In A. L. Klein (org.), *Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois*. Editora Unesp.
- Glusberg, J. (2005). *A arte da performance*. Perspectiva.
- Kerckhove, D. (2009). *A pele da cultura*. Anablume.
- Krenak, A. (2020) *A vida não é útil; pesquisa e organização Rita Carelli* (1a. ed.). Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo* (2a. ed.). Companhia das Letras.
- Maffesoli, M. (2005) *O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade*. Sulina.
- Matesco, V. (2009). *Corpo, imagem e representação*. Jorge Zahar.
- Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da Percepção*. Martins Fontes.

Pelosi, O., Melani, C., & Furtado, L. F. C. (2009). *De olho no cerrado*. Focopoint.

Reis, P. (2006). *Arte de vanguarda no Brasil: os anos 60*. Jorge Zahar.

Sennett, R. (2016). *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. BestBolso.

ANÁLISES

PSICOLOGIA & AFRICANIDADES - DE BLOG DE INFORMAÇÕES À FORMAÇÕES TERAPÊUTICAS

Simone Gibran Nogueira¹

O Blog Psicologia & Africanidades foi criado em setembro de 2011 pela pesquisadora Simone Gibran Nogueira na oportunidade do estágio internacional de doutorado em estudos negros e africanos realizado na Universidade Estadual da Geórgia em Atlanta/EUA. O objetivo inicial do Blog era divulgar e difundir para diferentes atores, em diferentes contextos, temáticas como: capoeira angola, educação negra/africana, estudos africanos, psicologia negra/africana, libertação/descolonização, e outras produções acadêmico-culturais.

Uma das preocupações do Blog era que as matérias fossem produzidas em língua portuguesa para facilitar acesso a informações no Brasil e na

1. Pós-doutora em Psicologia Social pela PUC-Campinas, gestora e educadora da Psicologia & Africanidades - centro de formação à distância.
psicologiaeaficanidades@gmail.com

Lusofonia africana. Esta preocupação era importante, pois na época era muito difícil encontrar referências que não estivessem em língua inglesa. Apesar desta perspectiva de Psicologia ter mais de cinco décadas de desenvolvimento acadêmico-científico, estas foram majoritariamente escritas em língua inglesa desde o contexto dos EUA e Caribe.

A Psicologia africana é uma das vertentes teóricas da Psicologia negra desenvolvida na anglofonia estadunidense e caribenha. Ela se destaca das outras duas vertentes (euro-americana e negra) por ter uma preocupação radical em produzir conhecimentos a partir da história e das culturas africanas do continente e da diáspora. A Psicologia africana tem uma articulação teórico-metodológica consistente, metodologia, métodos e modalidades de pesquisa e intervenções variadas. Suas aplicações são diversas e em diferentes contextos sociais. Enfim, ela é uma ciência tão antiga quanto o reconhecimento da Psicologia enquanto profissão no Brasil.

E porque o Brasil, sendo um país em que mais de 55% da população é afrodescendente, não produziu sobre Psicologia africana ou produziu tão pouco? Com certeza as respostas para esta pergunta são complexas, mas temos que considerar o racismo científico e os processos de epistemicídio característicos do Brasil colonial e atual. Temos que considerar que mesmo a Psicologia africana tendo cinco décadas de desenvolvimento, ainda sim são referências marginalizadas no contexto estadunidense e mundial, devido ao racismo científico ocidental. Acrescentamos uma dificuldade adicional que é a barreira da língua, pois a Psicologia africana foi produzida sobretudo na anglofonia, o que dificulta o acesso e apropriação crítica destas referências em países lusófonos (Nobles, 2015; Silva & Silva, 2006; King, 2005).

Estudar uma perspectiva contra-hegemônica de Psicologia não é tarefa fácil, sobretudo se esta parte de uma perspectiva histórica e cultural secularmente desqualificada como válida, conforme acontece com a de raiz africana. A Psicologia africana exige do/a pesquisador/a uma disposição para desenvolver uma arqueologia de saberes e uma disposição para enfrentar a barreira da língua. A fundadora da Psicologia & Africanidades assumiu este compromisso desde o mestrado. Na época que foi para o estágio de doutorado nos EUA, decidiu criar o Blog com o objetivo principal de compartilhar experiências, conhecimentos e reflexões com quem pudesse estar interessado em Psicologia africana em língua portuguesa. Era uma estratégia para despertar interesse e abrir diálogo sobre o assunto a partir da difusão e popularização deste conhecimento.

Depois que retornou ao Brasil, a pesquisadora continuou a alimentar o Blog de maneira intermitente ao longo dos anos. Em 2015, durante o pós-doutoramento, as postagens foram intensificadas e foi possível perceber que a ferramenta de comunicação virtual estava cumprindo a missão de difundir conhecimentos sobre Psicologia africana na Lusofonia. Esta constatação veio pela análise das estatísticas do blog (visitantes, visualizações, países, matérias acessadas, etc), bem como experiências vividas em outros países.

Impactos do Blog Psicologia & Africanidades

O desenvolvimento do Blog Psicologia & Africanidades associado às ações de internacionalização do Pós-Doutorado Políticas de Ações Afirmativas e Descolonização da Psicologia: contribuições do pensamento de raiz africana (FAPESP 2015/11419-8), fizeram os acessos aumentar

em quatro vezes mais. Nesses dez anos de existência a Psicologia & Africanidades cumpriu o seu papel como ferramenta de comunicação e contribuir para a difusão de conhecimentos atingindo mais de 70 países no mundo, em especial Brasil, EUA, países da Lusofonia africana e países da América Latina. Durante essa década os acessos somam mais de 22,5 mil visitantes e mais 40 mil visualizações.

Os países que mais acessam o Blog Psicologia & Africanidades, mesmo antes do Pós-doutorado, foram Brasil, EUA, Moçambique, Angola e países latino-americanos, respectivamente. Eles representam a maior parte dos acessos totais em todos os anos observados. As estatísticas mostram também que Angola e Portugal aumentaram o número de acessos, após o início das atividades internacionais do Pós-doutorado. O que evidencia o interesse constante de outros países da lusofonia nos conteúdos do Blog. Além disso, foi expressivo o crescente interesse de países da África, América Latina e Europa.

Um dado qualitativo importante a respeito da relevância do Blog Psicologia & Africanidades como fonte de difusão de conhecimentos foi registrado durante a visita técnica ao Curso de Psicologia da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo/Moçambique. Na época, a criadora do Blog ministrou a palestra Psicologia Africana e diálogos como Sul Global (Nogueira & Guzzo, 2016) na disciplina de Perspectivas Africanas dos Fenômenos Psicológicos ministrada pela Profa. Isália Licença. Na oportunidade, a Profa. Isália afirmou que o Blog Psicologia & Africanidades serviu como uma das fontes de pesquisa para elaboração das referências de duas disciplinas do curso. Estas são disciplinas voltadas para a valorização de perspectivas africanas de Psicologia. Este fato denota que o blog enquanto ferramenta virtual de

comunicação está realmente cumprindo seu papel, não só de divulgar, mas de tornar acessível conhecimentos produzidos na academia sobre psicologia e africanidades.

Psicologia & Africanidades 10 anos - Formações Terapêuticas

Em 2021 iniciamos a ampliação do escopo de atuação da Psicologia & Africanidades, transformando o Blog informativo em uma plataforma de educação à distância. Para tanto, consolidamos o site (www.psicologiaeaficanidades.com.br) e redes sociais (instagram @psicologia_e_aficanidades, facebook e youtube). Além de continuar a difundir conhecimentos pelo Blog, neste ano iniciamos produção de conteúdos de qualidade gratuitos para redes sociais, bem como oferecemos formações online de curta e média duração, grupo de estudo e orientações individuais. Nessa fase inicial de expansão as formações abordam os temas: relações etnico-raciais, branquitude crítica, psicologia afrocentrada e capoeira angola. Para tanto, formamos uma equipe feminina e diversa (pertencimento, orientação sexual e formação) com quatro pessoas. Simone Nogueira na coordenação, Iana Alvarez na comunicação digital, Brenda Pereira na secretaria administrativa e Poliana Estevam na produção audiovisual.

Com base em referências dos Estudos Afro-brasileiros, a Psicologia & Africanidades sustenta que o Brasil é um país multicultural e pluri-étnico, mas que se organiza como monocultural a partir de referências euro-americanas e brancocêntricas (Silva & Silva, 2016; Cunha Jr., 2013; Munanga, 2005, 2006).

Esse sistema de organização social tem como um de seus alicerces fundamentais o racismo. As relações raciais mantidas e reproduzidas

nas relações sociais cotidianas estão interconectadas a uma mentalidade social hegemônica que orienta nossa experiência de vida com os outros e com o mundo. A P&A tem como principal propósito promover a tomada de consciência sobre esse processo histórico e cultural, bem como criar ambientes de aprendizagem que facilite a produção de mudança de mentalidade num sentido antirracista.

Nossas ações se pautam na premissa de que conhecimentos originários podem promover conscientização e cura em diversos âmbitos da existência pessoal e comunal. Nossas formações se ancoram em processos educativos com perspectiva plural, crítica e dialógica, informados por histórias e culturas originárias desde África e América. Eles visam prevenir e favorecer a superação de disfunções psico-emocionais-intelectuais oriundas de diversas desigualdades estruturais e institucionais em nossa sociedade, especialmente aquelas relacionadas com as mazelas do racismo.

Por seguir essa orientação, chamamos toda formação oferecida aqui de terapêutica. As Formações Terapêuticas têm como objetivo facilitar processos de mudanças de mentalidade e comportamento sobre si, sobre sua relação com os outros, com a natureza e com o mundo.

Estas Formações Terapêuticas são orientadas pela perspectiva do educador Paulo Freire (1997). Compreendemos que ninguém educa ninguém, cada um educa a si mesmo na relação com os outros e mediados pelo mundo. Nesse sentido, a P&A busca criar uma ambiente de aprendizagem que favoreça aos participantes desenvolver processo de conscientização, auto-reflexão e autocrítica sobre seu próprio cotidiano. Esse processo de conscientização poderá promover mudança de

mentalidade e consequentemente uma mudança de comportamento a médio e longo prazo nos participantes.

Nossas formações estão organizadas em duas linhas de atuação com ações diferentes: Linha Branquitude Crítica e Linha Psicologia Afrocentrada. Segue a apresentação das ações dentro das linhas, objetivo, público alvo e ementa de cada uma.

Linha Branquitude Crítica

A Linha Branquitude Crítica tem por objetivo promover processos de auto-reflexão nos participantes em relação a sua própria branquitude e como ela orienta nossa vida cotidiana. As ações desta linha visam provocar nas pessoas processos de conscientização e autocritica sobre como a ideologia da supremacia racial branca tem orientado nossa mentalidade social e nosso comportamento social no cotidiano brasileiro, bem como as mazelas que ela provoca nos diferentes grupos etnico-raciais.

Para tanto, produzimos conteúdos de qualidade para as redes sociais, provocando o público a pensar sobre processos históricos de colonização mental que reproduzimos a-criticamente em nosso cotidiano. Bem como, elaboramos e oferecemos uma formação rápida de 30 horas sobre Introdução à Branquitude Crítica. Esta formação visa educar para as relações etnico-raciais visando a construção de um novo projeto de sociedade mais justo e democrático. Ela é uma formação diferenciada, pois foi construída a partir da abordagem da Psicologia afrocentrada em diálogo com Estudos da Branquitude Crítica e experiências vividas e refletidas a partir de culturas afro-brasileiras (Nogueira, 2014).

Entendemos que o público alvo principal deve ser pessoas auto-declaradas brancas, pois a problemática da ideologia da supremacia

racial branca foi historicamente criada por pessoas brancas, é mantida atualmente por estas no poder, e estas são as principais beneficiárias. No entanto, a formação Introdução à Branquitude Crítica é aberta a todos interessados, pois compreendemos que a característica mais proeminente do racismo no Brasil era o silêncio, e consequentemente a falta ou dificuldade de circulação de conhecimentos apropriados sobre a problemática e mecanismos de superação. Lutamos contra esse processo de “ignorância social” sobre o racismo no Brasil e por isso aceitamos todos que se dispuserem a estudar mais e dialogar sobre o assunto (Bento & Carone, 2002; Bento et al., 2014).

A ementa desta formação destaca que: Graças a conquistas históricas dos movimentos negros, não é mais possível abafar a necessidade de se debater relações étnico-raciais e a construção histórica do racismo. Nesse sentido, este curso contribui com o debate crítico da supremacia racial branca e seus desdobramentos a partir de uma perspectiva psicológica afrocentrada em diálogo com Estudos da Branquitude e expressões e lutas próprias afro-brasileiras.

O curso está dividido em três unidades. Na primeira parte revisitamos a história antiga da humanidade, discutindo o surgimento da espécie *homo sapiens sapiens*, as grandes civilizações a partir do Antigo Egito, além de revisar as antigas relações entre África e América. Na segunda, revisitaremos a história recente da humanidade, discutindo a invasão colonial europeia, teorias racistas, o holocausto africano e ameríndio, a produção de uma sociedade de morte, bem como as diferentes consequências destas relações para os diferentes grupos étnico-raciais. Neste segundo momento estabelecemos um diálogo com os Estudos da Branquitude Crítica. Na terceira discutimos processos para despertar

consciência histórica e crítica a partir de diálogos entre saberes acadêmicos e tradicionais africano-ameríndios.

A Linha de Branquitude Crítica e sua formação terapêutica introdutória foram lançados em junho/junho de 2021. A primeira turma concluiu a Formação em setembro de 2021.

Linha Psicologia Afrocentrada

A Linha de Psicologia Afrocentrada tem como objetivo principal sensibilizar psicólogos/os e interessadas/os na produção de uma psicologia centrada desde África para atender problemáticas sociais no Brasil. Pauta-se na importância dos conhecimentos oriundos dos povos africanos, que para o Brasil foram trazidos à força, e que mantêm em muitas práticas tradicionais as “comunalidades” ancestrais vivas no cotidiano do país (Nogueira, 2019; Nascimento, 2009; Nobles, 2009).

Esta linha de atuação tem inicialmente três ações sendo implementadas. Uma é a produção de conteúdos de qualidade para as redes sociais. Esta produção visa sensibilizar amplo público para a necessidade de descolonização das ciências psicológicas e para o conhecimento de perspectivas de psicologia afrocentrada e outras psicologias produzidas desde povos originários.

Elaboramos uma Formação Terapêutica rápida de Introdução à Psicologia Afrocentrada no Brasil com 30 horas. Ela tem o objetivo de difundir e popularizar esta perspectiva teórica no Brasil, bem como destacar aspectos importantes para contextualizá-la dentro de processos históricos, políticos, científicos e culturais brasileiros. Estes objetivos são relevantes para que amplo público possa entrar em contato com estas referências, bem como atentar para o fato de que foram produzidas

em outra língua e contextos, logo temos que nos apropriar delas de maneira crítica.

O público-alvo desta Formação são estudantes e profissionais da Psicologia que se autodeclaram negros (pretos e pardos do IBGE). No entanto, por se tratar de uma formação introdutória, ela também é aberta a amplo público de interessados. Nossas pesquisas mostram que profissionais de outras áreas das Humanidades e Saúde, bem como detentores de saber tradicional tem interesse nessa formação.

A ementa da Formação Terapêutica Introdução à Psicologia Afrocentrada no Brasil aponta que esta representa um convite e um desafio à Psicologia brasileira para atender às demandas próprias da população afrodescendente, bem como produzir conhecimentos mais coerentes e consistentes com as maneiras afro-brasileiras de lidar com os problemas da vida cotidiana. Por vezes poderá ser um conhecimento muito mais frutífero do que os que as perspectivas euro-americanas têm nos oferecido. Esta formação visa fomentar abertura num sentido mais plural, inclusivo e dialógico dentro da psicologia social brasileira para produção de ciências psicológicas culturalmente consistentes com povos africanos e ameríndios. Este curso foi estruturado a partir do livro “Libertação, Descolonização e Africanização da Psicologia: breve introdução à Psicologia Africana” (2019) de autoria da Dra. Simone Gibran Nogueira, docente do curso.

Outra Formação Terapêutica dentro desta linha de atuação da P&A é o Grupo de Estudos em Psicologia Afrocentrada na Lusofonia - GEPAL. O GEPAL é uma formação de 80 horas, com encontros mensais durante 12 meses. Ele está iniciando o seu segundo ciclo anual de setembro de 2021 a agosto de 2022. O GEPAL é uma formação voltada exclusivamente

para profissionais graduados e pós-graduados que desejam desenvolver pesquisas e práticas afrocentradas.

Os objetivos do GEPAL para este segundo ciclo são: estudos de ontologias raiz africanas, experiência comunitária de afrocentramento e produção de conhecimento a partir de orientação glocal. Esta formação visa o estudo aprofundado de referências teóricas importantes para o desenvolvimento da Psicologia afrocentrada em língua portuguesa. Mais ainda, visa também facilitar uma experiência de afrocentramento dos participantes a partir de uma metodologia apropriada para este fim (Carvalho et al., 2019). Neste segundo ciclo, parte desta experiência será junto a lideranças de comunidades tradicionais afro-brasileiras. O que pode favorecer a produção de conhecimentos glociais, ou seja, a utilização de tecnologias sociais antigas locais para resolver problemas globais como o racismo (Castiano, 2010). Como resultado desse processo, os participantes são estimulados a produzir um manuscrito .

Em julho/agosto inauguramos a Linha Psicologia Afrocentrada com a realização da I Semana de Psicologia Afrocentrada da P&A que ocorreu de 03 a 06 de agosto. Um evento totalmente gratuito e online com mais de 500 inscritos. Realizamos a Live: Mestre Pastinha e Psicologia Afrocentrada: uma diálogo potente com a Mestra Dede (Andressa Siqueira) e Profa. Simone Nogueira, ambas aprendizes do grupo de capoeira angola Academia João Pequeno de Pastinha sob a coordenação de Mestre Pé de Chumbo; compartilhamos o acesso ao registro históricos da primeira mesa sobre Psicologia Africana realizada em 2008 no Congresso Brasileiro de Pesquisadoras/es Negras/os - COPENE - em Goiânia; apresentamos a fundamentação da Linha

Psicologia Afrocentrada e os resultados do Projeto Piloto do GEPAL realizado entre julho de 2020 e agosto 2021.

À Guisa de conclusão

Estamos dando sequência, ampliando e qualificando os serviços das Psicologia & Africanidades com vistas a colaborar com a educação das relações étnico-raciais e a consequente implementação de todas as políticas de ações afirmativas no país. Que nesse momento pandêmico estão sofrendo ataques severos no sentido de manter as colonialidades. Entendemos que na busca por superar as colonialidades em nossa vida cotidiana precisamos abordar criticamente a branquitude. Esta abordagem é feita por meio de uma perspectiva psico-emocional-intelectual afrocentrada. Mais ainda, visamos o desenvolvimento de um diálogo transdisciplinar entre saberes originários e saberes acadêmicos com perspectivas negras, africanas e ameríndias, suleadoras e críticas. Estas são características do giro epistemológico que a Psicologia & Africanidades quer performar. Estão todas e todos convidadas/os a jogar nesta roda conosco.

Referências

- Bento, M. A., & Carone, I. (2002). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2a ed.). Vozes.
- Bento, M. A., Silveira, M. J., & Nogueira, S. G. (2014). *Identidade, Branquitude e Negritude: contribuições para a Psicologia Social no Brasil, novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*. Casa do Psicólogo/CEERT.

- Castiano, J. (2010). *Referenciais da Filosofia Africana: Em busca da intersubjectivação*. UDEBA.
- Carvalho, H., Galindo, D., Lopes, M., Fernandes, S., & Parra-Valencia, L. (2019). Pomba-giras: contribuições para afrocentrar a Psicologia. *Quaderns de Psicologia*, 21(2).
- Cunha Junior, H. (2013). Africanidades e Afrodescendência na Educação Brasileira. In N. C. do P. Luz (org.), *Descolonização e educação: diálogos e proposições metodológicas* (pp. 45-68). CRV.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17a ed.). Paz e Terra.
- King, J. E. (2005). *Black education: a transformative research and action agenda for new century*. American Educational Research Association (AERA)
- Munanga, K. (2005). Apresentação. In K. Munanga (org.), *Superando o racismo na escola* (pp. 15-20, 2a ed.). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade.
- Munanga, K. (2006). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica.
- Nobles, W. (2015). From Black Psychology to Sakhu Djaer: implications for the further development of an Pan African Black Psychology. *Journal of Black Psychology*, 4(5), 399-414.

Nogueira, S. G., & Guzzo, R. S. L. (2016). Psicologia Africana: diálogos com o sul global. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(2), 197-218.

Nogueira, S. G. (2019). *Libertação, Descolonização e Africanização da Psicologia: breve introdução à psicologia africana*. EDUFSCar / FAPESP.

Silva, L. A., & Silva, P. B. (2006). *O jogo das diferenças - multiculturalismo e seus sentidos*. Autêntica.

AS 500 MIL MORTES PELA COVID-19 EM DOIS TELEJORNAIS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DRAMATURGIA DO TELEJORNALISMO NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL

*José Tarcísio da S. Oliveira Filho¹
Simone Teixeira Martins²
Gustavo Teixeira Pereira³*

Em 19 de junho de 2021, um sábado, o *Jornal Nacional*, telejornal produzido pela TV Globo, recorreu a um editorial para tornar pública sua opinião a respeito da gestão da pandemia da Covid-19 no Brasil.

-
1. Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima.
jtarcisiofilho@gmail.com
 2. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.
sitema@gmail.com
 3. Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.
gustavo_tfp@yahoo.com.br

O uso do formato, pouco recorrente pelo programa, teve uma justificativa: o registro de meio milhão de mortos pela doença no país. Situação distinta foi identificada na TV Brasil, emissora considerada pública pela Empresa Brasil de Comunicação. Sem edição no sábado, na segunda-feira, dia 21, abriu o *Repórter Brasil* com uma longa entrevista com o então Ministro da Saúde, sem sequer mencionar as 500 mil mortes.

A presente pesquisa realiza uma análise comparativa envolvendo os dois telejornais com o intuito de identificar as diferenças de abordagem na cobertura sobre o acontecimento das 500 mil mortes pela Covid-19. Para isso aciona-se duas discussões teóricas: o conceito de dramaturgia do telejornalismo de Coutinho (2006) e estudos sobre a economia política da comunicação (Jambeiro, 2008; Otondo, 2002). A perspectiva da dramaturgia do telejornalismo considera que um dos principais atributos que permite a conversão de um acontecimento social em uma narrativa jornalística é a existência de um conflito com a eventual identificação de seus personagens (Coutinho, 2006, p. 107). Nesse sentido, a observação da figuração dos personagens (as vítimas, os políticos, os gestores, os médicos) e a própria temática (a pandemia), pode-se dar por meio da identificação do conflito social narrativo na notícia, que se caracteriza pela complexidade, intensidade e resolutividade (Coutinho, 2006, p. 112).

Já os estudos sobre a economia política da comunicação fornecem elementos que permitem refletir sobre fatores estruturais que perpassam pelas emissoras que produzem os telejornais. Conforme Jambeiro (2008), existem três modelos de emissoras de radiodifusão no Brasil: a comercial, a estatal e a pública. A primeira consiste em estações cuja propriedade é de grupos empresariais e/ou pessoas físicas, como é o

caso da TV Globo. Já o modelo público pode possuir financiamento governamental, mas deve ter independência editorial – a TV Brasil foi criada com essa proposta em 2007, apesar de constantes violações ao longo dos últimos anos ao seu caráter público. “A televisão pública é diferente, porque identifica carências, setores, necessidades, particularidades, e procura satisfazê-los [...] procura satisfazer segmentos de público, e não o mercado ” (Otondo, 2002, p. 285).

Em termos metodológicos, a pesquisa realiza uma adaptação das matrizes de análise da qualidade de Oliveira Filho & Coutinho (2017), permitindo analisar se as narrativas informativas audiovisuais cumprem requisitos qualitativos e éticos, conforme as próprias normas editoriais das emissoras. Entre as categorias analisadas estão: 1) veracidade da informação/apuração; 2) contextualização da informação; 3) pluralidade, diversidade e regionalismo; e 4) educação, serviço e autonomia. Ainda reflete-se sobre os conflitos narrativos que perpassam pela notícia, com base no conceito da dramaturgia do telejornalismo.

Modelos de Radiodifusão no Brasil: a economia política da Comunicação

Como relatado anteriormente, neste artigo, toma-se como objeto de estudo as narrativas jornalísticas de dois telejornais que possuem modelos distintos de financiamento: o Jornal Nacional, da TV Globo, e o Repórter Brasil Segunda Edição, da TV Brasil. O primeiro faz parte de uma emissora comercial, cuja propriedade é vinculada ao Grupo Globo, da família Marinho. Já a TV Brasil nasceu como um projeto que deveria fortalecer a comunicação pública no país, o que atualmente tem sido contestado, principalmente após sua fusão com a emissora estatal NBR

(TV Nacional do Brasil) em 2019. Para compreender a configuração do cenário midiático brasileiro, recorre-se aos estudos da economia política da Comunicação por meio de uma abordagem histórica que envolve a legislação que rege o sistema de comunicação no país.

Além da Constituição Federal, no Brasil a imprensa tem como principal referência a Lei de número 4.117, publicada em 1962, pelo então presidente João Goulart. Também conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), ela surgiu num momento em que a televisão começava a se popularizar, principalmente nas mãos de Assis Chateaubriand, proprietário da TV Tupi⁴ – primeira emissora brasileira. É importante notar que naquela época não havia emissoras educativas e públicas. Essas somente seriam implantadas em 1968, através da TV Universitária de Pernambuco e, posteriormente, pela TV Cultura de São Paulo.

Por ter mais de meio século de vigência, a lei passou por várias alterações ao longo dos anos, sendo modificada por meio de decretos presidenciais. Apesar da clara necessidade de reformulação, por causa do tempo de vigência e questões relacionadas à democratização da comunicação e regulação da mídia, diversas partes dos textos originais ainda vigoram na radiodifusão brasileira. Para esta análise, utilizamos a versão consolidada do CBT, que exclui os artigos e parágrafos revogados, e serão consideradas as partes que possam fornecer indicadores qualitativos para emissoras abertas.

4. A TV Tupi de São Paulo foi fundada pelo empresário Assis Chateaubriand em 1950. Além de ter sido a primeira emissora do Brasil, também demonstra a origem da atual configuração brasileira dos meios televisivos, dominada pelo modelo comercial de financiamento.

No artigo 34 do capítulo 5 (Brasil, 1962), que trata sobre os serviços de telecomunicações, são enumerados alguns dos critérios adotados para a concessão dos serviços de radiodifusão. Entre as exigências para se obter uma emissora, por exemplo, estão a prova de idoneidade moral, demonstração dos recursos técnicos e financeiros que o solicitante dispõe para o empreendimento, indicação dos responsáveis pela orientação intelectual e administrativa da entidade e a preferência para a concessão às pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades.

Essas regras demonstram a preocupação pela questão ética na condução dos veículos de informação, justificada pela idoneidade moral daquele que estará à frente do negócio. Apesar de incluir as universidades como candidatas preferenciais às concessões – o que pode se relacionar com a preocupação pelo conteúdo educativo – percebe-se também como a questão financeira contribuirá para a configuração do oligopólio midiático nacional ao longo das décadas. Somente aqueles que detêm recursos técnicos e financeiros poderiam (podem) obter uma concessão. Esse tópico do 34º artigo pode ser considerado a origem da visão de empresas de comunicação como uma indústria de produtos midiáticos – voltadas para o lucro. Deduz-se que, diante do investimento, também é de se esperar o retorno financeiro. A preocupação em relação à qualidade é a de que esse objetivo se sobreponha ao interesse público, desencadeando o vale tudo pela audiência – e publicidade.

Segundo Bolaño (2003), esse método de outorga de canais contribuiu

para a consolidação, no país, diferentemente do que ocorrera em larga escala na Europa, por exemplo, de um sistema comercial privado de rádio e televisão, com base num modelo de concessões públicas – para 10 e 15 anos respectivamente, renováveis por períodos idênticos e sucessivos -, ainda que preservando o direito da

União de executar serviço idêntico, dando preferência, no processo de outorgas, às pessoas jurídicas de direito público, inclusive Universidades. (Bolaño, 2003, p. 33)

Outro aspecto que consta na Lei 4.117/1962 é o que tem relação com a independência política dos meios de comunicação vinculados a órgãos públicos. O artigo 47 descreve que nenhuma estação de radiodifusão de propriedade da União, Estados e Municípios poderá ser utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político. Nota-se, assim, um estreito relacionamento do conteúdo deste trecho com as atividades das emissoras públicas, educativas e universitárias.

Devido ao contexto histórico em que foram elaborados, tanto o Código Brasileiro de Telecomunicações como a Constituição Federal de 1988 não realizam distinção entre emissoras públicas e comerciais⁵. Um dos marcos para o preenchimento desta lacuna foi a criação da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, em dezembro de 2007 (que entre os veículos de comunicação vinculados, está a TV Brasil). Em 7 de abril de 2008 foi publicada a Lei de número 11.652/2008 que instituiu os objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo e seus outorgados. O segundo artigo da lei detalha, de forma clara, o que deve reger os veículos que fazem parte da EBC.

I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de

5. Utilizamos como referência de emissora pública a definição que considera seu custeio ou financiamento pela união, oriundo dos impostos pagos pelos cidadãos. Assim, estes seriam os responsáveis pela sua manutenção e, dessa maneira, deveria prevalecer o interesse público na programação. Emissoras comerciais/privadas são as custeadas pelas verbas publicitárias.

fontes de produção e distribuição do conteúdo; III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família; VI - não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão; VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. (Lei 11.652 , 2008, art. 2)

A complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal se refere à produção de conteúdo que não é veiculado em emissoras comerciais, através de novas angulações, sentidos e técnicas. Percebe-se também a presença de alguns pontos que não constam no Código Brasileiro de Telecomunicações, como a não discriminação filosófica de gênero ou opção sexual. Entre as aproximações, está a ênfase na programação informativa e educativa, além da ética.

O terceiro artigo, que se refere aos objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo poder Executivo, traz nove tópicos que também podem ser entendidos como aspectos qualitativos da legislação federal. O debate público torna-se uma meta em temas de relevância nacional e internacional. Ele determina ainda que programação deve desenvolver a consciência crítica do cidadão, através de programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania. Outros objetivos são:

III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à

livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão; V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes; VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos; VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores; VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos. (Lei 11.652, 2008, art. 3)

A Lei 11.652/2008 também proíbe qualquer forma de proselitismo⁶ na programação. Há um destaque para o conteúdo regional, que deve compor no mínimo 10% da programação, já a produção independente deve representar 5% da grade. O regionalismo acompanha o que muitos autores já determinam como sendo aspectos de qualidade para emissoras públicas. A própria constituição (Art. 221), como destaca Aguiar (2012), faz defesa à diversidade cultural e social do país, tendo como um dos objetivos das emissoras de rádio e televisão a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais definidos por lei.

6. Proselitismo refere-se à tentativa de usar técnicas de persuasão antiéticas, um conceito contrário à isenção.

Vale ainda destacar, no que se refere ao marco legal da EBC, a implementação de um Conselho Curador⁷ para fiscalizar a programação e auxiliar na condução de temas e propostas que possam melhorar a qualidade dos veículos da empresa. O Conselho, que tinha natureza consultiva e deliberativa, chegou a ser integrado por 22 membros, todos brasileiros, sendo 4 ministros de Estado, 1 representante do Senado e outro da Câmara dos Deputados, 1 representante dos funcionários da EBC e 15 da sociedade civil. No entanto, o órgão foi extinto em 2016 por medida provisória do então presidente Michel Temer. Assim, a EBC perdeu um mecanismo que pudesse acompanhar as atividades desenvolvidas por seus veículos e também o próprio caráter público da comunicação.

Diante da fragilização da proposta inicial da EBC em fortalecer a comunicação pública no país, é preciso se debruçar sobre as narrativas jornalísticas produzidas pelos seus telejornais no intuito de verificar se a emissora ainda consegue cumprir sua função institucional de se posicionar enquanto um complemento em relação ao conteúdo divulgado pelas emissoras privadas.

A Dramaturgia do Telejornalismo

Esta seção recorre aos estudos sobre telejornalismo para refletir sobre as dinâmicas que perpassam pelas narrativas audiovisuais informativas. São abordados os conceitos de audiência presumida (Vizeu, 2006),

7. O Conselho Curador da EBC tinha o objetivo de acompanhar as atividades da EBC e servir como ponte entre a sociedade e os veículos do órgão. Entre os trabalhos desenvolvidos estão as audiências públicas e a Revista do Conselho Curador, que traz críticas, reflexões e sugestões acerca da programação desenvolvida nos canais de comunicação da EBC.

dramaturgia do telejornalismo (Coutinho, 2006) e qualidade no telejornalismo (Oliveira Filho & Coutinho, 2017) para que se proponha abordagens inclusivas nas narrativas audiovisuais.

O conceito de audiência presumida de Alfredo Vizeu (2006) chama a atenção para a compreensão da influência das rotinas produtivas na definição do que é, ou não é, notícia num telejornal. O estudo foi realizado através do acompanhamento de 15 dias de um telejornal local da TV Globo, o então RJTV Primeira Edição. Alguns apontamentos encontrados por Vizeu (2006) podem atuar como pontos de reflexões para o telejornalismo de emissoras públicas e privadas. O primeiro é que é preciso considerar as rotinas produtivas do telejornal para se pensar a audiência e a própria estrutura das notícias.

A escassez de tempo é um dos fatores que interferem na seleção e composição das notícias, sendo que o valor jornalístico da objetividade é frequentemente utilizado para camuflar e justificar a pressa em “fechar” uma matéria diante do *deadline* do telejornal (Vizeu, 2006, p. 23). O que o autor chama de “ditadura do tempo” acaba por sufocar a possibilidade de um aprofundamento na notícia, principalmente em temas deliciados que poderiam ser melhor explorados por emissoras de caráter público. Essa situação torna-se mais problemática quando associa-se a uma certa presunção da audiência pelos jornalistas, que reflete-se nos roteiros do telejornal. Na época, Vizeu (2006, p. 27) identificou que “os jornalistas nas suas práticas diárias, de um modo geral, antecipam a audiência nos seus textos. Isso levou-nos a uma investigação mais recente que teve como preocupação estudar como o público está presentificado nos discursos jornalísticos”. Todavia, essa presunção da audiência não acontecia por pesquisas de recepção ou

de opinião, mas pela intuição jornalística – ou pelo que o autor bem destaca, o dito “faro jornalístico”.

Conforme Vizeu (2006), a audiência presumida pode ser elaborada de maneira preconceituosa por excluir determinados públicos e estereotipar outros – apagando as potencialidades narrativas. Esse reconhecimento da diversidade sociocultural das audiências, reflete-se nas estruturas narrativas. Numa referência à dramaturgia do telejornalismo de Iluska Coutinho, é possível identificar qual a posição dos sujeitos no drama cotidiano estruturado pelo noticiário televisivo, em que envolvem “problemas, ações e disputas” (Coutinho, 2006, p. 99). A pesquisadora busca a etimologia da palavra drama nos clássicos da filosofia grega, sendo que “os valores e critérios de escolha usados no processo e nas rotinas de produção de notícias em nossos telejornais também guardariam semelhanças com a dramaturgia, ou com a narratividade” (Coutinho, 2006, p. 107). Um dos principais atributos que permite a conversão de um acontecimento social em uma narrativa jornalística é a “existência de um conflito com a eventual identificação de seus personagens” (Coutinho, 2006, p. 107). Coutinho (2006) afirma que nos telejornais é comum o privilégio de assuntos e a construção de narrativas em que são abordadas crises instaladas e a busca por soluções. A reincidência da estrutura dramática, fez com que a autora, inclusive, criasse uma categoria analítica para esse tipo de reportagem numa análise envolvendo dois noticiários (Jornal da Cultura e Jornal Nacional).

Nesse sentido, a forma de se observar a figuração dos personagens e a própria temática, pode-se dar de distintas maneiras. Uma delas é por meio da identificação do conflito social narrativo na reportagem, que se caracteriza pela complexidade, intensidade e resolutividade (Coutinho,

2006, p. 112). Sua existência permite duas proposições cautelares: a primeira é que quando se fala em conflitos, não necessariamente seus agentes e personagens precisam ser abordados de forma negativa. Coutinho (2006, p. 115) relata os casos das estruturas narrativas que lidam com *pseudoconflitos* em sua composição dramática. Isto é, das reportagens podem-se deduzir conflitos de pano de fundo, mas em suas estruturas narrativas são privilegiadas ações positivas. Logo, mesmo que o conflito seja o “gancho” da reportagem, é necessário que se verifique como os personagens são inseridos na organização verbo-visual e sonora da reportagem.

Um segundo cuidado é que ao pressupor que as notícias são compostas por ações e reações a determinado conflito, há também um jogo hierárquico entre os personagens, evidenciando poderes que envolvem aspectos políticos, sociais e, sobretudo, de fala. “Assim é comum que os personagens sejam, ainda que de forma indireta, apresentados como concorrentes, e que assumam ora o papel de vencedores e ora o de vencidos” (Coutinho, 2006, p. 120). Esta posição de concorrência entre os sujeitos da notícia, pode consolidar os imaginários coletivos que figuram determinadas populações enquanto o “outro”, o “diferente” (Fernández, 2020).

A notoriedade da dramaturgia aplicada às práticas jornalísticas é a de reconhecer as dinâmicas e os sentidos culturais que perpassam pelas narrativas e de buscar alternativas que possam desconstruir (e reconstruir de maneira inclusiva) os imaginários coletivos que frequentemente são atribuídos às temáticas cotidianas e minorias sociais.

Metodologia e Análise

A análise da materialidade audiovisual de Coutinho (2018), enquanto método possível de análise do telejornalismo, chama a atenção para o contato com o audiovisual em sua unidade pluritextual, englobando textos verbais (sujeitos de fala), sonoras (trilhas/sobe som/BGs) e visuais (fotos, vinhetas, imagens em movimento, logos, performances, etc.), perpassando, inclusive, pelas dimensões temporais e de edição. Assim, a autora assume o desafio de analisar produtos audiovisuais “sem decomposições que descaracterizem a experiência do consumo e o dar o conhecer dos telejornais” (Coutinho, 2018, p. 175). O telejornalismo é tomado enquanto forma cultural, conforme a perspectiva de mediações de Martín-Barbero (1997), atentando-se às transformações do jornalismo audiovisual diante das pressões socioculturais num determinado tempo-espaco. Há ainda o aspecto para-textual, quando considera-se os elementos *externos* ao audiovisual que de certa forma se articulam ao objeto de análise – como a inserção/repercussão do telejornal nas plataformas de redes sociais (e vice e versa). A escolha pelo método, portanto, se justifica pela abordagem que, ao mesmo tempo em que posiciona o audiovisual enquanto centro de análise, não adota uma visada imanentista.

Tais fundamentações servem de base para a elaboração de três eixos de análise, voltados à avaliação e à reflexão da materialidade audiovisual. É considerado ainda o aporte teórico sobre telejornalismo público e comercial e o conceito de dramaturgia no telejornalismo, com o intuito de verificar quais os aspectos narrativos foram privilegiados nas edições

do Repórter Brasil e do Jornal Nacional que noticiaram as 500 mil mortes por Covid-19 no Brasil. Os eixos adotados foram os seguintes:

- a) *Caráter público x caráter comercial*: voltado para identificação de como as premissas da radiodifusão pública são contempladas nas narrativas dos telejornais na edição selecionada. Busca-se verificar se o papel da complementariedade entre os sistemas de radiodifusão televisiva é de fato concretizado, num esforço comparativo (Brasil, 2008). Há ainda uma tentativa de observar se os princípios da TV Pública são de fato contemplados nas narrativas jornalísticas audiovisuais.
- b) *Figuração dos personagens da narrativa dramática*: num gesto interpretativo, busca-se verificar como os personagens da narrativa são representados pelos telejornais, considerando as premissas conceituais da dramaturgia no telejornalismo de Coutinho (2006). Também busca-se identificar qual o conflito narrativo da notícia.
- c) *Pandemia e posição editorial*: o eixo visa refletir sobre o enquadramento concedido pelo noticiário sobre o acontecimento social da pandemia. É uma forma descrever o tom adotado pelos telejornais e também de verificar como dimensões ligadas às crises, medo e cuidados que perpassam pelas narrativas jornalísticas.

Os três eixos elaborados atuam numa na lógica quali-quantitativa, pois além de possuírem vieses reflexivos/críticos, também se articulam com dados relativos a quantidade de inserções de agentes políticos, de especialistas e de personagens, além de permitirem inferências reflexivas interligadas às discussões teóricas acionadas no trabalho. O processo de coleta de dados envolveu duas edições: a de 19 de junho de 2021, um sábado, referente ao *Jornal Nacional*, telejornal produzido pela TV Globo; a de 21 de junho de 2021, uma segunda-feira, do *Repórter*

Brasil, da TV Brasil. A diferença de datas justifica-se pelo fato de quando o país registrou 500 mil mortes, era um sábado, 19 de junho – dia da semana em que o Repórter Brasil não é veiculado.

As coletas foram realizadas por meio dos sites das emissoras. Optou-se pela visualização dos noticiários na íntegra e foram selecionadas todas as notícias que tinham relação com as 500 mil mortes pela Covid-19 no Brasil.

O Jornal Nacional abre a edição por meio da escala adotando um tom crítico sobre a pandemia. Os jornalistas William Bonner e Renata Vasconcelos, que geralmente nos sábados não apresentam o telejornal, fazem a ancoragem e anunciam logo na abertura:

Sábado, 19 de junho. A pandemia mata mais de meio milhão de brasileiros. Autoridades e políticos lamentam e criticam a demora do governo federal para comprar vacinas. A falta de coordenação nacional no plano de imunização. As apostas em remédios sem nenhuma eficácia em Covid. Os exemplos negativos do presidente da república no desprezo das medidas sanitárias. E o governo divulga uma lista de realizações em 900 dias de mandato. (JN, 2021, 00m02s)

Logo após o final da escala, inicia-se um vídeo com mostra a evolução dos números de mortos da Covid-19 no país, até chegar a expressão “500.000 ausências”. Posteriormente, Bonner cita quais serão as matérias sobre a pandemia que serão exibidas no telejornal, mas diz que será em outro bloco.

O segundo bloco inicia com uma nota-coberta de 5m21s mostrando os protestos que aconteceram em várias cidades do Brasil, reivindicando vacina para todos e o impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Não há sonoras, mas prevalece nas imagens e na narrativa posições contrárias

ao governo. Apesar da inclusão de pessoas vinculadas à partidos políticos, ocorre uma ênfase no cidadão comum que resolveu ir às ruas se manifestar contra às ineficientes políticas adotadas por autoridades contra a Covid-19.

No terceiro bloco, Renata Vasconcelos chama o jornalista Fábio Turci, que dentro de outro estúdio e com um telão ao fundo, mostra a evolução da Covid-19 desde março de 2020. É apresentado que o Brasil é o segundo país com maior número de mortes, além da média de mortes que registrava o terceiro dia seguido de alta, com 2073 mortes por dia. A duração deste quadro é de 4m31s. Logo após, os apresentadores leem notas de políticos e órgãos que se manifestaram em solidariedade às pessoas que morreram na pandemia. Ao final, Vasconcellos diz que “O presidente Jair Bolsonaro não se manifestou sobre a tragédia das 500 mil mortes” (JN, 2021, 27m35s).

Uma posição mais alinhada ao governo foi vista apenas em uma matéria que noticia que a Casa Civil divulgou uma nota fazendo um balanço sobre os 900 dias de governo. Nela, são detalhadas as ações que o governo diz ter tomado no combate à Covid-19 e em outras áreas estratégicas. Na passagem, o repórter mostra algumas lacunas do documento, como a não menção ao atraso na entrega das vacinas. O Jornal Nacional ainda mostra em uma reportagem, o trabalho dos profissionais de saúde, que numa relação com a dramaturgia do jornalismo de Coutinho (2006), são relacionados à figura de heróis - principalmente aqueles profissionais que aplicam as vacinas na população. O repórter diz em off: “meio ml, num frasco tão pequeno, cabe uma vida” (JN, 2021, 40m04s). O tom da notícia, demonstra também a posição do telejornal diante da pandemia, conforme propõe a reflexão do eixo 3. O Jornal Nacional

alia-se à defesa da ciência como forma de contornar os prejuízos e as perdas da pandemia, numa clara oposição à posição do governo federal, que frequentemente foi apontado na edição enquanto responsável pelo alto número de mortes pela Covid-19 no Brasil.

O que mais chamou a atenção na edição analisada foi no final do telejornal, quando William Bonner e Renata Vasconcelos leram um editorial – um formato jornalístico utilizado com pouca frequência e apenas em momentos excepcionais. Nele, foi adotada uma narrativa crítica, principalmente às autoridades que adotaram discursos negacionistas, recomendaram remédios sem eficácia comprovada e atrasaram a compra de vacinas. O noticiário demonstrou perplexidade diante da marca atingida:

Em agosto do ano passado, quando o Brasil ultrapassou o registro escandaloso de 100 mil mortes pela Covid, o Jornal Nacional se manifestou sobre essa tragédia em um editorial. Parecia que o país tinha superado um limite inalcançável, 100 mil mortos. Hoje são 500 mil, meio milhão de vidas brasileiras perdidas. O sentimento é de horror, e de uma solidariedade incondicional às famílias dessas vítimas. São milhões de cidadãos enlutados. (JN, 2021, 45m31s)

O editorial teve 3m12s de duração e demonstra como o Jornal Nacional flexibiliza um dos princípios descritos nas Políticas Editoriais do Grupo Globo, o relativo à isenção, para mostrar que o jornalismo diante de determinadas temáticas precisa se posicionar.

Porque tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos para discussão, mas há exceções, quando estão em perigo coisas tão importantes como a saúde, por exemplo, ou o direito de viver em uma democracia: em casos assim, não há dois lados, e esse é o norte que o jornalismo da Globo continuará a seguir. (JN, 2021, 47m52s)

Calcula-se que mais de 70% da duração da edição analisada do *Jornal Nacional* foi dedicada ao tema da Covid-19, algo diferente do registrado no *Repórter Brasil*. O jornal abre mostrando uma entrevista ao vivo do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, ao programa radiofônico *A Voz do Brasil*. Desde a cabeça do apresentador é enfatizada as ações do governo federal para a compra de vacinas. Depois, ao longo de 15m13s o ministro fala sobre a operação de distribuição de vacinas, faz um balanço do aumento da imunização no Brasil e revela as aquisições mais recentes oriundas de laboratórios estrangeiros. Em nenhum momento há questionamentos acerca das 500 mil mortes ou em relação à própria fala do ministro.

Apesar da entrevista adotar um tom excessivamente governista, em outros momentos o *Repórter Brasil* chega a divulgar números negativos sobre a pandemia. Ao vivo de São Paulo, o jornalista Pablo Mundim falou sobre a falta vacina na capital paulista para a Covid-19 e a taxa de ocupação dos hospitais que já chegava a superar 80%. A menção a mais de 500 mil mortes é feita no telão que diariamente contabiliza a quantidade de mortos, infectados e recuperados pela Covid-19, além do número de vacinas aplicadas.

Considerações Finais

Entre os resultados, observa-se a disparidade no tratamento da temática. Enquanto o *Jornal Nacional* posiciona os políticos gestores como vilões, o *Repórter Brasil* permite uma interpretação enquanto heróis: aqueles que tentam solucionar a crise oriunda da pandemia, principalmente devido à entrevista com o Ministro da Saúde. Assim, o conflito social narrativo também é distinto entre os telejornais, visto

que o *Jornal Nacional* traz para o centro do conflito a má condução do governo federal na pandemia. Já o *Repórter Brasil*, tenta mostrar o lado positivo do momento, criticando a abordagem “pessimista” da imprensa e os grupos opositores, mesmo que por vezes, também coloque no ar informações negativas sobre a pandemia. A distinta conduta possibilita reflexões sobre o caráter público da TV Brasil.

Se a TV Pública, em sua premissa legislativa, nasce com o intuito de oferecer uma programação baseada no interesse público e deve ter independência do governo, verifica-se que isso não ocorre no caso da TV Brasil. A entrevista com mais de 15 minutos com um membro do governo e sem questionamentos por parte dos jornalistas sobre assuntos ligados às 500 mil mortes é um exemplo de um jornalismo parcial e pouco comprometido com a função pública da emissora.

Referências

Aguiar, I. (2012). *TV Brasil: algo novo no ar*. Ed. Tribo da Ilha.

Bolaño, C. (2003). *Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil: convergência, regionalização e reforma*. Ed. UFS.

Coutinho, I. (2006). Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. Em A. Vizeu, C. Mota, & F. Porcello (orgs), *Telejornalismo: a nova praça pública* (pp. 99-124). Ed. Insular.

Coutinho, I. (2018). Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual
- Da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade.

Em C. Emerim, I. Coutinho, & C. Finger (orgs.), *Epistemologias do Telejornalismo Brasileiro* (pp. 175-194). Ed. Insular.

Fernández, A. (2020). Interculturalidade, Mídia E Migração Na América Latina. Em M. Oliveira & M. Dias(orgs.), *Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica* (pp. 17-30). Editora da UFRR.

Jambeiro, O. (2008). A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos? *Estudos de Sociologia*, 13(24), 85-104.

Jornal Nacional. Recuperado em 11 de novembro de 2021, de <https://globoplay.globo.com/v/9619931/programa/?s=02m38s>

Lei 4.117, de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm

Lei 11.652, de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm

Oliveira Filho, J. T., & Coutinho, I. M. (2017) Qualidade no Telejornalismo Público: Uma Proposta de Método de Avaliação para Jornalistas e Cidadãos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 14(1), 63-75.

Otondo, T. M. (2002). TV Cultura: a diferença que importa. In O. Ricón (org.), *Televisão pública: do consumidor ao cidadão* (pp. 267-202). ILDEs/FES.

Repórter Brasil. Recuperado de <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>

Vizeu, A. (2006). Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida. En A. Vizeu, C. Mota, & F. Porcello (org.), *Telejornalismo: a nova praça pública* (pp. 19-40). Ed. Insular.

NOMEAÇÕES DE CANDIDATURAS COMO ESTRATÉGIA MIDIÁTICA ELEITORAL: UMA LEITURA FOLKCOMUNICACIONAL DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS AO LEGISLATIVO DE PONTA GROSSA (PR) EM 2020

Sérgio Luiz Gadini¹

Na tradição da ciência política brasileira e também dos estudos em comunicação política, bem como na vida de quem acompanha ou se envolve em alguma disputa, a eleição mais difícil de todas é a de vereador/a, pois geralmente, e independente do tamanho do município, o eleitor tem mais de um amigo, familiar, vizinho, colega de trabalho ou escola que participa do pleito. A disputa que envolve milhões de pessoas de forma direta, contudo, é por uma vaga no legislativo local, como ocorre em praticamente todos municípios do País, a cada quatro

1. Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), jornalista, Doutor em Comunicação e pesquisador da *Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação*. slgadini@uepg.br

anos. Obviamente, como a disputa não é isolada, a eleição ao executivo movimenta mais recursos e é, sem dúvida, a que ganha visibilidade midiática (Gadini, 2004), deixando a composição do legislativo a uma questionável situação de segundo plano.

Os dados confirmam o cenário da complexa e imprevisível disputa! Conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com cerca de 148 milhões de eleitores aptos a votar, a eleição de 2020 registrou 58.208 vagas para vereadores em disputa nos 5.567 municípios de todo o País. No total, apenas ao legislativo, concorreram 518.330 candidatos e candidatas. Ao executivo (prefeituras locais) foram registradas 19.347 candidaturas em todos municípios do País (5.567).

O uso de apelido, apropriação de termos populares, codinome de figura artística ou midiática, marca de atividade profissional, para além de nomes familiares que buscam se manter nos espaços políticos são práticas correntes em disputas municipais, há várias décadas, nas mais diversas regiões e municípios do Brasil. O sistema eleitoral, que elege a pessoa e pouco se sustenta na representação partidária, como é o caso brasileiro, abre espaço para que candidatos e candidatas, das mais diversas legendas, apostem algumas fichas (tempo e recursos financeiros) no uso de nomes que poderiam se destacar na expressiva quantidade de participantes da disputa.

O presente estudo toma por base a disputa eleitoral de 2020 no município de Ponta Grossa, Paraná, ao poder legislativo, identificando nomeações, apelidos e outras marcas identitárias utilizadas na campanha local, a partir de uma leitura da Folkcomunicação (Beltrão, 2001), que compreende situações cotidianas em que o uso de expressões da cultura popular opera como estratégia de comunicação.

A análise da investigação constata que a ampla pluralidade de nomeações, ao menos na disputa de 2020 em Ponta Grossa/PR, não registra o esperado êxito no resultado eleitoral da disputa. A conclusão, contudo, não parece preocupar as personagens inscritas no Tribunal Regional Eleitoral, tanto que a mesma prática é recorrente e não exclusiva da política regional. Trata-se, pois, de uma estratégia de ativismo midiático (Trigueiro, 2008) no cenário político do Brasil do século XXI.

Com cerca de 240 mil eleitores (239.611, de acordo com o TRE), Ponta Grossa é o quarto maior colégio eleitoral do Paraná. Atrás, em números, apenas dos municípios de Curitiba, Londrina e Maringá. Na eleição de 2020, participaram da disputa ao executivo municipal cinco chapas (PSD, PSC, SD, PT e PSOL).

A eleição municipal de 2020 em Ponta Grossa/PR contou com 456 candidatos e candidatas registradas junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná na disputa por 19 vagas no legislativo local, o que representa o equivalente a 24 candidatos por vaga. Embora, obviamente, pelas regras da legislação eleitoral, não se trata de um cálculo direto na relação total de inscritos por vagas em disputa. Apenas para comparar: na eleição anterior (em outubro de 2016), quando a Câmara elegeu 23 vereadores, Ponta Grossa registrou 521 candidaturas ao legislativo.

Para fechar a contextualização introdutória, é preciso lembrar que a eleição de 2020 foi a primeira em que os partidos não contaram com as tradicionais coligações na disputa ao legislativo local, reduzindo ao menos um pouquinho as negociações em que bastava ter uma votação mediana, sem importar com a votação da legenda partidária, para garantir eleição de determinada candidatura. As vagas foram, assim, ocupadas pela média de votação dos partidos, considerando votos válidos em

proporção ao número de vagas disponíveis na disputa (19 vereadores em PG) e, a partir daí, garantindo a escolha direta de candidatos com mais votos nominais. No registro junto ao TRE, cada partido poderia inscrever até 150% do número de vagas disponíveis (no caso de PG, apresentar 28 candidaturas), respeitando o mínimo de 30% com mulheres na chapa).

Variadas Nomeações em Busca de Visibilidade na Disputa Eleitoral

Não há estudos que confirmem a eficácia da estratégia da nomeação como prioridade na forma de apresentar uma candidatura, mas é fato que, em disputas marcadas por reconhecidas desigualdades de condições, principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros disponíveis e ao acesso do horário de propaganda, o apelo ao uso de referências que podem se diferenciar na escolha eleitoral leva, a cada nova disputa, candidatos e candidatas a lançar mão de variadas nomeações, termos ou expressões que remetem à cultura popular e mídia massiva. Em outras palavras, o estudo apresenta um levantamento de candidaturas à vereança identificadas por referências a personagens folclóricas (não apenas em nível local), atividade profissional, apelidos ou que remetem a eventuais similaridades com figuras da cultura midiática.

Nem toda eleição é previsível, apesar das regras que determinados grupos dominam e tentam reduzir o espaço de adversários. Total de votantes, valores e investimento (recursos humanos e financeiros), votos válidos, média de coeficiente partidário, estratégia de campanha, votos na legenda e votos obtidos por uma determinada candidatura todos indicadores contam ao final do cálculo para garantir a eleição de uma ou mais cadeiras na Câmara Municipal. É neste contexto que se pode

situar e compreender a escolha de nome de urna pelas candidaturas como mais um detalhe – não definidor, mas por certo com alguma margem de influência – que pode contribuir no sucesso de campanha.

Ao presente texto, foram destacados nomes que não se limitam ao uso do nome oficial do ou da candidata, mas acrescentam ou substituem por algum adjetivo, referência profissional de trabalho, ocupação, identificação religiosa, apelido, dentre outras variações. Oportuno situar que, dos 19 eleitos em 15/11/2020, 11 já estavam na Câmara no mandato anterior ou retornaram (depois de 4 anos fora), restando, pois, apenas 8 que foram eleitos a um primeiro mandato no legislativo municipal de Ponta Grossa.

Tabela 1

Vereadorxs eleit@s nas eleições municipais de 2020 em Ponta Grossa

Candidat@	Partido	Votação (E ou R)	% Votos válidos
Dr Zeca	PSL	4816 (R)	2,97%
Geraldo Stocco	PSB	4251 (R)	2,62%
Joce Canto	PSC	3394 (E)	2,09%
Soldado Pastor Ezequiel	Avante	3259 (R)	2,01%
Dr Erick	PSDB	2912 (E)	1,80%
Felipe Passos	PSDB	2546 (R)	1,57%
Paulo Balansin	PSD	2299 (R)	1,42%
Divo	PSD	2150 (R)	1,33%
Leandro	PRB	2115 (E)	1,30%
Daniel Milla	PSD	2087 (R)	1,29%
Júlio Kuller	MDB	1869 (R)	1,15%
Ede Pimentel	PSB	1862 (E)	1,15%
Izaías Salustiano	PSB	1745 (R)	1,08%
Léo Farmacêutico	PV	1533 (E)	0,95%

Felipe Chociai	PV	1533 (E)	0,95%
Jairton da Farmácia	DEM	1513 (R)	0,93%
Missionária Adriana Jamier	SDD	1476 (E)	0,91%
Josi Mais Coletivo	PSOL	1294 (E)	0,80%
Valtão	PRTB	1043 (R)	0,64%

Nota. (Dados TRE/PR). E = Eleito. R = Reeleito (Gadini, 2020).

Como se vê, eleitores e eleitoras de Ponta Grossa elegeram, em 2020, dois ‘doutores’ (médicos graduados), um ‘soldado pastor’, uma ‘missionária’, um ‘farmacêutico’ e um proprietário de ‘farmácia’. Os demais ficaram na referência nominal, em geral deixando a legenda partidária com pouco espaço de expressão nos materiais de divulgação. ‘Valtão’ marca, na apresentação da candidatura, um misto de nome e, em tese, sugere alguma proximidade aos ‘conhecidos’. Joce Canto carrega o sobrenome familiar de um ex-prefeito local e ex-deputado estadual (Jocelito Canto, entre 1997 e 2000). A candidata eleita pelo PSOL (professora Josiane Kieras) fez campanha por um mandato coletivo, formado por quatro integrantes: ‘Josi Mais Coletivo’.

Oportuno situar que, na eleição municipal de 2020 em Ponta Grossa/PR, entre os eleitores aptos a votar, foram às urnas 76,98% dos votantes (= 184.464) no primeiro turno (em 15/11/20), enquanto 23,02% (= 55.147) não compareceram. E, dos votantes, 6,75% (12.451) votaram em branco, 5,33% (9.834) anularam o voto, restando 87,92% (= 162.179) votos válidos para vereador. Para prefeito, foram 89,75% (165.556) votos válidos, 4,24% (7.830) brancos e 6,01% (11.078) nulos.

E qual o perfil dos candidatos e candidatas às eleições locais de 2020 em Ponta Grossa? Pelas informações disponíveis no TSE, o nível de

escolaridade de candidatos a vereança de PG em 2020 teve a seguinte composição: 2,1% de candidato/as não informam instrução escolar e apenas declaram ler/escrever, 5,5% tem ensino fundamental incompleto, 33,5% com ensino médio incompleto, 12,2% com ensino fundamental completo, 4,0% registram ensino médio incompleto, 34,2% com ensino médio completo, 8,5% candidaturas com ensino superior completo.

Na maioria dos casos, e diante de uma concorrência abertamente desigual – em que alguns candidatos partem de um mandato e apenas buscam reeleição, outros contam com aparato financeiro, empresarial e demais recursos importantes na disputa –, algumas candidaturas apostam na criatividade de nomeação para se diferenciar entre as centenas de concorrentes. Vale quase tudo escolha do nome de urna para se destacar entre as imagens e alguma identificação com o eleitor.

O apelido, que geralmente identifica mais facilmente uma pessoa antes e mais que o próprio nome e sobrenome – seja por alguma qualidade, perfil socialmente conhecido, marca popular ou mesmo característica depreciativa – também é usado por inúmeros candidatos em eleições no Brasil, seja em disputas locais (prefeito e vereador) ou nas gerais (governador, senado ou deputados estadual e federal).

A nomeação diferente pode funcionar, assim, a depender da circunstância e da visibilidade atingida no curto período eleitoral, como estratégia de projeção e campanha de marketing eleitoral. Como ocorre em muitas cidades do País, em Ponta Grossa, a cada eleição local, destacam-se determinadas candidaturas pela nomeação, adereço de campanha, objeto, logomarca ou mesmo música que faz a trilha sonora da apresentação ao eleitor. Nem sempre dá resultados efetivos, com a eleição, mas pode abrir espaço para futuras disputas ou mesmo para

‘negociar’ o capital simbólico obtido para disputar espaço em cargos comissionados na gestão seguinte ou mesmo para trocar de legenda com alguma vantagem, geralmente, em forma de estrutura com recursos de campanha.

O presente estudo apresenta uma análise, destacando as candidaturas ao poder legislativo local na eleição de 2020 em Ponta Grossa que registram identificação (de urna) que vão além do nome e sobrenome pessoal. As informações completas estão disponíveis no registro de cada candidatura junto ao sistema digital do Tribunal Superior Eleitoral (<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/>), onde se pode conhecer cada candidatura com todas informações públicas disponíveis.

Um candidato não precisa cadastrar o nome oficial como identificação de urna. A legislação permite usar codinome, apelido, sobrenome ou alguma outra referência, ao lado do número (três dígitos, além do código da legenda partidária, que tem dois dígitos, pelo cadastro nacional junto ao TSE). O nome não pode, contudo, conter ofensa, ataque ou desrespeito explícito a outra pessoa, organização ou candidatura.

Fora isso, a escolha é livre e, pois, é comum – e histórico, no Brasil – a opção por termos que levam eleitores a identificar mais facilmente determinada candidatura, seja um nome de bairro, função ou atividade profissional, que levam a pessoa ser reconhecida, apelido, compromisso familiar, religioso, dentre outras referências. Não tem explicação conceitual a respeito, mas por certo diversas razões levam a tais escolhas.

Na avaliação do professor Joviniano de Carvalho Neto (em entrevista para Lilian Marques, 2014), tais escolhas se devem a diversos fatores. “Às vezes é o nome que ele (candidato) é popularmente conhecido ou algo ligado a uma função que ele exerce”. E, completa, por vezes, “é

também um apelido” e “outra razão é o esforço de chamar a atenção dentro uma brutal concorrência”. E, ainda, pode ser uma oportunidade para “chamar a atenção do eleitor, que pode usar o voto como forma de protesto”. Nas diversas situações, fato é que envolve um diferencial que, além da criatividade, pode funcionar também como estratégia de marketing eleitoral.

Já o cientista político Jorge Almeida (Sotero, 2014) explica que tais escolhas expressam uma irreverência no processo político. “Há pessoas que são conhecidas só pelo apelido e o usam porque querem ser identificados”. O pesquisador alerta, entretanto, que algumas escolhas ‘esdrúxulas’ geralmente não funcionam na disputa eleitoral, pois apenas um nome diferente não assegura voto, embora possa ter eventuais resultados positivos, quando se trata de pessoa ou personagem já conhecida do público e com algum grau de empatia coletiva.

Ao pautar a mesma prática e estratégia, a publicitária Nathalya Brandão (Pereira, 2014), alerta que a escolha de um nome ‘exótico’ pode funcionar como, mas também pode virar piada na eleição. Trata-se de uma escolha que precisa ser muito bem pensada. “Tem que ver o outro lado porque pode virar uma piada, só gastando tempo e dinheiro”, avalia. A explicação é simples: o nome, como o número, a cor e a logo da legenda funcionam como marca de campanha, que se não foi planejada é ignorada ou até pode virar motivo de piada. “Uma marca, como qualquer uma do mercado, precisa de missão, visão e valores”, diz, ao lembrar que o nome transmite uma mensagem e proposta que um candidato apresenta e defende. “Normalmente, os vereadores já vêm com esses nomes das comunidades e um dos objetivos da publicidade é gerar identificação”, completa.

(Quase) Todas Expressões Culturais e Nomeações nas Urnas da Eleição Local em PG

O que revelam principais referências (nomes, apelidos ou profissões) na eleição municipal de Ponta Grossa em 2020? Um levantamento dos resultados da eleição ao legislativo municipal em PG indica que as escolhas por nomeações diferentes estão longe de atender expectativas da maioria das candidaturas. Mas, claro, a aposta é livre, pois não implica em recurso financeiro algum. Na tabela abaixo, destacam-se, por aproximação de categorias, as principais atividades que marcaram os registros de nomes de urnas de candidatos e candidatas na Cidade.

Principais atividades registradas em candidaturas à vereança em PG 2020

Tabela 2

Referência	Quantidade	Feminino	Masculino
Professor/a	21	11	10
Policial (militar/civil)	9	0	9
Bairro como identidade	9	3	6
Religioso/a	7	3	4
Doutor/a (Dr)	6	0	6
Outra função em Saúde	7	3	4
Autônomos no mercado	7		
Transporte urbano	6	2	4
Cabelo, unha e barba	6	3	3
Em nome da Família	4	1	3
Outras profissões	18	8	10
Grande ou Pequeno	23	2	21

Gadini, 2020 (Dados TRE/PR)

O que indicam as frequências de marcas de nomeações na disputa eleitoral de 2020? Em primeiro lugar, há que se considerar que a eleição foi atípica, em boa medida remota ou virtual, devido à pandemia do Covid-19, que limitou a circulação das pessoas e as próprias candidaturas, em diversas situações, atuavam nos limites de condições de segurança sanitária, com pouca exposição física e contato junto aos eleitores em espaços abertos.

A própria redução das atividades comerciais e de serviços presenciais restringiu a apresentação de propostas e conversas, como era habitual em disputas anteriores. Sem escolas, espaços culturais, religiosas e recreativas fechadas ou com funcionamento parcial, a circulação de pessoas também levou inúmeras candidaturas a apostar em contatos prévios já mantidos via redes presenciais de trabalho, lazer, ensino e demais relações de sociabilidade.

Talvez, a contextualização devido à pandemia também pode ajudar situar e compreender a presença de candidaturas identificadas ou lançadas a partir de instituições tradicionais que marcam o cotidiano da população, como a escola, saúde, religiosos, militares, profissionais do trabalho, estética, comércio e oferta de serviços autônomos. Além, é claro, dos apelos e apostas em nomes de famílias conhecidas (com relação secular e condições financeiras), dentre outros apelos para tentar uma aproximação com eleitores.

Pelo levantamento do presente ensaio, constata-se que parte das nomeações que apelam às marcas e características da cultura popular como estratégia de marketing eleitoral, em parte, confundem-se com expressões e referências que dialogam com situações locais, sejam indicações geográficas (como associar nome de candidatura pela

localização de moradia ou trabalho): Daniel *Vila Romana*, Lucimara do *Los Angeles*, Luciano do *Treze de Maio*, Ferrugem do *Guaragi*, Joce do *Santa Paula*, Tailana de *Bairro*, Nivaldo do *Costa Rica*, Marcelo do *dom Bosco*, Carlos da *Coronel*. Todas candidaturas aqui citadas usam e ‘colam’ ao menos um termo de bairro, núcleo habitacional, comunidade, loteamento urbano ou vila de Ponta Grossa, destacadas em itálico para diferenciar na compreensão textual.

Tabela 3

Profissões mais usadas na nomeação de candidaturas vereança Ponta Grossa 2020

Professor/a = 21: P. China, P. Goiaba, P. Liz, P. Jesus, P. Rafael Bueno, P. Joseli, P. Luh, P. Fagundes Cunha Filho, P. Marilisa, P. Abel, P. André Buss, P. Eneri, P. Carlos Silva, P. Claudio, P. Liliana Athayde, P. Soraia, P. Maria, P. Olavo, P. Roseli Antunes, P. Liliane, P. Daia.
Tamanho é referência = 23 (20 pequenos, 3 grandes): Paulão/PSDB, Valtão, Baixinho, Jefinho, Quinzinho, Ratinho, Paulinho Ceguinho, Jocelito Zoinho, Luizinho PG, Alfredinho da Massa, Waltinho, Betinho Barbeiro, Mariazinha, Marcos Batatinha, Palhacinho Pop, Edivar Jeguinho, Paulão/MDB, Robertinho, Fabiano Piazinho, Gauchinha, Valdir Negão, Luisinho, Renezinho.
Policial/militar/Civil = 9: Soldado Ezequiel, Comandante Macedo, Bombeiro Avelar, Sargento Guiarone, Tenente Mauro, Sargento Tadeu F., Sargento Ferraz, Soldado Fonseca, GM Adriano.
O bairro como identidade = 9: Daniel Vila Romana, Lucimara do Los Angeles, Luciano do Treze de Maio, Ferrugem do Guaragi, Joce do Santa Paula, Tailana de Bairro, Nivaldo do Costa Rica, Marcelo do dom Bosco, Carlos da Coronel.
Religioso/a = 7: Missionária Adriana, Pastor Ezequiel, Mãe Simone, Pastor Márcio Lima, Pastor Eliseu Nascimento, Pastor Cleverson, Missionária Michelle.
Doutor (Dr/a) = 6: Zeca, Erick, Magno, Sidnei/Cia Sorriso, Henrique, Luis Alexis Cubano.
Saúde (além do Dr) = 7: Léo Farmaceutico, Jairton da Farmácia, ACS Rosana Ramos, ACS Andreza, Sandra do Postinho, Lucimara da Saúde, Claudio da Farmácia.
Unha, barba e cabelo = 6: Cunha Cabeleireiro, Néia do Salão, Betinho Barbeiro, Celma Cabeleireira, Vando Barbeiro, Cabeleireira Leila.

Transporte pelo nome = 6: Lauro Lopes Uber, Hermínio Anão da VCG, Zé da Vcg, Fran do Tâxi, Motorista Silivan, Lucimeri Uber.
Família (nome) = 4: Joce Canto, Felipe Chociai, Laco Filho, Professor Fagundes Cunha Filho.
Autônomos no mercado = 7: Homem do Camêlo, Fernando Caldo de Cana, Maria do Picolé, Mariana dos Doces, Cris da Coxinha, Seu João do Algodão, Tio Didi da Pipoca.
Profissões Outras = 18: Contabilista Romualdo, Gomes do Gás, Repórter Cascavel, Dirlei da Bioativa, Ademir do Gás, Iavorski do Restaurante, Silvia do Aprendiz, Sandra da Maxi, Bardal Contador, Advogada Camila, Meri do Brechó, Ana Hipnoterapeuta, Joel da Falcon, Vanessa da Lan House, Fátima Empreiteira, Paulo Adestrador, Menon Papai Noel, Lu Repórter.

Gadini, 2020 (Dados TRE/PR)

Professor, policial (civil, bombeiro ou militar), médico (‘dr’), agente comunitário de saúde, farmacêutico, além de diversas nomeações que remetem às organizações ou atividades profissionais que tais candidatos exercem são algumas das estratégias de identificação em urna que representantes de inúmeros partidos arriscaram no registro às eleições à câmara municipal de PG em 2020.

A dimensão de proximidade ao eleitor também pode ser verificada em ‘apelidos’ que associam características do perfil de algumas candidaturas, provavelmente a partir de qualidades ou indicações de algum conhecimento público prévio. É o caso de nomes de candidatos que tentam firmar características, em tese, já conhecidas por determinados grupos, regiões ou setores do eleitorado local. *Paulão/PSDB, Valtão, Baixinho, Jefinho, Quinzinho, Ratinho, Paulinho Ceguinho, Jocelito Zoinho, Luizinho PG, Alfredinho da Massa, Waltinho, Betinho Barbeiro, Mariazinha, Marcos Batatinha, Palhacinho Pop, Edivar Jeguinho, Paulão/ MDB, Robertinho, Fabiano Piazinho, Gauchinha, Valdir Negão, Luisinho e Renezinho.*

É o que, aqui, o texto indica como “tamanho pode ser referência”, que remete a um total de 23 registros com algum termo de grande (3 situações) ou pequeno (20 nomeações), apontando para marcas estratégicas por alguma identificação coletiva com potenciais eleitores. Iniciativa que, guardadas as proporções, não deixa de apontar para um traço estratégico popular em busca do voto do eleitor.

Outros Registros com Nome de Urna em busca do Voto

Entre candidaturas com nomes que levam apelidos, referência qualidades, características de perfil ou mesmo eventual similaridade com figuras folclóricas ou do mídia e entretenimento pode-se destacar algumas nomeações registradas na eleição municipal de Ponta Grossa em 2020 ao poder legislativo (vereança).

‘Nego Maé’ (DEM), ‘O Lampa’ (MDB), ‘Vilma Black White’ (PROS), ‘Ceará’ (MDB), ‘Sassá’ (DEM), a ‘Jamaica’ (DEM), ‘Satélite’ (PROS), ‘Banha’ (PRTB), ‘Pelêgo’ (Avante), ‘Chico da Mega’ (PSL), ‘Dona Célia’ (DEM), ‘Bolacha’ (PSB), ‘Guerreira’ (DEM), ‘Purga’ (PT), ‘Simprão de tudo’ (PSD), a ‘Fia’ (PSC), ‘Cigano’ (Avanti), ‘Samurai’ (PROS), ‘João Big Mão’ (PTC), ‘Tio Bastião’ (PROS), ‘Ana Bahiana’ (PT) e o ‘Borracha’ (PTC) são algumas candidaturas à vereança registradas com apelido na eleição de PG em 2020.

Entre as nomeações que apelam para personagens da cultura (midiática ou popular), pode-se citar o ‘Frajola’ (PDT), ‘Vó Genebalda’ (PROS), humorista em emissora radiofônica local, ‘Evaldo O Sherek’ (PRB) e o ‘Lopatiuk’ (PSD), candidato há várias eleições, que usa o ‘Piu Piu’ (passarinho de desenho animado) como imagem de campanha.

Alguns candidatos usam apenas o sobrenome como nome de registro de urna. Este foi o caso do ‘Paris’ (Patriota), ‘Luder’ (Avanti), ‘Cadene’ (Avanti), ‘Dalago’ (Patriota) e ‘Joel Story’ (PTC). Outros nomes derivam de atividades ou características associadas ao cotidiano, como ‘Noel Cadeirante’ (PSD), ‘Lincoln do Pedal’ (PRB) e ‘Lourival do Pedal’ (PDT). E, por fim, teve candidato que apostou na propagada onda de direitização suposta impulsionada pelo bolsonarismo e registrou nome de urna na mesma via, como ‘Kleiton Direita Ponta Grossa’ (PRB).

Considerações Finais

Como se pode verificar pelos resultados da votação (referente ao primeiro turno, de 15/11/2020), que elegeu os 19 integrantes da Câmara Municipal de Ponta Grossa ao mandato 2021-2024, embora com reconhecida criatividade, em alguns casos pela exposição de características plurais e diversificadas, ou mesmo com alguma margem de ousadia, fato é que a maioria absoluta das nomeações pouco (ou, talvez, quase nada) interferem nas escolhas de eleitores ao voto de vereador e vereadora. Inclusive porque muitas das nomeações sequer conseguem chegar a conhecimento da maioria da população que vota, ficando restritas aos cenários e espaços – de trabalho, bairro ou círculo social – de alcance modesto que estão longe de possibilitar adesão e identificação.

Pelos dados das votações obtidas por criativos nomes de candidatos, ao que tudo indica, no máximo, o alcance opera como mecanismo de marketing, mas no limite de uma ‘pré-identificação’ localizada, sem força e projeção eleitoral para além dos circuitos imediatos. E, ao mesmo tempo, sem espaço de visibilidade e exposição no horário eleitoral (em rádio e TV), que limita a aparição em poucos segundos nos

35 dias de exibição de programações diárias, tais candidaturas acabam mesmo apenas contribuindo para reforçar as estatísticas de legendas que apostam na eleição de conhecidas ‘figuras’ públicas que contam com mais recursos, investimento e principalmente apoio partidário, seja em finanças ou acesso ao horário rádio-televisivo.

Alguma ponta de expectativa em viralizar nomeações exóticas tampouco se tornou realidade, ao menos na disputa ao legislativo local na eleição de Ponta Grossa em 2020. O eventual interesse na remota possibilidade de contar com o voto de ‘protesto’, diante da estafa com os vícios do sistema eleitoral vigente sequer ajudou em apostas aleatórias ou imprevisíveis.

E, por fim, é possível que várias das candidaturas – sempre inéditas – com arriscadas nomeações criativas e até experimentais tenham aderido às propostas de disputa motivadas por direções partidárias que, na primeira experiência de disputa eleitoral sem coligações de legendas, como funcionava até então, desde o final do regime militar (1964-1985), investiram na tática de convencimento de pessoas simples, dispostas a participar do processo, mesmo que, por vezes, em certos casos, com pouco domínio e conhecimento da complexidade do sistema eleitoral, apostando na necessária soma de votos à legenda do partido, capaz de assegurar eleição de algumas poucas e conhecidas personagens que controlam tais organizações políticas na Cidade, Região, Estado e País.

Trata-se, enfim, de uma série de situações que remetem às estratégias de apelos às expressões ou marcas cotidianas da cultura que, na perspectiva de centenas de candidatos e candidatas à câmara municipal de vereadores em Ponta Grossa 2020, poderia funcionar como dispositivo folkcomunicação com eventual vantagem ou contribuição na busca

pelo voto de setores da população. Se funcionou em disputas anteriores, ou mesmo se efetivamente ajudou determinadas candidaturas na referida eleição, embora não se pode concluir, possivelmente, serviu para que muitos eleitores pudessem associar tais figuras e imagens nos momentos de apresentação da campanha eleitoral. De todo modo, trata-se de um debate e perspectiva reflexiva que diz respeito e interesse aos estudos e pesquisas em Folkcomunicação (Beltrão, 2001).

Referências

Beltrão, L. (2001). *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*. EdIPUCrs.

DCMais (2020). VEJA todos os candidatos a vereador de Ponta Grossa”. *DCMais*. <https://dcm ais.com.br/ponta-grossa/veja-todos-os-candidatos-a-vereador-de-ponta-grossa-em-2020/>

Eleições 2020: 58.208 vagas de vereadores estarão em disputa neste domingo (15). (2020, novembro 14). Recuperado de <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/eleicoes-2020-58-208-vagas-de-vereadores-estara-em-disputa-neste-domingo-15>
Acesso 1/04/2021

Gadini, S. L. (2006). O uso de expressões populares como estratégia de apelo eleitoral. In J. M. Melo, M. C. Gobbi, & J. L. Dourado (orgs), *Folkcom: do ex-voto à indústria dos milagres* (pp: 424-426). Halley.

Gadini, S. L. (2004). *Eleições midiáticas*. UEPG.

- Goulart, A. (2014). Desconhecidos utilizam apelidos como estratégia para chamar a atenção”. *Hoje em dia* <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/desconhecidos-utilizam-apelidos-como-estrat%C3%A9gia-para-chamar-a-aten%C3%A7%C3%A3o-1.266335>
- Marques, L. (2014). Candidatos usam apelidos inusitados na tentativa de atrair eleitores na Bahia. *GI*. <http://g1.globo.com/bahia/eleicoes/2014/noticia/2014/08/candidatos-usam-apelidos-inusitados-na-tentativa-de-atrair-eleitores-na-bahia.html>
- Pereira, J. (2020). Nomes exóticos na urna são estratégia de campanha, mas podem virar piada. *Amazônia Atual*. <https://amazonasatual.com.br/nomes-exoticos-na-urna-sao-estrategia-de-campanha-mas-podem- virar-piada/>
- Ponta Grossa tem 456 candidatos a vereador em 2020”. (2020, setembro 28). Recuperado de <https://www.blogdojohnny.com.br/postagens/ponta-grossa-tem-456-candidatos-a-vereador-em-2020-confira-a-lista/>
- Sotero, A. (2014). Associar nome à profissão também é estratégia de campanha. *A Tarde*. <https://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/associar-nome-a-profissao-tambem-e-estrategia-de-campanha-1609250>
- Trigueiro, O. (2008). *Folkcomunicação e ativismo midiático*. Editora UFPB.
- Rocha, S. A., & Santos, M. (2019). Nome de urna: estratégias linguísticas para angariar votos. *Revista Colineares*, 6(1), 71-85. <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RCOL/article/view/2205>

Tribunal Superior Eleitoral (2020). *Estatísticas*. TSE. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

AS NARRATIVAS DE GÊNERO NA CÂMARA FEDERAL: UMA ANÁLISE DO *TWITTER* DA DEP. PROFESSORA DORINHA, PRESIDENTE DA BANCADA FEMININA DE 2019/2021

Deborah Luísa Vieira dos Santos¹

Marina Alvarenga Botelho²

Mayra Regina Coimbra³

Mariane Motta de Campos⁴

O ambiente político esteve, por muito tempo, restringido aos homens, sendo o direito ao voto uma conquista recente das mulheres.

-
1. Doutoranda em Com. pelo Prog. de Pós-Graduação em Com., da Univ. Fed. de Juiz de Fora. Prof. sub. do Dep. de Com. Social, da Univ. Fed. I de São João del-Rei. deborahvieira@ufsj.edu.br
 2. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Paulista. inabotelho@gmail.com
 3. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora. mayrarcoimbra@gmail.com
 4. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Paulista. marianemottadecampos@hotmail.com

No Brasil, o direito ao voto feminino foi obtido em 1932, durante o Governo Vargas. Contudo, a conquista não foi plena para todas as mulheres do país: poderiam votar as mulheres casadas, desde que o marido as autorizasse; mulheres viúvas e solteiras com renda própria. As restrições foram retiradas em 1934, por meio do Código Eleitoral, e em 1946, a obrigatoriedade do voto foi também estendida para elas (Marques, 2019; Miguel & Biroli, 2014).

As eleições de 2018 foram históricas para a participação feminina com 77 deputadas federais eleitas, aumentando para 15% as cadeiras ocupadas por mulheres no Congresso. Apesar do espaço conquistado, de acordo com um levantamento realizado pela ONU Mulheres em parceria com a União Interparlamentar (UIP), o Brasil ocupa a posição de número 154 em um *ranking* de 174 países, sobre a participação feminina no Parlamento (“Bancada feminina na Câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura”, 2019). Se, por um lado, a participação feminina vem crescendo, por outro, ela está longe de representar o número de eleitoras no Brasil. De acordo com o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de mulheres, em 2018, era de pouco mais de 77 milhões de eleitoras, o que representa aproximadamente 52% do total de eleitores (“Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária”, 2016). Somos a maioria no eleitorado, mas ainda estamos longe de alcançar um equilíbrio entre as candidaturas por gênero.

Essa desigualdade na representação feminina na política é reflexo de toda uma sociedade marcada pela dominação masculina que atua diminuindo e oprimindo as mulheres em outras esferas da vida, como: vida privada, sexualidade, trabalho. Dominação esta que é atravessada pelos processos comunicacionais e faz-se presente na mídia tradicional (Dantas,

2019), mas que encontra resistência por meio dos movimentos sociais e nos espaços de desintermediação (Lévy, 1998) proporcionados pelo crescente acesso às redes sociais *online* e os processos de midiáticação (Carlón, 2015). Esses processos tem alterado os fluxos comunicacionais e informacionais, permitindo que agentes, antes às margens da esfera de produção da mensagem, participem do processo comunicacional de forma mais ativa, como consumidores e produtores de conteúdo. Esse fator contribui para que os campos alterem sua lógica em função dos atravessamentos e novos circuitos de comunicação (Braga, 2012), como ocorre no Campo Político.

Neste sentido, por meio Análise de Conteúdo das Redes Sociais *Online* (Cervi, 2018), espera-se que o estudo contribua para compreender quais mensagens foram veiculadas relativas ao gênero no *Twitter*, pela líder da Bancada Feminina na Câmara, coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de abril de 2019 a abril de 2021, professora Dorinha Seabra (DEM-TO).

Midiatização e Redes Sociais *Online*

A sociedade contemporânea está estruturada e ambientada pelo campo midiático, ao mesmo tempo, as transformações e o desenvolvimento de novos suportes comunicacionais interferem nos processos sociais e na forma com que os sujeitos interagem com o mundo, com a sociedade e formam a si próprios. A comunicação passa, então, a ser mediada. A interação face a face, aos poucos, começa a conviver com outras formas de interação, agora, mediadas por suportes tecnológicos, como telefone, rádio, televisão e internet. Os meios de comunicação, inseridos nesse processo, passaram a interferir na forma como o sujeito

percebe a realidade e constrói seu referencial de mundo (Rodrigues, 2001; Thompson, 2008). Todas essas mudanças colaboraram para a ascensão das sociedades modernas, para a dissociação entre tempo e espaço (Thompson, 2008), para diferenciar o existir do existir publicamente (Rubim, 2000).

O campo midiático, conforme Miguel e Biroli (2010), altera o campo político de diferentes modos, dentre eles: (1) a mídia é a principal ferramenta de contato entre os atores políticos e os cidadãos, substituindo, em certa medida, os esquemas tradicionais da política; (2) o discurso se adapta às mídias; (3) a mídia é a principal responsável pela construção e disseminação da agenda pública; e, por fim, (4) os candidatos passam a se preocupar com a gestão da própria visibilidade. Todavia, vale lembrar que o campo político ainda possui suas especificidades e certa autonomia, principalmente, na política de bastidores. Desse modo, o campo midiático possui certas limitações em sua relação com os demais, sendo uma relação de constantes tensões.

Ao pensarmos nas últimas décadas e na velocidade das transformações impulsionadas pela internet, tem-se a midiatização como conceito importante. Apesar de ser um conceito em construção, as sociedades em vias de midiatização apresentam características comuns, como os atravessamentos dos campos pela comunicação. Além disso, há a possibilidade do cidadão comum, antes distante dos centros de produção de informação e de sentidos, ser também produtor, crítico e disseminador de conteúdo (Braga, 2012). Para Muniz Sodré (2016, p. 109) a midiatização é uma elaboração conceitual para abrigar uma nova orientação sobre a realidade, capaz de atravessar as relações sociais pela mídia, “constituindo - por meio do desenvolvimento acelerado dos processos

de convergência midiática - uma forma virtual ou simulativa de vida, a que damos o nome de bios midiático (ou bios virtual)⁵”.

No entanto, é válido salientar que esse processo não é determinado pela tecnologia e sua evolução, mas pela apropriação da mesma pelas pessoas nos mais diversos contextos sociais e históricos. Assim, o campo comunicacional e suas complexidades têm o ser humano como fator determinante, para além das máquinas. Nesse cenário, os novos circuitos comunicacionais abalam as estruturas dos campos sociais, os quais devem se adaptar à sua lógica e tentar reaver a legitimidade e poder (Braga, 2012; Fausto Neto, 2010).

No contexto de midiatização, o campo midiático apresenta-se como agente de mudança sócio-cultural, no qual a própria mídia se confunde com outros processos sociais (Hjarvard, 2012). Nesse sentido, a midiatização se caracteriza como um processo de “dupla face”, em que a mídia se coloca como uma instituição semi-independente na sociedade, que as demais devem se adaptar em maior ou menor grau, ao mesmo tempo em que oferecem os meios pelos quais os atores sociais e as instituições se comunicam. “A sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais.” (Hjarvard, 2012, p. 54).

Outros autores consideram que vivenciamos um processo de hiper midiatização. Verón (1997) considera que a sociedade contemporânea já se encontra em um estado de hiper-midiatização, devido ao caráter global do processo. Agora, a ambiência vivenciada evidencia o campo comunicacional como transdisciplinar, por observar os atravessamentos

5. Para Sodré (2015), o bios midiático refere-se a um novo tipo de gramática, uma nova forma de conectar e redefinir o comum.

nos mais distintos campos sociais e nos mais diferentes níveis. É esse atravessamento que altera o jogo político, as formas de compreender e significar o mundo e coloca o campo comunicacional como fator relevante nos desdobramentos dos processos vivenciados pela sociedade. Ou seja, torna-se impossível observar os fenômenos sociais sem ser à luz da comunicação e seus diferentes suportes.

Carlón (2015), por sua vez, considera que a sociedade contemporânea se organiza cada vez mais de acordo com o desempenho da mídia, sendo esse processo marcado pela ascensão da internet e suas redes sociais *online* e a emergência da *web 2.0*, vistos por muitos como atributos comunicacionais “horizontais”. No entanto, esse processo de (hiper) midiatização gera ainda mais tensão entre a mídia e os diferentes campos sociais, bem como, implica na circulação das informações, como apontado por outros autores. Carlón (2015) ainda argumenta que essa emergência das redes sociais digitais gera tensões com as mídias tradicionais, uma vez que não necessitam da legitimação dos meios massivos para se expressar publicamente, por serem também meios de comunicação. Para o autor argentino, isso ocorre também porque na contemporaneidade há um descontentamento e crescente desigualdade, gerando suspeitas e desconfiança sobre quem comunica e suas intenções, como também, os profissionais e pessoas comuns tornam-se disseminadoras de conteúdo. Algo já discutido por Pierre Lévy (1998) e denominado como desintermediação.

Em uma visão ciber otimista, Lévy (1998): a intermediação tradicional, representada pelos meios de comunicação tradicionais e veículos jornalísticos de prestígio, passam a conviver com novas formas de intermediação, capilaridades relacionais, das inteligências associadas

e hipertextos. Os novos processos partem dos próprios atores sociais e correspondem aos seus próprios interesses e necessidades. “Até agora, o espaço público de comunicação era controlado através de intermediários institucionais que preenchiam uma função de filtragem e de difusão entre os autores e os consumidores de informação: estações de televisão, de rádio, jornais, editoras, gravadoras, escolas, etc. Ora, o surgimento do ciberespaço cria uma situação de desintermediação, cujas implicações políticas e culturais ainda não terminamos de avaliar.” (Lévy, 1998, p. 45)

Para Lévy (1998), esse processo seria positivo, pois a informação torna-se mais rica, pela possibilidade de participação de novas vozes marginalizadas pelos veículos tradicionais, construindo o que ele considera como inteligência coletiva. O autor ainda chama a atenção para o fato de uma notícia não ser “verdadeira” só por estar na TV - veículo tradicional. Mas há que se fazer ressalvas. Em meio aos últimos anos e o *boom* das *fake news*, nota-se a relevância do jornalismo e veículos tradicionais, os quais fazem a apuração dos fatos e não simplesmente os compartilham sem qualquer tipo de verificação, conforme tem ocorrido na internet e suas diversas plataformas de comunicação. Vale ressaltar que as notícias falsas têm interferido nos processos eleitorais e são usadas como ferramenta de campanha.

Dentre as diferentes plataformas e redes sociais proporcionadas como canal de interação e até desintermediação, via web, está o *Twitter*. O *Twitter* foi criado em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, nos EUA, e desde 2007, o microblog oferece troca de mensagens, compartilhamento de textos curtos, vídeos e imagens, tendo também como uma de suas principais ferramentas o *Trending Topics*, o qual oferece aos usuários uma espécie de ranqueamento dos assuntos mais falados

no momento. Além disso, a rede social está disponível em 35 idiomas e conta com mais de 300 milhões de usuários ativos todos os meses. O *app* chegou ao Brasil em 2008, sendo traduzido para o português apenas no ano seguinte. O país é um dos 10 países com maior número de usuários na rede social, com 8,28 milhões de usuários ativos, em 2019.

Mulher, Mídia e Política

Muitas das vezes, a representação mental do que é masculino ou feminino baseia-se na diferenciação biológica, enquanto fator relevante na formação das identidades. Historicamente, essa diferenciação foi utilizada para reduzir o gênero a um perfil de personalidade, uma identidade binária fundamentada nas diferenças. Ao masculino são atribuídas características que se relacionam à vida pública e a predominância da razão. Enquanto, para o feminino – sua negação – está baseado na vida privada, restrito ao lar, em que predomina a emoção. Esses pontos de vista foram moldados a partir de uma visão unilateral (Colling, 2004). Esta visão equivocada foi apontada pela filósofa Simone de Beauvoir (2009), a qual descreve a construção do gênero como social. Tudo isso ainda se mostra presente no imaginário social, perpetuando sistemas de opressão e dominação masculina⁶. Nesse sentido está a importância das discussões de gênero, uma vez que o termo expõe esse modelo e o aponta como representação e construção sociais. Fundamentado nessa estrutura de dominação masculina, o gênero feminino ainda carrega seus estigmas (Goffman, 1988). O estigma do feminino é associado

6. De acordo com Miguel & Biroli (2014), o termo dominação masculina é uma atualização do patriarcado, uma vez que, na sociedade atual, as instituições patriarcais foram modificadas, contudo, a dominação masculina permanece.

à incapacidade, habilidades tidas como “inferiores” se comparadas às dos homens. Mesmo com as conquistas e luta feminista, o estigma do feminino ainda interfere na forma como a mulher se porta e é julgada socialmente.

Na política, Schwartzberg (1977), ao descrever os personagens políticos, traz a figura feminina dentro de dois aspectos: a “a-mulher” e o “acessório”. Em “a-mulher”, o “a” vem como negação. Isto se refere ao número baixo de mulheres em cargos de chefia e cargos políticos, o que reforça a ideia do espaço público como “tipicamente masculino”. Nesse sentido, a mulher em um cargo governamental distancia-se da identidade feminina, portando-se como os homens, uma espécie de “travesti político”. Já a mulher como “acessório” pode ser observada na imagem das primeiras-damas, muito acionadas para complementar a imagem do marido e conferir a ele simpatia. No entanto, a participação feminina é de grande importância para o debate de pautas e aprovação de leis que atuem na defesa das mulheres e seus direitos.

No Brasil, dos últimos anos até hoje, o debate público em torno de questões feministas tem ganhado força. Temas como assédio, aborto, maternidade e carreira também ganharam espaço no cenário político. A luta feminina conquistou leis que conferem proteção em uma sociedade ainda marcada pela dominação masculina, misoginia e sexismo: a importunação sexual passou a ser considerada crime (Lei 13.718/18); em março de 2015, entrou em vigor a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15), a qual atua quando o assassinato envolve violência doméstica e/ou familiar ou ocorre por questões ligadas ao gênero; e a Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, que cria mecanismos para a prevenção e constranger a violência doméstica e/ou familiar contra a mulher.

Há certos comportamentos e expectativas sobre a presença e participação feminina na política. Considerando a “natureza” socialmente colocada como “feminina”, espera-se das mulheres dois comportamentos: ser diferente do comportamento masculino, menos competitivo, cumprindo a exigência social e identitária de diferenciação entre os gêneros e humanizando o espaço público; ou afastar-se completamente das marcações de feminilidade, como o tom de voz, algo marcante na preparação da *ex-premier* britânica, Margareth Thatcher, que teve de realizar um treinamento com fonoaudiólogos para baixar seu tom de voz, considerado muito agudo e inadequado para o cargo público. No fim das contas, nenhum dos ideais podem ser completamente alcançados. Assim, as mulheres que entram no espaço público/político precisam se adaptar às regras e normas vigentes, no entanto, as adaptações tendem a invalidar ou reforçar as marcas de feminilidade (Dantas, 2019; Jamieson, 1995).

E as dicotomias e incoerências nas expectativas relativas às mulheres no poder continuam. Espera-se que as pautas defendidas pelas mesmas se relacionem ao papel esperado das mulheres: a preocupação deve estar voltada para questões do mundo privado e ao cuidado como Educação, Saúde, entre outros (Dantas, 2019; Miguel & Biroli, 2014). No entanto, quando os temas se voltam para especificidades das políticas de gênero e reprodutivas, como aborto, logo são rechaçados e sofre derrotas no legislativo, com uma grande ofensiva da bancada religiosa (Dantas, 2019).

Jamieson (1995) conceitua como *double binds* (ligações duplas) observa como a tendência do psicológico humano, diante de situações ou pensamentos complexos, divide-se em bem/mal, verdadeiro/falso, entre outras formas de dicotomizar. Essa mesma lógica apresenta-se como um

problema quando aplicada às escolhas possíveis destinadas às mulheres, em especial na política. A autora reforça que, no entanto, nenhuma das opções é a correta, quando aplicadas às mulheres. As oposições útero/cérebro, silêncio/vergonha, a mesma coisa/diferença (quando aplicado a diferença ou aproximação ao esperado dos homens), feminilidade/competência, e idade/invisibilidade.

Não obstante, as mulheres que adentram no mundo político devem se adequar ao máximo aos padrões impostos socialmente. “Na campanha eleitoral brasileira em 2010, todas as alterações no visual da então candidata Dilma Rousseff foram repercutidas nos mínimos detalhes pela imprensa brasileira, desde as pequenas cirurgias estéticas até o tom exato da coloração de cabelos utilizado por Rousseff.” (Dantas, 2019, p. 106). Adequar-se para ser mais facilmente aceita: algo que vale para todas as mulheres em todos os aspectos da vida.

Metodologia e *Corpus* de Análise

Foram coletadas, por meio do *software* Twitonomy, todos os tuítes, compondo um total de 3.197, publicados pelo perfil no *Twitter* da Deputada Federal Professora Dorinha (DEM-TO). Para compor o *corpus* de análise, foi selecionado o período referente ao período no qual a mesma esteve na coordenação da Coordenadoria dos Direitos da Mulher (abril de 2019 a abril de 2021). O intuito é observar se a narrativa de gênero perpassa, ou não, as publicações da deputada, quando a mesma ocupa um dos cargos mais importantes na luta pelo direito e defesa das mulheres, bem como, quais os conteúdos relacionados ao feminino aparecem nas mensagens.

Em seguida, os tuítes foram analisados via Iramuteq, *software* capaz de realizar a análise de conteúdo textual por meio das aproximações semânticas. Por meio do Iramuteq será possível investigar, de modo estatístico, os discursos presentes nas publicações, a partir da identificação do contexto, vocabulário, separação e especificidade das palavras, nuvem de palavras entre outros recursos. Desse modo, o programa delimita, de forma objetiva, as categorias de acordo com as recorrências e aproximações lexicais das mensagens. Os passos de análise foram norteados pela Análise de Conteúdo de Redes Sociais *Online* (Cervi, 2018), a qual propõe uma

Análise de Conteúdo Automatizada com menor interferência possível de subjetividades do pesquisador na categorização textual. Na técnica apresentada aqui a unidade de análise é o termo/palavra isolado. Mede-se a presença total (número de citações do termo/palavra), a presença relativa por subcorpus do texto (citações do termo/palavra no cluster temático) e as relações com outros termos/palavras (presença em cluster). (Cervi, 2018, p. 8)

A aplicação do método se dá por meio do algoritmo de *Reinert* e permite a identificação de *clusters* e seus níveis de interação. O *cluster* faz “parte de um *corpus* textual que apresenta unidade interna” (Cervi, 2018, p. 11). Isso pode se dar a partir de três etapas:

1. Dispor o material a ser testado usando o algoritmo de *Reinert*, por meio do *software* Iramuteq;
2. Reconhecimento dos *clusters* e quais os termos mais recorrentes;
3. A partir do banco de dados com os tuítes foram criadas variáveis que unem os termos que reproduzem temas e áreas afins.

Vale ressaltar que os dados foram trabalhados inicialmente antes de serem inseridos no *software* de mineração com uma limpeza prévia. Para fins metodológicos e considerando-se as próprias especificidades do programa Iramuteq, foram excluídos da análise os retuítes, tuítes com poucos caracteres, os hiperlinks e vídeos, assim, a análise foi feita com base apenas nos textos publicados diretamente pela página da deputada no referido período.

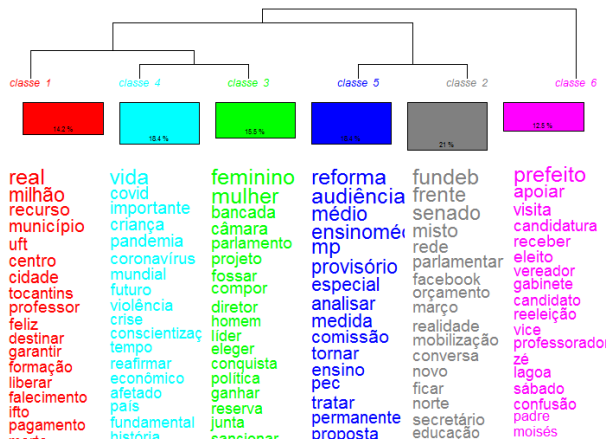
Análise do *Twitter* @*profdorinha* da Dep. Professora Dorinha (DEM-TO)

Durante mineração dos dados e seu cruzamento com a leitura prévia das publicações puderam ser observadas seis grandes temáticas, sendo elas: Orçamento (emendas parlamentares) (Classe 1); Saúde e Pandemia (Classe 4); Bancada Feminina e Mulher (Classe 3); Reforma do Ensino Médio (Classe 5); Novo FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) (Classe 2); e Eleições e apoio eleitoral (Classe 6). Para além, nota-se a utilização do *Twitter* como forma de prestação de contas (ou *accountability*), presente nas quatro temáticas citadas acima, para apresentar quais trabalhos estão sendo realizados em seu mandato na Câmara Federal, uma forma também de dialogar com o público, em especial, o público eleitor.

A partir da Análise de Conteúdo Automatizada foram gerados seis *clusters* com as seis categorias por aproximações lexicais e palavras mais recorrentes que as compõem, conforme a Figura 1 a seguir:

Figura 1

Análise gerada pelo programa Iramuteq a partir dos Tuítes coletados



Elaborado pelas autoras utilizando Iramuteq.

As categorias analíticas foram construídas pelo método *Reinert*, conforme Quadro 1 a seguir, em que se aplicou a estatística de χ^2 de Pearson. Os nomes das categorias foram determinados pelas autoras por meio da análise do conjunto de termos apresentados em cada classe.

Quadro 1

Nomeação das categorias por termos

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	Real, milhão, recurso, município, UFT, centro, cidade, Tocantins, professor, destinar, garantir, liberar, pagamento.	FUNDEB, frente, Senado, misto, rede, parlamentar, Facebook, orçamento, educação, mobilização, novo, conversa.	Feminino, mulher, bancada, Câmara, parlamento, projeto, compor, diretor, eleger, conquistar, política, reserva.	Vida, COVID, importante, criança, pandemia, coronavírus, mundial, futuro, violência, crise, conscientização, econômico, afetado, fundamental.	reforma, audiência, ensino médio, MP, provisório, especial, analisar, medida, comissão, tomar, ensino, PEC, tratar, permanente, proposta.	Prefeito, apoiar, visita, candidatura, receber, eleito, vereador, gabinete, candidato, reeleição, vice, professorado.

% de ocorrência	14,2%	21%	15,5%	18,4%	18,4%	12,5%
Nome concedido às categorias	Orçamento (emendas parlamentares)	Novo FUNDEB	Bancada Feminina e Mulher	Saúde e Pandemia	Reforma do Ensino Médio	Eleições e apoio eleitoral

Elaborado pelas autoras.

A temática mais recorrente nas discussões da deputada, via *Twitter*, é “Novo FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)”, qualificada pelo *software* como Classe 2 (21%). Essa classe relaciona-se diretamente com a Classe 5, a qual discutiremos à frente. Vale ressaltar que a deputada foi relatora da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do FUNDEB, votada e aprovada em agosto de 2020 e regulamentada pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Nessas publicações, a democrata defende a aprovação do fundo e a defesa dos recursos que garantam a aplicação no desenvolvimento da educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio), seja no ensino regular ou nas modalidades especiais, nas áreas rurais e urbanas, nos diferentes regimes de tempo e turnos, no amparo dos estudantes e na valorização dos profissionais da educação. Esse é um dos discursos mais recorrentes e uma das maiores lutas apresentadas pela deputada em sua rede social. No entanto, nessa temática, a deputada não apresenta nenhuma proposta exclusiva para o público feminino, sejam as alunas ou profissionais da área, tratando o tema de uma forma mais ampla.

As classes 4 e 5 aparecem com o mesmo percentual nos conteúdos analisados pelo *software*, ambas com 18,4% cada. Em “Reforma do Ensino Médio” (Classe 5), segundo tema mais presente, a deputada discute, mais uma vez, uma das suas principais bandeiras ao longo de sua vida pública: a Educação. Nesta classe, a atenção se volta para a

reformulação do ensino médio e a importância da Educação Profissional e Tecnológica. Nesta categoria, não há qualquer menção a políticas públicas e de educação voltadas especificamente para o público feminino, mas sim, para o público em geral. Mais uma vez, destaca-se a atuação da parlamentar no comando da votação da Medida Provisória que torna o Ensino Médio integral.

Em “Saúde e Pandemia” (Classe 4), a deputada mostra-se preocupada e atenta às consequências da pandemia da COVID-19 em diversos setores, como na saúde, educação, economia e na vida da mulher. No que tange à saúde, a Profa. Dorinha mostra-se preocupada com os profissionais do setor, em especial, com os enfermeiros e uma maior valorização e amparo da categoria por meio de leis. Ainda, traz o debate sobre o apoio constante à vacinação como forma de garantir o futuro e o retorno das atividades escolares presenciais. O que conversa diretamente com a educação e a preocupação da deputada no amparo às crianças durante o período de distanciamento social. Neste momento, Dorinha Seabra defende o Projeto de Lei que garante acesso à internet para professores e estudantes da educação básica pública, também chamada de Lei da Conectividade. A deputada também reconhece que a pandemia afetou diretamente a economia e destaca a situação vivenciada pelas mulheres com a perda de seus postos de trabalho. No assunto mulheres e pandemia, ainda nesta categoria, a democrata aborda o aumento da violência doméstica no país em consequência do distanciamento social. A professora Dorinha apresenta as medidas adotadas em combate à violência contra a mulher, em forma de emendas parlamentares, muitas vezes, e em defesa da família, como também o auxílio emergencial destinado às chefes do lar. Vale destacar que a Classe 4 se apresenta relacionada de

forma mais próxima à Classe 3, a qual trata sobre a temática “Mulher” propriamente e as ações da Bancada Feminina, em prol também das ações desenvolvidas no combate à violência, desemprego e alerta para as jornadas de trabalho superior às masculinas, devido ao acúmulo de funções.

Em terceiro surge a categoria “Bancada Feminina e Mulher” (Classe 3), presente em 15,5% do conteúdo. Como mencionado, a Professora Dorinha Seabra foi, de abril de 2019 a abril de 2021, coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher e da Secretaria da Mulher, sendo considerada uma liderança da Bancada Feminina na Câmara Federal e do próprio partido, o DEM. Nesse aspecto, a deputada publicizou sua atuação à frente da bancada, na defesa de projetos de lei em proteção da mulher, busca por equidade de gênero e na luta por igualdade de direitos, como à desigualdade salarial (PL 1558/2021, a qual propõe multa para combater diferenças de remuneração entre homens e mulheres nas empresas). Outro projeto importante aprovado neste período foi o Projeto de Lei 5091/2020, relatado pela deputada, o qual tipifica o crime de violência institucional que prejudique o atendimento da vítima ou testemunhas de crimes de violência. A lei foi uma reação ao julgamento do empresário André Aranha acusado de estupro por Mariana Ferrer. O vídeo da audiência, divulgado em novembro de 2020 pelo *The Intercept Brasil*, nas redes sociais, mostra como a vítima teve sua imagem desgastada e foi humilhada pelo advogado de defesa, sem a intervenção do juiz ou promotor do caso. O caso gerou repercussão nacional e acrescentou a tipificação a uma legislação já existente (Decreto 9.603/18).

A deputada também aborda as conquistas da Bancada Feminina, como a apresentação de Carta Compromisso (Rezende et al., s.d.) para que a Mesa Diretora da Câmara seja composta por no mínimo três parlamentares mulheres, entre outras medidas que promovam a maior participação política feminina. À frente da bancada, a democrata sempre traz a questão de a Bancada Feminina ser a maior da Câmara, com 77 deputadas eleitas em 2018, um recorde desde a Constituição de 1988, mas ressalta que este é ainda um número baixo se comparado à representatividade, uma vez que o número de mulheres representa mais da metade do eleitorado brasileiro. Nesse sentido, a deputada discute e apresenta medidas que poderiam auxiliar na maior inserção da mulher na política e nas diferentes instâncias de poder (municipal, estadual e nacional), como o aperfeiçoamento da legislação para mais mulheres na política com o estabelecimento de cotas graduais também nos cargos. Essa discussão também perpassa às eleições de 2020, as quais tiveram, mais uma vez, um aumento no número de candidatas mulheres à vereança e prefeituras, mas ainda uma baixa eleição. Como exemplo, somente a capital Palmas teve uma mulher eleita como prefeita em 2020: Chintia Ribeiro (PSDB) foi a única mulher eleita, seguindo para seu segundo mandato à frente da capital do Tocantins.

Outra forma de valorizar e incentivar a presença feminina nos espaços públicos e políticos é o reconhecimento e valorização das mulheres como parte dos considerados heróis da pátria (como foi o caso de Zuzu Angel, estilista brasileira e oponente ao regime de ditadura militar no país - Lei nº 13.433/2017) e a inclusão de seus nomes em áreas importantes do prédios públicos, como foi o caso dos Plenários 2, 11 e 13 e do corredor que dá acesso ao local, que ganharam os respectivos nomes:

Ceci Cunha (primeira mulher alagoana eleita para a Câmara Federal, morta em 1998, no mesmo dia da posse), Anesia Pinheiro Machado (aviadora brasileira e primeira mulher a realizar voo solo em território nacional), Marília Chaves Peixoto (matemática e engenheira, primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Ciências) e Tereza de Benguela (conhecida como “Rainha Tereza”, foi heroína negra e líder quilombola). Vale ressaltar que o projeto de alteração nos nomes é de autoria da Deputada Professora Dorinha.

Ainda nessa categoria, a deputada Dorinha traz o constante preconceito vivenciado pelas mulheres na política, em especial, pela forma como a Bancada Feminina é reconhecida pejorativamente, como “Bancada do Batom”. A democrata destaca a relevância da bancada como forma de dar voz às mulheres e organizar os interesses da população feminina.

Em quarto aparece a categoria “Orçamento (emendas parlamentares)”, Classe 1, mostrou-se presente em 14,2% do conteúdo. Nela, a deputada Professora Dorinha trata, em sua maioria, de obras e projetos voltados para o estado no qual foi eleita e representa, Tocantins. Nesta categoria a democrata publiciza projetos em diferentes áreas (infraestrutura e educação, por exemplo), verbas e obras destinadas às cidades do estado, bem como, faz referências aos municípios que comemoram fundação, entre outras datas importantes, parabeniza lideranças da região e se solidariza com o falecimento de pessoas conhecidas da localidade.

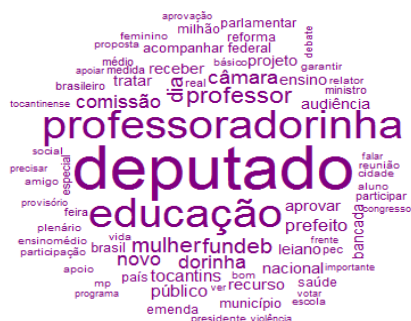
Por fim, aparece a Classe 6 com a temática “Eleições e apoio eleitoral” (12,5%). Esta categoria mostra-se mais distante lexicalmente das demais e com menor participação, uma vez que representa um momento muito específico entre o período coletado: as eleições municipais de 2020. Em alguns momentos, há a menção da necessidade de se eleger

mais mulheres na política, mas essa é uma categoria que aborda as eleições como um tema mais amplo, representando as ligações políticas e o capital político da deputada destinado aos candidatos os quais apoiou e seu partido.

A seguir, a Figura 2 representa as palavras mais recorrentes nas publicações em forma de uma nuvem de palavras. Nela, o tamanho da palavra em destaque representa a sua intensidade nos conteúdos analisados pelo método.

Figura 2

Nuvens de palavras gerada pelo programa Iramuteq a partir dos Tuítes coletados



Iramuteq, das autoras.

Nota-se que as palavras em maior destaque são “deputado”, “professora Dorinha”. “professor”, “educação”, “FUNDEB”, “mulher”, entre outras. O que também demonstra a inserção da mulher no discurso e mensagens veiculadas pela deputada.

Ao se questionar de que forma a líder da Bancada Feminina (2019/2021) traz narrativas, que abordam o tema “mulheres” em seus

discursos nas redes sociais, alguns aspectos podem ser destacados. A deputada professora Dorinha Seabra tem a bandeira da educação como predominante em seu discurso e essa narrativa se mantém sólida ao longo de sua carreira na vida pública. Somado a isso, a bandeira feminina aparece permeando seu discurso em aspectos como a participação política, a atuação da Bancada Feminina, a luta contra a violência de gênero e medidas que protejam e amparem as mulheres visando a equidade e justiça. A deputada traz diversas vezes leis e projetos que corroboram com essas perspectivas e contam com a sua atuação, em especial, nas classes elencadas aqui como 3 e 4, “Bancada Feminina ou Mulher” e “Saúde e Pandemia”, respectivamente. Isso aponta que a parlamentar se encontra atenta às demandas femininas e o contexto nos quais elas se inserem e se intensificam, como é o caso da pandemia, que agravou uma série de problemas, como a violência doméstica, e também a emergência dos discursos que vêm das redes, como foi o caso do julgamento do empresário André Aranha no caso de estupro da jovem Mari Ferrer.

Contudo, nota-se que a temática ainda é abordada de uma forma generalista, a qual não abarca as especificidades da diversidade das mulheres brasileiras e o conceito de interseccionalidade. O termo “interseccionalidade” teve origem no movimento feminista negro o qual questionava as diferentes formas de opressão vivenciadas pela mulher negra (o “outro” do homem e o “outro” da mulher branca), sendo usado pela primeira vez em 1989, pela professora de direito estadunidense, Kimberlé Crenshaw (McCann, 2019). O conceito surge, especialmente, na crítica ao feminismo branco, o qual desconsidera as diferentes camadas de opressão vivenciadas por uma mulher negra. Patrícia Hill

Collins (2019), uma das primeiras pesquisadoras a usar esse termo, destaca que as experiências e especificidades de ser uma mulher negra são justamente os fatores que levaram às mesmas a questionarem o conceito de ser “mulher”, que se diferia de acordo com o tom de pele.

O conceito permite ainda que os processos de dominação e resistência sejam compreendidos, levando-se em conta suas diversas variáveis, como raça, gênero, sexualidade, etnia, classe social, religião, entre outros aspectos. Esses fatores são desconsiderados ao longo das publicações aqui observadas. Se pensarmos na sociedade brasileira, por exemplo, quando se fala em desigualdade salarial entre homens e mulheres, deve-se ter também o conhecimento que há uma desigualdade entre mulheres brancas e negras. Em um mesmo cargo e com as mesmas condições, um homem branco ganha mais que o dobro do que uma mulher negra e a mulher branca ainda recebe, para exercer uma mesma atividade, mais do que os homens negros e mulheres negras, nessa ordem (Papp et al., 2020). Ainda, não há referências às mulheres trans nos textos coletados ou qualquer outra referência à comunidade LGBTQIA+. Desse modo, se por vezes o gênero masculino é tomado como universal como forma de apagamento do sujeito e suas perspectivas e especificidades (Biroli et al., 2020), temos o feminino também nessa mesma perspectiva, como forma de apagar os diferentes femininos existentes e suas particularidades e necessidades.

Então, qual seria o perfil da mulher defendida e de interesse da deputada e da Bancada Feminina? De que mulher está sendo falado? Contudo, é importante ponderar que este é um recorte e que, nos poucos caracteres de um tuíte, também se torna difícil dizer com certeza que as demais mulheres são excluídas das políticas aqui trazidas. Além disso,

vale destacar que as ações de uma parlamentar também estão diretamente relacionadas ao partido no qual ela se insere.

Nessa perspectiva, outro apontamento importante é que, apesar da relevância dos temas abordados, a deputada não toca em temas sensíveis e relacionados aos setores mais progressistas da sociedade, como a descriminalização do aborto, por exemplo. Pautas que vão na contramão do conservadorismo religioso e social. A direita que vem assumindo os estados nos países da América Latina, como foi o caso do Brasil, traz como fator comum desconsiderar as políticas de direitos humanos e os diversos tratados internacionais assinados para assegurar os direitos nas esferas da sexualidade e reprodução, em nome dos “valores familiares” (Biroli et al., 2020).

Professora Dorinha é a atual Presidente do Mulher DEM, setor do partido voltado para o gênero. A partir da narrativa posta pelo próprio partido, o setor visa ampliar a emergência de mulheres na política e na sociedade, incentivando a participação em ambientes de decisão política (<https://www.mulherdemocratas.org.br/#institucional> recuperado em 03 de outubro, 2021). O partido considera-se como centro-direita, no entanto, na pauta de costumes adota uma postura conservadora. Tanto que em setembro de 2021, o partido anunciou a sua fusão com outro partido de direita conservador: o PSL, Partido Social Liberal. O PSL ganhou destaque nas eleições de 2018, quando teve a eleição do candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, que até então era filiado ao partido. DEM e PSL pretendem adotar o nome de União Brasil.

Considerações Finais

As eleições de 2018 trouxeram como saldo um aumento do número de mulheres na Câmara Federal, desde a Constituição Cidadã de 1988.

Na 56ª Legislatura e em seu terceiro mandato, destaca-se a Deputada Federal Professora Dorinha Seabra Rezende, pelo Democratas de Tocantins. A deputada ocupou, de abril de 2019 a abril de 2021, a liderança da Bancada Feminina como Coordenadora dos Direitos da Mulher e Secretária da Mulher. Para além, a democrata também é líder do Mulher DEM, o movimento feminino de seu partido. Nesse sentido, observar as narrativas da mesma em sua rede social, no caso do estudo, o *Twitter*, torna-se relevante para se compreender quais as narrativas sobre gênero permeiam ou não o seu discurso ao longo do período mencionado acima.

Ao longo de sua vida pública, a Professora Dorinha ficou reconhecida pela bandeira da educação, ganhando visibilidade em momentos importantes como a Reforma do Ensino Médio e na aprovação do Novo FUNDEB, além de sua atuação ao longo da pandemia da COVID-19. A bandeira feminina, a partir da presente análise, mostra-se também presente, mas em segundo plano.

No que tange os discursos relativos ao gênero feminino, a deputada se concentra em publicizar os feitos realizados pela Bancada Feminina sob sua liderança. Mostra-se também preocupada em propor leis e medidas que protejam as mulheres de diversas formas de violência (física e institucional, por exemplo), garanta a equidade (em especial, no que tange ao mercado de trabalho) e fomente a participação política e presença feminina nos espaços públicos (como aprimoramento das leis de cotas para as mulheres nos cargos públicos em diferentes instâncias, maior participação das mulheres na Câmara e nos centros de tomada de decisões; a aproximação da Bancada Feminina com Ministérios estratégicos, como o de Ciência e Tecnologia e Educação; e valorização

das heroínas que marcaram a história brasileira com homenagens em espaços públicos políticos).

No entanto, nota-se que as propostas e atuações para o público feminino mostra-se uma política ainda totalizante, que não traz um olhar específico para a diversidade de mulheres que compõem o Brasil: mulheres negras, mulheres trans, mulheres pobres, entre as mais diversas camadas de opressão e sua atuação no corpo social feminino. Ainda se segue uma lógica binária entre feminino e masculino, e, desse modo, acaba por se apagar os diferentes femininos e suas necessidades. Outra observação imprescindível é que as mensagens veiculadas evitam temas considerados polêmicos, sensíveis e ainda considerados “tabus” pela sociedade brasileira, como o aborto.

A pesquisa é o recorte de um período, assim como o *Twitter*, uma fotografia do período registrado por meio do seu reduzido número de caracteres. Também por isso vale destacar-se que a própria lógica da rede social e suas especificidades não permitem discussões mais aprofundadas. Assim, para se compreender a atuação da deputada de uma forma mais completa na Câmara em prol das mulheres é importante expandir a investigação para outros espaços, como o próprio site da Câmara Federal, como forma de acompanhar sua atuação. Ainda, é importante observar que a deputada também responde ao partido no qual está filiada e sua atuação também pode e deve estar alinhada com as políticas e demandas do mesmo. Nesse sentido, é indispensável trazer o perfil do partido como fator que limite e delimite a atuação da deputada. O Democratas é um partido de centro-direita, que apresenta características liberais na economia, mas ainda é conservador nas pautas sociais e de costumes. Isso também é um ponto de interferência e que

pode explicar a forma de atuação da Professora Dorinha em suas redes sociais e no contato com seus seguidores/eleitores.

Referências

Bancada feminina na Câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura. (2019, janeiro, 23). Recuperado de <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/>

Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária. (2016). Recuperado de <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

Beauvoir, S. (2009) *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Biroli, F., Machado, M. das D. C., & Vaggione, J. M. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo.

Braga, J. L. (2012) Circuitos versus campos sociais. In M. A. Mattos, J. Janotti Júnior, & N. Jacks (orgs), *Mediação & Mdiatização* (pp. 29-52). EDUFBA..

Carlón, M. (2015). Público, privado e íntimo: el caso Chicas bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en la circulación contemporánea. In P. C. Castro (org.), *Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?* (pp. 211-232). EDUFA.

- Cervi, E. U. (2018). *Conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica* [Trabalho apresentado em congresso]. 42º Encontro Anual da ANPOCS.
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In M. N. Strey, S. T. L. Cabeda, & D. R. Prehn (orgs.), *Gênero e cultura: questões contemporâneas* (pp. 13-38). EDIPUCRS.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento Feminista Negro*. Boitempo.
- Dantas, F. A. (2019). *Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia].
- Fausto Neto, A. (2010). A circulação além das bordas. In A. Fausto Neto, & S. Valdetaro (orgs), *Mediatización, Sociedad y Sentido: diálogos entre Brasil y Argentina* (pp. 2-15). Universidad Nacional de Rosario.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Editora Guanabara.
- Hjarvard, S. (2012). Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, 5(3), 53-91.
- Jamieson, K. H. (1995). *Beyond the double binds: women and leadership*. Oxford University Press.

Lévy, P. (1998). A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Revista Famecos*, 9, 37-49.

Marques, T. C. de. N. (2019). *O voto feminino no Brasil*. Edições Câmara.

McCann, H. (2019). *O Livro do Feminismo*. Globo Livros.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e Política*. Ed. Boitempo.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2010). *Mídia, representação e democracia*. Editora Hucitec.

Papp, A. C., Lima, B., & Gerbelli, L. G. (2020, setembro 15). Na mesma profissão, homem branco chega a ganhar mais que o dobro que mulher negra, diz estudo. *GI*. <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/15/na-mesma-profissao-homem-branco-chega-a-ganhar-mais-que-o-dobro-da-mulher-negra-diz-estudo.ghhtml>

Rezende, D. S., Nelma, T., Bombim, S., & Amaral, T. (s.d.). Carta Compromisso. *Secretaria da Mulher*. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/carta-compromisso>

Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias de Comunicação. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*. Editorial Presença.

Rubim, A. A. C. (2000) Contemporaneity as the media age. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 4(7), 25-36.

Schwartzzenberg, R.-G. (1977). *O Estado espetáculo: ensaio sobre e contra o Star System em política*. Círculo do Livro S.A.

Sodré, M. (2016). Um trajeto literário e conceitual. In M. I. V. Lopes (org.), *Epistemologia da comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas*. ECA-USP.

Thompson, J. B. (2008). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Editora Vozes.

Verón, E. (1997). Esquema para el análisis de la mediatización. *Revista Diálogos de la comunicación*, 48, 9-17.

A CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE DA FRENTE POPULAR PELOS DIREITOS DE BARBACENA - MG: COMUNICAÇÃO POPULAR E SOLIDARIEDADE DA PANDEMIA

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso¹
Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos²
Deomário Lauriano Machado³

A Frente Popular pelos Direitos de Barbacena - MG foi articulada em 2017 a partir de um esforço unitário entre sindicatos, partidos e organizações sociais presentes na microrregião de Barbacena. Durante

-
1. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF), bolsista Capes, Militante da Frente Popular Pelos Direitos de Barbacena – MG.
vivianearcardoso@gmail.com
 2. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Professor da Educação Básica pelo Estado de Minas Gerais, Militante da Frente Popular Pelos Direitos de Barbacena – MG.
luansigaud@gmail.com
 3. Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Militante da Frente Popular Pelos Direitos de Barbacena - MG.
deouemg@gmail.com

os 04 anos de existência desenvolvemos ações em defesa dos direitos da população, como as lutas contra as reformas da previdência e trabalhista, além da defesa pela educação pública, saúde e meio ambiente.

No contexto do governo atual temos vivenciado constantemente o desmonte das políticas públicas, as privatizações e a perda de direitos, além de enfrentarmos a partir de 2020 a pandemia Covid-19 que ceifou a vida de 600 mil pessoas. Neste quadro, o negacionismo científico e o antiecologismo encadeiam constantes desinformações, com o intuito de naturalizar a situação precária em que nos encontramos e dificultando a articulação de campanhas sanitárias, como o uso de máscaras e a importância da vacinação. Sabemos que o vírus não atinge a todos e todas de uma mesma forma, há indicativos de classe, gênero e cor sobre as pessoas mais afetadas pelo coronavírus no Brasil (Marino et al., 2021). A falta de assistência política também intensificou o aumento de famílias em condições de pobreza e extrema pobreza, somando-se a isso o aumento do preço dos alimentos e de condições básicas para a alimentação colocaram mais da metade da população brasileira em um nível de insegurança alimentar (Galindo et al. 2021).

A Campanha de Solidariedade da Frente Popular pelos Direitos de Barbacena - MG vem da nossa intenção de realizar um trabalho de base permanente para amenizar a difícil situação que nos encontramos, ao mesmo tempo provocar uma necessária politização das pessoas atendidas pela campanha, fazendo uma espécie de convite à organização política. Cabe ressaltar que a concepção de hegemonia de Gramsci também é essencial para embasar teoricamente nossa atuação, já apresentamos essa relação em outro trabalho (Santos et al., 2021).

Nesse artigo, aprofundaremos a perspectiva de Paulo Freire (1971, 2000, 2001, 2005.) para pensar a dimensão pedagógica da comunicação fundamentando nosso trabalho de base, como também articular um exercício de sistematização e reflexão de nossas ações comunicativas. O método de Freire parte de uma perspectiva de diálogo e não a anti-dialógica, não traz a divisão, a manipulação, a invasão cultural e a conquista, é antes uma postura de co-elaboração, união e organização e a síntese cultural (Freire, 2005). Sobre a teoria freiriana e comunicação, iremos realizar um pequeno aprofundamento desta relação.

O primeiro ponto a se levar em consideração, refere-se ao pensamento de Paulo Freire que conseguiu se “espraiar” para além dos limites da pedagogia e da alfabetização, seu pensamento transcende os limites das disciplinas acadêmicas, contribuindo para várias áreas do conhecimento, inclusive para a comunicação. Dessa forma, de uma maneira dialética, Freire eleva a comunicação e o diálogo ao centro de sua prática pedagógica, ao mesmo tempo que realizando esse movimento, ele também contribui para a teoria da comunicação, colocando a questão pedagógica na centralidade. Essa contribuição pode ser ilustrada com a influência de Freire para a educomunicação.

Essa relação não se deu ao acaso, pois, importantes filósofos que pensaram sobre o diálogo e aspectos da comunicação influenciaram o pensamento de Paulo Freire, e utilizando o conceito de diálogo proposto pelo filósofo espanhol Eduardo Nicol, ele escreve, em alguns momentos, sobre a importância da comunicação, vejamos alguns trechos: “Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado” (Freire, 2005. p.147). “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro

de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1971. p.67).

Além da enorme centralidade que Freire coloca à comunicação para formular seu pensamento, a proposta de diálogo em Freire, não é objetivando, apenas, o aperfeiçoamento individual, sua proposta de comunicação possui um importante âmbito de engajamento político objetivando a transformação social (Lima, 2015).

Sobre engajamento, cabe nos diferenciar do uso contemporâneo, no qual a palavra engajamento aparece muito relacionada a interação nas redes sociais (Bastos, 2020), para o nosso trabalho e na perspectiva que reivindicamos de engajamento é:

O processo que como engajamento se constitui na vinculação social. afetiva e gustativa do sujeito com determinada ideologia, portanto se configura como dimensão comunicacional e sensível atuante no engendramento da hegemonia. (Bastos, 2020, p. 198)

É neste sentido que durante as entregas das cestas básicas promovidas pela Campanha de Solidariedade da Frente Popular pelos Direitos de Barbacena - MG que paramos para a escuta, distribuição de panfletos e conversas. Procuramos assim elaborar ações que convergem a Campanha de Solidariedade com a necessidade de informar/politizar sobre a pandemia.

Neste intuito apresentamos um relato de experiência que envolveu a aplicação de 49 questionários durante as entregas de cestas básicas no mês de abril de 2021 para evidenciar reflexões que nos auxiliem na escuta e no diálogo com as comunidades, sedimentando o trabalho de base política. Nortearam nossos estudos e pesquisa questões como: o

que dizem as famílias atendidas pela nossa Campanha de Solidariedade sobre a disseminação do vírus COVID-19? Que discursos circulam entre as famílias atendidas sobre a pandemia? Como construir um diálogo com as comunidades a partir da comunicação popular?

Metodologia e Descrição dos Dados: Comunicação Popular e Solidariedade na Pandemia

Os locais de atendimento de nossa campanha se estendem sobre a periferia de Barbacena - MG, o distrito de Pinheiro Grosso e o município vizinho de Antônio Carlos – MG. Cada região foi selecionada de acordo com localidades não atendidas pelo poder público e outras entidades, buscando também lideranças nessas comunidades para a convergência de ações políticas e sociais conjuntas. Nossa campanha vem tomando força e visibilidade e hoje somam-se mais de 60 famílias atendidas. Contamos com campanhas de doações mensais⁴ para conseguir atender essas famílias já cadastradas e aquelas que nos procuram. Dessa forma, utilizamos das redes sociais (*whatsapp*, *instagram* e *facebook*) para a divulgação mensal da campanha e prestação de contas, a fim de angariar apoio e doações.

No mês de Abril de 2021, com o intuito de buscar um diálogo entre as comunidades sobre a disseminação do vírus COVID-19, devido a constante preocupação em relação ao grande número de óbitos, flexibilizações de atividades e atrasos na vacina, além de buscarmos entender os discursos que circulavam sobre as questões da pandemia entre as

4. Contamos com doações dos Sindicatos que compõem a Frente (Sind-Ute; Sinpro; Sindeleiro; Sinasefe), sendo a participação em Campanhas de Solidariedade como a nossa, parte de uma orientação nacional das Centrais Únicas dos Trabalhadores (CUT) entre outros.

famílias atendidas, aplicamos nosso primeiro questionário durante a distribuição e entregas de cestas básicas para 49 pessoas atendidas. Este questionário foi aplicado por oito militantes/equipes da Frente. As perguntas foram formuladas em quatro eixos principais: 1) auxílio emergencial; 2) Uso de máscaras; 3) Medidas preventivas; 4) Vacinas.

Logo após as conversas, respostas e relatos, passamos a organizar um grupo de estudos a fim de compreender essas respostas, dialogar entre nós e delinear os próximos passos e caminhos no atendimento às famílias que compõem nossa Campanha de Solidariedade.

Relato dos Passos entre a Comunicação Popular e a Solidariedade na Pandemia

Questões como gênero, classe e cor, assim como a cobertura da vacinação e contaminação por COVID-19 nos fizeram refletir de que forma a pandemia afetou a vida das pessoas atendidas pela campanha de solidariedade. O uso ou não das mídias, assim como a credibilidade dada a elas, também surgiram como forma de refletir os discursos que chegam e circulam entre as famílias atendidas. Neste primeiro momento, nossos resultados conceberam respostas relacionadas ao auxílio emergencial, a possibilidade de manter medidas preventivas recomendadas para evitar a contaminação por coronavírus, além da percepção sobre a efetividade do uso de máscaras e importância da vacinação. Dos resultados que encontramos após a aplicação dos questionários foram:

1. auxílio emergencial: das 49 pessoas entrevistadas, 55% disseram ter tido acesso ao auxílio emergencial, enquanto 45% não tiveram acesso ao auxílio. Neste quesito, seria importante observarmos quais seriam as dificuldades encontradas pelas famílias para obter o acesso ao auxílio emergencial.

2. Uso de máscaras: todas as pessoas indicaram utilizar máscaras como medida para se proteger do coronavírus. Vale ressaltar que das 49 pessoas entrevistadas, apenas 02 pessoas afirmaram conhecer outras máscaras como mais indicadas de proteção, como a cirúrgica e a PFF2. Durante nossas reuniões, identificamos que a distribuição de máscaras mais indicadas, como a PFF2, poderia gerar maiores confusões quanto ao seu uso, como se a de tecido não pudesse mais ser considerada, reafirmamos a importância de máscaras PFF2, principalmente para trabalhadores/as e em lugares fechados, também refletimos nas circunstâncias e possibilidade das famílias mantê-las em conformidade de uso, assim como a troca frequente das mesmas, ressaltamos a dificuldade de popularização dessas máscaras entre as famílias atendidas como medida de proteção eficiente. Em uma próxima pergunta, sobre a percepção da efetividade sobre o uso de máscaras, 75,5% afirmaram considerar que sim, a máscara ajuda muito a reduzir a disseminação do coronavírus. Enquanto obtivemos 12,2% das respostas que consideraram ajudar pouco e 12,3% responderam que não tem certeza e/ou que as máscaras não produzem efeito algum. Ou seja, mesmo com as constantes recomendações sobre o uso de máscaras e a indicação de todas as pessoas entrevistadas em utilizá-las como medida preventiva, ainda assim é possível encontrar resistência quanto a sua efetividade do uso como medida de proteção. Diante das respostas obtidas, entendemos que estas expressões estão permeadas pela dúvida gerada por um processo de desinformação ocasionado pela disputa hegemônica das questões políticas/ideológicas que envolvem a pandemia.
3. Medidas preventivas: Neste quesito perguntamos como as pessoas avaliam seu conhecimento, riscos e formas de prevenção contra o COVID-19, das respostas obtidas avaliamos que 57,2% das pessoas consideraram ter entre um bom conhecimento e um conhecimento razoável, enquanto 38,8% responderam ter pouco conhecimento sobre; e 4% não souberam mensurar ao certo. Logo procuramos entender a percepção das pessoas sobre o nível de risco em contrair o coronavírus, 75% das pessoas entrevistadas consideram

estar entre um nível alto e médio, enquanto 25% indicaram um nível de baixo a muito baixo. A partir dessas respostas procuramos perceber o que de fato as pessoas conseguiam/estariam considerando e fazendo para manter as medidas de proteção durante a pandemia. Além do uso de máscaras, outras alternativas mais disseminadas como manter o distanciamento social, ficando em casa, evitando visitas e viagens, assim como adiando ou cancelando consultas não essenciais, foram marcadas pelas famílias como opções de medidas de proteção. A higienização das mãos e superfícies também foram apontadas como as mais eficazes para evitar as contaminações por COVID-19.

4. Vacinas: Sobre as vacinas, perguntamos se as pessoas já tinham tomado ou se iriam tomar a vacina contra o COVID-19. Das respostas 90% responderam que sim, enquanto 10% afirmaram que não, ou que dependeria da vacina. Para aqueles/as que responderam que não ou que dependeria da vacina as justificativas foram sobre: medo de agulha, questão religiosa e por acreditar que a vacina “coronovac” foi feita pela “China” onde “o vírus foi criado”. Essas respostas nos chamaram a atenção para entender os meios de comunicação utilizados por essas famílias e a confiabilidade dada a eles, quem são os porta-vozes desses discursos negacionistas que atingem as famílias atendidas pela campanha de solidariedade? Assim, procuramos entender o uso e predomínio de questões religiosa/política para sustentar um movimento “antivacina”.

Levemos em conta nesse ponto que os fatores que envolvem essa questão são múltiplos, formando uma complexa rede de elementos, na qual os fatores individuais e sociais que influenciam e são influenciados para e pelos indivíduos em relação ao uso de imunizantes, cabendo uma maior sensibilidade ao estudar e elencar esses fatores, não se pode supor que as pessoas que recusam imunizar-se o façam por compartilhar das mesmas crenças ou dos mesmos temores, e desse modo, não se pode simplesmente taxar esses indivíduos como ignorantes, ou egoístas.

Estudos da Oxford University, encomendados pela OMS apontam que o medo de agulhas, por exemplo, é uma barreira para cerca de 10% da população mundial (Baxter, 2020).

Uma interessante hipótese a ser estudada posteriormente, é buscar apreender as motivações e as relações que levaram parte da população a não se vacinar, como o estudo da OMS nos sugere (2020) a maioria das pessoas não segue uma agenda política ou está comprometida com uma causa anticientífica, essas pessoas simplesmente estão indecisas devido às desinformações, à falta de comunicação oficial e às *fake news* o que faz com que coloquem em dúvida a confiança nas vacinas, e se valham de uma maior complacência em relação aos riscos da doença em si.

É no momento da entrega das cestas que levantamos questionamentos e ouvimos os relatos que afligem as comunidades para além da pandemia, como a perda do emprego fixo, a informalidade e o desemprego, além de outras questões que envolvem a insegurança alimentar, ou seja, quando as famílias deixam de pagar ou usufruir de algo(bens ou serviços) para comprar alimentos. As campanhas de solidariedade durante a pandemia estiveram no enfoque midiático, como uma pauta positiva, ao retratar uma ideia de superação e esperança (Gomes & Coutinho, 2020). Segundo Rigaud et al. (2021) as mídias hegemônicas são capazes de estruturar o poder, passam a produzir discursos e reproduzir estigmas no imaginário da sociedade individualizando a problemática e romantizando a superação sobre os sujeitos. Outra importante pesquisa de Marino et al. (2021) questiona o reforço de narrativas sobre os bairros periféricos que durante a pandemia foram apontados e estigmatizados pelo governo, imprensa e organizações da sociedade civil como áreas de potencial contágio, e a partir deste fato sustentar teorias negacionistas

como a “imunidade de rebanho”. Para os autores esta é uma leitura que reconhece as desigualdades existentes, mas não exigiram nenhuma estratégia territorializada para conter a disseminação da doença nesses locais, o que inclui grande parte dos trabalhadores/as do país que não pararam durante a pandemia.

Segundo Freire (2000) a transformação do hoje implica na denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver. Falar de como estamos vivendo é denunciar a realidade, como uma raiva justa ao depararmos com as injustiças que nos assombram, para também anunciar as possibilidades de luta popular e conjunta comprometida com e ética humana para um mundo possível e melhor. Tornar-se consciente dos fatores condicionantes para superá-los.

É nessa perspectiva que a Frente vem pesquisar as famílias que atendemos, escutar e perceber as condições precárias que se encontram, seria um passo ao nosso convite de engajamento ao processo de transformação social.

Considerações Finais

Esta experiência evidenciou reflexões que nos auxiliam na escuta e no diálogo com as comunidades, fornecem mais informações sobre suas condições materiais, ao mesmo tempo em que abrem os precedentes necessários para que se crie os vínculos que nos possibilitem sedimentar um trabalho de base política, no intuito de formação e conscientização dessas comunidades, com base nos seus próprios saberes e experiências, de modo que, uma vez instigados a essa organização política, se tornem protagonistas em torno da organização de suas demandas, sejam capazes de tecer elaborações para a sua superação e sejam igualmente

capazes de se articular junto ao poder público para pressionar que as mesmas sejam atendidas.

Devido às restrições ocasionadas pela pandemia, se torna complexa a proposição de encontros, rodas de conversa, atividades culturais, e outros tipos de atividades que se caracterizem por aglomeração de pessoas, uma vez que entendemos que o momento ainda é desfavorável, tal fato, se caracteriza como um dos desafios ao diálogo mais amplo e irrestrito, se configurando como uma barreira a um projeto de educação popular, capaz de trazer acessibilidade em termos de comunicação, que se valha de uma linguagem pautada por uma perspectiva Freiriana, onde a vivência e visão de mundo dos envolvidos são primordiais para o desenvolvimento de todo o processo.

O projeto de politização dessas comunidades atendidas, surge da intenção em realizar um trabalho de base permanente, que vise amenizar a situação de insegurança alimentar no qual grande parte dos brasileiros atualmente se encontra, nasce da orientação dos sindicatos, sensíveis ao agravamento dessa situação no momento da pandemia, tomando o cuidado de não assumir um caráter meramente assistencialista, para isso, buscamos o diálogo e as inserções de cunho político a cada entrega de cestas, resgatando um princípio dialético Freiriano de que as pessoas se libertam em comunhão.

Quando questionamos sobre as condições mínimas das famílias atendidas para evitar o contágio do coronavírus, nos deparamos com a realidade da constante desinformação e a descredibilidade da população junto aos meios de comunicação, além da divulgação de notícias falsas em larga escala, o que termina por construir uma atmosfera permeada pela dúvida e pela incerteza, naturalizando a situação altamente precária

a qual nos encontramos e contribuindo veementemente para o negacionismo científico.

Dentre os diversos desafios que se impõem especificamente a campanha de solidariedade, nos deparamos com uma conjuntura política atual permeada pelos desmontes da máquina pública, pela retirada de direitos trabalhistas e da capacidade de mobilização sindical, de um processo de precarização que aumenta gradativamente a informalidade e o desemprego. Sobrecarrega, ao mesmo tempo, que descredibiliza os serviços e o funcionalismo públicos, incutindo assim, a retirada de diversos direitos sociais, abstraindo do Estado uma série de responsabilidades e encargos que são transferidos única e exclusivamente ao indivíduo.

No que tange os processos de arrecadação, além da contribuição mensal dos sindicatos, é necessário um processo constante na divulgação da campanha, na renovação de materiais e no trabalho da militância em buscar o engajamento das demais parcelas da sociedade em prol das doações, trabalho esse que é dificultado por uma percepção (ou sensação) de normalidade que cresce a medida em que a vacinação vai sendo disseminada entre a população, e se agrava com aumento do desemprego e da insegurança alimentar.

Diante desses expostos, fica evidente para nós, a urgência em promover ações que desenvolvam a educação popular, que trabalhem com a ciência e a veracidade das informações, que se centrem pela ação solidária para a superação da condição de vida ou morte em que nos encontramos. É nesse sentido, que cada organização, partido, sindicato e militante da sociedade civil que compõe a Frente Popular Pelos Direitos trabalham para a construção de um campo popular, de uma práxis que

nos leve cada vez mais rumo a uma sociedade mais abrangente, mais justa e mais igualitária.

Referências

Bastos, P. N. (2020). A dialética do Engajamento, *MATRIZES*, 14(1), 193-220.

Baxter, R., & Lewis, E. (2020). *Effectiveness of vaccination during pregnancy*. Oxford University.

Freire, P. (1971). *Extensão ou Comunicação?* Paz e Terra.

Freire, P. (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Ed UNESP.

Freire, P. (2001). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Ed. Paz e Terra.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Ed. Paz e Terra.

Galindo, E. et al. (2021). Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*, 4.

Gomes, R. G. C., & Coutinho, I. M. S. (2020). “Corrente do Bem”: a narrativa como estratégia de implementação do jornalismo positivo no RJ1 [Trabalho apresentado em congresso]. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM, Virtual.

Lima, V. A. de (2015). *Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire*. Editora Universidade de Brasília/Fundação Perseu Abramo.

Marino, A. et al. (2021, 26 maio). Prioridade na vacinação negligencia a geografia da Covid-19 em São Paulo. *Estudo elaborado pelo Labcidade USP*. <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

Rigaurd, J. P. O., Verthein, U. P., & Amparo-Santos, L. (2021). Fome em tempos de pandemia de COVID-19. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 28(1), 01-13. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8662059>

Santos, L. A. S. V., Cardoso, V. A. R., & Machado, D. L (2021). *A práxis em Comunicação Popular da Frente Popular pelos Direitos na Michorregião de Barbacena - MG*. [Apresentação em Congresso]. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Virtual. <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/chamada-de-trabalhos-intercom-nacional-2021>

#BOLSONAROINCCORRÚPTÍVEL E A NARRATIVA ANTICORRUPÇÃO NO TWITTER COMO REAÇÃO AOS DESDOBRAMENTOS DA CPI DA COVID-19

*Marina Alvarenga Botelho¹
Mariane Motta de Campos²
Mayra Regina Coimbra³
Deborah Luísa Vieira dos Santos⁴*

Em 13 de abril de 2021 instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conduzida pelo Senado brasileiro, a fim de se investigar

-
1. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Paulista.
inabotelho@gmail.com
 2. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Paulista.
marianemottadecampos@hotmail.com
 3. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.
mayrarcoimbra@gmail.com
 4. Doutoranda em Com. pelo Prog. de Pós-Graduação em Com., da Univ. Fed. de Juiz de Fora. Prof. sub. do Dep. de Com. Social, da Univ. Fed. I de São João del-Rei.
deborahvieira@ufsj.edu.br

irregularidades nas ações e omissões do governo federal no combate à pandemia de Covid-19. A CPI da Covid-19, por vezes chamada de “CPI da Pandemia” ou, pela oposição ao atual governo, de CPI do “Genocídio”, tem interrogado desde servidores federais, ligados ou não ao Ministério da Saúde, Ministros e ex-Ministros da saúde, cientistas e médicos, bem como, figuras relacionadas a escândalos de corrupção, como é o caso dos “Irmãos Miranda” ou do empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan.

Em 25 de junho, o servidor federal Luis Ricardo Miranda e seu irmão, o Deputado Federal Luis Cláudio Miranda (DEM-DF) depuseram à CPI, trazendo à tona irregularidades na compra da vacina Covaxin, sugerindo a existência de um esquema de corrupção encabeçado por figuras próximas ao presidente Jair Bolsonaro, bem como o crime de prevaricação pelo presidente, que supostamente saberia do acontecimento e não tomou providências.

Como resposta à repercussão desse fato, a mídia tradicional brasileira e as redes sociais iniciaram conversações polarizadas: de um lado, os defensores do governo Jair Bolsonaro tentam blindar o presidente da associação de sua figura à corrupção, enquanto de outro lado, circulam *hashtags*, memes e postagens reforçando que, além de “genocida”, o presidente também é corrupto. Compreendendo, a partir do pressuposto de uma sociedade midiaticizada (Hjavard, 2012) o espaço das redes e da cibercultura como expansão da esfera pública (Gomes, 2005; Lemos & Lévy, 2010; Oliveira e Fernandes, 2011), e, portanto, como espaços de deliberação, de construção democrática e de cidadania (Castells, 2013), é de extrema importância observar os discursos nas redes para

se compreender não só a opinião pública, mas também, as narrativas construídas que compõe os jogos políticos no Brasil.

Nesse sentido, a presente investigação visa debruçar-se sobre as conversações de usuários da rede Twitter acerca dos desdobramentos da CPI, mais especificamente a partir do termo *#bolsonaroincorruptível*, *hashtag* que surgiu como reação ao depoimento dos Miranda. A coleta de dados foi feita pelo Netlytic e como metodologia de análise, optou-se pela Análise de Redes Sociais (ARS), a partir, principalmente, de Recuero *et al* (2018), bem como pela Análise de Discurso, com foco no conceito de memória discursiva, (Orlandi, 2020; Foucault, 2009), para os tuítes mais relevantes da rede encontrada.

Midiatização, Redes e Expansão da Esfera Pública

Midiatização, enquanto conceito, foi adotado há algumas décadas na academia tanto na Europa, quanto na América Latina (Verón, 1997) e é um termo cujo significado ainda está em construção (Braga, 2012). A midiatização é um processo de dupla face, tendo a mídia como um campo “semi-independente” da sociedade, exigindo aos demais campos e instituições que se adaptem e se submetam a ele, em menor ou maior grau (Braga, 2012; Hjarvard, 2012). Stig Hjarvard (2012) observa que os meios de comunicação moldam novos padrões de interação e, na midiatização, a própria mídia se confunde com os outros processos sociais e há uma virtualização da interação social. Para o autor, “A sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais” (Hjarvard, 2012, p. 54).

Nesse novo cenário, impulsionado pela popularização do acesso à internet e suas redes sociais online, o indivíduo torna-se não só “receptor”, como apontavam as primeiras Teorias da Comunicação, mas também emissor, crítico e disseminador de conteúdo, sem que a informação, muitas vezes, passe pelo crivo da imprensa, instância legitimada para tal função.

Ramonet (2012) também discute o crescente processo de midiatisação, considerando a passagem “das mídias de massa” para “à massa de mídias”. Segundo o autor, passamos por uma mudança cultural que foi colocada pelas tecnologias digitais, em que o jornalista tradicional perde o monopólio da novidade, da produção e da disseminação da informação. Dessa forma, Ramonet (2012) afirma que a informação não circula mais em sentido único. A circulação, que se dava antes sob a lógica “vertical”, que caracteriza a relação mídia e leitor, agora se dá de forma “horizontal” ou “circular”, em que o leitor também informa e participa dessa divulgação, podendo até mesmo se tornar o jornalista. O conceito denominado de web 2.0 permitiu potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização das informações, ampliando os espaços para a interação entre os usuários (Primo, 2007). Ramonet (2012) aponta para a problemática dessa nova lógica comunicacional: a grande mídia perde o seu sentido, não tendo mais um objetivo claro diante da enxurrada de informações.

Crise de Representação Política e o Contexto Brasileiro

Para compreender a eleição de Bolsonaro e os seus discursos, torna-se crucial entender, além dos processos de midiatisação da sociedade, a crise de representação política vivenciada no Brasil, fator também

responsável pelo resultado do pleito de 2018. No país, a relação entre representantes e representados esteve - e ainda é - marcada pelas relações de interesses pessoais, troca de favores e fidelidade a um indivíduo (Martins, 2019). Para Baquero E Vasconcelos (2013), o problema da representação encontra-se enraizado na própria estrutura, uma vez que o partido político, instância capaz de exercer a mediação entre políticos e cidadãos comuns, não consegue exercer esse papel. Nesse contexto, “quando as instituições estão desacreditadas, neste caso os partidos, entram em cena o personalismo, o privatismo e as relações sociais que atuam à margem dos canais convencionais de mediação política, produzindo uma democracia inercial” (Baquero & Vasconcelos, 2013, p. 14).

Para Albuquerque & Dias (2002), a decadência dos partidos políticos, enquanto organizadores das demandas sociais e representantes das clivagens existentes, deu-se a partir do aumento da relevância dos meios de comunicação na decisão do voto. Mesmo nos períodos democráticos observados antes da ditadura, a votação deu-se de forma nominal e personalista. O eleitor vota em quem melhor defenderá seus interesses. Joyce Martins (2019), considera que outros fatores podem justificar esse declínio dos partidos e a perda de força das siglas, como o aumento da complexidade social e a multiplicação de identidades. Todavia, a autora considera que, no Brasil, historicamente, as relações entre político e eleitores sempre foram de caráter personalista. Isto é, a atenção do eleitorado sempre esteve voltada a uma liderança. Nesse sentido, o voto há muito já possuía caráter pessoal, “ainda que, agora, essa relação pessoal tenda a ocorrer de forma midiaticizada” (Martins, 2019, p. 44). Assim, há que se considerar a relevância dos meios de comunicação na decisão do voto e nos processos políticos.

Outro fator relevante no cenário vigente é o descrédito na política e nos partidos tradicionais e seus agentes por parte da população. Como exemplo, no cenário de 2018, em que se elegeu Bolsonaro, têm-se a Operação Lava Jato e suas revelações e prisões, impeachment da presidente Dilma (PT), prisão do ex-presidente Lula (PT) e impedimento de sua candidatura à Presidência, acusações que chegaram até Aécio Neves (PSDB), manifestações populares e a rearticulação da extrema-direita encabeçada por movimentos conservadores e religiosos, uso mais estratégico das redes sociais, de *fake news* e desinformação. Esse cenário resultou em uma crise política e institucional, e, posteriormente, na eleição de um presidente considerado como “anti-sistema” e “antipolítico”, Jair Bolsonaro (na época, filiado ao PSL), a partir de uma tentativa de se distanciar do estigma da corrupção.

O discurso antipolítico elevou agentes ao poder ao longo da história e cenários de crises políticas, sociais e econômicas, em especial, tornam-se solo fértil para a ascensão de *outsiders* (Levitsky & Ziblatt, 2018). Fazendo um breve voo sob a história da política mundial, pode-se elencar algumas figuras icônicas, como: Adolf Hitler, governante da Alemanha de 1934 a 1945; Hugo Chávez, presidente da Venezuela de 1999 até sua morte, em 2013; Alberto Fujimori, presidente do Peru de 1990 a 2000; Fernando Collor de Mello, que governou o Brasil de 1990 a 1992; Donald Trump, ex-presidente dos EUA, eleito em 2016; Bolsonaro, atual presidente do país, eleito em 2018, dentre outros.

Adolf Hitler (1889-1945) pertencia ao exército alemão e devido sua trajetória na carreira militar foi indicado como chanceler da Alemanha, em seguida assumiu o governo do país. A Alemanha da época encontrava-se em uma profunda crise, gerada pela derrota na primeira guerra

e os impactos da Grande Depressão de 1929. Hitler com sua oratória e carisma teve sua carreira política impulsionada pelo apoio dos políticos conservadores da época, que acreditavam poder controlá-lo. Ainda, o líder nazista utilizou da ascensão e potencialidades do rádio para disseminar seu discurso. “Se surge um outsider carismático, ganhando popularidade ao desafiar a velha ordem, é tentador para os políticos do *establishment*, que percebem que seu controle está se desfazendo, buscar cooptá-lo” (Levitsky & Ziblatt, 2018, p. 27).

Na América Latina, uma figura marcante é Hugo Chávez (1954-2013). Chávez teve sua origem no meio militar e foi preso por liderar um golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Perez. O venezuelano chegou a afirmar que voltaria pela “porta da frente”, e foi o que aconteceu em 1998. Chávez, em um contexto de descrença política da população venezuelana, elegeu-se presidente da Venezuela.

Geralmente, os outsiders populistas colocam-se como representantes da “voz” do povo, entram em guerra contra a elite corrupta e conspiradora, negam a legitimidade dos partidos e os ataca, colocando-os como antidemocráticos e antipatrióticos e, quando chegam ao poder, tendem a atacar as instituições democráticas e os pilares da democracia, como a própria imprensa (Levitsky & Ziblatt, 2018). E, nesse aspecto, mesmo Bolsonaro tendo uma carreira política anterior ao cargo na Presidência, sua postura e discursos se afastam do considerado como pertencente à política tradicional e, portanto, foi apresentado como *outsider*.

Mais recentemente, a eleição de Donald Trump (1946) pelo Partido Republicano, em 2016, nos Estados Unidos, demonstrou as potencialidades da internet e instituiu um novo jeito de se fazer campanha, copiado por muitos, inclusive, pelo atual presidente do Brasil. Trump é uma

celebridade polêmica, o qual ganhou cobertura da mídia tradicional ao gerar controvérsias. Ainda, o candidato utilizou das redes sociais, como Facebook e Twitter, como ferramentas de campanha. Igualmente, enquanto candidato, utilizou do disparo de *Fake News*, para desbancar sua oponente no caminho à Casa Branca.

No entanto, pode-se afirmar que esse processo acaba por ser uma ironia, já que a campanha de Barack Obama, em 2008, também impulsionada pelas redes sociais, mostrou-se totalmente diferente à campanha de Trump (Castillo, 2018). A eleição de Trump acabou por demonstrar as ambiguidades dos usos e apropriações das redes sociais online, na prática. E, alguns dos *outsiders* que chegaram ao poder no Brasil também são exemplos de como as campanhas em mídias alternativas podem contribuir para alavancar candidatos “não-políticos”. Cesarino (2020) explora esse cenário de populismo digital, no qual os discursos dos líderes visam atravessar as mídias tradicionais, atacando-as como corruptas ou mentirosas, e utilizando-se de disparos em massa a partir de redes sociais como WhatsApp. As mensagens, normalmente, simplificam as teias sociais e polarizam a sociedade a partir da ideia de amigo versus inimigo, com alta presença de memes e apelo emocional.

Sobre a relação entre as redes sociais, o populismo e o crescimento da extrema-direita e de regimes autoritários, Cesarino (2020) discute, a partir de um paralelo entre o caso de Jair Bolsonaro e do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, como as diferentes formas de nacionalismo, anti-elitismo, anti-secularismo e outras pautas, podem estar relacionados à tendência mundial de financiamento de (e por) sistemas neoliberais junto à digitalização da vida. Somado a esse cenário destaca-se os conceitos de pós-verdade e de desinformação. A autora destaca, ainda,

como Bolsonaro e Modi cresceram em discursos de *anti-establishment* e anti-corrupção, tendo como alvos de ataque os partidos tradicionais.

Ângel Arellano (2018) apresenta a crise política vivenciada pelo Brasil como importante fator na candidatura e eleição de *outsiders*. Em 2018, o Brasil pode observar uma polarização acirrada na corrida à Presidência, contudo, encabeçada por Bolsonaro (até então pelo PSL) e Fernando Haddad (PT). O “Trump dos trópicos”, como ficou conhecido, utilizou uma campanha parecida com a do republicano em 2016.

Jair Messias Bolsonaro serviu ao Exército Brasileiro antes de ingressar na política. Na vida pública, foi eleito em 1988 para vereador do Rio de Janeiro capital. Depois foi eleito Deputado, pelo estado do Rio. Bolsonaro ficou quase 30 anos na vida política, antes de ser eleito presidente, e mudou de partido nove vezes e, agora, governa o país sem estar filiado a qualquer partido.

Para Arellano (2018), os *outsiders* são atores sociais que aparecem na cena política colocando-se como alternativa à política tradicional, avessos à corrupção e ao abuso de poder. Dentre eles, existem indivíduos que já passaram por cargos públicos ou se candidataram no passado, como foi o caso de Bolsonaro. Entretanto, a postura adotada pelos *outsiders* e a forma com que eles fazem política se diferenciam – ou se diz diferenciar – do *establishment* político ou encontra-se à margem dele. E, conforme afirma Arellano (2018, p. 120), “*La elección de un outsider comienza a convertirse en la constante de muchos países que estan sumidos en profundas crisis políticas y económicas*”.

Esses caráter antipolítico e antiestablishment não são novidades, no entanto, na história da política brasileira. Jânio Quadros e Fernando Collor, por exemplo, também se colocavam como *outsiders*, com um

discurso fortemente pautado no combate à corrupção, junto à agenda liberal. Para Avritzer (2021), o governo Bolsonaro se individualiza desses casos uma vez que uma de suas principais estratégias está na comunicação via redes sociais online, onde consegue estabelecer um canal de comunicação direto e próprio com seus apoiadores: “O bolsonarismo degrada as instituições a partir de uma rede impressionante de geração de *fake news*”. (p.17). Rocha e Solano (2021) argumentam que, ainda nesse contexto, quanto maior a crise (anti)política, maior a radicalização do governo Bolsonaro, que foca no desprezo às instituições, principalmente com ataques constantes ao judiciário e à mídia, tendo a corrupção como centro argumentativo.

A operação Lava-Jato, que investigou a corrupção e organização criminosa, em que políticos recebiam propinas de grandes empreiteiras em troca de contratos com estatais, foi muito pautada pela grande mídia, que condenou lideranças políticas tradicionais. Nesse sentido, desde as Jornadas de junho de 2013, a pauta “anticorrupção” foi muito reverberada. Kalil (2018) aponta que apesar do eleitorado de Bolsonaro ser composto por uma diversidade de pessoas e grupos, ainda assim é possível apontar determinados valores difusos capturados pela figura do “cidadão de bem”. Dessa forma, em 2016, conforme o autor, o conceito de “cidadão de bem” vai encontrar um refinamento de sentido na combinação com o discurso anticorrupção. O “cidadão de bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos.

Discurso, memória discursiva e a corrupção

Toda e qualquer comunicação humana acontece por meio das diferentes linguagens, sendo que “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (Orlandi, 2020, p.23). O discurso, por sua vez, ultrapassa a concepção estruturalista de língua e pode ser compreendido como “efeito de sentido entre interlocutores” (Orlandi, 2020, p. 20), definição que explicita que sempre haverá relação entre sujeitos na produção de sentidos de quaisquer discursos, e, que todo sujeito comunica a partir de determinado posicionamento histórico no mundo, perpassado por suas contingências materiais. Nesse contexto, para o campo da análise de discurso de origem pecheutiana, área teórica-metodológica sobre a qual esse trabalho se respalda, a linguagem está, necessariamente, materializada na ideologia, que, por sua vez, se manifesta no uso social da língua. Para Orlandi (2020, p.15), então, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

Entende-se, nesse campo teórico, que dizer algo no mundo, que um vírus mortal causa apenas uma “gripezinha”, nunca é um ato inocente ou sem consequências. Ainda em 1970, Foucault questiona: “mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 2009, p. 8). Podemos afirmar que o perigo reside na aparente “neutralidade” e transparência da língua, mas que sabemos ser controlada, selecionada, organizada e distribuída de acordo com relações ideológicas e de poder, como afirma o autor. É por isso que o discurso é objeto de desejo: deseja-se ter o poder de discurso, e isso fica claro nas estratégias políticas do populismo digital, que frequentemente

questionam as instâncias mediadoras do conhecimento, colocando, em xeque, também, a própria noção de verdade. Em outras palavras: quem controla o discurso, controla a verdade e não é à toa que um dos principais lemas do presidente Jair Bolsonaro seja o versículo bíblico “E conhecereis a verdade e a verdade os libertará”.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da análise de discurso, que visa, a partir de um dispositivo teórico de análise, compreender como as interpretações discursivas funcionam, procurando explicitar os processos de significação presentes no texto e “escutar” os sentidos ali possíveis, refletindo como se constituem. Além disso, visa compreender como o texto “organiza gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido.” (Orlandi, 2020, p.25).

Para isso, acionamos alguns dispositivos teórico-conceituais, no presente trabalho, como o conceito de “memória discursiva” ou interdiscurso. A partir desse conceito, busca-se refletir as condições de produção do discurso (contexto sócio-histórico ideológico), que consiste na posição do sujeito que fala, assim como a memória que é acionada para a produção de sentidos, bem como as circunstâncias de enunciação, ou seu contexto imediato.

Trazer a #bolsonaroincorruptível aos *Trend Topics* do Twitter não é uma ação ingênua ou orgânica. A corrupção é um assunto caro aos bolsonaristas, já que grande parcela dos que ainda apoiam o presidente tem, como base, o discurso antipetista, que enxerga o Partido dos Trabalhadores como intrinsecamente corrupto. Nesse sentido, uma das estratégias previamente identificadas no presente trabalho, é a de que só se constrói o discurso de Bolsonaro como incorruptível porque já existe esse discurso do PT como corrupto. Para Foucault (2009, p. 24), essa

estratégia do comentário “conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado”.

Em outras palavras, ao trazer #bolsonaroincorruptível, há, embora com elementos novos, uma constante atualização daquele discurso primeiro, permanente e reatualizável. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso comentado não é necessariamente novo ou original, principalmente por sua dependência da pré-existência daquele discurso primeiro (O PT é corrupto). “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2009, p. 24). A novidade é o próprio fato de se trazer aquele discurso à tona novamente, e não necessariamente seu conteúdo, mas o *ato*. Podemos, então, questionar: qual o objetivo, portanto, do sujeito que atualiza esse discurso primeiro? Essa seria uma das questões que pretendemos esclarecer durante a análise.

Compreendendo o discurso da impossibilidade de corrupção do Presidente Jair Bolsonaro e a constante referência (ou acionamento da memória) à corrupção praticada por outras instâncias sociais, viu-se necessário aprofundar-se sobre o conceito de memória discursiva, ou interdiscurso. Para Orlandi (2020), o conceito pode ser definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” ou “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (p. 29). Vale destacar, ainda que é por meio do interdiscurso que nos remetemos a uma filiação de dizeres, a uma memória, e passamos a

poder compreendê-lo a partir dos compromissos políticos e ideológicos que carrega. (Orlandi, 2020, p. 30).

Procedimentos Metodológicos

O presente artigo visa investigar as conversações de usuários na rede Twitter acerca dos desdobramentos da CPI da Covid-19, mais especificamente, a partir do termo *#bolsonaroincorruptível*, *hashtag* que surgiu e ocupou os *Trending Topics* da rede no dia 25 de junho, como reação ao depoimento dos Irmãos Miranda na CPI, que afirmaram que Jair Bolsonaro sabia das supostas irregularidades na compra da vacina Covaxin e não tomou providências acerca dos processos de corrupção.

Para isso, respalda-se na metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), para identificar atores, padrões e comportamentos na rede formada em torno do assunto, em diálogo com a análise de discurso, que permite aprofundamento no debate ao olhar para os textos que mais circularam nessas redes.

A coleta dos tuítes foi feita no dia 26 de junho, pelo site Netlytic, uma vez que o seu sistema captura um intervalo de até sete dias de publicações. Foram coletados 10 mil tuítes. A escolha pela rede se deu por esta ainda manter sua API⁵ aberta e porque os usuários brasileiros mantêm forte presença na rede, incluindo o próprio presidente, que a utiliza, por vezes, como fonte oficial de pronunciamentos.

A análise dos dados se dá em duas partes: a primeira visa analisar a rede de conversação, identificar os principais atores e seus aspectos, a fim de se compreender padrões de comportamento e como se dá a

5. *Application Programming Interface* (API) é a interface de programação de uma aplicação. Por ser aberta, permite realizar esse tipo de coleta.

propagação e a adesão ao discurso vinculado. Para Recuero (2018), “as redes sociais são metáforas para a estrutura dos agrupamentos sociais” (p.23) e, por conseguinte, as redes sociais online traduzem relações dos espaços offline, bem como também compreende-se esses espaços como ampliação da esfera pública, e, portanto, produzem e circulam debates e opiniões públicas (Recuero, 2018; Oliveira & Fernandes, 2011)

A metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), nesse contexto, “refere-se a uma abordagem de cunho estruturalista das relações entre os atores e a sua função na constituição da sociedade” (Recuero, 2018, p. 39). Por meio de um conjunto de métricas e técnicas, visa identificar as relações existentes entre os atores sociais de determinado grupo ou rede.

Utilizamos o software Gephi para rodar uma visualização da rede (grafo), a partir da conexão (arestas) entre esses atores sociais (nós). Utilizamos o *algoritmo Force Atlas 2*, que como apontam (Jacomy et al., 2014, como citado em d’Andrea, 2016), é baseado na relação de forças e na proximidade das associações entre os atores, ou seja, entre os retuítes e os perfis que retuitaram ou foram retuitados.

Como filtros operacionais, optamos por analisar o grau de entrada dos atores (quantidade de conexões que um nó recebe), representados por pontos (nós), cujo tamanho, na imagem, é proporcional ao número de conexões feitas, bem como o de modularização, que permite identificar os principais agrupamentos ou *clusters* na rede. Essa segunda métrica é importante uma vez que, de acordo com Recuero (2018), “a probabilidade de uma nova conexão ser criada dentro dos grupos é maior que a probabilidade de uma nova conexão ser estabelecida fora dos grupos internos da rede” (p. 78). Assim, a modularidade identifica as comunidades mais densamente conectadas entre si e mais fragilmente

conectadas fora de si. Um grupo com coeficiente de modularidade mais alto tende a ter uma taxa mais eficiente de transmissão de informação, em comparação a uma comunidade menos densamente conectada. Essa métrica pode lançar luz a formas de organização de grupos bolsonaristas e de oposição.

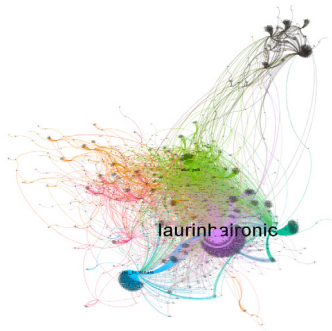
Em um segundo momento, utiliza-se a base teórico-metodológica da Análise de Discurso, principalmente a partir de Orlandi (2020) e Foucault (2009), refletindo os cinco tuítes que mais circularam na rede, com a finalidade de se compreender (quais são e como se dão) os sentidos ali gerados.

Estudo de Caso da #BolsonaroIncorruptível

O grafo da Imagem 1 representa um recorte da rede total encontrada, enquanto a Imagem 2 representa a rede com apenas os cinco *clusters* principais. De forma geral, nota-se que não há grandes diferenças ou autonomia dessa rede para além dos principais atores sociais, o que pode indicar baixo diálogo, coesão ou reciprocidade na rede, que existe em torno de poucos atores sociais. Esse resultado pode indicar a presença de *influencers* e de alto número de compartilhamentos, mas sem troca comunicacional. Interpretamos esse tipo de ação como “disparos” de retuítes, mas que pouco se comunicam para fora de seus próprios agrupamentos sociais.

Imagem 1

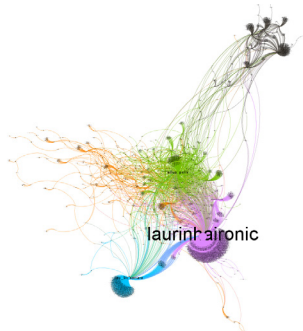
Grafo da rede completa



Elaborado pelas autoras.

Imagem 2

Cinco principais clusters da rede



Elaborado pelas autoras.

O Quadro 1 compara as métricas entre os dois grafos, e o Quadro 2 mostra o tamanho de cada *cluster* na rede (Imagem 2). A partir dos dados do Quadro 1 podemos confirmar que a rede estudada é uma rede pequena, com os diâmetros 9 e 6, respectivamente, o que indica que o caminho mais longe de um tuíte a outro é passando por nove nós. Já na rede dos *clusters* principais, esse caminho é ainda menor, passando, no máximo, por seis nós, o que corrobora a ideia da dificuldade de uma informação sair de seus próprios grupos sociais. Esse tipo de ação, que enfatiza a circulação massiva de conteúdo dentro de uma própria rede pode causar a sensação de força daquela rede para quem está dentro dela.

Quadro 1

Métricas comparando a rede completa e a rede dos cinco principais clusters.

Rede	Total	5 principais clusters
Densidade	0	0,001

Diâmetro	9	6
-----------------	---	---

Elaborado pelas autoras

Em termos de densidade, o valor reflete a quantidade de conexões de uma rede em relação ao número possível de conexões. Como aponta Recuero (2018) “quanto maior a densidade, mais interconectado o grafo está”. Na rede total, o valor encontrado foi de zero, indicando uma ausência de coesão entre os membros, que, provavelmente, se conectam por um único interesse: o de defender a impossibilidade de corrupção de Bolsonaro. O que os dados podem sugerir, nesse caso, é o ato de retuitar de forma “avulsa”, sem diálogo ou conexão estabelecida entre os membros. É muito mais um *statment*, ou um retuíte de apoio ou reforço de uma crença pessoal, do que convidativo ao debate.

Outro ponto importante a ser ressaltado, ainda sobre esses dados, é o de que, com a densidade de 0,001 no grafo com os *clusters* principais, temos uma rede um pouco mais densa do que a anterior, o que pode sugerir, de acordo com Recuero (2018), que, por ser uma rede mais conectada que a outra, provavelmente funciona em torno de menos fonte, mas agindo de forma mais intensa no compartilhamento, enquanto na primeira rede, observa-se um comportamento mais disperso e que ainda dá voz a outros atores menos relevantes.

Quadro 2

Informações sobre os cinco principais clusters

Cluster	% da rede
Cluster 1 (lilás)	26,41
Cluster 2 (verde)	11,11

Cluster 3 (azul)	10,42
Cluster 4 (preto)	9,14
Cluster 5 (laranja)	6,6

Elaborado pelas autoras

Dos 25 tuítes mais relevantes dessa rede foi possível identificar algumas categorias recorrentes, sendo que a maior delas foi a de tuítes que realizam (I) campanhas para subir hashtags ou com post memético equivalendo a 36% das publicações. O segundo tipo de conteúdo mais vinculado foi o de (II) ataque à mídia, com 28%, seguido por 12% de posts de (III) oposição ao Bolsonaro. Os temas (IV) ataque à CPI, (V) voto impresso e posts remetendo à (VI) corrupção e ao PT, representaram, cada uma, 8% da rede.

Dos cinco tuítes que tiveram maior número de retuítes, dois são de ataque à mídia, incluindo o mais retuitado, e um de ataque à CPI, demonstrando os posts mais como reação e negação do que como algum tipo de construção argumentativa para rebater as acusações feitas sobre Jair Bolsonaro.

O Post 1 (que circulou no Cluster 1), diz: “E a Folha que ouviu um cara que segundo a Astrazaneca, NUNCA TRABALHOU COMO INTERMEDIÁRIO para a Astrazaneca. [Emoji de chorando de rir] Eles tentam tentam, mas não adianta é #BolsonaroIncorruptível”. Aqui, a ideia de “Bolsonaro incorruptível” evoca, necessariamente, e pela negação, a ideia do corruptível, da corrupção. A memória discursiva ativada aqui, dado o contexto político e de crise na política brasileira, discutida no referencial teórico do presente artigo, é a de que, para alguém ser incorruptível, outro alguém foi corrupto. Esse alguém é o ex-presidente

Luís Inácio Lula da Silva (PT). O discurso do PT como o “partido mais corrupto do Brasil” ou de Lula como ladrão é um dos mais fortes (e a verdade) para os apoiadores mais fervorosos de Bolsonaro. O antipetismo ainda é o que mantém grande parte dos apoiadores do atual presidente, e a figura do PT e de Lula são, para esses seguidores, necessariamente ligadas à corrupção. Bolsonaro, para eles, e para a narrativa que tem sido construída pelo/sobre o “mito”, é a de que somente ele, o herói, foi e é capaz de manter Lula e o PT fora do poder. Ungido por Deus, o “Messias” é o cavaleiro que lidera a luta do bem contra o mal (Lula, PT, corrupção, comunismo etc). Para esse contexto bolsonarista, o inimigo (criado também por eles mesmos) está em todo canto, pode ser interno ou externo, e seu único objetivo é destruir o país, e Bolsonaro é o grande herói que está impedindo isso de acontecer.

Nesse cenário, a todo tempo, há a tentativa de se derrubar o herói, e, na fala ressaltada, tanto a CPI, quanto a Folha de São Paulo (veículo que ocupa o lugar de qualquer um da mídia tradicional no contexto discursivo dos bolsonaristas), fazem parte desses inimigos, por investigarem um sujeito que, a partir de sua denúncia, cria um vínculo de Bolsonaro com possíveis culpados no caso das compras ou tentativas de compras irregulares de vacina. Além disso, retomando-se a ideia da memória discursiva, que diz respeito à corrupção praticada pelo PT, ressalta-se o esquecimento. Lula foi inocentado das acusações de corrupção, mas interdita-se a própria memória, pois esse fato não é trazido à tona. Pelo contrário, passa-se a construir uma memória futura, sobre como todos os inimigos tentaram derrubar Bolsonaro, mas eles não conseguiram, pois o presidente, como herói, não é passível de ser relacionado à corrupção. No caso, a corrupção equivale, portanto, a um dos grandes “pecados”

políticos, a um dos maiores valores para os apoiadores do presidente, e, portanto, Bolsonaro, não pode ser, de maneira alguma, ligado a esse conceito, pois é justamente por meio da narrativa da corrupção e do antipetismo que se construiu a grande base de apoio de Jair.

Já o segundo post mais circulado, o Post 2 (também do Cluster 1), diz: “Imagine a chatice que vai ficar esse país se o Biroliro sair da presidência. Será o maior tédio! Precisamos ver a segunda temporada, taoquei. Bom dia! #BolsonaroIncorruptivel”. Essa postagem é baseada em uma construção memética⁶, que argumenta que, sem Bolsonaro na presidência, não haveria “graça” no país. Pode-se compreender, portanto, que o autor considera “Biroliro” como um sujeito que quebra o tédio, que é divertido e também incorruptível. A “segunda temporada”, no caso, pode fazer alusão à candidatura à reeleição de Bolsonaro em 2022. O autor utiliza, ainda, termos falados pelo próprio presidente, como o conhecido “Tá ok”, ou “taoquei”. No entanto, não argumenta, para além do tédio sem o presidente no poder, porque ele seria incorruptível.

O Post 3 (presente no Cluster 3) por sua vez, diz: “Então os autores de MPs pra comprar a Covaxin foram Omar e o IRMÃO do Renan? Randolfinho foi o relator e deu parecer favorável? E Ranan sabia de tudo???? #RenanSabiaDeTudo Ehhh a casa caiu pra eles e #BolsonaroIncorruptivel” (Jac, 2021).

O Post 3 (que não faz parte dos 5 principais clusters) evidencia um dos problemas e limitações da pesquisa com redes sociais online: a efemeridade das postagens. No momento da coleta, o link anexo ao

6. O meme é um tipo de linguagem da internet, normalmente associado a situações de humor, ironia e sarcasmo, normalmente construído a partir de materiais preexistentes.

post existia, mas já em momento da análise, não está disponível pois o autor da conta não existe mais. “Deletar” contas pode sugerir que determinada conta foi denunciada ao Twitter por espalhar fake News ou desinformação e foi removida pela rede, ou ainda, que o próprio autor a apagou. Nas redes bolsonaristas, como pesquisadoras, não raro nos deparamos com contas falsas, contas que divulgam conteúdo falso e robôs. Portanto, podemos, pelo contexto, apenas presumir que o link divulgado era de alguma matéria jornalística (ou não) que sugeria algum envolvimento do Senador Renan Calheiros com a compra das vacinas. Em uma busca rápida pelo Twitter, utilizando a #renansabiadetudo não encontramos esse link. Pode estar fazendo referência

Por sua vez, o Post 4, de forma mais direta, evoca a memória discursiva relacionando “extrema-imprensa” aos termos “extrema-direita” ou “extrema-esquerda”. O post consiste em: “A nova narrativa da extrema-imprensa é dizer que os eleitores do Bolsonaro estão arrependidos. Tem alguém arrependido aqui? #BolsonaroIncorruptível”. Por vezes, apoiadores de Bolsonaro tendem a classificar a esquerda, aliás, o PT, que é de centro-esquerda, de extrema-esquerda, apesar da pouca evidência para caracterizá-la dessa maneira. Por outro lado, o governo de Jair tem sido chamado por veículos de mídia internacionais e nacionais, bem como por cientistas sociais, historiadores, antropólogos e outros pensadores, de extrema-direita, sendo comparado, inclusive, a governos autoritários e fascistas contemporaneamente, como o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán. A postagem é baseada, ainda, na negação. Existe uma narrativa e o post vem para negá-la. A narrativa é de que os eleitores de Bolsonaro estariam arrependidos, e por isso, o autor sente a necessidade de dizer que não há ninguém arrependido ali, visando

continuar a criar os vínculos na rede e se antecipar para negar uma possível outra verdade, para além de sua própria.

Sobre isso, podemos retomar o conceito de Foucault (2009) da vontade de verdade. O sujeito opta por reforçar, novamente pela negação, que não há arrependidos, e divulga essa sua verdade já pressupondo que os sujeitos que irão interagir com essa mensagem pensam da mesma forma, possuem a mesma verdade. Nesse caso, pode-se afirmar que essa vontade de verdade é uma vontade de se construir uma verdade, aquilo em que o sujeito acredita. É, então, uma tentativa de impor uma verdade ao outro, e portanto, de se criar uma verdade. Além disso, visa validar uma verdade em meio a uma diversidade de verdades, pois todos querem estar do lado “correto”, e “verdadeiro”. Estar do “lado da verdade” gera segurança ao sujeito, que passa a enxergá-la como única possível. O algoritmo das redes, sendo homofílico, colabora com esse tipo de interação, uma vez que reforça a interação entre conteúdos e sujeitos que já pensam de forma semelhante e possuem comportamentos semelhantes. O sujeito, respaldado por esse tipo de interação, não se deixa levar por outras verdades ou desejos que não os seus, e essa construção social da verdade acaba sendo atravessada por relações de poder, uma vez que quem detém o discurso, detém o poder.

Por último, o Post 5 (presente no Cluster 4) se diverge dos anteriores por ser, a partir de um comentário irônico, de oposição à Bolsonaro. Ao dizer: “Ahammm, sei [emojis chorando de rir] #BolsonaroIncorruptivel (Sra.John #Vacinasim #ForaBolsonaro, 2021)”. A postagem replica o print de um post de Carlos Bolsonaro, filho do Presidente Jair Bolsonaro, feita em 20 de outubro de 2015, cujo texto é: “Todo mundo proximo do Lula é envolvido em corrupção, menos ele. Incrível como esse homem

consegue ser pro no meio de tanto familiar ruim!”. Na réplica, a autora utiliza substitui “Lula” por “MEU PAI”, riscando onde está escrito Lula e escrevendo o novo texto por cima. Pode-se afirmar que o post sugere sentidos a partir da memória discursiva que relaciona o PT e o ex-presidente Lula à ideia de corrupção. No entanto, diferentemente das postagens bolsonaristas que visam construir a imagem de Bolsonaro como incorruptível sempre em diálogo e negação à figura de Lula, dessa vez, a autora utiliza o argumento de porquê Lula seria corrupto, nas palavras de Carlos Bolsonaro, aplicando-o à situação de Jair Bolsonaro. Essa estratégia discursiva visa parear, portanto, a imagem de Bolsonaro à de Lula, ambos sendo corruptos. O texto que precede a imagem, “Ahammm, sei”, é uma construção coloquial e irônica que reforça a dúvida da impossibilidade da corrupção de Bolsonaro, questionando o “cidadão de bem” se ele realmente acredita naquilo, a partir do deboche.

A partir das análises é possível observar uma polarização na rede, na rede de cor preta em relação aos outros clusters, justamente a rede onde circulou o Post 5. No entanto, não é uma polarização de peso equivalente, uma vez que, a #bolsonaroincorruptível foi retuitada por críticos ao governo, rebatendo a hashtag subida pelos apoiadores. Ao optarem por utilizar a mesma hashtag de mobilização do grupo de apoio ao presidente, a oposição acaba dando visibilidade à pauta e contribuindo para a conversação nas redes. Os atores da rede de oposição não aparecem com alto grau de entrada nem centralizadores dos clusters, indicando, possivelmente, atos isolados de reação à rede bolsonarista, a partir da hashtag.

Vale ressaltar, ainda, a grande presença de contas que aparentam ser falsas (com poucos seguidores e postagens, nomes genéricos e criadas

há pouco tempo, com somente retuítes), ou, ainda, robôs. Outra parte aparenta ser de um grupo articulado de bolsonaristas que fazem campanha para fortalecer a direita por meio do recurso “me siga que eu siga de volta”, e que possuem o único objetivo de postar e retuitar conteúdo político de apoio a Bolsonaro. Grande parte desses perfis tendem a circular conteúdos desinformativos, falsos, inflamatórios e meméticos.

Considerações Finais

O presente artigo pretendeu investigar as redes de conversação no Twitter em torno da *#bolsonaroincorruptível*, termo que ganhou os *Trending Topics*, bem com identificar quais os sentidos discursivos que circulam nessas redes. Como resultados, após realizar análise da rede e dos discursos (tuítes mais frequentemente retuitados), compreendemos que a grande maioria da rede em questão pauta-se por “disparos” de tuítes, com compartilhamento em massa dos conteúdos, mas sem muito diálogo.

Entende-se que a composição dessa rede corrobora com a hipótese das “bolhas” de interação, nas quais, quanto mais densas, mais focadas em fontes únicas de informação elas são, e menos prováveis de dialogarem com outras redes ou outras *verdades*, que não a deles mesmos.

Os principais discursos que circularam foram relativos a ataques à mídia e à CPI, sempre rememorando o discurso dessas instâncias como corruptas, e, principalmente, retomando a figura do PT e de Lula como corruptos, sendo que, Bolsonaro, por negação (indicada pelo prefixo *in*), deve se opor ao ex-presidente, seu “arqui-inimigo”. Essa narrativa reforça a existência de Jair Bolsonaro como um herói do bem que luta contra o mal, e, por ser “ungido por Deus”, é o único capaz

de manter o PT fora do poder. Seus apoiadores respaldam e criam os sentidos dessa narrativa, sempre posicionando-se ao lado dessa como a única verdade” possível.

Por fim, compreende-se a limitação do trabalho, que analisa apenas um pequeno recorte de uma enorme e infinita rede de conexões, como também se debruça sobre o discurso de apenas cinco dos principais tuites que circularam. Vale ressaltar que não existiu a pretensão de se esgotar o assunto, mas de criar algumas primeiras pontes, com o uso das metodologias de ARS e de Análise de Discurso, entre a formação de redes e o funcionamento das narrativas que as compõe.

Referências

- Albuquerque, A., & Dias, M. R. (2002). Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 2(2), 309-326
- Arellano, A. (2018). Sociedad y partidos políticos: ¿divorcio o relación en picada? En Konrad Adenauer Stiftung. *Diálogos Políticos. Sociedad Civil y Partidos Políticos*, XXXIV(1), 114-123.
- Avritzer, L. (2021). Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. En L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona (orgs), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Autêntica
- Baquero, M., & Vasconcelos, C. de. (2013). *Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil*. V Congresso da Compolítica, Curitiba, PR, Brasil.

- Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. En M. A. Mattos, J. Janotti Júnior, & N. Jacks (orgs). *Mediação & Mdiatização*, 29-52.
- Castells, M., & Medeiros, C. (2013). *Redes de indignação e esperança*. J. Zahar.
- Castillo, C. (2018). La relación subsidiaria entre partidos y sociedade civil. En Konrad Adenauer Stiftung. *Diálogos Políticos. Sociedad Civil y Partidos Políticos*, XXXIV(1), 62-72
- Cesarino, L. (2020). Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(1), 404-427.
- d’Andrea, C. (2016) #vergonhabrasil: controvérsias mdiatizadas no Twitter durante e após o jogo Brasil 1x7 Alemanha. *Intercom – RBCC*, 39(3), 99-114.
- Foucault, M. (2009). *A ordem do discurso*. Loyola.
- Gomes, W. (2005). A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – Estudos midiáticos*. VII, 214-222. Unisinos.
- Hjarvard, S. (2012). Mdiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, 5(2), 53-91. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91>

Kalil, I. (2018). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro* [Relatório]

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>

Jac [@Jac_Bolsonaro]. (2021, junho 27). Então os autores de MPs pra comprar a Covaxin foram Omar e o [Imagem anexada] [Tweet]. Twitter. https://twitter.com/Jac_Bolsonaro/status/1409335057697935371

Lemos, A., & Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. Paulus.

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Editora Zahar.

Lévy, P. (1998). A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Revista Famecos*, 5(9), 37-49.

Martins, J. M. L. (2019). *O novo jogo eleitoral brasileiro: PT e PSDB na democracia de público*. Appris.

Oliveira, L. A., & Fernandes, A. B. (2011). Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. *Revista Estudos Filosóficos*, 6, 116-130. <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2282>

- Orlandi, E. (2020). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes.
- Recuero, R., Bastos, M., & Zago, G. (2018). *Análise de redes para mídia social*. Sulina.
- Rocha, M., & Solano, E. (2021). A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona (orgs), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Autêntica.
- Sra.John #Vacinasim #ForaBolsonaro. [@SarahJohn34]. (2021,junho 30). *Ahammm, sei* [Imagem anexada] [Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/SarahJohn34/status/1410233217517506560>

OS ENQUADRAMENTOS JORNALÍSTICOS DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 NAS REVISTAS *CARTA CAPITAL E ÉPOCA*

Ana Cristina Consalter Amôr¹
Alana Nogueira Volpato²
Caroline Kraus Luvizotto³

No ano de 2013, o Brasil foi surpreendido por uma série de manifestações que nasceram da reivindicação contra o aumento da tarifa para trens, ônibus e metrô na cidade de São Paulo. Posteriormente, essas manifestações se espalharam pelo país, expandiram suas pautas e

-
1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista – Unesp. Secretária de Educação no município de Cabrália Paulista (SP).
ac.amor@unesp.br
 2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista – Unesp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Processo nº 2019/00781-9.
alana.volpato@unesp.br
 3. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professora Assistente Doutora no Dep. de Ciências Humanas da UNESP e Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma instituição.
caroline.luvizotto@unesp.br

levantaram bandeiras mais difusas e menos pontuais. Tais manifestações podem ser consideradas as maiores desde as “Diretas Já” e os “Caras pintadas”, e, de uma maneira geral, podem ser pensadas “como parte de novos processos de ação coletiva que vêm se desenhando na última década” (Intervozes, 2014, p. 7).

A comunicação assume um papel fundamental nesse conjunto de mobilizações que tanto utilizam meios digitais para organizar as manifestações, quanto repercutem nos meios tradicionais, sejam eles online ou offline, que potencializam o alcance das reivindicações, servindo de eco para vozes de diversos atores que participaram dos eventos.

Em uma sociedade tão desigual como a brasileira, a atuação do jornalismo pelos direitos sociais da cidadania sempre foi crucial. Daí a necessidade de se pensar em analisar quais seriam as representações construídas pelos meios noticiosos, em especial as revistas semanais, acerca da participação social e das demandas dos cidadãos, a fim de considerar o papel sociopolítico das mídias contemporâneas na construção da cidadania, no processo de emancipação dos sujeitos, nos esforços pelo desenvolvimento humano e social, na contribuição para a busca, retomada ou aperfeiçoamento de direitos através das mobilizações.

Este estudo aborda o papel do jornalismo na cobertura dos protestos de junho de 2013, investigando os enquadramentos jornalísticos praticados em duas das principais revistas brasileiras de informação geral. Foi possível identificar e analisar a tônica dos enquadramentos das manifestações de junho de 2013 nas revistas Carta Capital e Época, em relação às razões do movimento, aos manifestantes, às formas de manifestação e às respostas das autoridades. Partiu-se do pressuposto de que uma cobertura inadequada pode atenuar manifestações através

do questionamento da sua legitimidade, quando são desqualificadas pela mídia, de tal modo que as Instituições continuariam a perpetuar as fraturas dos problemas sociais.

O estudo foi realizado por meio da Análise de Enquadramento (Porto, 2002) da cobertura das manifestações ocorridas em junho de 2013, pelas revistas Carta Capital e Época. Analisamos as publicações referentes ao período citado (quatro edições de cada revista), selecionando especificamente matérias referentes às manifestações. Após uma leitura flutuante das matérias selecionadas, foram identificados aspectos comuns às notícias e estabelecidas as categorias de análise do enquadramento: razões do movimento, manifestantes, formas de manifestação e respostas das autoridades.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira contempla a mídia e sua relação com os movimentos sociais. A segunda contextualiza as manifestações de 2013. A terceira parte detalha a metodologia de análise das revistas e apresenta o enquadramento jornalístico de cada uma delas acerca das manifestações de 2013. A quarta parte traz a análise comparativa das revistas em questão. Ao final, o estudo sugere que o jornalismo magazine produzido no Brasil precisa se empenhar para enfrentar rupturas e alimentar o compromisso com a democracia e a participação cidadã a fim de evocar agendas construtivas.

Mídia e Movimentos Sociais

Os movimentos sociais são ações coletivas de grupos mais ou menos organizados, voltadas para expressão de suas demandas, que envolvem a identificação de problemas em comum e possíveis caminhos para sua solução (Gohn, 2011). Nesse sentido, se configuram como fontes de

inovação que geram saberes sobre o processo democrático implicado na formação de articulações e redes de comunicação pelos sujeitos em sua prática cotidiana. São espaços para a redefinição de papéis sociais, construção de sentidos e de identidades, para elaboração e circulação de discursos. Por seu caráter coletivo, movimentos sociais e ativismo se apresentam como mecanismos que possibilitam a participação e fortalecem o convívio em sociedade.

Para Melucci (1989, p. 59, grifos do autor), como movimentos sociais cumprem a função de alertar sobre a existência de determinados problemas, bem como apresentar outros projetos de sociedade e caminhos possíveis, “eles têm uma crescente função simbólica, pode-se talvez falar de uma *função profética*. Eles são uma espécie de *nova mídia*”. Seja para direcionar suas reivindicações ao poder político institucional, ampliar o número de apoiadores, criticar oponentes ou influenciar a opinião pública, movimentos sociais lançam mão de uma série de ações para conquistar atenção pública.

Diante das possibilidades de comunicação por tecnologias digitais e com o uso da internet, novas formas de organização, mobilização e ativismo são criadas e se articulam a outras práticas já estabelecidas. As mudanças nos processos interacionais levam a uma ampliação de repertórios, com consequências para os movimentos sociais (Sherer-Warren & Luchman, 2015). Como exemplo, podemos citar as manifestações populares ocorridas desde 2010 em países como Tunísia, Islândia, Egito, a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street nos EUA e no Brasil, em junho de 2013 (Luvizotto, 2017). Tais eventos compartilharam de características em comum, como uma recusa aos modelos hierárquicos oferecidos por organizações políticas tradicionais,

a efemeridade e o caráter multimodal, que envolve o uso da internet, dos meios de massa, ocupação do espaço público urbano e digital.

Ainda que a internet tenha mudado consideravelmente as possibilidades de comunicação para movimentos sociais, os meios de comunicação de massa continuam cumprindo um papel determinante na intensidade e alcance de visibilidade que esses atores podem obter ou direcionar (Carlón, 2019). De acordo com Luvizotto et al. (2018, p. 619), os veículos de comunicação de massa “criam e disseminam conteúdos e representações muitas vezes pautadas em interesses de indivíduos ou grupos privados, interesses industriais, financeiros e de classes sociais, influenciando drasticamente os processos políticos e sociais em nosso país”. O jornalismo, e a mídia de modo geral, tem um papel importante na construção da opinião pública e é capaz de atribuir visibilidade aos fatos e descrevê-los a seu critério, podendo contribuir, ou não, para a construção de uma imagem estereotipada dos movimentos sociais e dos ativistas.

Peruzzo (2015) questiona a cobertura tendenciosa e parcial que os grandes meios realizam sobre movimentos sociais no Brasil, seja omitindo informações de interesse público para atender a uma lógica de mercado, seja atuando para desqualificar processos de mobilização e para criminalizar esses atores, dificultando sua comunicação com a opinião pública.

No Brasil, os principais veículos de comunicação não são plurais, não dialogam com a diversidade social e cultural brasileira, não integram os discursos e narrativas da multiplicidade de sujeitos e atores sociais que compõem a sociedade brasileira. Nesse sentido, tendem a marginalizar e criminalizar os movimentos sociais, De acordo com

Luvizotto (2017, p. 62) “ao não dar voz aos movimentos sociais, não permite ao cidadão formular opinião ou identificar-se com as demandas do movimento”. Neste sentido, faz-se necessário compreender como são feitos os enquadramentos jornalísticos acerca dos movimentos sociais e mobilizações no Brasil, a exemplo da reflexão apresentada nesse artigo.

Manifestações de junho de 2013 no Brasil

Desde o início do mês em questão, uma série de manifestações intensas se espalhou pelas principais capitais e regiões metropolitanas do país para protestar contra o aumento dos preços das passagens de ônibus, trem e metrô. Embora as mobilizações tenham se iniciado na cidade de São Paulo com uma pauta específica, logo se espalharam por todas as regiões do Brasil, apresentando uma ampliação de pautas e sujeitos envolvidos. As mudanças nas características das manifestações, que ganharam apoio da opinião pública sobretudo após episódios de repressão policial, tensionaram a cobertura midiática.

Castells (2013) explica que as manifestações de junho de 2013 no Brasil, assim como tantas outras que ocorreram no mundo todo desde 2010, a exemplo da Tunísia, Egito e Espanha, aconteceram de forma repentina, sem a presença de lideranças explícitas ou partidos políticos que conduzissem o processo, sendo descentralizadas e pouco pragmáticas. Por meio de uma articulação entre online e offline, essas manifestações foram organizadas pela internet, ocupando posteriormente espaços públicos. No Brasil, a pauta da mobilidade urbana deu início ao processo, mobilizado pelo Movimento Passe Livre (MPL).

Em São Paulo, os protestos começaram em 2 de junho de 2013, mas de acordo com Locatelli (2013), se tornaram intensos, de fato, na

quinta-feira, 06 de junho, reunindo cerca de duas mil pessoas. Neste dia a Polícia Militar (PM) utilizou balas de borracha, gás de pimenta e bombas de efeito moral para impedir os manifestantes de bloquearem o trânsito.

O MPL organizou o protesto tendo em vista a possibilidade de reajustes nas passagens. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, já havia cogitado tal acréscimo durante as eleições, argumentando que o reajuste estaria abaixo da inflação. Adiado em janeiro, o reajuste era previsto para o mês de junho e por isso possibilitou convidar as pessoas para o ato um mês antes.

Relatos de Ricci e Arley (2013, p. 19) mostram que no dia 7, o número de manifestantes do MPL dobrou e os manifestantes se concentram no Largo da Batata e avançaram pela Faria Lima. O então governador Geraldo Alckmin reagiu, cobrando ação enérgica da polícia.

Em 10 de junho, as ruas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se transformaram num campo de batalha, onde foram protagonizadas cenas de vandalismo, truculência policial e destruição do patrimônio. A Polícia Militar deteve pessoas, ônibus foram incendiados e a escalada de violência aumentou gradativamente. Três dias depois, simpatizantes do MPL ocuparam uma das principais avenidas do centro do Rio de Janeiro, a Presidente Vargas, bloqueando as pistas.

As revistas semanais brasileiras iniciaram a cobertura dos protestos seguindo posicionamentos editoriais, recorrendo a criminalização, atribuindo aos manifestantes ações de vandalismo. No entanto, a violência policial chamou a atenção da sociedade e foi motivo para intensificar os protestos. Veículos e comunicadores independentes, como o Mídia Ninja, conquistaram espaço e visibilidade em redes sociais digitais

mostrando cenas ao vivo, o que permitia acompanhar em tempo real o que acontecia nas manifestações.

No dia 13, as manifestações paulistanas reuniram 20 mil pessoas e tomaram o centro da cidade. O confronto se tornou mais violento, 234 pessoas foram detidas e a repercussão da truculência policial viralizou nas redes sociais. Neste dia, um episódio se torna relevante para a cobertura feita pela imprensa: “a repórter Giuliana Vallone, da TV Folha, foi atingida no olho por uma bala de borracha. Outros jornalistas foram vítimas de agressão policial e Piero Locatelli, repórter da Carta Capital, foi detido por carregar vinagre durante o protesto” (Boni & Volpato, 2013, p. 22).

Dia 16, domingo, outras capitais aderiram aos protestos, que se espalhavam pelo país, mas novas pautas emergiram, como gastos públicos com a Copa das confederações e a Copa do Mundo de 2014, a corrupção e a demanda por melhorias na saúde e educação. O movimento cresceu. Mas a partir daqui, segundo Ricci e Arley (2013, p. 20), “as narrativas se desdobram” porque a “lógica organizativa e de explicação do mundo não presidiu hegemonicamente os atos de massa”.

De acordo com a Folha de S. Paulo, alguns números atestaram a situação vigente no país: 84% dos manifestantes paulistas não tinham preferência partidária no dia 17, 71% participavam pela primeira vez de um protesto, 77% tinham nível superior e 53% tinham menos de 25 anos (Maricato, 2013, p. 71). Configurou-se um movimento com protestos amplos e generalizados em todo o país, fato que não acontecia desde 1992.

Após o sexto ato (18 de junho), os governos baixaram as tarifas e o movimento se sentiu vitorioso. Mas, além de outras pautas, a interpretação

da violência foi decisiva no decorrer dos acontecimentos. Na dinâmica dos protestos de junho a maior alteração registrada resultou da ação policial. Com o apoio da opinião pública, a mídia foi tensionada a mudar sua narrativa sobre os protestos. Nesse sentido, não a violência, mas sua apropriação pela imprensa, teria alterado profundamente a dinâmica dos acontecimentos.

Embora manifestantes em diversas cidades entoassem as palavras “sem violência” como uma tática para lidar com a repressão policial de forma passiva, atos de vandalismo também acompanharam os protestos, assim como outras formas de resistência, a exemplo dos *Black Blocks*. Os protestos, a princípio, chamados pelo MPL, um movimento apartidário, passaram a contar com a participação de militantes de partidos políticos e de manifestantes antipartidários ao mesmo tempo.

A ampliação das pautas, muito motivada por um clima generalizado de insatisfação, contribuiu para a mobilização de diferentes sujeitos, organizados previamente ou não. A internet possibilitou não só a organização, mas o acesso em tempo real às manifestações. Essa complexidade dos atores, das pautas, da forma de organização, do grau de novidade dessa forma de mobilização naquele momento histórico, da formação da opinião pública, entre tantas características, tornou a cobertura midiática tão complexa quanto. Nesse sentido, é necessário analisar os enquadramentos jornalísticos para melhor compreender esse processo.

Enquadramento Jornalístico das Manifestações de 2013 nas Revistas Carta Capital e Época

Neste artigo, a análise de enquadramento segue as indicações de Porto (2002), que compreende o enquadramento como um princípio

de organização que governa os eventos sociais e o nosso envolvimento nesses eventos. Através do enquadramento as pessoas atribuem sentido aos eventos e às situações sociais, sendo a abordagem apropriada para o estudo das matérias jornalísticas numa perspectiva sociocultural e política, porque salienta o carácter construído da mensagem, revelando o discurso entranhado.

A análise de enquadramento foi construída de acordo com modelo metodológico proposto por Lopes (2003) no que diz respeito às quatro fases da investigação: (1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição; (4) interpretação.

As matérias que abordam o tema em questão foram identificadas a partir dos seguintes itens: nome da revista, data de edição, capa, título da matéria, olho da matéria, breve descrição da matéria.

Inicialmente, fizemos uma leitura flutuante das matérias que abordam de alguma maneira as manifestações. Após esta leitura, identificamos as seguintes categorias de análise de enquadramento, definidas com base nos conteúdos trazidos pelas matérias: 1) As razões do movimento; 2) Os manifestantes; 3) As formas de manifestação; 4) As respostas das autoridades. As categorias identificadas foram estabelecidas para estruturar a análise sobre o porquê da mobilização e das manifestações, quem seriam os manifestantes, quais as suas formas de manifestação e por fim, como as autoridades se posicionaram diante do evento.

Depois de identificar e estabelecer as categorias de análise, observamos sistematicamente cada uma delas e como foram representadas nos textos, títulos, legendas, destaques, identificando e fazendo uma relação dos substantivos, adjetivos, frases, metáforas e ironias com o objetivo de construir uma lista de expressões relativas a elas.

Em seguida, partimos para o processo de descrição do material, caracterizando de maneira geral as reportagens em análise (número de páginas dedicadas ao assunto escolhido, área das fotos, tipos de fotos, etc.), a fim de produzir uma visão de conjunto do material. Finalmente, chegamos à fase de interpretação, na qual confrontamos os dados/resultados com os conceitos teóricos que fundamentam a investigação.

Enquadramento Jornalístico na Revista Carta Capital

Na primeira matéria analisada, na edição 753, o título demonstra como a revista se refere aos manifestantes: “Rebeldes com causa”. Estes seriam estudantes secundaristas, jovens universitários, trabalhadores, militantes anarquistas, ciclo ativistas, feministas, gays, ou seja, um grupo misto e diversificado, que usufrui ou não do transporte público e que possui o interesse comum de reduzir o preço das passagens. O conteúdo também contextualiza a formação e atuação do Movimento Passe Livre (MPL) nesta e em outras manifestações.

Sobre as formas de manifestação, a matéria trata das reuniões do MPL e como se mobilizam. Suas reuniões seriam pequenas e modestas, mas capazes de atrair milhares de manifestantes. No caso de 2013, as manifestações foram caracterizadas pela revista como numerosas, violentas, com recorrentes confrontos e intensos debates e teriam ganhado contornos de “revolta popular”. Os “ruidosos protestos” foram qualificados pela matéria como uma “Batalha travada entre a Polícia Militar e parte dos manifestantes”. Destaca que o movimento tem suas limitações e não tem controle de todos os participantes e, por isso, acontecem os abusos, as depredações e equívocos.

Sobre a resposta das autoridades, os policiais, arbitrários e repressivos, estariam despreparados para lidar com as situações de manifestação. E, por isso, também se destacaram pelos abusos, pelas prisões arbitrárias, pela violência com que trataram manifestantes e jornalistas. Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, respectivamente prefeito da cidade e governador do estado, por sua vez, teriam defendido a repressão, de acordo com a revista, embora inclua uma proposta do prefeito sobre o tema: a de que a presidenta Dilma municipalize a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, imposto incidente sobre os combustíveis, a fim de baratear a passagem.

A segunda matéria de Carta Capital, “A massa incontrolável”, na edição 754 do dia 26 de junho, aborda as adesões às manifestações diante da difusão de pautas (por tardia conscientização ou oportunismo), adesões de indivíduos que antes “vociferavam” contra as bandeiras pela Catraca, mas agora “celebram as manifestações” nas mais diversas capitais do país. Aponta a posição do MPL diante da difusão dessas pautas, bem como a intensa tentativa de rotular e desqualificar esse Movimento. A difusão de pautas também teria acarretado conflitos de todos os tipos (como antipatia a petistas e hostilização de anarquistas a manifestantes com bandeiras do Brasil).

Nesta matéria as razões do movimento são a insatisfação difusa que desafia governos e partidos, a celebração de recentes conquistas e o apoio a movimentos de outras cidades, a solidariedade com presos, detidos e processados, condenação à repressão, bem como a um certo oportunismo em pegar carona na causa dos transportes. Por outro lado, a matéria ainda cita como motivações “na contramão”: fechamento do Congresso, pró-privatizações, a rejeição a políticos corruptos e até

mesmo insatisfação com a postura limitada da presidente Dilma e a prisão dos condenados no mensalão.

Acerca dos manifestantes, é possível elencar no texto: jovens do MPL rebelados (caracterizados como esquerdistas utópicos e ingênuos, radicais agressivos e violentos), demais jovens, punks, anarquistas, petistas e outros partidários. E sobre as formas de manifestações, destacamos a referência à multiplicação dos atos, conflitos e episódios de hostilização entre os manifestantes.

Sobre as autoridades, especificamente sobre Alckmin e Haddad, a reportagem menciona o vandalismo como justificativa para a repressão policial. Dias depois, Haddad condena abusos desmedidos. Na categoria respostas das autoridades, citamos a revogação do aumento das passagens, a continuidade do despreparo da polícia e sua truculência injustificável (com muitos detidos e feridos) e governos intrigados e confusos pela difusão de pautas. Ainda é possível incluir nesta categoria, a menção à mudança de opinião de alguns expoentes da política e da própria mídia em relação às manifestações e aos manifestantes.

“A política oxigenada”, está nesta mesma edição (754) do dia 26 de junho. Foi produzido por Vladimir Safatle e faz parte da reportagem de capa. O conteúdo é uma análise mais complexa e profunda do que teria sido a revolta das catracas e o fenômeno da multiplicação de pautas.

A análise empenha-se em qualificar o evento e principalmente seus manifestantes, tanto criticados, desqualificados durante e depois dos acontecimentos. De acordo com o material, analistas simplificaram, desmereceram a questão e a retrataram como confusa e incompreensível, devido às suas novas configurações, diferentes “da nossa indignação

vazia de sempre”, diferentes dos diversos “ensaios” de manifestações que já aconteceram.

Sobre as razões do movimento, o conteúdo aponta falta de representação no congresso e pelos partidos, resposta dos jovens à revolta estéril dos formadores de opinião, unidade em torno da questão dos transportes (transporte público miserável e vergonhoso), totalidade de demais problemas como o não avanço em outras áreas (saúde, educação, transporte, etc.) e gastos com a Copa do mundo, olimpíadas, contratos lucrativos e empresários beneficiados.

Os manifestantes são retratados como uma “geração de jovens corajosa, politizada, brilhante e ridicularizada pela mídia”, sem tutela partidária e sem líder. A categoria formas de manifestação foi bem restrita. Relata a movimentação de jovens com a cara pintada e nariz de palhaço, que teriam invadido as ruas com bandeiras a favor das privatizações e contra a PEC-37. Episódios assim teriam gerado inúmeros conflitos dentro e fora das ruas. Esses manifestantes também teriam sido hostilizados por punks e anarquistas.

Sobre as respostas das autoridades, tece críticas à atuação policial e à incapacidade do governo se defender sem o uso da violência policial, justificando a truculência como uma resposta ao vandalismo. Por sua vez, governantes são retratados como acuados, tentando conter danos.

Enquadramento Jornalístico da Revista Época

A revista Época, em sua edição 786, do dia 17 de junho, apresenta a matéria “Quem são eles?” que, inicialmente, descreve como os acontecimentos se sucederam, além de fazer um resgate histórico do MPL e seu ativismo, que se “inspira em movimentos de jovens que tomaram os

espaços públicos no oriente médio, na Europa e Nos Estados Unidos”. E como um movimento “que guarda semelhanças com a nova linguagem de ativistas do século 21”, “conectados”, apartidários.

Em Época, as razões pelas quais jovens universitários e integrantes do MPL saíram às ruas seriam a saturação do transporte público, a demanda pelo fim da cobrança da tarifa e pela gestão direta do sistema de transportes pelo Estado. A revista afirma que a mobilização acontece mesmo com o aumento abaixo da inflação, questionando as razões do movimento.

Sobre as formas de manifestação, afirma que o MPL “mistura técnicas de ocupações recentes no exterior com preceitos de guerrilha urbana”, utilizando facas, fogueiras, barricadas e coquetel *molotov* como táticas desse movimento, especificamente.

Não só o MPL foi retratado de maneira negativa, focado mais em suas ações isoladas do que em suas motivações, mas também a polícia. Esta também teria lançado contra os manifestantes, bombas de efeito moral, balas de borracha e atuado com maior violência e arbitrariedade. Alckmin e Haddad teriam tomado a decisão de agir com dureza para conter excessos dos manifestantes. Uma declaração de Alckmin desqualifica o movimento, afirmando ser “uma minoria que faz trabalho político”.

Com a Capa “Pátria Amada, Brasil”, a edição de número 787, do dia 24 de junho, também traz uma série de reportagens sobre as manifestações de junho de 2013. A primeira matéria, “Brasil em chamas”, caracteriza as manifestações como “a mais ampla e repentina revolta popular” do país.

Em relação às motivações, aponta que as marchas que inicialmente pediam a revogação do aumento das passagens “fizeram brotar todo tipo de insatisfação e revolta com o Brasil atual. Não são só 20 centavos”. Inflação, corrupção, PEC 37, os gastos exorbitantes com estádios da Copa do Mundo, negociatas, deficiências, injustiças, descaso com a segurança pública e outros motivos são apontados.

Acerca dos manifestantes, o conteúdo aponta para a maioria de jovens, entre vândalos e manifestantes pacíficos, apresentando imagens de manifestante com cartazes e também cenas de depredação. Sobre as formas de manifestação, a reportagem afirma que após duas semanas de manifestações sucessivas, em dezenas de cidades, 1,2 milhão de pessoas ocupou as ruas do país com euforia, emoção, violência e perplexidade, trazendo comparações com outras manifestações históricas, como Diretas Já e Fora Collor.

“O ataque aos políticos”, segunda reportagem desta edição, afirma que as manifestações podem fazer bem à democracia por pressionar políticos, mas indica que os partidos são essenciais para a política, ponderando o caráter apartidário (em alguns casos, antipartidário) das manifestações. Mostra que diferentes políticos foram alvo de manifestações ao longo da história e que uma das razões que mobiliza esses atores é a insatisfação com o Partido dos Trabalhadores (PT).

“O sentido da voz rouca das ruas” é uma matéria traz a opinião de dez analistas convidados pela revista para refletirem sobre as respostas que os manifestantes (que não seriam mais apáticos nem alienados) precisam e que o futuro “está em aberto”. As análises apresentadas por eles contemplam duas categorias de nossa pesquisa: o que motiva

as manifestações e como se comportam ou deveriam se comportar os governantes diante de tantas insatisfações.

A reportagem “Por que #fuiprarua” contextualiza as motivações pela ótica de seus manifestantes: a revogação do aumento das passagens; mais investimentos em áreas importantes; serviços públicos de qualidade; contra a repressão policial; contra a corrupção; por melhorias na educação, nas escolas e no transporte coletivo; por mais segurança; pelo combate à criminalidade; pelo retorno dos impostos; contra o governo; e contra os gastos com a Copa do Mundo.

A penúltima matéria de Época, “Da internet para o asfalto”, assim como diz em seu olho, analisa as novas estratégias de engajamento e ação dos movimentos sociais no Brasil, tratando das formas de manifestação por meio de ferramentas digitais. Há, na reportagem, material iconográfico que contextualiza alguns protestos pelo mundo, a evolução dos protestos de junho, como as redes se consolidaram e em qual espaço virtual se deu maior audiência.

Por fim, a última matéria de Época, “Não existe almoço grátis” aborda os encargos que a revogação do aumento das tarifas traz para o povo brasileiro, tratando da razão da manifestação. De acordo com o olho, “a ideia parece atraente, mas é quase impossível fechar a conta”. Questiona a possibilidade de o transporte público no Brasil ser totalmente gratuito, algo com forte apelo social, mas que “provocaria um rombo dramático nas finanças dos municípios e comprometeria outros serviços à população”, defendendo que “a melhor forma de regular a qualidade do serviço à demanda por eles é deixar o mercado estabelecer o preço”.

Análise dos Enquadramentos Jornalísticos de Carta Capital e Época

Em nossa busca por conhecer a ação das duas revistas sobre o processo de emancipação dos sujeitos, nos esforços pelo desenvolvimento social e político e na contribuição para a busca ou retomada da cidadania através das mobilizações por direitos sociais, ficou evidente que esses meios noticiosos estavam surpresos com tamanha movimentação e que apenas em parte souberam explorar de forma qualitativa aquele evento.

As análises permitiram confirmar, em relação a revista *Época*, a hipótese de que a imprensa, de modo geral, se posiciona de maneira conservadora em relação às manifestações em geral, como sugerem McFarlane e Hay (2003). Em *Época* notou-se o mesmo padrão identificado pelos autores, segundo o qual um modelo de rotina implícito, através de técnicas de marginalização, deslegitima as manifestações de protesto. Uma cobertura, assim, surge como produto de uma série de influências: preconceitos, convenções profissionais, práticas e ideologias, imperativos organizacionais, visões socioculturais e uma ideologia hegemônica subjacente. A revista mudou de postura na última edição de junho, mas condenou insistentemente os excessos dos manifestantes.

A revista *Época* abordou as manifestações de maneira negativa, tradicional e conservadora, principalmente nas primeiras edições analisadas. É perceptível a existência de um “paradigma de protesto” ou “enquadramento de protesto” em *Época*, onde as categorias razões do movimento, manifestantes e formas de manifestação são desqualificados, caracterizados superficialmente, sem levar em consideração suas posições e propostas.

Grande parte do conteúdo das notícias se concentra em qualificar a aparência e as ações violentas dos manifestantes e não seus problemas, seus anseios, lutas e necessidades. Coloca os manifestantes contra a polícia, minimizam sua eficácia, realçam o desvio de alguns e diminuem suas contribuições.

Manifestações marcadas por muitos confrontos e com notável ação equivocada da polícia seriam mais avaliadas por sua desenvoltura do que por suas causas e necessidades, como ressaltam McLeod e Detenber (1999) acerca dos Enquadramentos de Protesto, o que ficou claro nas abordagens de Época.

A revista Época apresenta uma mudança de enquadramento percebida ao final do período analisado. Sua cobertura caminhou de acordo com a opinião pública, principalmente após intensa truculência policial. Por isso, em sua última edição, o veículo se dispõe a discutir as razões dos protestos, quem eram seus personagens e suas novas formas de manifestação. Mesmo assim, continua a enquadrar de maneira negativa e conservadora a atuação do MPL e da causa precursora, o aumento das passagens.

Do outro lado está Carta Capital. Suas abordagens apresentam enquadramentos mais positivos e críticos em relação ao acontecimento. Esse veículo, embora contextualize os excessos, confere mais legitimidade às manifestações de junho de 2013, às suas motivações, personagens e formas de manifestação. E reforça tal legitimidade ao condenar a ação violenta da Polícia Militar, principalmente a de São Paulo.

Carta Capital, embora breve em sua cobertura, é mais equilibrada e cautelosa ao retratar os fatos. Parece se esforçar para compreender o momento vivido pelo país no período em questão, ainda confuso também

para os meios noticiosos. Mas mantém uma representação útil e positiva do que teriam sido as manifestações de 2013 e seus desdobramentos.

Carta Capital enquadrou os eventos e seus desdobramentos como possibilidade dos sujeitos, como atores na esfera pública, de aperfeiçoarem, ampliarem e disseminarem a cidadania. Os interesses foram apresentados e esse veículo teria contribuído para convidar a sociedade, através das informações disponíveis, a examinar suas questões, promover novas discussões, buscando entendimento e legitimidade em suas reivindicações de direitos.

Mesmo com algumas ressalvas, com a falta de aprofundamento de algumas questões que envolveram as manifestações e a omissão de outras, Carta Capital teria condições de oferecer uma abordagem mais substancial dos fatos políticos. A informação, como uma necessidade social, teria suprido de maneira satisfatória as narrativas e os acontecimentos, dando voz aos sujeitos e suas necessidades e formulando enquadramentos de forma útil, plural e equilibrada.

À Guisa de Conclusão

Os resultados obtidos demonstram que a revista Carta Capital apresentou apenas três matérias, porém com enquadramentos positivos e equilibrados e por isso contribuiu para o processo de ampliação e disseminação da informação. Época, por sua vez, apresentou seis matérias, mas não produziu enquadramentos plurais acerca dos protestos, não serviu de suporte para as demandas e nem para compreensão dos fatos.

Quando a mídia representa os protestos de maneira útil e positiva e como expressão democrática dos direitos, estes recebem maior apoio do público. Mas o que se observou nesta pesquisa, especificamente em

Época, foi uma cobertura com um preconcebido estereótipo dos movimentos e manifestações como ameaça à ordem estabelecida.

Algumas abordagens ficaram de fora dos olhares das revistas, como por exemplo, uma análise mais profunda dos interesses imobiliários e dos problemas de mobilidade urbana, algo mais além do que preços e comparativos de passagens e impactos no orçamento familiar. Destaca-se ainda a ausência de uma discussão profunda dos direitos sociais e, especificamente, o direito a um transporte verdadeiramente público, fundamental na estrutura social urbana e aos interesses básicos da população, que deve ter acesso a esse espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho.

Os canais de mídia são instrumentos fundamentais para o exercício da liberdade de expressão e pilar de outras liberdades democráticas. Essa plataforma para o debate democrático continua a merecer atenção porque tem o dever cívico de atender à cidadania e pode representar um caminho criativo para a resolução de certas insuficiências ao mobilizar conhecimentos, como na compreensão de fenômenos como os processos reivindicatórios, por exemplo.

As conclusões revelam também que este estudo deve motivar futuras pesquisas sobre quais enquadramentos e representações os meios noticiosos produzem sobre as questões de cidadania, mas também que efeitos esses enquadramentos, em longo prazo, podem provocar nas instâncias democráticas, como por exemplo, na administração simbólica das desigualdades e na perpetuação das fraturas dos problemas sociais através do jornalismo opinativo.

Referências

- Boni, P. C. & Volpato, A. N. (2013). O gigante acordou: fotografias dos protestos de junho de 2013 no Brasil em *Veja* e *Carta Capital*. *Communicare*, 13(1), 21-36.
- Carlón, M. (2019). Crisis de la democracia representativa? Mediatización y circulación. Em P. C. Castro (ed), *Midiatização e reconfigurações da democracia representativa* (pp. 19-39). EDUEPB.
- Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>
- Intervozes. (2014). *Vozes silenciadas – Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.
- Locatelli, P. (2013). *#VemPraRua: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento*. Companhia das Letras.
- Lopes, M. I. V. (2003). *Pesquisa em comunicação*. Edições Loyola.
- Luvizotto, C. K. (2017). Luta árdua, penosa e duradoura. En E. Geraldês et al. (org.), *Um grito no ar – Comunicação e*

Criminalização dos Movimentos Sociais (pp. 59-64). Fac-UnB.
https://faclivros.wordpress.com/2018/07/umgritonoar_2020.pdf

Luvizotto, C. K., Amôr, A. C. C., & Caldeira, P. S. (2018). Estudo das abordagens sobre o “Massacre do Centro Cívico” nas revistas Carta Capital e Revista Fórum. *Brazilian Journalism Research*, 14, 618- 637.

Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido. In C. Vainer et al (eds), *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo.

McFarlane, T., & Hay, I. (2003). The battle for Seattle: protest and popular geopolitics in The Australian newspaper. *Political Geography*, 22, 211-232. [https://doi.org/10.1016/S0962-6298\(02\)00090-2](https://doi.org/10.1016/S0962-6298(02)00090-2)

McLeod, D. M. & Detenber, B. (1999). Framing Effects os Television News Coverage of Social Protest. *Journal of Communication*, 49(3), 3-23. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02802.x>

Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, (17), 49-66. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>

Peruzzo, C. M. K. (2015). Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. *Conexão – Comunicação e Cultura*, 14(28), 31-49. <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3874>

Porto, M. (2002). *Enquadramentos da mídia e política*. Anais do 25o Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Salvador/Bahia.

Ricci, R., & Arley, P. (2014). *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Editora Letramento.

Scherer-Warren, I., & Luchman, L. H. H. (2015). Um panorama dos estudos sobre os movimentos sociais e a participação no Brasil. Em I. Scherer-Warren & L. H. H. Luchman (eds.), *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas* (pp. 14-42). Editora da UFSC.

BRASIL FEDE COVID: O USO DO INSTAGRAM COMO FERRAMENTA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO E INSTRUMENTO DE DENÚNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

*Jhayne Geovana Santos Lima¹
Bernadete Coelho de Sousa²*

A pandemia da Covid-19 causou e continua provocando perdas imensuráveis. Já são mais de 600 mil vidas perdidas (<https://covid.saude.gov.br/>) e milhares de famílias afetadas pela doença no Brasil. O país é o segundo do mundo em números de mortos, ficando apenas atrás dos Estados Unidos que registra 715 mil mortes. A Covid-19 é

-
1. Mestranda em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista Capes. Jornalista, UFMS (2019).
jhaynegeovana@gmail.com
 2. Doutoranda em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Comunicação, UFG (2013).
bernadetecoelhos@gmail.com

uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Os sintomas em casos mais leves variam e os pacientes podem apresentar congestão nasal, perda de paladar ou olfato, dor de cabeça, dentre outros. Já os pacientes que apresentam sintomas mais graves e severos como dificuldade ao respirar, precisam receber atendimento na UTI e a mortalidade nesses casos é maior que em casos leves. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a maioria das pessoas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por Covid-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar. As pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes. No entanto, qualquer pessoa pode pegar a Covid-19 e ficar gravemente doente.

Em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou que o surto da doença constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e em 11 de março de 2020 a Covid-19 foi caracterizada como uma pandemia. Com a confirmação do cenário pandêmico, a rotina de milhares de pessoas foi modificada em todo o mundo. Uma das medidas mais eficaz na proteção contra o vírus é o distanciamento social. Ainda de acordo com a OMS, o vírus causador da Covid-19 pode se espalhar por meio do contato direto, indireto (através de superfícies ou objetos contaminados) ou próximo (na faixa de um metro) com pessoas infectadas através de secreções como saliva e secreções respiratórias ou de suas gotículas respiratórias, que são expelidas quando uma pessoa tosse, espirra, fala ou canta. As pessoas que estão em contato próximo (a menos de 1 metro) com uma pessoa infectada podem pegar a Covid-19

quando essas gotículas infecciosas entrarem na sua boca, nariz ou olhos. Assim, em março do mesmo ano, medidas de proteção começaram a ser aplicadas em todo o mundo. Uso de álcool em gel, máscaras de proteção, trabalho remoto em algumas empresas e profissões e cancelamento de eventos gerais foram algumas dessas medidas.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Observatório Covid-19, analisa que a pandemia causada pelo novo coronavírus impacta a população mundial não apenas em fatores de ordem biomédica e epidemiológica, mas também em fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.

A estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros (Fiocruz, 2020).

Com o aumento diário de casos, muitas pessoas passaram a buscar e pesquisar sobre a doença e sobre as formas de preveni-la. Junto com a informação, muita desinformação passou a ser compartilhada e disseminada, principalmente por meio das redes sociais. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), o surto de Covid-19 tem sido acompanhado por uma enorme infodemia, que é excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam mais difícil o acesso a informações confiáveis. Ou seja, além de toda a preocupação acerca da doença, se tornou mais difícil se informar e discernir sobre o que é verídico ou não.

A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus. (OPAS/ OMS, 2020, p. 2)

A organização ainda descreve que a desinformação durante o período também é algo preocupante visto o alcance que algumas dessas informações falsas podem ter por meios das plataformas e redes sociais. De acordo com a Opas, em apenas um mês, mais de 360 milhões de vídeo sobre a Covid-19 foram carregados no Youtube, mais de 19 mil artigos foram publicados no Google Scholar e mais de 550 milhões de tweets foram publicados no Twitter. Os números assustam e demonstram um pouco do estrago que apenas um clique pode causar na era digital.

Desinformação é uma informação falsa ou imprecisa cuja intenção deliberada é enganar. No contexto da pandemia atual, pode afetar profundamente todos os aspectos da vida e, mais especificamente, a saúde mental das pessoas, pois a busca por atualizações sobre a COVID-19 na Internet cresceu de 50% a 70% em todas as gerações. Em uma pandemia, a desinformação pode prejudicar a saúde humana. Muitas histórias falsas ou enganosas são inventadas e compartilhadas sem que se verifique a fonte nem a qualidade. Grande parte dessas desinformações se baseia em teorias conspiratórias; algumas inserem elementos dessas teorias em um discurso que parece convencional. Estão circulando informações imprecisas e falsas sobre todos os aspectos da doença: como o vírus se originou, a causa, o tratamento e o mecanismo de propagação. A desinformação pode circular e ser absorvida muito rapidamente, mudando o comportamento das pessoas e possivelmente levando-as a correr riscos maiores. Tudo isso torna a pandemia muito mais grave, afetando mais pessoas e

comprometendo o alcance e a sustentabilidade do sistema global de saúde (OPAS/OMS, 2020, p. 2).

Com tamanha disseminação e compartilhamento de informações falsas sobre a pandemia, o trabalho de checagem se torna mais relevante ainda para a garantia da segurança da população. De maio à junho de 2020, por exemplo, o projeto Fato ou Fake, do portal de notícias G1, realizou mais de 300 checagens relacionadas ao novo coronavírus. O conteúdo falso compartilhado por meio das redes sociais visa, na maioria das vezes, subestimar o impacto da doença e as medidas recomendadas de segurança e prevenção. A divulgação de métodos sem comprovação científica ou até mesmo a negação da doença provocam danos graves à saúde da população que é exposta à desinformação.

Pior ainda quando a disseminação de informações falsas é feita pelo chefe de Estado e de governo da República como é o caso das diversas declarações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro desde o início da pandemia. No dia 12 de maio de 2020, por exemplo, o Instagram ocultou uma publicação feita pelo presidente sobre o coronavírus por considerá-la falsa. A postagem afirmava que entre 16 de março e 10 de maio de 2020 havia menos mortes causadas por doenças respiratórias no Ceará que no mesmo período em 2019. Anteriormente, em março de 2020, o Twitter e o Facebook chegaram a apagar publicações feitas por Bolsonaro nas redes por entender que tais conteúdos se tratavam de desinformação que poderia causar danos reais às pessoas.

Este trabalho tem como objetivo observar e discutir como as redes sociais podem atuar como fortalecedora da cidadania com base no estudo de caso do perfil Brasil Fede Covid, que desde 2020 realiza postagens

diárias com o objetivo de informar sobre a pandemia para o número de quase 500 mil seguidores.

Redes Sociais e Pandemia

Recuero (2009) define rede social como um conjunto de dois elementos básicos: atores e conexões. Atores são os indivíduos e/ou instituições envolvidos nos processos comunicativos, ou seja, os nós da rede. E conexões são as interações ou laços sociais gerados por meio desse processo.

Os atores são o primeiro elemento da rede social, representados pelos nós (ou nodos). Trata-se das pessoas envolvidas na rede que se analisa. Como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais (Recuero, 2009, p. 24).

As redes sociais permitem a interação e formação de laços sociais entre os envolvidos no processo comunicativo. Recuero (2009) afirma que a interação é considerada a matéria-prima das relações dos laços sociais e é influenciada pelas percepções e particularidades de cada ator. A interação social então se trata do processo comunicativo entre as partes e a forma com que ele ocorre. Além disso, as redes sociais possuem a capacidade de permitir a difusão de informações para diversos públicos e garantir maior alcance do conteúdo produzido. Para Recuero (2009), o ciberespaço e as ferramentas de comunicação apresentam singularidades quando se trata da interação entre as partes.

O primeiro deles é que os atores não se dão imediatamente a conhecer. Não há pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. É tudo construído pela mediação do computador.

O segundo fator relevante é a influência das possibilidades de comunicação das ferramentas utilizadas pelos atores. Há multiplicidade de ferramentas que suportam essa interação e o fato de permitirem que a interação permaneça mesmo depois do ator estar desconectado do ciberespaço. Esse fato permite, por exemplo, o aparecimento de interações assíncronas. (Recuero, 2009, p. 32)

A definição de redes sociais apresentada por Marcondes Filho (2009) se assemelha ao sentido de conexão apresentado por Recuero, mas afirma que o que diferencia uma rede para uma rede social é justamente a noção de laço social.

Uma rede é formada por um conjunto de nós e suas conexões. Um computador pode ser um dos nós em uma rede informática; uma emissora local pode ser um nó em uma rede nacional de radiodifusão; uma estudante pode ser um dos nós em uma rede social de determinado colégio. (Filho, 2009, p. 303)

O levantamento Digital News Report, realizado pelo Reuters Institute for the Study of Journalism e divulgado em 2020, aponta que, pela primeira vez desde o início da pesquisa em 2013, as redes sociais passam a televisão em preferência como meio de acesso a informações. 67% das pessoas ouvidas disseram usar as redes sociais como fontes de notícias e 66% afirmaram usar a TV. A pesquisa também esclarece que o acesso a notícias por meio de smartphones é estável, enquanto o acesso por meio de computadores diminuiu.

A infodemia e a desinformação, principalmente nas redes sociais, prejudicam no combate da doença e ainda podem fazer com que as pessoas tomem decisões inadequadas e poucos eficazes quanto à doença. No Brasil, por exemplo, até hoje circulam informações falsas sobre o uso

de cloroquina, ivermectina e azitromicina como curas para a Covid-19, conhecido como kit Covid, método já desmentido por diversos estudos científicos e que não apresenta eficácia alguma. Em maio de 2020, a Avaaz, comunidade de mobilização on-line, divulgou um levantamento sobre a Covid-19 que aponta que nove em cada 10 brasileiros entrevistados viram pelo menos uma informação falsa sobre a doença e que sete em cada 10 entrevistados acreditaram ao menos uma vez em conteúdo desinformativo sobre a pandemia. Ainda de acordo com a pesquisa Avaaz (2020), “os internautas brasileiros acreditam mais nas informações falsas sobre o coronavírus que os italianos ou os estadunidenses”. O Whatsapp e o Facebook são as fontes de acesso mais citadas entre os entrevistados referente ao acesso ao conteúdo falso.

A postura do governo de Jair Bolsonaro também contribui para esse cenário de desinformação. As diversas declarações que minimizam a doença, a divulgação e incentivo a compras de métodos sem eficácia, ironias à eficácia do uso de máscara e recusa de vacinas demonstram os obstáculos criados pelo Presidente da República no combate a pandemia. De acordo com o levantamento produzido pelo Radar Ao Fatos (Barbosa, 2021), o presidente Jair Bolsonaro e os políticos alinhados a seu governo foram responsáveis por 83% das publicações mais populares do Facebook que defenderam medicamentos ineficazes ou sem comprovação científica contra a Covid-19 em 2021. Foram analisados os 300 posts com mais interações que mencionavam os medicamentos em seu texto na rede social. Ainda segundo o levantamento, as publicações que defendiam o tratamento precoce e o uso do kit Covid somavam mais de 5 milhões de interações, das quais 90% eram de posts de políticos apoiadores do governo.

Ainda de acordo com a Opas, a infodemia interfere e agrava o cenário da pandemia porque dificulta o acesso a fontes verídicas e orientações confiáveis, faz com que as pessoas possam se sentir ansiosas, deprimidas, sobrecarregadas, exaustas e incapazes de atender demandas importantes, faz com que não exista um controle de qualidade do que é publicado e acessado pela população e ainda permite que qualquer pessoa publique sobre a doença, prejudicando ainda mais esse cenário de muita informação disponível a todo momento e a um clique.

O maior acesso global a celulares conectados à Internet, além das mídias sociais, levou à geração exponencial de informações e a um aumento do número de meios possíveis de obtê-las, criando uma epidemia de informações, ou infodemia. Em outras palavras, temos uma situação na qual muitas informações estão sendo produzidas e compartilhadas em todos os cantos do mundo, chegando a bilhões de pessoas. Quantas dessas informações são corretas? Apenas algumas. (OPAS/OMS, 2020)

O Perfil Brasil Fede Covid

O Instagram é uma rede social criada por Kevin Systrom e Mike Krieger e lançada em 6 de outubro de 2010 para compartilhamento de fotos e vídeos entre usuários. A rede social é distribuída como aplicativo por meio da Apple App Store, Google Play e Windows Phone Store e coleciona milhares de usuários em todo o mundo. O relatório Digital in 2019, desenvolvido pelas empresas We are Social e Hootsuite, aponta que 81% da população brasileira com 13 anos ou mais está ativa nas redes sociais e que o Brasil é o segundo país do mundo com mais horas diárias gastas nas redes sociais, com média de 3 horas e 34 minutos.

Ainda de acordo com o levantamento, estima-se que 69 milhões de brasileiros estão no Instagram.

O perfil Brasil Fede Covid (s.d.), criado em 2020, possui cerca de 482 mil seguidores e já realizou mais de 4820 publicações. Na seção fixada de perguntas e respostas, os administradores da conta afirmam que a criação do perfil se deu após uma perda familiar por causa da doença. O responsável afirma que o vírus foi levado para a casa do familiar por jovens que continuaram frequentando festas clandestinas e aglomerações e por isso o perfil foi criado com o objetivo de expor e denunciar pessoas que faziam o mesmo pelo país. Inicialmente, as postagens eram baseadas em vídeos de festas que eram realizadas durante o período de distanciamento social, mas, com o alto alcance da página, as publicações passaram a abordar assuntos como a vacina e até a conter críticas gerais sobre o governo atual.

Imagem 1

Perfil Brasil Fede Covid



Brasil Fede Covid (s.d.).

Durante os primeiros meses do perfil, os administradores afirmam que já chegaram a receber mais de 500 denúncias diariamente durante a semana e mais de mil denúncias aos finais de semana. A conta possui

também mais de 20 colaboradores espalhados por todo o país, responsáveis por receber as denúncias pelo direct do Instagram, filtrar e checar as informações, publicar, além de responder as mensagens e comentários recebidos.

Metodologia

Além da pesquisa bibliográfica sobre as redes sociais, infodemia e desinformação, este trabalho consiste na observação sistemática do conteúdo coletado e no estudo de caso. Sobre a pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi (1985) afirmam que existem oito fases distintas. Destacamos aqui as que consideramos relevantes para esse trabalho. A primeira é a escolha do tema levando em conta fatores internos e externos. O tema é o assunto que se deseja desenvolver e exige exame, avaliação crítica e solução dentro da proposta de trabalho científico. A delimitação é outro passo importante e de acordo com as autoras, Salvador (1980) afirma que a delimitação do assunto implica em:

Distinguir o sujeito e o objeto da questão. “O sujeito é a realidade a respeito da qual se deseja saber alguma coisa. É o universo de referência. Pode ser constituído de objetos, fatos, fenômenos ou pessoas cujo respeito faz-se o estudo com dois objetivos principais: ou de melhor aprendê-los ou com a intenção de agir sobre eles.” “O objeto de um assunto é o tema propriamente dito.” Corresponde àquilo que se deseja saber ou realizar a respeito do sujeito. “É o conteúdo que se focaliza, em torno do qual gira toda a discussão ou indagação”. (Salvador, 1980, pp.46-48)

A compilação é a reunião sistemática do material obtido em livros, revistas, artigos, dissertações teses e outras publicações avulsas. A análise e a interpretação consistem em realizar uma crítica sobre o material

encontrado. No caso desse artigo, é importante ressaltar que ainda são poucas as fontes que abordem o assunto de forma mais sistemática. Nesse trabalho prevaleceram como fonte os portais que são a porta de acesso a vários serviços de informação inclusive bibliográficos. Outra fase importante citada por Lakatos e Marconi (1985) é a redação, que varia de acordo com o tipo de trabalho que será apresentado.

Ainda sobre a metodologia utilizada nesse trabalho, destacamos a observação sistemática descrita por Lakatos e Marconi (1985) que também recebe outras designações como estruturada e controlada. Esse tipo de observação utiliza instrumentos como anotações, quadros e tabelas para descrever o fenômeno observado. As autoras ressaltam que esse tipo de observação não pode ter normas muito rígidas, pois objetos e objetivos de investigação podem ser muito diferentes (Lakatos & Marconi, 1985, p. 171).

Esse artigo envolve também o uso do estudo de caso como instrumento de metodologia. Esse tipo de investigação segundo Duarte (2005) é utilizada extensivamente em pesquisa nas Ciências Sociais nas mais diversas disciplinas e é uma boa maneira de introduzir o pesquisador nas técnicas de pesquisa integrando um conjunto de ferramentas. O estudo de caso é considerado um método qualitativo e segundo Yin (2001) apresenta três condições que podem se transformar em vantagens ou desvantagens: a) o tipo de questão de pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco em fenômenos históricos em oposição a fenômenos contemporâneos (Duarte, 2005, p. 215).

Dessa forma citamos aqui a definição de Yin para estudo de caso, que segundo Duarte (2005) é a mais utilizada:

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. (Yin, 2001, como citado em Duarte, 2005, p. 216)

Já Goode e Hatt (1979) definem estudo de caso como um método de olhar para a realidade social. Duarte (2005) explica que essa é uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo, incluindo o desenvolvimento dessa unidade que pode ser uma pessoa, uma família um grupo um conjunto de relações ou processo e até mesmo toda uma cultura. Dessa forma, ao abordar a infodemia analisando a página no Instagram Brasil Fede Covid, acreditamos que lançamos um olhar para realidade social ao mesmo tempo em que são feitos questionamentos sobre um fenômeno contemporâneo, mesmo tendo pouco controle sobre o fenômeno, mas tentando responder a indagações relacionadas ao evento Covid-19 dentro do contexto da vida real.

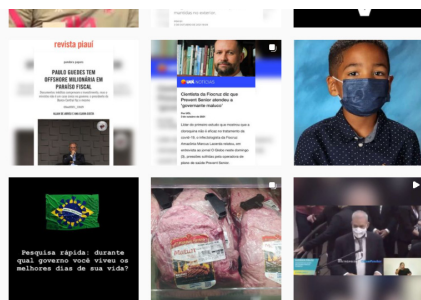
O Conteúdo além da Pandemia

A observação consiste então nas publicações feitas do dia 1º ao dia 7º de outubro de 2021 no perfil Brasil Fede Covid. No período, a conta publicou 71 vezes, o que corresponde uma média de 10 postagens por dia. Além das publicações de checagem de informações falsas sobre a vacina da Covid-19, também foi possível observar críticas ao Ministro da Economia Paulo Guedes, ao Secretário da Cultura Mário Frias e à primeira-dama Michelle Bolsonaro. O maior foco do perfil ainda é o debate e a disseminação de informações sobre a pandemia e seus desdobramentos (vacinação, CPI, desinformação, etc). Das 71

publicações, 40% são relacionadas à pandemia de alguma forma. Uma outra abordagem de posicionamento do perfil que chama a atenção são as diversas publicações sobre a realidade da fome e do aumento de preço dos produtos no país. São mais de seis postagens voltadas para fotos dos produtos com o preço elevado ou fotos dos ossos bovinos sendo recolhidos pela população como alternativa de alimento. De acordo com o estudo Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil, realizado entre novembro e dezembro de 2020, o Brasil possui mais de 125,6 milhões de pessoas que não se alimentaram como deveriam ou já tinham algum tipo de incerteza quanto ao acesso à alimentação no futuro durante a pandemia de coronavírus. A insegurança alimentar é uma realidade entre a população brasileira e, ao abordar esse assunto, o perfil não apenas evidencia e pauta o debate sobre essa problemática, como também promove discussões sobre o cenário a pessoas que não convivem com essa realidade.

Imagem 2

Perfil Brasil Fede Covid



Brasil Fede Covid (s.d.).

As publicações, que anteriormente eram totalmente focadas em denúncias de aglomerações e checagem de informações sobre a doença, vacinas e métodos sem eficácia, passaram a ser também voltadas para críticas ao governo de Jair Bolsonaro. O perfil passou a ser um local de debate com claro posicionamento político e luta no combate não apenas da desinformação na pandemia, mas da desinformação acerca do governo como um todo. O posicionamento contra o atual governo adotado pelo perfil se assemelha com o movimento já apresentado pelo relatório Desinformação, mídia social e Covid-19 no Brasil, elaborado pelo MIDIARS (Grupo de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais, de que a pandemia da Covid-19 no Brasil é um assunto que vai além da saúde pública, mas que se enquadra como um assunto político-partidário.

O enquadramento político fez com que a discussão sobre pandemia entrasse em um contexto de polarização e de bolhas ideológicas, ou seja, da presença de grupos onde apenas certos conteúdos que estão alinhados ideologicamente circulam (Recuero & Soares, 2020; Recuero, Soares & Zago, 2021; Soares, Viegas et al., 2020). Essas “bolhas” acabam por filtrar todo o conteúdo que discorde ou coloque em risco esse alinhamento, impedindo sua circulação no grupo. Líderes políticos, que produzem conteúdo sobre a pandemia a partir de um enquadramento ideológico, e ativistas e outros usuários muito ativos, que compartilham apenas conteúdo alinhado a seu posicionamento político, são atores centrais na criação destas “bolhas” (Recuero, 2021 como citado em Recuero & Soares, 2020).

O relatório demonstra que existe uma apropriação da desinformação para a sustentação de discursos políticos de apoio ao presidente Jair Bolsonaro. Com base nesse cenário de desinformação utilizado pelo presidente e seus apoiadores, os administradores do perfil Brasil Fede

Covid utilizam a rede social de considerável alcance para expor as desigualdades, crimes, escândalos e informações falsas que permeiam o atual governo.

Considerações Finais

Os danos e impactos causados pela pandemia da Covid-19 atingiram milhares de pessoas em todo o mundo. A doença segue transformando e modificando a rotina da população e o combate à desinformação segue sendo uma preocupação constante, não só por parte da imprensa, mas também por parte das organizações de saúde, pois tais práticas de disseminação colocam a vida de milhares de pessoas em risco e contribuem para o cenário de negacionismo. A internet se tornou uma importante aliada durante esse período de transformações e adaptações e iniciativas como a do Brasil Fede Covid auxiliam na divulgação e compartilhamento de informações verídicas sobre a doença, as vacinas e as formas de combate à doença.

Inicialmente, a conta Brasil Fede Covid era focada em apenas denunciar os eventos clandestinos e as pessoas que promoviam e participavam de aglomerações durante a pandemia. Após perceber o alcance e entender o quanto a rede social pode atuar como instrumento de informação, os responsáveis decidiram começar a abordar também o atual cenário político do país e assim começar a promover debates sobre assuntos como as manifestações contra o governo, por exemplo. Diariamente, a página publica uma média de 10 postagens para quase meio milhão de seguidores, se tornando assim um instrumento de informação diária sobre o cenário político no Brasil, indo além de sua proposta inicial.

O conteúdo jornalístico publicado é, na maioria das vezes, o conteúdo publicado por veículos já renomados e de grande alcance no país, como o Uol Notícias, G1, Jornal O Globo, Correio Braziliense, dentre outros. O perfil sempre compartilha a fonte da informação e atua como divulgador da informação e não como um veículo jornalístico. As checagens eram feitas quando as publicações eram focadas nos eventos e nas aglomerações. A equipe responsável pela página ia atrás de informações para ter certeza da data da realização do evento para confirmar se sua realização realmente se deu durante a pandemia e assim publicar a denúncia marcando as autoridades locais. Com o avanço da vacinação no país e consequente flexibilização, as publicações passaram a ser focadas na divulgação de notícias sobre o cenário político brasileiro sobre um todo.

O perfil, que tem como objetivo o combate à desinformação, cumpre bem seu papel ao informar diariamente sobre os assuntos que cercam a pandemia da Covid-19 e o cenário político brasileiro. As postagens, baseadas em fontes jornalísticas de veículos nacionais, apresentam conteúdo com informações já checadas para que os seguidores da página possam se informar sobre os assuntos de forma correta e adequada. Mesmo levando em consideração a problemática acerca da circulação da desinformação nas bolhas das redes sociais, entende-se que o perfil atua como um instrumento fortalecedor nesse combate à desinformação durante a pandemia.

Referências

Avaaz. (2020). O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19. https://avaazimages.avaaz.org/brasil_infodemia_coronavirus.pdf

- Barbosa, B., Fávero, B., Ely, D., & Barbosa, J. (2021, março 24). Bolsonaro e aliados publicaram 83% da desinformação sobre ‘tratamento precoce’ no Facebook em 2021. *Aos Fatos*. <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-e-aliados-publicaram-83-da-desinformacao-sobre-tratamento-precoce-no-facebook-em-2021/>
- Brasil Fede Covid [@brasilfedecovid]. (s.d.). Posts [perfil do Instagram]. Recuperado de <https://www.instagram.com/brasilfedecovid/>
- Duarte, J. (2005). Estudo de caso. In J. Duarte et al. (orgs), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Atlas.
- Filho, C. M. (2009). *Dicionário da comunicação*. Paulus.
- Fiocruz. (2020). A pandemia da desinformação. <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1883-a-pandemia-da-desinformacao>
- Fiocruz. (2020). Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. (1985). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Recuero, R. (2009). *Redes sociais na Internet* (1ª ed.). Sulina.
- Recuero, R. (2021). *Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil: relatório, resultados e estratégias de combate* (1ª ed.). MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes Sociais.

Reuters Institute; University of Oxford. Digital News Report, Brazil.
<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/brazil-2020/>

Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS). (2021). Folha informativa sobre Covid-19. <https://www.paho.org/pt/covid19>

Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS). (2020). Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19. https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16r

We are social; Hootsuite. Digital in 2019. <https://www.pagbrasil.com/pt-br/insights/relatorio-digital-in-2019-brasil>

OS ATAQUES AOS JORNALISTAS NA COBERTURA DA PANDEMIA DA COVID-19: O CASO DA TV CABO BRANCO - AFILIADA DA REDE GLOBO EM JOÃO PESSOA-PB

*Laerte José Cerqueira da Silva¹
Mateus Bezerra Araújo²
Vanessa Silva Oliveira³*

A pandemia que atingiu o mundo em 2020 trouxe danos para a sociedade que nem os mais pessimistas sonhariam viver. O ano de 2020 entrou para a história da humanidade como aquele marcado por uma

-
1. Professor Doutor do PPJ - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB - Universidade Federal da Paraíba.
laerte.cerqueira@academico.ufpb.br
 2. Mestrando do PPJ - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB - Universidade Federal da Paraíba.
mateus.araujo2@academico.ufpb.br
 3. Mestranda do PPGC - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB - Universidade Federal da Paraíba.
vane.oliv89@gmail.com

crise sanitária nunca antes vista, trazendo impactos para a economia, política e para as relações sociais, danos que persistem até os dias atuais.

O primeiro registro do novo coronavírus (SARS-CoV-2) ocorreu em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Na Paraíba, em 25 de fevereiro de 2020, foi notificado o primeiro caso suspeito. Um dia depois, o Brasil entrava definitivamente na rota do novo coronavírus com a confirmação, por parte do Ministério da Saúde, do primeiro caso do país, na cidade de São Paulo.

Entre os especialistas em saúde, há uma unanimidade de que, sem informação, é praticamente impossível superar a pandemia da Covid-19. Por isso, a imprensa e o jornalismo foram colocados no centro da crise e tiveram seus papéis – já essenciais – aumentados. O trabalho de um jornalista vai muito além de meramente informar. Em situações como as que vivemos, o jornalista precisa, de forma acessível, traduzir informações e contextualizar de modo que o público reflita sobre suas implicações.

O medo gerado pelo novo e o incerto, e o grande volume de dúvidas sobre a doença levou as pessoas a uma ávida busca por notícias em todos os formatos e plataformas. Outro fato que tornou o contexto pandêmico ainda mais preocupante foi a criticável polarização ideológica do noticiário. A pandemia também foi responsável por impor obstáculos à liberdade de expressão. O tema vem ocupando lugar de destaque na pauta de grandes veículos globais, que estão atentos ao seu papel de colaborar com as autoridades e entidades de saúde para conter mais essa onda de desinformação. A credibilidade recuperada pelo Jornalismo ao redor do mundo pode-se considerar um ponto positivo.

A cobertura da pandemia também foi um espaço para que tal classe fosse alvo de ameaças e agressões em meio a uma rotina de trabalho

exaustiva. Parte considerável desses ataques partiu do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), e de seus apoiadores. Segundo a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), o ano de 2020 foi o mais violento para os jornalistas brasileiros, desde o início da série histórica dos registros dos ataques à liberdade de imprensa feitos pelo órgão no começo da década de 1990. Foram 428 casos de violência, 105,77% a mais que o já alarmante número de 208 ocorrências, registradas em 2019.

Neste sentido, o objetivo da nossa pesquisa é entender como os profissionais de comunicação da TV Cabo Branco - Afiliada da Rede Globo, em João Pessoa, na Paraíba, Nordeste do Brasil, mais precisamente os repórteres, estão lidando com a cobertura da pandemia da Covid-19 em um contexto de ataques e impedimentos às suas funções. Com isso, pretendemos compreender algumas questões como: Quais os desafios de realizar a cobertura da pandemia sob ameaça de repressões? A polarização política afeta/afetou a execução do trabalho jornalístico em alguma situação? Como os ataques feitos pelo presidente Jair Bolsonaro afetam os profissionais da imprensa? Para essa proposta, optamos pelo Estudo de Caso, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro repórteres, como trilha metodológica por acreditar que, desse modo, podemos entender de forma mais aprofundada a realidade vivida por esses jornalistas.

O Jornalismo como Fator Essencial nos Debates Públicos

A pandemia veio como um avalanche de informações, alta demanda de trabalhos para os profissionais da saúde e provocou no Governo Federal o que Arlindo Machado define como “obsessão militar contra a televisão ao vivo” (2007, p. 267), levando ao cancelamento das

entrevistas coletivas que aconteciam diariamente com a equipe da saúde do Governo Federal diante da pandemia da Covid-19 no início do ano de 2020.

Na oportunidade, o então Ministro da Saúde, Luís Henrique Mandetta e os demais técnicos falavam dos avanços e respondiam perguntas de jornalistas em entrevistas coletivas televisionadas. Como houve a substituição do Ministro Mandetta, as entrevistas coletivas foram sendo canceladas aos poucos, até que não ocorreram mais.

E foi em novembro de 2019, anterior à pandemia, que a Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj, denunciou ao Conselho de Comunicação do Senado que o Presidente Jair Bolsonaro já tinha um total de “99 ataques direto a jornalistas ou à forma como o trabalho da imprensa é conduzido pelo Brasil”. Esse número foi calculado desde a posse do Presidente. Os ataques se agravaram em 23 de Agosto de 2020, quando o Presidente Jair Bolsonaro ameaçou um jornalista do Jornal O Globo com a frase: “*Minha vontade é encher tua boca de porrada.*”. E desde então, os ataques foram sendo direcionados para jornalistas pelos apoiadores bolsonaristas em todo o Brasil que xingavam repórteres, principalmente da emissora Globo com o termo “Globo Lixo”; “Globo comunista”; entre outros. Houve registros de manifestantes invadirem entradas ao vivo, impedindo os jornalistas de trabalharem e muitas vezes foram xingados ou até agredidos.

Segundo o relatório anual da Fenaj 2020, “as agressões verbais/ ataques virtuais cresceram 280% em 2020, em comparação com o ano anterior. Identificou-se 76 casos e, apesar do aumento expressivo, provavelmente muitos não foram registrados, já que nem todos os profissionais denunciam a agressão de que foram vítimas, especialmente

quando se tratam de ataques virtuais.” Na Região Nordeste foram 19 casos de violência contra jornalistas (6,88% em relação ao Brasil). O Ceará é o mais violento, com sete casos. Na Bahia, na Paraíba e em Pernambuco, foram 3 casos em cada. No Piauí, foram registrados dois casos e, no Rio Grande do Norte, um.

No caso da Paraíba, equivale a 1,09% dos casos e segundo o relatório, acredita-se que em todo o país houve subnotificação e jornalistas não teriam denunciado. Um dos casos trazidos no relatório é do repórter da afiliada Globo na Paraíba, Plínio Almeida: “17 de abril - O jornalista Plínio Almeida, repórter da TV Cabo Branco, foi agredido verbalmente por um homem que passava na rua, momento em que fazia uma entrevista ao vivo, no bairro do Bessa. Ao passar pelo repórter e entrevistado, o homem gritou “Globo Lixo! Ele estava acompanhado de uma mulher, que nada disse”.

O relatório da Fenaj declara que o presidente Jair Bolsonaro foi o principal autor de ataques a veículos de comunicação e jornalistas, em 2020. E repetiu a posição do ano 2019. Foram 175 ocorrências (40,89%), a maioria delas tentativas de desacreditização da imprensa (145), 27 casos de agressões aos profissionais (26 agressões verbais e uma ameaças), uma ameaça à TV Globo e dois ataques à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Servidores públicos (ocupantes de cargos de livre nomeação) foram os que mais atentaram contra a liberdade de imprensa, depois do presidente. Eles fizeram 86 agressões (20,09% do total), a maioria de censura.

A violência contra comunicadores fere os direitos individuais das pessoas e os direitos à informação. E a lei nº 5.250/1967 define no capítulo 1 o que é a liberdade de expressão: “É livre a manifestação do

pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”, como exposto no relatório 2019-2020 sobre violações à liberdade de expressão da Artigo 19.

A censura deve ser combatida e a manifestação do pensamento é livre, principalmente quando está envolvida com a Política, e é como Hannah Arendt faz uma análise reflexiva sobre os sistemas totalitários:

São a forma mais extrema de desnaturação da coisa política, posto que suprimem por completo a liberdade humana, submetendo-a ao fluxo de uma determinação histórica ideologicamente fundamentada, contra a qual é impossibilitada toda resistência individual livre por meio do terror e do domínio da ideologia. (Arendt, 2018, p. 3)

A “coisa política” que Hannah Arendt (2018) definia era na polis grega, que é idêntica à liberdade e ela constata que “a política baseia-se no fato da pluralidade dos homens”. Através da democracia, conseguimos organizar e regular o convívio de pessoas diferentes que fazem parte da sociedade. Arendt (2018) cita Aristóteles que reforça que “a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política.”. É onde conclui que o sentido da política é a liberdade. O que não aconteceu no período de pandemia no Brasil, com dados alarmantes de agressões contra jornalistas que ganharam notória atenção do país ao reportarem os dados da Covid-19.

Karam (2004) compara a perspectiva de campo da Política e do Jornalismo, que são construções humanas cotidianas e que o debate é imprescindível, o que a pandemia não transpareceu nas coberturas

jornalísticas quando se questionava o Presidente da República que já retrucava com xingamentos, como se a categoria jornalística fosse inimiga. Ainda segundo Karam (2004) essa união só dará certo, se a comunicação entre elas incluir a realidade e as complexidades do mundo:

Sem o debate, o obscurantismo torna-se um padrão. Só com ele, a ação política não tem qualquer referência concreta ética, porque faltaria o objeto produzido pelo sujeito. Por isso, a prática da Política e do Jornalismo deve ser o resultado da incorporação valorativa, onde está a ética, que se expressa em infinitos produtos midiáticos. (Karam, 2004, p. 85)

Recentemente, no dia 21 de junho de 2021, quando o Brasil já ultrapassava mais de 500 mil mortes pela Covid-19, o presidente Jair Bolsonaro reagiu com agressividade a perguntas feitas a ele pela repórter Laurene Santos da Rede Vanguarda, afiliada da TV Globo no Vale do Paraíba (SP) e região. Ele foi questionado por que não usava máscara quando chegou para cumprir agenda em Guaratinguetá (SP), e, aparentemente nervoso, mandou a jornalista “calar a boca” (“Bolsonaro se irrita, manda repórter calar a boca e ataca Globo e CNN”, 2021).

Vocês são uns canalhas! Vocês fazem um jornalismo canalha! Canalhas que não ajudam em nada, vocês não ajudam em nada. Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira. Vocês não prestam! A Rede Globo não presta! É um péssimo órgão de informação. (...) Você [Laurene] tinha que ter vergonha na cara em se prestar a um serviço porco que é esse que você faz na Rede Globo. (Bolsonaro, 2021)

Em 20 de março de 2020, manifestantes confundiram a CNN com a Globo e chamavam os repórteres de “Globo Lixo”. Em 19 de Abril,

manifestantes interromperam a entrada ao vivo da jornalista da CNN em Brasília, Rudá Moreira, em frente ao quartel General do Exército. Em 17 de Maio, a repórter Clarissa Oliveira foi atacada por um manifestante com um mastro de bandeira enquanto fazia a entrada ao vivo na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Neste mesmo período do ano, jornalistas que cobrem Política em Brasília, sempre iam para a frente do Palácio da Alvorada onde o Presidente Jair Bolsonaro saía do carro e dava declarações ao responder diversas perguntas que os jornalistas faziam. No documentário “*Cercados*”⁴, disponível no Globoplay, na plataforma de streaming, mostra que lá ficavam de um lado os jornalistas e do outro, apoiadores. Depois de respostas agressivas de Bolsonaro como do tipo: “Cala a boca, deixa eu falar”, apoiadores sempre apoiavam os xingamentos em direção aos jornalistas diminuindo o trabalho da categoria.

Veículos de Imprensa como o Grupo Folha e Grupo Globo retiraram os jornalistas das coberturas diárias no “cercadinho” por causa das constantes agressões que chegaram a citar que o “vírus era uma invenção para derrubar o Governo”; “Jornalistas vão morrer de fome porque não trabalham com a verdade”, entre outras frases que o documentário “*Cercados*” mostra como acontecia.

Os jornalistas a partir do momento que iam até o Palácio da Alvorada com expectativas de declarações do Presidente tinham o objetivo de captar as informações mais úteis para os veículos divulgarem. E é o que acontece no que Barreto (2006) define como “um elo interativo, num

4. Filme de 2020 disponível na plataforma Globoplay que oferece ao espectador um ângulo inédito para as cenas que marcaram a cobertura do coronavírus. Com direção de Caio Cavechini, o documentário foi gravado no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Manaus e Fortaleza.

complexo e intrincado sistema de ação e reação que acaba expresso no que chamaremos de atitude noticiosa, ou seja: um relato que objetiva obter repercussão” (Barreto, 2006, p.12).

A partir desse conceito, o autor explica que existem espaços apropriados para o jornalismo e a política coexistirem em três tipos de comportamentos: interferência, inserção e visibilidade. Ele define que a interferência é o conjunto de ações que os atores políticos fazem para fazer parte do relato noticioso. A inserção é a inclusão de políticos na notícia que sempre divulgam tudo aquilo que desejam. E a visibilidade é uma consequência que é quando o jornal circula e a notícia é lida.

Os Ataques aos Jornalistas durante a Pandemia de Covid-19

Buscando entender como foram os ataques sofridos pelos repórteres da TV Cabo Branco durante a pandemia de Covid-19, e como tais fatos impactaram suas atuações jornalísticas, assim como procurando compreender quais as possíveis motivações que induzem essas situações, esta pesquisa trata-se de um Estudo de Caso baseado em entrevistas semiestruturadas realizadas sobre ataques sofridos com quatro repórteres da TV Cabo Branco - afiliada da Rede Globo em João Pessoa/PB. Um questionário contendo cinco perguntas abertas foi disponibilizado no Formulários Google e encaminhado para os respondentes. Todos os entrevistados autorizaram a divulgação de seus nomes para esta pesquisa, sendo assim, são eles, por ordem alfabética: Felícia Arbex, Ítalo Di Lucena, Plínio Almeida e Sílvia Torres. Foram escolhidos dois repórteres homens e duas repórteres mulheres por acreditarmos que a análise de suas falas são um recorte mais próximo do universo a qual

estão inseridos. Ressaltamos aqui que as respostas foram coletadas entre os dias 25 e 28 de janeiro de 2021.

Yin (2001, p. 32) fala que o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. Goode e Hatt (1979, pp. 421-422) definem o estudo de caso como um método de olhar para a realidade social; “... não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado”.

Na TV Cabo Branco, assim como em inúmeras empresas de comunicação do Brasil e do mundo, os profissionais precisaram se adaptar e lidar com os mais diversos tipos de situações devido os impactos trazidos pela pandemia de Covid-19. Além do risco iminente de contaminação, os ataques sofridos pelos profissionais de comunicação também foram e continuam sendo grandes desafios dessa classe. A repórter Sílvia Torres (comunicação pessoal, janeiro 2021) revela: “Já tive que parar de gravar algumas vezes até o manifestante cansar ou eu precisar me afastar pra gravar”. A jornalista Felícia Arbex também relata uma das suas experiências:

Uma vez eu estava fazendo uma entrevista com moradores de rua, era noite, tratávamos da falta de vagas nos abrigos, quando passou uma caminhonete com um grupo que faria doações de sopas para as pessoas que eu estava entrevistando. Aí umas três pessoas que estavam na caminhonete começaram a gritar “Globo Lixo”, “Globo mentirosa, vai embora!”, a rir alto... Eu fiquei até apreensiva de jogar na gente, assim porque dava para ver as panelas né, em cima da caminhonete. E aí eu e o cinegrafista fomos embora até porque já tínhamos terminado a entrevista, né e eles iam descer para distribuir

a sopa. Mas assim, o que mais me assustou, foi que...pensei: “Meu Deus, até que ponto chegamos.”. Porque pessoas fazendo boas ações, né? Um grupo fazendo uma boa ação, doando sopas num período como estamos vivendo de pandemia para pessoas carentes que estão precisando e despejando ódio desse jeito, querendo oprimir o nosso trabalho, mas nunca me impediu de seguir com o trabalho não. Mas a gente toma alguns cuidados, tipo assim: observar quem está por perto, local que vai montar o link, sempre ficar atento de uma possível manifestação de xingamentos de algo desse tipo. (Felicía Arbex, janeiro de 2021, comunicação pessoal)

É dever da profissão, o processo minucioso de apuração e checagem de um fato, sendo depositada ao jornalista a responsabilidade de interferir diretamente na construção da realidade, podendo, a partir de seus atos e da maneira como faz seu enunciado, afetar milhares de pessoas.

A missão do profissional da notícia é levar informação ao cidadão, a fim de esclarecê-lo sobre os acontecimentos, dar-lhe instrumentos para que torne-se crítico frente ao sistema, e construa suas opiniões e convicções com base na realidade e não na imagem deturpada dos fatos. Em outras palavras, deve o jornalista apontar a direção que se deve olhar, mas jamais dizer o que deve ser visto. (Silva & Sarraeta, 2014, p. 1)

O repórter Plínio Almeida também compartilha um dos ataques sofridos durante a execução do seu trabalho na pandemia:

A intimidação ocorreu desde os primeiros dias da pandemia por conta do negacionismo. Os dias foram passando e, mesmo com a grande quantidade de contaminados e mortos, muitas pessoas motivadas por ideologias contrárias à realidade pandêmica aderiram à tese inverídica de que os veículos de comunicação, especialmente a Globo e suas afiliadas, espalhavam terror. E assim passamos a ser abordados de maneira violenta nas ruas, quase que agredidos fisicamente. Numa central de distribuição de alimentos, um homem

apareceu atrapalhando uma gravação nossa, gritando muito e nos xingando das piores palavras, defendendo suas preferências políticas e reproduzindo o discurso de seus políticos admirados contra a emissora. Neste dia pensei que seria agredido com um soco no rosto ou algo parecido. Até me preparei para isso. (Plínio Almeida, janeiro de 2021, comunicação pessoal)

A negligência no combate à pandemia, a negação das vacinas e a insistência na promoção de tratamentos comprovadamente ineficazes contra a Covid-19 suscitaram um verdadeiro levante de pesquisadores e entidades científicas contra a praga da desinformação que se alastra com consequências cada vez mais nefastas pelas mídias digitais. Roque (2020), fala que: “Embora venha sendo fomentado há tempos, o negacionismo ganhou espaço inédito em governos de extrema direita ao redor do mundo”, e completa trazendo o seguinte posicionamento referente ao negacionismo:

O negacionismo científico e o obscurantismo intelectual do governo federal tiveram ao menos um efeito colateral positivo: um despertar da comunidade científica para a importância da comunicação com a sociedade. É notável o aumento da participação de pesquisadores, médicos e acadêmicos na divulgação da ciência e no combate às fake news no decorrer da pandemia, tanto pelos meios tradicionais de comunicação (servindo como fontes de informações confiáveis para a imprensa, por exemplo), quanto por iniciativas pessoais nas redes sociais (Roque, 2020).

De acordo com os nossos entrevistados, a polarização política presente no atual cenário nacional é um dos fatores que impactam de forma negativa o desenvolvimento dos trabalhos dos profissionais de comunicação. O repórter Ítalo Di Lucena diz: “Para algumas pessoas, apesar de sempre estarmos respaldados por dados oficiais, se a informação

não vai de encontro ao que elas pensam, essa informação passa a ser tratada como tendenciosa ou até inverídica”, expressou.

Em concordância com pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, as notícias falsas se espalham 70% mais rápido que as verdadeiras e alcançam muito mais gente, enquanto histórias verdadeiras levam 6 vezes mais tempo para alcançar o mesmo grupo de pessoas. O estudo aponta que quando uma informação verdadeira atinge em média mil pessoas, uma informação falsa pode atingir de mil a cem mil usuários na internet. Uma realidade extremamente problemática e preocupante (““Fake news’ se espalham 70% mais rápido que as notícias verdadeiras, diz MIT”, 2021).

A problemática que se instala a partir dessa prática dá origem a uma série de preocupações éticas, visto que o profissional capacitado para noticiar os acontecimentos que nos cercam é o jornalista, que tem conhecimento intelectual e técnico para realizar tal atividade, e não resultar na divulgação de informações incompletas ou inverídicas. É o que acontece quando o jornalismo passa a coexistir com outros narradores que podem estar mal intencionados e se utilizarem dessa liberdade de criação para gerar conflitos e controvérsias a partir de conteúdo enganoso ou falso, dando abertura para as chamadas fake news.

Ainda sobre o contexto da polarização política Plínio Almeida complementa dizendo:

A polarização é muito forte. Os ataques diminuíram sensivelmente, mas somos questionados a todo momento. Algumas vezes, de maneira mais forte. Sobre discutir temas na rua, concordar ou não com quem nos aborda, acho completamente normal. A violência, não. (Plínio Almeida, janeiro de 2021, comunicação pessoal)

Como já exposto nesta pesquisa, o relatório 2020 da Fenaj sobre a violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, aponta o presidente Jair Bolsonaro como o principal autor de ataques a veículos de comunicação e jornalistas. Nossos entrevistados se posicionaram sobre este fato. Sílvia Torres é direta ao dizer que trata-se de: “Desrespeito. Censura” (comunicação pessoal, janeiro 2021). Já Ítalo Di Lucena acredita que tal informação justifica-se por meio de dois pontos:

O primeiro: pela falta de repertório e conhecimento técnico do presidente sobre as funções do cargo que exerce, só lhe resta o ataque para que a atenção seja desviada. O outro: é visível o destempero e descontrole de Jair Bolsonaro. Quando questionado, mesmo que com provas claras de corrupção ou má administração, ele não sabe o que responder e ataca e incita o ataque aos profissionais de imprensa. (Ítalo Di Lucena, janeiro de 2021, comunicação pessoal)

Aqui também trazemos a explanação sobre democracia, onde, segundo Silva (2005, p. 9), o jornalismo é um campo de mediação, que proporciona a circulação entre os diferentes espaços que compõem o espaço público, este definido por Wolton como: o espaço comum (espaço de circulação e expressão); o espaço público (espaço de discussão, do debate) e o espaço político (da decisão, do poder estabelecido, governo e Estado), que é o menor dos espaços, mas que tem o poder de decisão que os demais não têm.

Para Temer e Tuzzo (2020), a atividade jornalística, em função de suas determinantes fundamentais – tornar público fatos verdadeiros e de interesse público, denunciando e publicizando todos os tipos de desvios de condutas e ações que possam trazer prejuízos para a sociedade – se caracteriza por uma constante tensão com o Estado, sobre o qual exerce

a função de comentador e fiscalizador. De fato, a democracia é, em si mesma, uma pré-condição para existência de um jornalismo efetivamente livre e capaz de agir no sentido de acompanhar de forma crítica as ações do Estado e dos representantes do poder público.

A forma contemporânea do jornalismo tem suas raízes ligadas a um modelo de capitalismo industrial, à urbanização e ao consumo de informações, mas sempre foi vista pelos representantes do poder público com desconfiança e ainda que eventualmente alguns discursos valorizassem sua independência ou importância, a preocupação com um possível olhar vigilante da imprensa é um elemento sempre presente nas democracias modernas. (Temer & Tuzzo, 2020, p. 2)

Neste sentido, o jornalista Ítalo Di Lucena ainda completa o seu raciocínio expressando-se sobre o impedimento da pluralidade de vozes:

O impedimento da pluralidade de vozes pode interessar a qualquer pessoa que tenha uma conduta errada ou criminosa, assim é interessante descredibilizar a imprensa livre, pilar da democracia. Quando temos vozes limitadas, deixamos de ter um relato real dos fatos, um risco para o estado democrático. (Ítalo Di Lucena, janeiro de 2021, comunicação pessoal)

Ainda sobre a mesma temática, o repórter Plínio Almeida diz que: “Movimentos antidemocráticos de quaisquer espectros políticos desejam usar a imprensa. Quando não conseguem, trabalham para massacrar quem não atende a seus interesses”, conclui. Felícia Arbex, em sua fala, espelha o que possivelmente boa parte dos profissionais de comunicação está sentindo:

Eu acho uma falta de respeito sem tamanho, um absurdo sem tamanho, até porque a gente não sabe até onde essa agressividade toda,

na fala, no discurso, nas atitudes, até onde isso pode chegar. E a gente tá exposto, né? Fica um pouco apreensivo sim, por quererem sabotar o nosso trabalho, e isso acaba oprimindo as pessoas, até as pessoas que estejam vendo e não concordam com a ideia, acabam oprimindo as pessoas de defenderem, de ajudar. Oprimem as pessoas de começarem a querer expor a própria opinião, suas idéias e insatisfações. Eu acho que é uma corrente péssima. (Felícia Arbex, janeiro de 2021, comunicação pessoal)

A partir do que foi percebido com as falas dos respondentes, analisamos que os ataques sofridos pelos jornalistas da TV Cabo Branco, de acordo com os relatos, partem de indivíduos embasados em ideais negacionistas frutos da polarização política vigente no país. O que pode ser constatado são tentativas frequentes de impedimento do trabalho jornalístico por meio de intimidações e constrangimentos, o que afeta diretamente a rotina profissional desses jornalistas.

A constância dos ataques também interferiu na escolha dos locais para a realização dos links ao vivo, uma vez que os repórteres já tornaram-se receosos com possíveis ataques, o que poderia atrapalhar o desenvolver do vivo e consequentemente a qualidade da informação que chega até o telespectador.

As falas dos repórteres, como vimos neste capítulo, mesmo tratando-se apenas de um recorte específico da realidade, retratam o panorama vivenciado por estes profissionais durante este período tão caótico. Em contrapartida, especialistas da área constataam que tal cenário torna-se propício para reinvenção, adaptação, criação e/ou até aprofundamento de práticas laborais para esta categoria.

Algumas Considerações sobre o Antes, o Agora e o que está por Vir

Em síntese, observamos que a pandemia não só trouxe uma crise sanitária, mas uma crise com muitas ramificações que reverberam na economia, na política, mas também uma crise nas comunicações e laboral. Jornalistas foram vítimas de violência verbal e corporal, além disso, a luta contra falsas informações envolveu não apenas jornalistas, mas comunidade acadêmica e científica. O Estudo de Caso, através do questionário, teve fundamentos de autores que prevêm características de regimes totalitários. E consequentemente, a análise das entrevistas reforçou as teorias analisadas anteriormente.

Essa conjuntura também foi marcada pelo aumento da violência na esfera digital, segundo a Fenaj. Tal desorganização de pensamentos para solucionar uma pandemia desencadeou uma briga política, tomando a imprensa como inimiga e culpada por divulgar uma doença que mata, onde muitos queriam enxergar apenas como uma “gripezinha”, o que, no entanto, veio como uma avalanche trazendo danos incalculáveis.

Os jornalistas vivenciam uma realidade onde estão em seus campos de trabalho, levando informação e sendo atacados. Viver o medo no momento do trabalho é inaceitável, e ao mesmo tempo incompreensível, como vimos nos relatos dos jornalistas. Aqui também nos cabe ressaltar os danos trazidos para o produto final do trabalho jornalístico: a notícia. Tais ataques podem tirar da população o direito à boa informação e consequentemente podem influenciar no receio que os indivíduos podem ter de se posicionar.

A pandemia reforçou a radicalização já anteriormente vista na campanha eleitoral de 2018, o que impactou no fazer jornalístico. Em tempos de crise espera-se que informações confiáveis sejam passadas à população com o intuito de levar esclarecimentos e sanar dúvidas, mas o que vem

sendo observado no nosso país é a deslegitimação da profissão por uma parte da sociedade e consequentemente a desorganização e ênfase na crise da saúde no Brasil.

Mesmo com a vacina, ainda vivemos em um contexto pandêmico com problemas que seguirão na sociedade ainda sem data para serem sanados. Assim, concluímos que a comunicação liberta e é sustentada pela lei de liberdade de expressão, além disso, a comunicação educa e informa a sociedade, além de democratizar o direito à informação. Silenciar um jornalista por meio de ataques é uma das características do totalitarismo. Por décadas, tentam limitar o trabalho de jornalistas e a resistência/direito de informar vai continuar. Por isso, acreditamos que pesquisas em torno deste atual cenário que estamos vivenciando devem seguir sendo realizadas para que avanços para a área sejam conquistados.

Referências

Arendt, H. (2018). *O que é Política? (Fragmentos das “Obras Póstumas” (1992)*. Bertrand Brasil.

Artigo 19. Violações à liberdade de expressão. <https://artigo19.org/2020/11/26/relatorio-violacoes-a-liberdade-de-expressao-2019-2020/>

Barreto, E. (2006). Jornalismo e Política: a construção do poder. *Estudos em jornalismo e Mídia*, III(1).

Bolsonaro se irrita, manda repórter calar a boca e ataca Globo e CNN. (2021, junho 21). <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/21/bolsonaro-se-irrita-com-pergunta-sobre-mascara-e-ataca-globo-canalhas.htm>

‘Fake news’ se espalham 70% mais rápido que as notícias verdadeiras, diz MIT. (2021, março 8). Recuperado de https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/03/geral/615457-fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-as-noticias-verdadeiras-diz-mit.html

FENAJ. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*. <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>

Goode, W., & Hatt, P. (1979). *Métodos em pesquisa social*. Nacional.

Karam, J. (2004). Ética, deontologia, formação e profissão: observação sobre o Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, I(1).

Machado, A. (1997). *Pré-cinemas e pós cinemas*. Papirus.

Roque, T. (2020, fevereiro). Negacionismo no poder: Como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. *Folha Piauí*. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>

Silva, L. (2005). Democracia, jornalismo e cidadania. In V. Gentili (org.), *Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. EDIPUCRS.

Silva, P., & Sarraeta, C. (2014). *A Informação Fast Food e o Teto Hermenêutico dos Jornalistas* [trabalho apresentado em congresso]. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2220-1.pdf>

Temer, A., & Tuzzo, S. (2020). *Jornalismo sob ataque: Um estudo sobre gêneros e estratégias para manter a credibilidade* [trabalho apresentado em congresso]. 43o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Wolton, D. (2004). *Pensar a comunicação*. Universidade de Brasília.

Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman.

Índice Remissivo

A

africanidades 189
Africanidades 185, 187, 188, 189, 196, 197
Arendt 44, 45, 46, 47, 51, 52, 55, 57, 58,
59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68,
359, 371
ativismo 172, 173
Artivismo 164, 182
ativismo 2, 4, 12, 23, 24, 31, 33, 71, 127,
129, 172, 222, 237, 314, 324
Ativismo 14, 30, 32, 36, 38, 39, 133
ativistas 110, 111, 112, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 130, 131, 137, 315,
321, 325, 349
Ativistas 110, 131

B

Bauman 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53,
54, 55, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69

C

cerrado paulista 166
cidadão 20, 44, 45, 49, 53, 62, 63, 64, 137,
142, 143, 205, 206, 214, 218, 242, 291,
305, 316, 364
Cidadão 46
cidadãos 50, 58, 141, 143, 204, 215, 242,
286, 312, 372
Cidadãos 218
comunicação 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25,
31, 32, 33, 36, 37, 42, 43, 106, 122,
125, 127, 141, 143, 144, 145, 146, 149,
150, 163, 164, 173, 182, 187, 188, 189,
200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 220,
221, 241, 242, 244, 245, 266, 267, 270,
271, 272, 275, 276, 278, 284, 286, 291,
292, 309, 312, 314, 315, 332, 340, 341,

352, 356, 358, 360, 363, 364, 365, 366,
367, 368, 369, 371, 373

Comunicação 4, 12, 14, 16, 20, 32, 33, 110,
131, 134, 164, 181, 199, 200, 201, 202,
204, 217, 218, 220, 239, 266, 268, 272,
273, 280, 281, 282, 285, 311, 332, 333,
334, 335, 354, 357, 373

comunicación 14, 24, 87, 88, 89, 90, 91, 92,
93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101,
102, 103, 104, 105, 106, 107, 108,
109, 173, 267

Comunicación 17, 18, 23, 88, 92, 105, 106,
107, 109

coronavírus 135, 165, 252, 269, 273, 274,
278, 336, 337, 339, 342, 348, 355, 361

Coronavírus 13, 40

Covid 19 164, 165, 179

Covid-19 18, 24, 40, 78, 111, 199, 200, 212,
213, 214, 215, 216, 230, 269, 281, 282,
283, 295, 335, 336, 337, 338, 342, 347,
349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 357,
359, 360, 362, 363, 365

COVID-19 24, 40, 254, 262, 272, 273, 274,
275, 281, 338, 352

CPI 282, 283, 284, 295, 300, 301, 306, 347

D

democracia 30, 32, 36, 38, 39, 44, 45, 46,
57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70,
95, 142, 143, 166, 205, 215, 264, 266,
286, 288, 308, 309, 313, 326, 332,
359, 367, 368

Democracia 58, 86, 372

direitos humanos 139, 159, 261

Direitos humanos 162

discursos de odio 87, 88, 89, 95, 97, 99, 100,
101, 102, 103, 104

E

ecossistema 88, 89
ecossistema 13, 14, 19, 27, 28, 29, 30, 31
Ecossistema 16, 28, 30, 36

F

folkcomunicação 220, 235

G

gênero 16, 17, 19, 23, 24, 25, 29, 31, 34,
36, 37, 38, 39, 70, 71, 72, 73, 75, 78,
79, 81, 82, 83, 84, 85, 111, 116, 121,
133, 135, 160, 205, 239, 240, 241,
246, 247, 248, 249, 255, 259, 260,
261, 262, 269, 273
Gênero 24, 35, 43, 70, 71, 86, 111, 132,
264, 265

I

Instagram 335, 339, 343, 344, 345, 347, 352

J

jornal 55, 216, 362
Jornal 199, 201, 209, 212, 213, 214, 215,
216, 217, 218, 351, 357
jornalismo 23, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 39,
135, 160, 162, 163, 211, 214, 215, 217,
245, 280, 312, 313, 315, 331, 355, 360,
362, 366, 367, 368, 371, 372
Jornalismo 20, 28, 31, 35, 38, 134, 148, 153,
155, 157, 159, 163, 218, 354, 355, 356,
359, 360, 371, 372, 373
Jornal Nacional 199, 201, 209, 212, 213,
214, 215, 216, 217, 218
justiça social 30, 36, 38, 39, 70, 79, 166
Justiça social 30, 32

M

manifestações 32, 118, 287, 291, 311, 312,
313, 314, 316, 318, 319, 320, 321, 322,
323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330,
331, 332, 333, 350

Manifestações 311, 316, 319, 329

mediáticos 89

medio 89, 93, 98, 103

medios 24, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 100, 103,
104, 107, 173

Medios 88

mídia 24, 30, 32, 118, 120, 153, 160, 164,
202, 223, 233, 240, 242, 243, 244, 265,
267, 283, 284, 285, 289, 291, 300, 301,
303, 306, 308, 313, 314, 315, 319,
323, 324, 330, 331, 333, 334, 349, 352

Mídia 2, 4, 14, 218, 246, 266, 313, 317, 332,
349, 352, 371, 372

mídias 33, 39, 242, 244, 273, 276, 285, 289,
308, 312, 343, 365

Mídias 12, 131

mediático 13, 14, 19, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
33, 36, 38, 39, 70, 71, 72, 76, 81, 82,
202, 203, 222, 237, 241, 242, 243, 276

Mediático 16, 28, 30, 35, 36, 38

mediáticos 27, 29, 78, 203, 308, 360

mulheres 16, 18, 22, 31, 32, 34, 36, 37, 38,
39, 40, 41, 42, 70, 72, 73, 74, 75, 76,
77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 110, 111,
112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119,
120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127,
128, 129, 130, 131, 132, 135, 223, 239,
240, 247, 248, 249, 254, 255, 256,
257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 362

Mulheres 16, 35, 110, 128, 131, 240

P

pandemia 13, 14, 18, 41, 44, 62, 65, 68, 76,
85, 111, 112, 114, 127, 128, 130, 131,
135, 164, 165, 169, 179, 199, 200, 212,
213, 214, 215, 216, 217, 230, 252, 254,
259, 262, 269, 271, 272, 273, 274, 275,
276, 277, 278, 280, 281, 283, 335, 336,
337, 338, 339, 340, 342, 343, 347, 348,
349, 350, 351, 352, 354, 355, 356, 357,
359, 362, 363, 364, 365, 370

Pandemia 18, 58, 212, 251, 253, 254, 259,
268, 272, 273, 283, 340, 347, 362

pós-pandemia 44, 62, 65

psicologia 185, 189, 193, 194, 198

Psicologia 110, 185, 186, 187, 188, 189, 191,
193, 194, 195, 196, 197, 198

R

rede social 125, 246, 253, 262, 263, 340,
341, 342, 343, 350

redes sociais 30, 31, 50, 55, 111, 121, 130,
136, 189, 191, 193, 211, 241, 244, 245,
255, 259, 264, 265, 271, 272, 283, 285,
287, 289, 291, 296, 302, 317, 318, 337,
338, 339, 340, 341, 343, 345, 351, 365

Redes sociais 352

Redes Sociais 110, 241, 250, 284, 295, 296,
340, 349, 352

redes sociales 89, 94, 97, 101, 106, 109

Repórter Brasil 199, 200, 201, 212, 213,
216, 217, 219

S

sociedad 90, 91, 93, 94, 106, 109, 173

Sociedad 31, 106, 265, 307, 308

sociedade 2, 4, 12, 27, 28, 30, 31, 40, 43,
46, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 61,
62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 76,
78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 137, 141,
153, 172, 190, 191, 192, 205, 207, 240,
241, 243, 244, 246, 247, 260, 261, 263,
276, 279, 280, 283, 284, 285, 289, 296,
308, 312, 314, 315, 317, 330, 354, 359,
365, 367, 371

Sociedade 14, 70, 161, 334

T

telejornal 148, 199, 208, 211, 212, 213,
214, 215

Telejornal 146, 147, 217

telejornalismo 160, 199, 200, 201, 207, 208,
209, 211, 212, 217

Telejornalismo 134, 135, 136, 142, 145, 146,
160, 207, 217, 218, 219

transmedia 31

Transmedia 4, 20

transmídia 39

Transmídia 29, 31, 39

Twitter 239, 241, 245, 249, 251, 253, 262,
263, 282, 284, 289, 293, 295, 303, 306,
308, 309, 310, 338, 339



50 AÑOS
UTPL